

O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO DE BRAGANÇA/ZAMORA

Edições
Afrontamento

CEPESE



Título

O Património histórico-cultural da Região de Bragança / Zamora

Coordenação

Luís Alexandre Rodrigues

Co-edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 20

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Capa: João Machado Design, Lda.

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 239740/06

N.º de edição: 993

ISBN Afrontamento: 972-36-0814-6

ISBN Cepese: 972-99070-5-6

Impresso em Dezembro de 2005

**O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL
DA REGIÃO DE BRAGANÇA/ZAMORA**

INTRODUÇÃO

Seminário Internacional O património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora (21 e 22 de Junho de 2004)

Em 2002, o CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em parceria com a Associação de Municípios do Nordeste Transmontano e a Diputación de Zamora, apresentou ao *INTERREG III A (Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha)* o Projecto intitulado *Douro/Duero Virtual – Centro Virtual do Património Cultural do Vale do Douro*, o qual veio a ser aprovado.

Este Projecto pretende contribuir para o conhecimento e divulgação do excepcional património histórico e monumental da região de Bragança-Zamora, comprovado pelo singular valor artístico e cultural de cidades como Zamora, Bragança, Miranda do Douro, Puebla de Sanabria, entre outras.

Embora o património deste território tenha vindo a “gerar fluxos crescentes de visitantes, abrindo um novo mercado de turismo cultural”, a verdade é que o aproveitamento e valorização deste factor económico de desenvolvimento carecem, ainda, de um instrumento sistematizador e difusor do seu património cultural, permitindo um volume regular de receitas e contribuindo para o real desenvolvimento sustentado das regiões em questão.

Tendo por finalidade aproximar as duas regiões e contribuir para o desenvolvimento económico desta vasta região transfronteiriça, o actual Projecto pretende criar um Centro Virtual do seu património cultural, no qual estarão disponíveis inventários de todo o acervo documental relevante para a compreensão das realidades locais, regionais e transfronteiriças, bem como inventários/roteiros do património arquitectónico das regiões em causa, tendo em conta a realidade histórica e a realidade presente.

Pretendemos, pois, classificar e organizar a informação cientificamente pertinente, que permita a valorização internacional dos espaços de inegável valor patrimonial e cultural do Vale do Douro, contribuindo para a divulgação dos valiosos centros históricos e patrimoniais das regiões de Bragança e Zamora.

Visamos também, o desenvolvimento de trabalhos conjuntos posteriores, através da possibilidade de continuar, geograficamente e tematicamente, este estudo aqui iniciado.

Ambicionamos, ainda, contribuir para a fixação e mesmo atracção de população activa, procurando proporcionar a criação de espaços privados para a prestação de serviços turísticos e culturais, combatendo o peso do sector primário nestas regiões e alertando para a viabilidade patrimonial do investimento privado.

Ao nível das oportunidades, destacamos a pertinência deste Projecto no que se refere, por um lado, à divulgação de um espaço comum ibérico, incentivando à visão de conjunto peninsular para a definição de mercado interno e, por outro, à racionalização da utilização de equipamentos e à melhoria da prestação de serviços às populações e às empresas, através da aposta na qualidade da informação disponibilizada neste Centro Virtual.

São objectivos gerais da elaboração do Projecto:

- inventariar o património documental e arquitectónico do Vale do Douro;
- revitalizar em rede os vários elementos do património histórico e arquitectónico, através da criação de um Centro Virtual;
- contribuir para a divulgação das identidades locais, promovendo produtos culturais conjuntos;
- valorizar o património do Vale do Douro;
- incentivar o crescimento do fluxo de visitantes às regiões em causa;
- organizar a informação, em rede, de forma estruturada e sistemática, permitindo o cruzamento da informação recolhida;
- proteger e integrar, numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos patrimoniais, culturais e de identidade dos territórios transfronteiriços;
- promover a actividade turística, assegurando a protecção e a valorização das diversas vertentes do património.

Com a sua realização, pretendemos:

- criar um Centro Virtual / Portal, destinado a promover e divulgar o património histórico-cultural do distrito de Bragança e da província de Zamora;
- inventariar os fundos documentais existentes na região de Bragança-Zamora, dando particular relevo aos arquivos mais importantes de instituições públicas e privadas:
 - criação de Bases de Dados que permitam a disponibilização da informação e do inventário documental elaborado;
 - disponibilização de edições electrónicas dos documentos mais relevantes para a história comum do Vale do Douro.
- inventariar o Património Arquitectónico do distrito de Bragança e província de Zamora, através da:
 - criação de fichas técnicas dos imóveis inventariados;
 - elaboração de Bases de Dados para a pesquisa da informação recolhida;
 - dinamização de visitas interactivas e documentos iconográficos aos imóveis em causa.
- realizar, no âmbito deste projecto, um Seminário Internacional cujas actas agora se editam, em ordem a publicitar as contribuições dos nossos colegas e investigadores, que nos deram a honra de nele participar, debatendo e reflectindo sobre o Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora.

A maleabilidade do suporte virtual permitirá, por seu turno, a actualização periódica e permanente, possibilitando, ainda, o melhoramento e o alargamento da informação disponibilizada às regiões vizinhas e a novos temas.

O presente Centro Virtual a criar e as acções culturais a desenvolver irão, assim, promover e difundir, a nível nacional, peninsular e internacional, uma imagem cultural conjunta e reforçar a identidade complementar deste território transfronteiriço.

Resta-nos agradecer às entidades que tornaram possível a realização deste Seminário. À CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte / Interreg III A. À FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ao Município de Bragança, na pessoa do engenheiro Jorge Nunes. À Fundação Eng.º António de Almeida, na pessoa do seu presidente, doutor Fernando Aguiar Branco. À Reitoria da Universidade do Porto, na pessoa do seu reitor, professor doutor Novais Barbosa. À FRAH – Fundação Rei Afonso Henriques. Ao Governo Civil de Bragança. À Carnady – Comércio Internacional, na pessoa do seu presidente, senhor Augusto Nadais. Ao Banco Espírito Santo. Ao *Jornal de Notícias* e ao jornal *Público*.

Aos doutores Paula Barros, Ricardo Rocha, Paulo Amorim, Francisco Vieira e Joana Dias, investigadores do CEPESE, e ainda aos doutores Hélder Paquete e Nádía Pereira, que também colaboraram na organização deste Seminário.

Finalmente, a todos os nossos colegas e investigadores que participaram neste Seminário.

Fernando de Sousa
(presidente do CEPESE)

Luís Alexandre Rodrigues
(coordenador desta publicação)

INTRODUCTION

Seminário Internacional O património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora (21 e 22 de Junho de 2004)

In 2002, *CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade* (a Research Centre from the University of Porto), in a partnership with the *Associação de Municípios do Nordeste Trasmontano* (an Association gathering municipalities from north-eastern Trás-os-Montes) and the *Diputación of Zamora*, presented to *INTERREG III A (Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha)* (an EU Program concerning the cooperation between Portugal and Spain) a Project under the title *Douro/Duero Virtual – Centro Virtual do Património Cultural do Vale do Douro* (Virtual Douro – Virtual Centre for the Cultural Heritage of Douro Valley), which was subsequently approved.

This Project intends to contribute for the knowledge and divulging of the exceptional historical and monumental heritage from the region of Bragança/Zamora, confirmed by the singular artistic and cultural value of cities such as Zamora, Bragança, Miranda do Douro and Puebla de Sanabria, among others.

Even though this territory's heritage is generating a growing flux of visitors, opening a new cultural tourism market, truth is that the profitability and valorisation of this economic development factor still needed an instrument able to systematise and divulge its cultural heritage, allowing a regular income volume and contributing for a truly sustainable development of both regions.

With the objective of approaching the regions and contribute to the economic development of this vast area, the current project creates a Virtual Centre concerning their cultural patrimony, where the inventories of the documents relevant for the understanding of local and beyond-borders realities will be available, together with inventories/routes concerning the architectonic patrimony of both regions, taking into account the local realities from the past and the common reality at present.

It is our purpose to classify and organize the information scientifically pertinent, allowing the international valorisation of the spaces at Douro Valley with undeniable heritage and cultural value, thus helping to divulge valuable historic and patrimonial centres from the regions of Bragança and Zamora.

We also aim at developing, both geographically and thematically, the work now initiated, by achieving subsequent common studies.

Furthermore, it is our intention to contribute for the settling and even attraction of active population, trying to favour the creation of private spaces for the

rendering of tourism-related and cultural services, fighting the weight of the primary sector and alerting for the patrimonial viability of private investment.

In the field of opportunities, we highlight the pertinence of this Project regarding, on the one hand, the divulging of a common Iberian space, promoting a joint peninsular vision for the definition of domestic market and, on the other hand, the rationalization of the use of equipments and the improvement of the services rendered to populations and enterprises, by waging on the quality of the information made available by this Virtual Centre.

The Project as the following objectives:

- to inventory the documental architectonic heritage from Douro Valley;
- to revitalize in a network the several elements from the historic and architectonic heritage, through the creation of a Virtual Centre;
- to contribute for the divulging of local identities, promoting common cultural products;
- to valorise the heritage from Douro Valley;
- to incentive the growing of people visiting the mentioned regions;
- to organize the information through a network, in a structured and systematic manner, allowing crossing the gathered data;
- to protect and integrate, in a strategy of regional dynamics, the vast heritage, cultural and identity resources from those territories;
- to promote tourism activities, ensuring the protection and valorisation of the several heritage facets.

With its execution, we intend to:

- create a Virtual Centre / Web Portal for the promotion and divulging of the historical-cultural heritage from the district of Bragança and province of Zamora;
- inventory the documental funds existing in the region of Bragança/Zamora, with a particular relevance to the most important archives from public and private institutions:
 - creation of Data Bases offering the information and the achieved documental inventory;
 - offering electronic editions of the documents most relevant for the common history of Douro Valley;
- inventorying the Architectonic Heritage from the district of Bragança and province of Zamora, by:
 - creating technical records of the inventoried buildings;
 - achieving Data Bases for the gathered information to be researched;
 - promoting interactive visits and iconographic documents for the buildings in question;

- achieve, in the scope of this Project, an Internacional Seminar, whose Minutes are now published, in order to divulge the contributions of our colleagues and researchers, who honoured us with their participation, debating and reflecting over the Historical and Cultural Heritage from the region of Bragança-Zamora.

The adaptiveness of the virtual support will allow, in turn, the periodic and permanent updating, besides allowing the improvement and enlargement of the information available to neighbouring regions and to new themes.

The Virtual Centre to create and the cultural actions to develop will therefore promote and divulge, at the national, peninsular and international levels, a joint cultural image and to strengthen the complementary identity of this territory.

In a final note, we would like to thank to all the entities that made possible the execution of the Seminar. To *CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte / Interreg III A*. To *FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia*. To the *Municipality of Bragança* and its president, Eng. Jorge Nunes. To the *Foundation Eng. António de Almeida* and its president, Dr. Fernando Aguiar Branco. To the *Rectory of the University of Porto* and its principal, professor Novais Barbosa. To *FRAH – Foundation Rei Afonso Henriques*. To the *Civil Government of Bragança*. To *Carnady – International Trade* and its president, Augusto Nadais. To the *Bank Espírito Santo*. To the newspapers *Jornal de Notícias* and *Público*.

To the doctors Paula Barros, Ricardo Rocha, Paulo Amorim, Francisco Vieira and Joana Dias, researchers from CEPESE, and also Hélder Paquete and Nádia Pereira, who collaborated in the organization of this Seminar.

Finally, to all our colleagues and fellow researchers who participated in the Seminar.

Fernando de Sousa
(President of CEPESE)

Luís Alexandre Rodrigues
(coordinator of this Edition)

A IDENTIDADE CULTURAL DO VALE DO DOURO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

Fernando de Sousa

INTRODUÇÃO

O património cultural constitui, ao presente, uma importante fonte de riqueza e factor de desenvolvimento, a exigir por parte das entidades públicas e privadas, aos mais diversos níveis, uma política concertada, que saiba aproveitar os recursos e as potencialidades de cada região, “vendendo” o que há de original e identitário em cada uma.

A economia, a cultura, o património, o turismo e o desenvolvimento são faces da mesma realidade, que têm de ser compreendidos de uma forma integrada. Basta dizer, para se ver a importância que a cultura e o património têm no bem-estar das populações, que o turismo cultural, segundo a Organização Mundial do Turismo, representa 35 a 40% de todo o turismo mundial, segundo alguns, a indústria por excelência do século XXI.

É à luz desta realidade, demasiado evidente para sobre ela nos debruçarmos com mais profundidade, que iremos analisar a identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia, não sendo pertinente, para este trabalho, delimitarmos o espaço do vale, corredor, e muito menos da bacia do rio Douro, mas importando reforçar a nossa concepção do Vale do Douro no seu conjunto, como um todo, luso-espanhol ou hispano-luso, assim, em toda a sua identidade, autenticidade e pujança, como berço de um grande rio ibérico que, visto sob o ponto de vista geográfico ou sob o ponto de vista cultural, só tem como fronteira, desde a sua nascente, o Oceano Atlântico.

1. O PATRIMÓNIO CULTURAL DO VALE DO DOURO

O Vale do Douro detém um património cultural de excelência, internacionalmente reconhecido. Podemos dizer que nenhum outro rio da Península se lhe pode comparar e, mesmo a nível europeu, constitui uma realidade ímpar:

- pelo valor e diversidade da sua paisagem;
- pela excepcionalidade e originalidade do seu património;
- pela monumentalidade das suas obras de engenharia;

- pela variedade e qualidade dos seus vinhos;
- pela importância da sua gastronomia, artesanato e folclore.

A riqueza do seu património cultural é evidente, demasiado evidente para quem conhece o Vale do Douro. A questão que se levanta é a de promover as rotas patrimoniais da região:

- os inúmeros núcleos arqueológicos e históricos existentes;
- as cidades e vilas monumentais e os castelos da Reconquista – Porto, Penafiel, Vila Real, Lamego, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Zamora, Toro, Tordesilhas, Valladolid, Peñafiel e Peñaranda de Duero, Burgo de Osma, Soria, etc;
- as centenas de mosteiros, abadias e igrejas;
- os palácios e casas senhoriais;
- as caves do Vinho do Porto, em Vila Nova de Gaia;
- as pontes e linhas de caminhos de ferro;
- os moinhos de origem medieval e as fábricas de farinhas;
- as barragens do Douro, que fazem do rio um dos maiores produtores de energia da Península;
- as paisagens naturais (arribas do Douro) e humanizadas (Alto Douro Vinhateiro), paisagens culturais de grande beleza, nichos ecológicos, parques naturais, aldeias históricas e quintas do Douro;
- os vinhos – a cultura vitivinícola constitui um importante elemento integrador do Vale do Douro – Toro, Rueda, Ribera del Duero, Fermoselhe, o Vinho do Porto e outros vinhos do Alto Douro;
- a arquitectura popular e os utensílios agrícolas de séculos anteriores, ameaçados de extinção pela desertificação, pela introdução de novos equipamentos e de novas formas de exploração agrária.

Registe-se, aliás, que boa parte deste riquíssimo património foi já reconhecido como *património mundial*:

- os núcleos históricos de Segóvia, Ávila, Salamanca, Porto e Guimarães;
- as catedrais de Burgos e León;
- os Caminhos de Santiago de Compostela;
- o Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- o Alto Douro Vinhateiro.

Que se encontram em processo de classificação:

- o centro histórico de Burgos;
- San Baudelio de Berlanga.

Finalmente, que estão em preparação de candidatura:

- o núcleo histórico de Zamora, cidade que regista a maior densidade de igrejas românicas da Península;
- as caves e armazéns do Vinho do Porto, localizadas em Vila Nova de Gaia.

O património histórico-cultural do Vale do Douro lança, assim, um desafio aos responsáveis políticos de ambos os países, nacionais, regionais e locais, tão simples quanto de complexa solução: como traduzir em recursos turísticos culturais todo esse imenso património, de forma a este constituir um instrumento fundamental da economia e desenvolvimento do Vale do Douro? Como criar uma imagem de marca da Região?

2. AS FRAGILIDADES DO VALE DO DOURO

O desafio enunciado não é tarefa fácil. O Vale do Douro debate-se com um conjunto vasto e complexo de bloqueios e fragilidades, decorrentes de factores comuns aos dois países, que importa conhecer:

- uma dinâmica demográfica muito reduzida, traduzida por um processo acentuado de envelhecimento da sua população, infelizmente, comum aos dois países, mas a afectar particularmente o mundo rural do Vale do Douro, num processo generalizado e contínuo, que ainda não parou de se desenvolver;
- um baixo nível de formação das populações, traduzido numa gritante carência de quadros técnicos e na reduzida dinamização e participação cultural;
- uma economia débil, caracterizada por níveis de especialização produtiva reduzidos a produtos básicos agrícolas e energéticos, por uma enorme receptividade e utilização de processos de inovação tecnológica e por uma incipiente capacidade empresarial.
- as deficientes acessibilidades à região, assim como das infra-estruturas de comunicação existentes entre os dois países, aos mais diversos níveis: fluvial – desarticulação entre a navegabilidade do rio Douro (que importa aprofundar entre o Pinhão e a fronteira), em Portugal, e os cais de acostagem, em Espanha; viário – ligação de Bragança a Zamora; e ferroviário – encerramento da linha do Douro, que seguia até Salamanca;
- débil cooperação institucional e empresarial, quer de agentes públicos, quer de privados, no que diz respeito ao Norte de Portugal com Castela-León;
- inexistência de redes sectoriais de cooperação e trabalho continuado entre Portugal e Espanha, no que diz respeito à região;
- escassez de informação actualizada e global;
- ausência de oferta turística integrada, regra geral, oferecida por operadores turísticos externos ou periféricos à região;
- reduzida qualificação dos centros urbanos;

- inexistência de uma política comum de rentabilização do património histórico-cultural, como se verifica quanto à gestão integrada de bens e serviços culturais por parte dos agentes públicos e privados, e quanto às campanhas de publicidade e marketing nos mercados nacionais;
- tímido movimento de certificação de qualidade dos seus produtos, embora nos últimos anos alguma coisa se tenha avançado;

Tais debilidades exigem que se tenha em conta a definição de uma estratégia global de turismo cultural, para todo o Vale do Douro, uma estratégia integrada, que tenha em conta:

- as populações do Vale do Douro e a melhoria das suas condições de vida e do seu bem-estar, em torno de uma ideia de qualidade, cultura e progresso – missão da Fundação hispano-lusa Rei Afonso Henriques –, de forma a travar-se o processo de desertificação e a obter-se, através da sua sensibilização, a sua participação empenhada em tal estratégia;
- o respeito pelo meio ambiente, estimulando os municípios a empenharem-se, por um lado, na defesa de um rio Douro e afluentes limpos, assim como na preservação das suas margens, e por outro lado, na qualificação dos seus centros urbanos;
- o seu património, estruturando e promovendo as linhas da sua valorização, de forma a poder configurar-se um turismo de qualidade.

3. UMA ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DO VALE DO DOURO

A definição dessa estratégia passa, logicamente:

- pela eliminação ou atenuação de bloqueio flagrantes, detectados nas infra-estruturas de comunicação, procurando activar formas complementares de transporte que permitam ao turismo cultural aceder facilmente à região e ignorar as fronteiras entre os dois países – as acessibilidades ao Vale do Douro e as comunicações e transportes na área são determinantes para o desenvolvimento do turismo cultural da região, a exigir actuações profundas, concertadas e complementares de ambos os países;
- pelo aprofundamento da cooperação transfronteiriça entre os dois países – neste caso, entre o Norte de Portugal e Castela-Leão –, aos mais altos níveis. A cooperação desenvolvida até ao momento, apesar dos Programas Comunitários Interreg, tem sido reduzida, desgarrada e baseada mais na justaposição/junção das propostas dos agentes dos dois países do que em autênticas políticas sectoriais resultantes de uma reflexão comum, políticas essas que tenham em consideração a diversidade da região e que possam conjugar a dinâmica dos centros urbanos com as potencialidades do meio rural;

- pela criação de redes sectoriais de integração e harmonização, de que a institucionalização de uma rede de museus do Vale do Douro, enquanto importante instrumento do património cultural, pode ser exemplo;
- pela criação de rotas temáticas de turismo cultural – rota dos castelos e fortificações; do românico, gótico, barroco; rota dos vinhos do Douro; etc;
- pelo reforço da imprensa regional, de forma a mobilizá-la para esta problemática;
- pela criação de um centro de documentação virtual de todo o Vale do Douro, um portal na Internet, pelo qual, através dele, se possa aceder a toda a informação pertinente ao turismo cultural – não há qualquer sistema de informação actualizada para o Vale do Douro em qualquer um dos países e muito menos para a região entendida como um todo;
- pela criação de cursos de formação turística especificamente destinados ao Vale do Douro;
- pelo lançamento de publicações trilingues ou bilingues, que dêem a conhecer a riqueza e a diversidade do património do Vale do Douro, nas suas mais variadas facetas;
- pela promoção da região, a nível ibérico, europeu e mundial, acção que exige a intervenção/concertação dos Governos de ambos os países.

CONCLUSÃO

No quadro da União Europeia, o Vale do Douro constitui um espaço periférico afastado dos grandes eixos de desenvolvimento da Europa, dividido entre dois países. A História e a Geografia contribuíram, assim, para que o Vale do Douro se transformasse numa das regiões (sobretudo entre as regiões fronteiriças) mais deprimidas da União Europeia.

Contudo, o património cultural que o Vale do Douro alberga no seu seio faz dele um dos territórios mais autênticos e mais excepcionais da Europa.

Marca, durante alguns séculos, de dois mundos em confronto – o cristão e o muçulmano –, no sentido Norte-Sul, espaço dividido, posteriormente, pelos dois países ibéricos, no sentido Este-Oeste, objecto de um lento mas irreversível afundamento económico, no seu todo, a partir do século XVI, com a litoralização da população peninsular, a verdade é que o imobilismo da região veio a contribuir significativamente para que o seu vasto e riquíssimo património tivesse chegado até aos nossos dias bem preservado, haurindo a sua pujança patrimonial na fraqueza económica e de abandono a que foi votada.

Olhando para a região como um todo supranacional, verificamos que as suas potencialidades de desenvolvimento sustentado têm a ver, sobretudo, com o reconhecimento, valorização e divulgação desse património ímpar no contexto peninsular e mesmo europeu, de forma a promover o seu turismo cultural, que constitui, neste século XXI, uma das suas indústrias mais promissoras.

Essa promoção exige uma política esclarecida de consenso de ambos os países, Portugal e Espanha, não passando qualquer estratégia de desenvolvimento da região por um só dos dois Estados, de uma simples habilidade votada ao fracasso e ao arrepio da construção europeia, que a todos diz respeito.

O desenvolvimento do Vale do Douro, baseado no seu património e no turismo cultural, exige, pois, uma verdadeira política de cooperação bilateral, uma vontade política autêntica de Portugal e de Espanha, que não se esgote nos programas comunitários de cooperação transfronteiriça existentes – como se tratasse apenas de dar cumprimento formal a exigências de natureza exógena –, mas que entenda esses programas, tão só, como uma das linhas de intervenção que importa levar a cabo, para que o extenso Vale do Douro venha a ter a oportunidade que lhe compete.

O QUE É O PATRIMÓNIO CULTURAL?

Natália Marinho Ferreira-Alves

INTRODUÇÃO

O tema que nos propuseram para reflectir no Seminário Internacional sobre o Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora, se bem que aliciante, é altamente problemático no momento que atravessamos, já que as alterações bruscas com que somos confrontados fazem com que posições consideradas válidas *hoje*, sejam tidas *amanhã* como obsoletas. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia veio colocar-nos perante desafios que não podemos ignorar, sob pena de perdermos a nossa memória colectiva e a nossa própria identidade; para que isso não aconteça, e as gerações futuras possam receber a herança que é possível ainda preservar, dois factores de coesão devem ser defendidos a todo o custo: a *Língua*, e aquilo que genericamente designamos por *Património Cultural*.

Se o factor *Língua* não levanta quaisquer questões, pela sua definição conceptual e pela sua importância na comunidade lusófona como elemento aglutinador de populações diversificadas, o mesmo não acontece com o *Património Cultural*. O que é então o Património Cultural?

Temática hoje muito discutida, designadamente sob o ponto de vista teórico, em inúmeros debates que têm ocorrido um pouco por todo o país nos últimos anos, não tem tido as consequências desejadas já que nunca o património construído foi mais desconstruído (e destruído) como no nosso tempo, algumas vezes de forma absolutamente impune. Devemos, no entanto, reconhecer que tem vindo a crescer uma sensibilização da opinião pública sobre os problemas patrimoniais, contribuindo para que o cidadão comum se sinta também responsabilizado pela guarda dos valores culturais que serão a matriz das futuras gerações.

A ideia abrangente de património cultural, leva-nos a colocar no mesmo prato da balança, e de acordo com as posições que têm vindo a registar-se, uma panóplia de vertentes, que passam pela arquitectura (desde palácios, casas nobres, casas rurais, igrejas, capelas, etc.), pela pintura, imaginária, talha, azulejo, ourivesaria, música, arte popular, gastronomia, tradições, e inclusive a própria paisagem natural com toda a carga telúrica que ultrapassa os próprios conceitos ecologistas.

Será então que tudo deve ser considerado património cultural, ou pelo contrário, o conceito tem sido inflacionado? E ainda, vista a questão pelo ângulo oposto, não teremos negligenciado todo um conjunto de elementos que, uma vez desaparecidos, tornarão mais pobres as referências matriciais de um povo?

CONSIDERAÇÕES

O primeiro momento da nossa análise irá orientar-se para uma reflexão teórica, tentando recolocar neste momento particularmente difícil para o caso português, alguns aspectos que consideramos marcantes para a compreensão do tema *Património*.

A ideia de ligação ao passado como uma necessidade do Homem para, no presente, se projectar no futuro, traz em si o desejo da Imortalidade. Afinal, se não fosse esta a primeira razão, embora inconsciente, que importância teria o desaparecimento material do passado? Por que motivo, quando o vencedor quer realmente abater o vencido, um dos processos mais óbvios e imediatos passa pela destruição das cidades, pela pilhagem dos seus bens, e pela deslocação violenta e compulsiva dos sobreviventes para outras paragens distantes do seu local de origem, tentando, desta forma, apagar a sua memória?

Como pode a identidade de um povo permanecer incólume, se a sua memória lhe é retirada? A herança cultural a transmitir à geração seguinte será, pois, entendida como uma obrigação moral por aqueles que a mantiveram intacta, assumindo-se como seus usufrutuários e não como proprietários.

Somos, assim, colocados perante esquemas onde os ideais podem ser aniquilados pela realidade mais dura, num plano em que, invocando-se ideologias políticas ou religiosas (no passado como no presente), se decide a destruição de um povo e, conseqüentemente, a sua cultura.

Nesta sequência, o mundo dito ocidental foi tomando consciência da necessidade de preservar o seu passado, a sua memória, e logo no início do século XX, assistimos ao aparecimento das primeiras preocupações sobre a conveniência de proteger da destruição aqueles bens imóveis a serem designados por Monumentos (Bases para a Classificação de Imóveis). Curiosamente, se bem que este processo se estenda até aos nossos dias, somos confrontados com realidades catastróficas: por um lado, nas convulsões violentas que assolaram o mundo, com particular destaque para as duas guerras mundiais, uma parte substancial daquilo que designamos por património construído (refira-se, a título de exemplo, o caso europeu), foi violentamente afectado, com a destruição parcial ou total de núcleos urbanos importantes (o caso de Dresden e de São Petersburgo – à época Leningrado, entre muitas outras); por outro lado, a ignorância e a incúria, por vezes generalizadas, das populações e dos responsáveis políticos, consumaram de forma trágica o desaparecimento a diversos níveis (móvel, imóvel, oral, etc.), de toda uma série de estruturas que consideramos vitais para a compreensão do verdadeiro significado de herança cultural.

Neste contexto, a UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS surgem-nos como as três organizações internacionais mais importantes na protecção do património construído, indo a UNESCO um pouco mais longe nas suas preocupações de salvaguarda, uma vez que a sua actuação tem contornos mais abrangentes. A estes três organismos se deve a publicação de legislação que tem tentado regulamentar as posturas face ao património, comprometendo igualmente

os chamados *Estados Aderentes* na sua aplicação, e dando orientações aos Governos, responsáveis pela organização das políticas do património. Assim, as *Cartas* (mencionem-se, pela sua relevância, as de Veneza, Atenas e Cracóvia), as *Convenções* (Haia, de 1954; Unesco – Paris, de 1970 e de 1972; de Montego Bay, de 1982; de Granada, de 1985), e as *Recomendações* aparecem-nos como três patamares incontornáveis quando nos debruçamos sobre questões patrimoniais, quer sob o ponto de vista doutrinário, quer sob o ponto de vista vincutivo.

De qualquer forma, convém referir que, apesar dos passos significativos que têm vindo a ser dados, as posições dos países signatários nem sempre são unânimes, existindo, por vezes, algumas reticências na aceitação de propostas apresentadas para a resolução de diversos problemas.

Pelo seu significado muito particular relativamente à salvaguarda do património arquitectónico europeu, a Convenção de Granada deve ser realçada já que, passados alguns anos da sua activação, os resultados obtidos são comprovadamente positivos; com efeito, ao lermos as medidas propostas, a primeira preocupação vai para a definição de *património arquitectónico*, que nos surge com um espectro abrangente e não restritivo. Proposta inovadora na época, ainda hoje permanece actual, pela forma inteligente como nos *monumentos*, *conjuntos arquitectónicos* e *sítios*, engloba toda uma série de estruturas que não mais se enquadram nos conceitos clássicos patrimoniais vigentes até então.

Ao fazer-se a distinção entre *monumentos*, *conjuntos arquitectónicos* e *sítios*, o texto de Granada remete-nos inevitavelmente para uma inventariação rigorosa que não deixa de lado vários elementos, até então difíceis de inserir numa classificação convencional. A obrigação de protegê-los implica não só a sua identificação rigorosa, mas também uma maior celeridade do processo, já que muitas vezes existe o risco concreto da descaracterização, demolição e mesmo destruição, do património a ser classificado.

Com a Convenção de Granada, pensamos que o conceito de *património cultural* ficou melhor definido, e se conseguiram estabelecer medidas concretas visando a sua protecção, comprometendo os Estados signatários a uma cooperação real. Este compromisso assumido leva à aceitação de uma autoridade que fiscalize todas as actuações, que tenham como alvo aquilo que hoje se designa por bens culturais, procurando travar intervenções não programadas.

A grande inovação deste documento de grande alcance, surge também com as recomendações feitas relativamente ao incentivo a ser dado à investigação científica, que tenha como objectivo prioritário o controle de toda e qualquer poluição que possa afectar o património construído, sendo igualmente recomendada uma acção firme que possibilite o cumprimento rigoroso da legislação produzida para a protecção desse mesmo património.

Convém, ainda, mencionar a intenção de pôr em funcionamento todos os mecanismos que possam contribuir de maneira significativa para a formação de técnicos especializados na conservação e restauro do património, devendo criar-se uma política de cooperação nesta área entre os países da Comunidade Europeia.

Por fim, o Comité de Peritos então criado pelo Conselho da Europa, no âmbito da Convenção, ao ficar com a responsabilidade de elaborar relatórios periódicos sobre as políticas implementadas pelos diversos estados europeus para a conservação do património, aparece como a principal garantia do empenho colectivo na preservação da herança cultural europeia, atendendo às especificidades de cada país.

Estas determinações iriam ter sequência, quer na Mesa Redonda de Londres, realizada em 1989, quer no Colóquio sobre Inventariação e Catalogação, que decorreu em 1992, declarado Ano Europeu do Património; surgem, assim, as primeiras medidas efectivas para a criação de normas de inventariação a serem aplicadas nos países comunitários, que iriam culminar em 1995 com o primeiro teste importante de Inventariação e Documentação, momento decisivo em que se assume que o Património para ser salvaguardado deve ser conhecido, definido e inventariado.

Relativamente a Portugal, a *Lei nº 107/1 de 8 de Setembro de 2001* onde são estabelecidas as *Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, constitui um marco importante para o país que, depois de um longo percurso, deseja encarar o seu património como uma prioridade vital mesmo em termos de afirmação de identidade.

Se fizermos uma rápida análise do panorama português em termos patrimoniais, temos um primeiro momento importante quando, em 1929, foi criada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que iria praticar uma política de intervenção nos monumentos sob a alçada do Estado, baseada numa filosofia que visava a recuperação da sua traça primitiva. Ao seguir-se esta opção, todas as marcas de intervenções posteriores, altamente significativas para a leitura da memória das sucessivas gerações foram rasuradas, sendo esta uma postura questionável nos nossos dias. Com efeito, uma das grandes vítimas desta posição foi a talha dourada já que nos ditos restauros efectuados pela D.G.E.M.N., ao ser dada prioridade à obtenção da presumível feição medieva do edifício, alienou-se de forma sistemática uma das vertentes patrimoniais portuguesas mais importantes. Por outro lado, tem-se vindo a verificar que, nos edifícios não intervencionados nessa época, ao serem retiradas as estruturas retabulares surge outro património não menos valioso: os frescos (medievais, quinhentistas e posteriores) também eles testemunhos de outros tempos, com a sua linguagem própria, quer sob o ponto de vista histórico, quer sob o ponto de vista estético. Face à escolha problemática da preservação dos frescos ou do retábulo de talha dourada, muitas vezes as soluções aplicadas não foram as melhores.

Actualmente a questão coloca-se em termos completamente distintos daqueles que atrás referimos. Com a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1980, mais tarde reestruturado, surgindo com a designação de Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, e com uma D.G.E.M.N. direccionada para um diálogo moderno e interdisciplinar, a

gestão do património cultural português tem perspectivas futuras promissoras, embora haja ainda um longo caminho a percorrer que possibilite a existência de um diálogo construtivo permanente.

Apesar destes sinais positivos não podemos, nem devemos ignorar, todos os atropelos que têm sido feitos pelos organismos oficiais e pelo cidadão comum, que passam: pelas cicatrizes profundas deixadas pela falta de ordenamento do território; pela ausência de planificação para a implantação de estruturas vitais para o desenvolvimento das regiões; pela construção anárquica e sem qualidade que proliferou um pouco por todo o país; pelo desconhecimento das formas e técnicas tradicionais abafadas por uma pseudo-modernidade.

CONCLUSÃO

Retomando a questão inicial: o que é o Património Cultural?

Ao tentarmos chegar a uma definição possível, somos confrontados com uma panóplia de bens que nos foram legados pelo passado colectivo e que nos ligam às nossas raízes mais profundas. Esse legado passa pelos testemunhos materiais e imateriais mais diversificados, desde o edifício que nos revela as cicatrizes do tempo, às histórias prestes a desaparecer com o último velho da aldeia, às tradições rejeitadas pelos mais novos.

Hoje, e segundo uma perspectiva mais abrangente, património cultural é tudo isso, abarcando também a própria paisagem natural defendida pelos movimentos ecologistas com um peso crescente na opinião pública. Ao nível da preservação da identidade regional e da memória histórica de um povo, é importante a valorização do património cultural e, para isso, é urgente a inventariação e a divulgação desse mesmo património, tornando-se vital sensibilizar o Homem para a preservação da Natureza e para a memória colectiva. No contexto actual da Comunidade Europeia é importante o investimento a fazer na divulgação do património das regiões, permitindo o acesso aos bens culturais. Tudo isto passa necessariamente pelo investimento prioritário nas novas gerações, já que serão elas os seus mais importantes garantes.

REQUALIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO: FACTOR DE IDENTIDADE EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

José Amado Mendes

1. INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com o património – no sentido de *património cultural*, como aqui será usado – continuam a merecer reflexão e estudo, por vários motivos. Em primeiro lugar, pela abrangência que o conceito tem vindo a adquirir, a qual aconselha que, em vez de património, se fale de patrimónios (artístico, literário, arqueológico, histórico, gastronómico, folclórico, industrial, científico, tecnológico, etc.). Em segundo, pelas estreitas relações daquele com aspectos que dizem muito a todos nós, desde as raízes à identidade, da memória à história, da cultura à tradição. Finalmente, pelo valor do próprio património, o qual não se restringe ao cultural e à evocação histórica, podendo tornar-se inclusive instrumental, como factor de desenvolvimento, ao serviço do homem e da sociedade.

Segundo esta perspectiva, o património não constituirá um encargo, a suportar penosamente, mas sim um recurso que, por isso mesmo, deve merecer redobrada atenção.

Como exemplos podem apontar-se os museus, lugares privilegiados de salvaguarda, estudo e divulgação do património, os diversos tipos dos chamados “lugares de memória” e o turismo cultural, alicerçado no dito património.

2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, PATRIMÓNIO CULTURAL

Património é um conceito dinâmico e eminentemente histórico, pelo que a sua significação tem variado ao longo dos tempos. Como nota D. Poulot:

Longe de se resumir a uma transmissão pura e simples, o sentido do património inscreve-se, em cada momento, num contexto de interpretação. Assim, ele testemunha, através da sua defesa [...], a evolução das mentalidades e das culturas¹.

Até há cerca de meio século, uma noção de património, algo elitista e restritiva, induzia a que apenas certo tipo de edifícios/estruturas fossem considerados

património ou, pelo menos, dignos de estudo e preservação. Por exemplo: teatros, anfiteatros ou pontes romanas, castelos, catedrais ou igrejas medievais, edifícios nobres ou ligados a eventos militares, culturais ou administrativos de certo relevo.

Entretanto, assim como a história e a cultura se foram democratizando, também a noção de património se alargou, ao ponto de nele já se incluírem:

- objectos ou “coisas banais” (como lhes chama Daniel Roche);
- estruturas utilizadas no quotidiano, equipamentos colectivos e seus vestígios;
- veículos antigos ou electrodomésticos, para dar somente alguns exemplos.

Assim, aos critérios tradicionais de classificação do património arquitectónico – eminentemente estéticos e, logo, “datados” ou, em alguns casos, imbuídos de uma certa carga histórica –, outros se juntaram, nomeadamente os relacionados com o seu valor testemunhal e portador de informação, de uso, de utilidade social e até mesmo económico. Recordem-se, a propósito, os estudos de X. Greffe² e de J. Ballart³.

Esta nova perspectiva de património – a qual, infelizmente, ainda não se encontra verdadeiramente interiorizada e enraizada nas mentalidades, por deficiências educativas e de formação – permite recuperar, para o âmbito daquele, um sem número de edifícios/estruturas/monumentos, ao mesmo tempo que alarga substancialmente o campo de acção e a responsabilidade de investigadores e de técnicos (engenheiros, arquitectos, historiadores, arqueólogos, etc.), políticos, autarcas promotores do desenvolvimento e operadores turísticos.

Na sequência de experiências acumuladas e pesquisas efectuadas, quer através de intervenções de salvaguarda, restauro e reabilitação, quer de investigação histórica e divulgação dos resultados (em bibliografia e revistas especializadas), tem sido dedicada atenção especial aos seguintes tipos de património: *engenharia civil* e *património industrial*.

No primeiro caso, recorde a série (da qual foram já publicados vários volumes, por áreas geográficas), na Grã-Bretanha, precisamente intitulada *Civil Engineering Heritage*⁴. Trata-se de inventários/roteiros dos diversos géneros de estruturas (ou seus vestígios), incluindo pontes e canais, fábricas e centrais eléctricas, moinhos hidráulicos e eólicos, casas de habitação e instalações de exploração mineira.

Recorde-se que também nos Açores têm vindo a realizar-se levantamentos semelhantes, encontrando-se já contemplado o património arquitectónico de várias ilhas⁵. Por sua vez, J. Appleton, em publicação recente, adoptou critério análogo, ao contemplar a arquitectura comum, o mesmo sucedendo com Luísa Trindade, num estudo sobre a arquitectura doméstica de Coimbra⁶.

Mais significativos têm sido, contudo, os progressos alcançados no âmbito do *património industrial*, graças à criação, estruturação e reforço de uma nova disciplina, a partir dos anos 1950, que é a *Arqueologia Industrial* e tem aquele como objecto⁷.

Através de um movimento de carácter internacional, ao qual tem aderido um número considerável de países, muitos edifícios antigos têm sido estudados, restaurados e reutilizados, constituindo alguns deles verdadeiras atrações culturais e turísticas⁸. A “Tate Modern”, em Londres, instalada junto ao Tamisa, numa antiga central termoelétrica – que, desde a sua inauguração, em 2000, já recebeu milhões de visitantes –, o Museu do Carro Elétrico, no Porto e o Museu da Electricidade, em Lisboa, também instalados em antigas centrais elétricas ou o Museu da Água Manuel da Maia, igualmente em Lisboa, localizado na antiga estação elevatória dos Barbadinhos, constituem exemplos bem sucedidos de requalificação de edifícios do âmbito do património industrial.

O sucesso e os resultados alcançados induziram a dilatar o período cronológico a contemplar. Com efeito, após uma fase inicial – na qual pontuaram autores ingleses –, em que alguns investigadores defendiam a tese segundo a qual só deveriam ser estudadas as evidências materiais da 1.^a Revolução Industrial, novas perspectivas foram adoptadas, passando a abranger-se o antes (isto é, os séculos da pré e da proto-industrialização) e o depois, ou seja, as 2.^a e 3.^a Revoluções Industriais. Consequentemente, edifícios e equipamentos de manufacturas, oficinas artesanais, explorações mineiras e seu enquadramento ou, de época mais recente, estruturas e tecnologias desactivadas e obsoletas merecem ser estudadas e preservadas.

3. SALVAGUARDA E REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

O ideal seria que conhecêssemos exactamente os diversos tipos de património arquitectónico existente – à luz dos critérios anteriormente referidos –, a respectiva localização, qual o seu estado de conservação e as medidas de intervenção de que carece. Tratando-se de uma tarefa cíclopica e dificilmente exequível, pelo menos no curto prazo, há que prosseguir e intervir, no que já se conhece e mereça ser considerado.

De acordo com o acima referido, as fronteiras cronológicas, também neste domínio, tendem a esbater-se. De qualquer modo, como não se pode – nem sequer seria vantajoso – preservar tudo, torna-se necessário fazer opções. Nesse sentido se pronuncia o autor já citado (João Appleton), ao contemplar, no seu estudo, os *edifícios antigos*, ou seja, aqueles que têm pelo menos 50 anos de existência (que considera o tempo médio esperado para a vida de um edifício). Segundo o autor:

Edifício antigo é aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante, ou seja, antes do aparecimento do cimento Portland, recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos construtivos, materiais e técnicas que têm origem quase perdida no tempo, mas que foi herdada, e nem sempre bem compreendida e aplicada, da tradição romana de construir⁹.

Obviamente que o referido critério não poderá ser impeditivo do estudo de edifícios de data posterior, quando o seu interesse e características assim o justificarem.

Por exemplo, a própria introdução e difusão das estruturas em betão, em Portugal – não obstante alguns contributos já dados por um ou outro investigador¹⁰ – carecem ainda de investigação mais aprofundada, a qual só pode ser concretizada através do estudo empírico daquelas estruturas.

Isto para não falar de outras realidades, como a evolução da chamada habitação social, ao longo do século XX, e da progressiva utilização de novos materiais.

Mas, poder-se-á perguntar: qual o interesse em estudar os edifícios antigos? Sobre o assunto, já foi sublinhado:

O estudo dos edifícios antigos apresenta um interesse crescente, dada a evidente importância que tem vindo a ser atribuída à conservação do património construído, entendido de forma muito mais geral do que a simples visão conservacionista de monumentos e edifícios públicos de grande importância. Aceita-se hoje, cada vez com mais clareza, que esse património engloba, de forma marcante, não só os edifícios monumentais – palácios, igrejas, castelos, conventos –, mas também os *edifícios habitacionais, industriais e comerciais* que, isoladamente ou, ainda mais, em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que o que sucede com os monumentos individualizados que, por vezes, não são mais do que expressões individuais de eventos singulares na época. Estes edifícios, que se identificam em tantas cidades e vilas com os chamados centros históricos, são geralmente mal conhecidos, já que até há bem pouco tempo a atenção de investigadores, arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos, entre outros, se dirigia especialmente para os já referidos edifícios especiais e monumentos, cujas intervenções se consideram mais marcantes e mais valiosas do ponto de vista curricular¹¹.

Como é defendido por certos autores, as *ciências do património*, ao invés da história – pelo menos segundo uma óptica tradicional que está, ela também, em fase de mudança –, podem considerar-se *ciências aplicadas*.

Daí que o estudo dos edifícios antigos, além de não dever ser desligado de posteriores intervenções de reabilitação, restauro ou requalificação, deva, inclusive, servir-lhes de fundamento e de bússola orientadora.

Por isso, deverão ser equacionados diversos tipos de questões, a exigirem colaboração interdisciplinar e o contributo de saberes de especialistas de várias áreas. Entre outras destacam-se:

- a fundamentação/justificação da acção a desenvolver;
- o grau e modelo da intervenção a efectuar;
- o modo, as técnicas e os materiais a utilizar¹².

Não sendo possível focar, aqui, estes tópicos com a profundidade que mereciam – não só pela escassez do tempo mas também pelo seu carácter técnico e especializado que ultrapassa, obviamente, a minha competência em tal matéria –, apenas farei breves considerações.

Dada a falta de sensibilidade e a deficiente formação, em questões patrimoniais, de decisores, responsáveis e outros intervenientes no processo de requalificação de determinada estrutura – cuja responsabilidade passa, inclusive, pela formação ministrada nos cursos de Arquitectura e de Engenharia – e os próprios interesses, mesmo especulativos, frequentemente em jogo, torna-se necessário fundamentar muito bem as propostas a efectuar, evidenciando os diversos critérios em que as mesmas se baseiam.

Assim – e como já foi recordado anteriormente –, além do critério estético, há que invocar:

- a) o valor histórico, documental e identitário do edifício;
- b) a sua função como “lugar de memória”;
- c) e como elemento útil à comunidade que dele deverá usufruir.

Com efeito, o património arquitectónico – como, aliás, o património cultural, de um modo geral –, além do respectivo valor histórico e cultural, tem igualmente um *valor económico* e um *valor de uso*.

Recorrendo a um exemplo concreto, quando alguém, com responsabilidades a nível autárquico, manda demolir a chaminé de uma fábrica centenária, de referência no seu ramo, argumentando que “nunca lhe tinha reconhecido valor estético”, devem recordar-se-lhe duas coisas muito simples:

- em primeiro lugar, que o valor estético não é o único (e, muitas vezes, nem sequer é o principal) a ter em conta;
- em segundo, dada a natureza do belo e do estético, com o carácter de subjectividade e até de temporalidade que lhe é inerente, ninguém está em condições de o definir e impor a terceiros, sobretudo quando se trata de salvar ou de demolir património histórico.

Outro argumento que, por vezes, é usado, prende-se com as *vantagens* (ou desvantagens) *económicas*, em optar por salvarguardar e requalificar ou por construir de novo. Aqui há que considerar vários aspectos, designadamente: as características e o estado em que se encontra o edifício; os objectivos a que o mesmo se destina (naquela que vai ser, pelo menos, a sua segunda vida); o programa a adoptar.

Este pode passar, entre outras, pelas seguintes soluções:

- a) alterações mínimas, quando a estrutura existente ofereça condições de fácil adaptação à sua nova funcionalidade;
- b) a manutenção do invólucro, ou seja, das paredes exteriores, com a criação de novos espaços e condições no interior;

c) ou, segundo uma *solução minimalista* – ainda que discutível –, preservar apenas a fachada principal, mantendo somente a aparência mais visível.

Recorde-se que um dos efeitos positivos – que, embora possa ser considerado secundário, nem por isso é despiciendo – das referidas soluções consiste em impedir, de modo indirecto, a adopção de outras soluções construtivas de raiz, eventualmente com volumetrias e características completamente desadequadas ao respectivo local.

Todavia, mesmo colocando a tónica no critério económico, torna-se desnecessário desmistificar a ideia de que será “mais barato demolir e construir de novo”. A propósito, lembra João Appleton:

Se num edifício antigo a reabilitação pressupõe a integração e o aproveitamento do edifício, isso significa que há um conjunto importante de elementos de construção já executados, fundações, paredes estruturais, pavimentos, etc. e que poderão ser mantidos. Assim, naturalmente, a quantidade de materiais a aplicar de novo é sempre muito menor do que os que seriam necessários num edifício novo com características idênticas; por isso, será de esperar que o custo da reabilitação seja menor do que o de um edifício inteiramente novo, a não ser que os custos unitários de cada trabalho sejam muito agravados por circunstâncias específicas¹³.

Do ponto de vista da execução, dever-se-á procurar, sempre que possível, utilizar-se materiais e técnicas muito semelhantes e próximos dos usados primitivamente. Daí a necessidade de reforçar o investimento em cursos e acções de formação, com vista a não deixar desaparecer e a recuperar o saber-fazer tradicional, cada vez mais escasso. Será desejável que se constituam mais micro ou pequenas empresas destinadas a este tipo de trabalhos, integrando técnicos e especialistas de diversas áreas.

4. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E DESENVOLVIMENTO

O turismo já foi considerado como um “*passaporte para o desenvolvimento*”¹⁴. Tratando-se de uma actividade relativamente jovem (cujo arranque se verificou há pouco mais de um século), não deixa de ser surpreendente como se desenvolveu, sendo já considerado, atendendo a todas as suas implicações e ao efeito âncora que lhe está associado, como *a indústria do século XXI por excelência*.

A exemplo do que se verificou com o património, também o turismo tem vindo a democratizar-se e a sectorizar-se, pelo que se podem distinguir, entre outras, as seguintes modalidades de turismo:

- rural e urbano;

- termal, balnear, religioso e desportivo;
- natural e cultural.

Trata-se de classificações não muito rigorosas nem exclusivas, dado que não é possível fazer compartimentos estanques, entre os diversos tipos de turismo. Quando muito, aquelas e outras classificações permitem sublinhar a predominância de determinada componente, no respectivo género de turismo.

Numa obra dedicada ao assunto, pode ler-se a seguinte definição:

Define-se aqui turismo cultural como uma deslocação (implicando, pelo menos, uma dormida) cuja motivação principal é alargar os respectivos horizontes, procurar conhecimentos e emoções através da descoberta de um património e do seu território¹⁵.

Especifica-se, seguidamente, qual o património que é objecto do turismo cultural, *material* e *imaterial*, designadamente:

- a) património material de sítios consagrados à cultura, realizações do homem: museus, monumentos, cidades e aldeias com obras de arte ou identidade própria, sítios arqueológicos e pré-históricos, jardins, edifícios religiosos, militares, etc.;
- b) património imaterial das festas e manifestações, das tradições e dos saber-fazer, abundantes no passado e no presente¹⁶.

Como é sabido, o produto *turismo cultural* é constituído por dois grupos de elementos distintos:

- elementos culturais: um objecto significativo (monumento, museu, obras de arte, espectáculo, entre muitos outros);
- elementos turísticos: meio de transporte, acolhimento, alojamento e restauração¹⁷.

É de admitir que, com o aumento do nível cultural da população e da própria longevidade, o turismo cultural se torne uma modalidade cada vez mais procurada e apetecida. Provavelmente a situação já se alterou, relativamente ao que se afirmava em 1993, acerca do assunto:

Apesar da riqueza de Lisboa e do seu anel de castelos e de mosteiros, não obstante o Porto e as inumeráveis igrejas do vale do Douro [e, por que não recordar, também, toda a riqueza e diversidade cultural e, em particular, arquitectónica de Trás-os-Montes, Minho e Beiras?], bem como de Évora e dos castelos que a envolvem, são as praias que atraem o maior número de turistas (62% das dormidas)¹⁸.

Antes de concluir, gostaria ainda de apresentar algumas sugestões, de carácter mais prático, sobre a requalificação do património arquitectónico, nomeadamente na zona transmontana, em que nos encontramos. Aliás elas integram-se naquilo que há foi classificado como um aspecto paradoxal do gosto contemporâneo, a saber:

Parecendo uma época de consumo acelerado das formas (por se tratar de uma época de aproximação rápida aos códigos e aos seus substratos ideológicos), na realidade é um dos períodos históricos em que as formas se recuperam com maior celeridade e se conservam, apesar da sua preterição¹⁹.

As zonas do interior do país, em geral menos bafejadas pelo processo da industrialização (com os prós e os contra que daí advieram), dispõem, ainda assim, de um património arquitectónico diversificado e significativo (ainda que, eventualmente, não muito espectacular, devido à sua própria escala, em geral pequena ou média), a necessitar de ser estudado, revalorizado e requalificado. Sem pretender ser exaustivo, apontarei, no entanto, alguns exemplos comprovativos da asserção acabada de fazer.

1. Alguns tipos de património arquitectónico (ou seus vestígios/ruínas) são mais raros e encontram-se devidamente localizados em certas zonas: *filatório de Chacim* (testemunho inequívoco da importância da indústria da seda na região, em finais de Setecentos) ou *edifícios/caves/armazéns vinícolas, na zona da Régua* ou, ainda, *castelos*, em localidades fronteiriças ou situadas estrategicamente, em termos militares.

2. Outros, mais comuns, encontram-se dispersos por numerosas localidades, como sucede com o *património arquitectónico religioso*, composto por *pequenas capelas* ou *igrejas paroquiais*, algumas mesmo de certa imponência como, por exemplo, a de Moncorvo ou por alguns antigos mosteiros ou conventos.

3. No que concerne aos *equipamentos colectivos*, de predominância urbana mas também presente em muitas localidades de índole rural, recordo as *estruturas ligadas aos seguintes meios de comunicação e abastecimento* (em especial de *água* e de *electricidade*).

4. *Embarcações e portos fluviais* (a sua importância, até bem entrado o século XIX e mesmo ao longo de parte do XX, justifica que se lhes preste atenção, inclusive do ponto de vista turístico). Antigas e prestigiadas embarcações, como os famosos barcos rabelos, poderiam “regressar” ao rio Douro, não já para transportar o vinho generoso para Gaia, mas sim para deleite de turistas que, sem esquecerem a comodidade dos barcos actuais, desejassem ter outro tipo de experiência.

5. Quanto à *electricidade*, merecem destaque *as centrais eléctricas* (termo ou hidroeléctricas), *redes de abastecimento e toda a panóplia de aparelhos* que permitiram a mudança das nossas vidas (electrodomésticos, iluminação, anúncios luminosos, etc.).

6. No que toca ao *património ferroviário*, tanto o papel deste meio de transporte, no último século e meio, como o vastíssimo património que dele nos ficou e as suas potencialidades sugerem que se não desperdicem oportunidades neste domínio. Além das viagens turísticas, em comboio a vapor, nas margens do Douro – de ímpar beleza –, há que promover outras iniciativas do género, em troços ou vias apropriadas para o efeito, ao mesmo tempo que será aconselhável a salvaguarda e reutilização (para fins culturais, quando possível ou, por que não, mesmo comerciais) de estações e apeadeiros, outrora com tanta vitalidade e hoje em grau acelerado de deterioração.

7. Por sua vez, o *património ligado à água*, abundante e disperso um pouco por todo o lado, também não pode deixar de ser referenciado e estudado. Por um lado, o aproveitamento da água como força motriz: *moinhos hidráulicos, noras e azenhas, sistemas de rega, rodas hidráulicas e centrais hidroeléctricas são elementos a considerar*. Por outro, os meios de abastecimento de água, desde os *antigos fontanários* às mais recentes *estações elevatórias* e aos *depósitos de água*, alguns dos quais, além de funcionais, apresentam linhas arquitectónicas com certo nível estético (a exemplo do recentemente edificado no Alentejo, na nova Aldeia da Luz).

8. Em zonas de grande tradição agrária e rural, como é a do Nordeste transmontano, o património arquitectónico da indústria agro-alimentar pode constituir também um importante campo de estudo e a reutilização de alguns dos respectivos edifícios deve ser considerada. Recordem-se, por exemplo: *lagares de azeite* e de *vinho, destilarias, caves e armazéns*, não esquecendo a respectiva tecnologia e os diversos utensílios e equipamentos ligados à actividade em causa²⁰.

Algumas dessas estruturas, por vezes com investimentos modestos, poderão adquirir um nova vida e uma certa dinâmica, desde que nelas se instalem serviços educativos e culturais (bibliotecas, arquivos, museus, galerias, etc.) ou equipamentos de serviços administrativos, turísticos ou de restauração.

9. Património igualmente importante e abundante é o que diz respeito à *habitação* e à *rede escolar*, com destaque para a do 1.º ciclo. Como um número substancial destas escolas tem vindo a encerrar, o seu estudo e requalificação (do que, aliás, já há exemplos em diversas localidades do país) impõem-se; além do mais se, um dia, a população escolar o vier a justificar, elas poderão ser devolvidas à sua função inicial, tornando assim reversível o processo de intervenção, de acordo, aliás, com o que se recomenda como sendo uma das boas práticas.

Acrescente-se que a investigação desses edifícios antigos permitirá, igualmente, esclarecer aspectos vários da história da construção civil e da arquitectura, em aspectos como os seguintes:

- a tendência, secular, para a redução da espessura das paredes de pedra/alvenaria;

- a progressiva substituição desta por outro tipo de construção mais leve e barato, em tabique, tijolo ou mesmo madeira e, posteriormente – sobretudo já ao longo do século XX –, em betão;
- a predominância do uso de materiais da região (com destaque para o granito);
- o género de caixilharia usado e a sua evolução, ao longo do tempo (por exemplo, quando e como se generalizou o uso da tradicional janela, de tipo deslizante ou de guilhotina?);
- a introdução e a vulgarização do uso de vidraça, nas janelas, fenómeno que só muito excepcionalmente remonta ao período anterior ao século XIX;
- a utilização da “telha marselha” (de origem francesa como, aliás, é denunciado pelo próprio nome) que, a partir da segunda metade de Oitocentos, foi substituindo paulatinamente a tradicional telha nacional, de canudo;
- origem da cerâmica, do vidro e de outros materiais, usados na construção;
- a introdução da arquitectura do ferro, a partir de meados do século XIX e, do betão, a partir das primeiras décadas do XX.

EM CONCLUSÃO:

1. O património arquitectónico, apesar de diversificado e ainda relativamente abundante, todos os dias sofre ameaças, algumas das quais levam a perdas irreparáveis. Umas são devidas à acção inexorável do tempo; outras são provocadas pelo próprio homem, por ignorância, algumas vezes, ou por ganância e ambição desmedida, outras.

2. Todavia, ele constitui uma parte importante da nossa história, além de ser portador de informação, em muitos casos de grande relevância, para a compreensão das nossas raízes e identidade. Por exemplo, algumas casas de habitação, dispersas um pouco por todo o país, pelo seu estilo e características – nada consentâneas com a tradição local –, só podem compreender-se se tivermos em conta o fenómeno da emigração que esteve na sua origem.

3. Muitos dos edifícios, considerados “banais”, embora obsoletos ou já não adequados à função primitiva a que se destinaram, oferecem ainda consideráveis vantagens para que sejam reaproveitados e reutilizados, pelo que, ao seu significado como monumentos e documentos, podem aliar o de uma nova funcionalidade e ainda a utilidade social.

4. Tal como se verifica com alguns museus, em que o continente atrai mais visitantes do que o próprio conteúdo (entre outros, o conhecido Guggenheim, de Bilbao, ou o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói-Rio de Janeiro, são exemplos bem conhecidos), também um antigo lagar, uma estação ferroviária ou um moinho (hidráulico ou eólico) podem constituir atractivos de monta, desde que, utilizando-se as respectivas estruturas, sejam oferecidos produtos regionais, típicos (artesanais, por exemplo) ou serviços de qualidade.

NOTAS

- 1 Dominique Poulot, *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*, França, Ed. Gallimard, 1997, p. 36 (Como nas restantes citações, a partir de obras em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade).
- 2 Xavier Greffe, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos, 1990.
- 3 Josep Ballart, *El patrimoni histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ed. Ariel, 1997.
- 4 Entre os trabalhos publicados, sob o título genérico *Civil Engineering Heritage*, contam-se os seguintes (todos eles editados em Londres, pela Thomas Telford): *Wales & Western England* (1986); *Southern England* (1994); *Eastern & Central England* (1994).
- 5 Ver, por exemplo: Jorge A. Paulus Bruno (coord.), *Lages Pico. Inventário do Património Móvel dos Açores*, Lages, Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal das Lages, 2000; *Madalena Pico. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Madalena, Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Madalena, 2001.
- 6 Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- 7 Emory L. Kemp (ed.), *Industrial Archaeology: Techniques*, Florida, Krieger Publishing Company Malabar, 1996.
- 8 Pode ver-se um conjunto notável e diversificado desse tipo de estruturas na obra: Assumpció Feliu Torres (coord.), *Cien elementos del Patrimonio Industrial en Cataluña*, Barcelona, Lunwerg Editores/Associació del Museu de la Cincia i de la tècnica i d'arqueologia Industrial de Catslunya, 2002.
- 9 J. Appleton, *op. cit.*, p. 2.
- 10 É o caso de Joaquim C. S. Viseu, *História do Betão Armado em Portugal (Incluindo a história do betão pré-esforçado). Técnicos relevantes. Obras conhecidas. Regulamentos principais*, Lisboa, Associação Técnica da Indústria do Cimento, 1993.
- 11 J. Appleton, *op. cit.*, p. 1-2 (itálico meu).
- 12 Ver também, sobre o assunto, o meu artigo intitulado “Um nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais”, *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 2000, p. 197-212, bem como a bibliografia aí referenciada.
- 13 J. Appleton, *op. cit.*, p. 159-160.
- 14 Emanuel de Kadt, *Tourism. Passport to Development? Perspectives on the Cultural Effects of Tourism in Developing Countries*, reimp., Oxford University Press, 1984.
- 15 Claude Origet du Cluzeau, *Le tourisme culturel*, col. “Que sais-je ?”, n.º 3389, Paris PUF, 1998, p. 3.
- 16 C. O. Cluzeau, *op. cit.*, p. 4.
- 17 *Le Tourisme Culturel en Europe. GEATTE-Groupement d'étude et d'assistance pour l'aménagement du territoire et l'environnement*, Bruxelas, Comissão das Comunidades europeias D. G. XXIII-Unité Tourisme, 1993, p. 66.
- 18 *Idem*, p. 53.
- 19 María Luísa Fdz. Rivera, “Iconografía industrial y arquitectura deconstructivisada”, *Fabrikart. Arte, Tecnología, Industria, Sociedad*, n.º 3, año 2003, p. 42.
- 20 Ver a obra acima citada, *Cien elementos del Patrimonio Industrial en Cataluña*, p. 73 e ss.

O PROGRAMA ARQUITECTÓNICO DA MATRIZ DE MONCORVO E A DEMORADA AFIRMAÇÃO DA ARTE BARROCA NO DISTRITO DE BRAGANÇA

Luís Alexandre Rodrigues

Actualmente no Distrito de Bragança verifica-se uma coincidência entre a circunscrição administrativa civil e a área correspondente à diocese de Bragança-Miranda. Esclareça-se que tal coincidência tem menos de um século já que resultou da criação, em 1922, da diocese de Vila Real. Ao cederem algumas parcelas territoriais, alguns bispados concorreram para que a igreja de S. Domingos, de figurino gótico¹, pudesse dar guarida a uma nova catedral episcopal. Foi assim que as paróquias do antigo ramo de Monforte de Rio Livre, secularmente tuteladas pelo antiste de Bragança e Miranda, passaram para a esfera da diocese de Vila Real.

Contudo, desde 1882 que paróquias existentes nos concelhos localizados a Sul do actual Distrito de Bragança, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mogadouro e Mirandela, Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Vila Flor, deixaram de responder directamente perante a hierarquia do arcebispo de Braga.

Estes esclarecimentos não dispensam a notícia de que, no plano religioso, o Distrito de Bragança, território repartido pelo risco da linha fronteira, a Nascente, onde se elevam os cumes montanhosos de Montesinho e da Coroa, a Norte, serpenteiam os sinuosos leitos dos rios Rabaçal e Tua, a Poente, e correm as águas Douro Internacional, a Sul, até meados do século XVI integrou a arquidiocese de Braga. Então D. João III, decidido a refrear o poder dos titulares da catedral bracarense promoveu a reformulação do quadro religioso do país, facto que potenciou a criação da diocese de Miranda do Douro.

No conjunto de medidas que o monarca patrocinou, interessam-nos os aspectos relacionados com a necessidade de se edificar uma nova catedral. O seu estaleiro e fábrica não teriam termo de comparação em nenhuma outra construção, religiosa ou civil, erguida neste espaço geográfico. Ainda que com um historial não completamente determinado, ao mesmo segmento cronológico pertencem as empreitadas da igreja de S. Miguel de Freixo de Espada à Cinta e de Santa Maria de Moncorvo. As obras destes templos constituíram uma trilogia que, para além de outras idiosincrasias, se distinguiu pela monumentalidade dos seus volumes.

Por volta de 1510, Duarte d'Armas representou, fora dos muros mas na sua proximidade, a igreja de S. Miguel de Freixo de Espada à Cinta. O desenho que nos ofereceu mostra um desenvolvimento em dois volumes, sendo o da cabeceira mais estreito e mais baixo que o do corpo. Um e outro não apresentam reforços e no pano do alçado lateral visível não se assinalou qualquer entrada. Embora tanto as águas das coberturas como a fenestração sigam os modelos estereotipados do casario do burgo, o escudeiro do Venturoso caprichou no debuxo do portal que solenizava o prospecto principal. No mesmo eixo, representou-se a sineira do coroamento, com um só vão e remate triangular. Contrastando com o modelo da sineira, muito vulgarizado e de grande simplicidade formal, o portal ostentava obra com pretensões ao desenvolver uma teoria arquitectónica que convocou arcos conopíais e robustos suportes, tudo recamado de ornatos difusos, mostrando que os esquemas do manuelino, também presentes na frontaria da pouco distante matriz de Foz Côa, passaram para a margem transmontana do rio Douro. Apesar da capacidade demonstrada pelos práticos no manuseio dos procedimentos ornamentais mais característicos do manuelino a verdade é que, em Trás-os-Montes, fora da vila de Freixo o seu reportório não teve grande ventura.

A admissão que a obra realizada correspondia integralmente à representação de Duarte d'Armas pode ter implicado o esgotamento dos recursos de tesouraria. De facto, Santa Rosa de Viterbo ao explicar os sentidos da letra “Ó” referiu-se à “festa do Ó”, adiantando tratar-se de um “beberete, merenda, convite, que se dava nas catedrais, colegiadas e mosteiros em cada um dos sete dias antes do nascimento do Filho de Deus, principiando nas primeiras vésperas da festa da Expectação²”. No mesmo verbete apontava-se ser este costume também seguido em Freixo de Espada à Cinta onde, em 1518, a Câmara e os três raçoeiros da igreja decidiram que o “Ó de vinhos e fruta” que se dava aos moradores devia ser afectado à “fábrica da igreja por estar muito pobre³”. Desta forma foi possível que todos os anos se pudesse registar a entrada nos respectivos cofres da quantia de 500 réis.

Quem provavelmente ainda participou nesse corte com as rotinas do quotidiano que a festa do Ó significava e presenciou a animação e até alguns comportamentos excessivos que o zelo das autoridades da ordem pública costuma reprimir foi João de Castilho, o sucessor de Boitaca no empreendimento dos Jerónimos. Andarilho impenitente, tomou-se de amores por Maria Fernandes de Quintanilha, filha do biscaíno Garcia Fernandes de Quintanilha⁴, casado em Freixo de Espada à Cinta, onde por razões políticas tinha procurado refúgio. Por conseguinte, tem cabimento a possibilidade de João de Castilho ter integrado alguma das equipas que trabalharam na igreja de S. Miguel. Porém, continuamos sem notícias seguras que elucidem acerca do andamento da obra e informem sobre os seus intervenientes e principais responsáveis.

Em todo o caso, em 1521, ano em que ocorreu a passagem de D. Manuel I e D. João III tomou o ceptro da governação, a igreja não estava concluída. E ainda que o Piedoso tenha patrocinado numerosas construções religiosas não se

conhece nenhuma medida que valide a generosidade do monarca para com a igreja de Freixo de Espada à Cinta. Mesmo sabendo-se que em 1526, confirmando uma medida tomada em 1452, deu a sua anuência para que a terça parte das rendas concelhias fosse disponibilizada para as reparações do castelo e muralha. Também devemos reter que os monarcas, em paralelo com os direitos sobre as rendas seculares, também percebiam a terça dos rendimentos da igreja de S. Miguel, transformada que foi em matriz. Por isso, deve dar-se importância ao articulado de uma petição apresentada pelos homens-bons de Freixo, talvez a D. João IV, especialmente na parte em que se afirmava que a igreja matriz foi construída com a “Terça real, que nella tinha⁵”. Portanto, os antecessores do Bragança, particularmente D. Manuel I, abdicaram das rendas eclesiásticas, que o direito lhes consignava, a favor das obras da igreja de S. Miguel. Assim, o patrocínio régio constitui uma das justificações para a compreensão da grandiosidade desta mole e de todo o seu artifício.

A esta matéria referir-se-ia no fim do ano de 1547 o primeiro prelado da diocese de Miranda do Douro, D. Toríbio Lopes. Preocupado com os problemas de estruturação da nova circunscrição religiosa e especialmente com a contratação de mestres e demais diligências relacionadas com o arranque das obras da catedral escrevia ao rei propondo-lhe que animasse outras empreitadas na região de modo a que fosse possível aumentar a oferta de trabalho e as possibilidades de captação de práticos. É que da abundância de braços e de capacidade técnica dependia a evolução, o custo da mão-de-obra e a rapidez das grandes fábricas. Ao mesmo tempo criavam-se condições para que as empreitadas não corressesem, como escrevia, “com o vagar de que neste castello se a feito e faz⁶”. Sendo certo que estas reparações corriam no castelo de Miranda, o bispo dava mais força à sua razão apoiando-se nas vozes que frequentemente se ouviam relativamente ao “vagar da obra do Frexo”. Infelizmente, esta referência a Freixo de Espada à Cinta não foi completamente concretizada. Sendo certo que neste período a vila de Freixo se caracterizava por alguma euforia construtiva quando D. Toríbio escreveu aquelas palavras não devia estar a pensar nas obras da Misericórdia, em curso pelos anos de 1555 e 1556. As reparações do sistema defensivo ou a fábrica da matriz parecem ser mais plausíveis.

Na fonte que vimos seguindo também se afirmava a concessão temporária da terça das rendas do concelho de Miranda do Douro. Um montante de 30.000 réis podia acudir a obras em várias terras, uma das quais era a de Freixo de Espada à Cinta. No entanto, dificilmente a parcela que tocou a esta vila seria aplicada em obras de fortificação porque também a de Miranda clamava por reparações. Por isso, antes de se tomarem a sério os preparativos para a obra da Sé melhor aceitação teriam os gastos parciais da terça em obras na igreja de S. Miguel.

A petição seiscentista dos homens-bons de Freixo, a que já aludimos, tem valor documental acrescido porque para além de conter uma solicitação para que o monarca “lhes mand(ass)e acabar a Igreja matriz” especificava as obras pretendidas: “o coro, pulpito, e remates”⁷. Da demorada conclusão da fábrica da igreja, sinal da limitação de meios, pode-se inferir que a abolição das fron-

teiras durante o domínio filipino não foi um factor dinamizador da economia nem provocou o crescimento demográfico nas terras quentes de Freixo de Espada à Cinta.

Com uma planimetria longitudinal, quatro pares de colunas organizam interiormente o corpo do templo em três naves de cinco tramos com o da entrada principal a corresponder ao espaço ocupado pelo coro. Questões funcionais como a conveniência de se acentuarem os declives das águas da cobertura exterior determinaram o projectista a desenhar a construção de forma a que a nave axial ficasse ligeiramente levantada sobre as coberturas das laterais. Enquanto estes dois corredores se estruturaram com arcos mestres apontados, no do centro aplicaram-se arcos de meio ponto. Enquanto elementos de suporte, as colunas permitiram o surgimento de nervuras que formavam o artesoadado da abóbada e que eram complementadas por mísulas solidárias com os muros da vedação lateral. As respectivas bacias, ao potenciarem o jorro decorativista, animaram-se com cenas naturalistas como a da luta entre um cão e um porco montês.

Contudo, aqueles procedimentos técnico não inviabilizaram a função unificadora da abóbada.

Na organização da cabeceira, a capela maior e a presença de duas colaterais relacionam este templo com a matriz de Nossa Senhora da Assunção de Arronches e com a configuração que a igreja dos Jerónimos apresentava antes das reformas introduzidas por Jerónimo de Ruão. Todavia, outras concepções e procedimentos relacionam estas três construções. Destacamos o apuramento alcançado pelo sistema de nervuras e a possibilidade de se lançar uma cobertura capaz de abarcar o conjunto das três naves. Independentemente do tipo de arcaturas – na matriz de Arronches o arco quebrado é dominante – o artesoadado permitiu a projecção de abóbadas à mesma altura, quase planas e de assinaláveis dimensões e fez com que a iluminação do corredor central dependesse unicamente da fenestração rasgada nos alçados laterais. Em consequência, os valores isotrópicos que se instauravam modelavam a atmosfera interior destas igrejas-salão enquanto que reforçavam a unidade espacial.

Depois da criação do bispado de Miranda do Douro, a vila de Torre de Moncorvo, tal como a de Freixo de Espada à Cinta, continuou na jurisdição eclesiástica do arcebispado de Braga. Dedicada a Nossa Senhora da Assunção, a sua paroquial implantou-se nos arrabaldes da vila mas a escassa distância de uma das portas abertas na cintura de muralhas.

Trata-se de uma edificação monumental onde, como reflexo de hesitações estéticas e alterações de gosto, se surpreendem mudanças na intenção dirigente. Claro que conjunturais dificuldades de tesouraria influenciaram o ritmo dos trabalhos e impediram que a obra tivesse sido realizada num só jacto. A escassez da informação conhecida não nos permite o acompanhamento das fases de crescimento da sua fábrica. No entanto, o Doutor João de Barros, escrevendo

em 1549, anotaria que a igreja “ha quarenta anos que se começou”⁸ e informava ser “de bobeda” a sua cobertura interior. Por justificar algumas das asserções antecedentes, o ano de 1609 constitui uma outra baliza que nos interessa. Nesta altura, o chantre da catedral de Évora, o erudito Manuel Severim de Faria, empreendeu uma viagem para, a propósito da sua indigitação para aquela Sé, apresentar os parabéns a D. Diogo de Sousa, até aí bispo de Miranda. Durante aproximadamente um mês, tempo de duração da viagem entre Évora e Miranda, Severim de Faria registou com alguma minúcia os sucessos do itinerário. No que a Moncorvo respeita, enfatizamos a afirmação de que a igreja “he(ra) de obra nova”⁹, ainda não concluída mas que, uma vez na sua perfeição, adiantava, seria “obra insigne”.

Neste segmento de meio século muita coisa mudou no país. Bastaria termos em conta a morte de D. Manuel I, a acção governativa de D. João III e as principais ocorrências que, de crise em crise, sancionaram os direitos da monarquia espanhola à coroa portuguesa. Na arte em geral e na arquitectura em particular algumas dessas mudanças revestiram-se de um profundo significado porque almejavam a superação dos prolongamentos da arte gótica que continuavam a dificultar a difusão da nova linguagem que tinha as suas principais referências nas cidades italianas, mormente naquelas que souberam valorizar e acrescentar o legado clássico.

Esta disputa pode surpreender-se já em alguns apontamentos existentes na matriz de Freixo de Espada à Cinta, no desenho das mísulas, capitéis e até nas bases de colunas, cuja modelação estética mostra alguns laivos de procedimentos correntes na arte da renascença. Contudo, as inércias medievalizantes eram ainda suficientemente poderosas para determinarem que alguns dos elementos do plano, da construção e da estática da paroquial da Senhora da Assunção ou de Santa Maria, como comumente se designava, se situassem na linha de continuidade das *hallenkirchen* medievais de matriz germânica. Portanto, num tempo em que os valores do humanismo se expandiam, a arquitectura portuguesa transmitia novo fôlego à tipologia das igrejas-salão.

Mas não foi com facilidade que as oficinas e os práticos, treinados com formulários operatórios sustentados em princípios e metodologias inscritas na longa duração, se convertessem às novidades estéticas que alguns espíritos inquietos e se calhar marginais teimavam em divulgar.

No “Auto da Avé Maria”, António Prestes dramatizou este conflito que opunha os que pugnavam pelas virtualidades da obra “à antiga”, pautada pelos valores clássicos e do Renascimento, e os que defendendo a obra “à moderna” se mantinham agarrados aos padrões medievais.

A construção da igreja de Moncorvo significou a continuidade dos esquemas planimétricos longitudinais em que o corpo se apresenta tripartido e em que, por questões funcionais, a nave central, mais larga que as das ilhargas, se alinha pelo eixo da capela-mor. As conveniências do culto determinaram a aplicação do velho princípio da *utilitas*, há muito enunciado pelo romano Vitruvius. Cada tramo do corredor central tem uma diagonal que corresponde ao dobro da

largura que as naves laterais possuem. Na linha de afirmações anteriores, talvez tenha interesse recordarmos que o mesmo sistema de proporções foi usado na planificação da igreja de S. Miguel em Freixo de Espada à Cinta. E, como neste templo, dispensaram-se os braços do transepto e os muros de vedação do espaço foram reforçados com altos e robustos contrafortes exteriores que receberam lacrimais e se remataram com gárgulas, onde a mão do imaginário esculpiu algumas figuras grotescas, e plintos cúbicos prolongados por pináculos.

Se comparado com o modelo utilizado em muitas igrejas manuelinas, as aberturas de iluminação da igreja de Moncorvo, com lumes rasgados verticalmente nos panos definidos por cada par de gigantes e enquadrados por marcos de secção curvilínea, não introduzem nenhum apontamento inovador.

Menos frequente é a orientação da igreja já que a capela-mor está virada a Poente. A justificação talvez resida em factores de conveniência por causa da adequação a um sítio com forte inclinação, acidente topográfico que obrigou à construção de um dispendioso envasamento para se nivelar o espaço interior e o adro, em circunstâncias associadas à proximidade do centro de decisão política, linhas de crescimento do aglomerado e aspectos relacionados com a comodidade dos fiéis.

A um corpo com três naves corresponde uma cabeceira com um plano que mostra exteriormente a configuração das capelas que aloja: a capela maior, de planta rectangular, e duas colaterais, a das Chagas e do Santíssimo, com desenho semicircular de raio inferior a metade do comprimento da primeira. Do estatuto da primeira decorrem as exigências de um espaço mais amplo, dotado de maior profundidade e que mostrou capacidade para se adequar às exigências do culto e do cerimonial que se tornava mais complexo à medida que se fortalecia a mentalidade típica do barroco. Por isso, em 1653 Luis Álvares, pintor e dourador com residência em Coimbra, arrematava¹⁰ o douramento e estofagem do retábulo maior e, já nos começos de 1752, “um dos mais brilhantes vultos setecentistas da talha do Norte de Portugal”, na expressão de Natália Marinho, o mestre entalhador Jacinto da Silva arrematava¹¹ a execução de uma nova e mais grandiosa máquina retabular. Depois, em 1769, à luz de um documento que ainda não divulgámos, consignavam-se 260.000 réis de dívidas à igreja e os frutos de um casal em “Orta e mais lugares do termo” para se pagar ao pintor Francisco Berardo Alves, “da villa da Covilhaã comarca da Guarda Província da Beira”, uma parcela de um total de 423.000 réis que respeitavam à obra de pincel com que se pretendeu engrandecer o espaço do presbitério.

No lado da epístola, no ângulo formado pela capela das Chagas com a nave lateral, situa-se a porta de acesso à sacristia. Trata-se de um espaço independente, com um pé direito muito alto, bem contrafortado exteriormente e, por consentir apenas uma modesta abertura, escassamente preparado para que o seu interior fosse bem iluminado. O seu tecto, mostrando uma elaborada cobertura artesoadada, confirma como nas grandes fábricas se resistia, em pleno século XVI, ao abandono dos padrões construtivos e tradições decorativas da arte gótica.

No corpo da igreja, cinco pares de suportes organizam o espaço. As bases

cilíndricas são estriadas e das suas massas poderosas emergem os fustes de colunas que além de serem pujantes também se caracterizam por uma acentuada verticalidade. Nos capitéis evidencia-se o carácter austero da ordem toscana, quando a teoria tratadística não recomendava para templos dedicados a Nossa Senhora onde se aconselhava uma partido de maior delicadeza e elegância. Assim, a preferência pela robustez dos elementos toscanos mostra como eram difusos os conhecimentos e domínio da nova gramática artística de alguns dos nossos projectistas e comitentes.

Com os elementos de suporte articula-se a teia de nervuras, relativamente singelas, e a sucessão de arcos torais cujo volteio se mantém fiel à ogiva. Apesar de tudo, afirma-se a tendência para a simplificação de uma rede de nervuras que, no enredamento dos segmentos das ogivas, dos liernes e dos terceletes, se anima extraordinariamente à volta dos fechos. Com tal economia de meios, a projecção desta cobertura evidencia um claro distanciamento e a superação do figurino de algumas estruturas que faziam gala da ostentação de efeitos complicados obtidos pela exagerada utilização de elementos curvilíneos.

A unificação do espaço interior e o desejo de se conseguir distribuir as quantidades de luz uniformemente pelas três naves foi um propósito que fez parte das opções contempladas no projecto escolhido para a nova catedral de Miranda do Douro. De facto, para além de terem existido mais do que uma proposta também não devemos esquecer que a sede episcopal esteve durante algum tempo na antiga igreja matriz. E bispos houve que pugnaram pela realização de algumas obras de adaptação neste edifício medieval às novas funções.

Por isso a decisão por uma construção *a fundamentis* deve encontrar-se não nos elementos conservadores da cleresia da nova diocese mas nos círculos mais próximos da corte que, nesta época, frequentemente estanciava na cidade de Évora. Só assim se explica a proximidade formal e os laços de parentesco que unem a Sé de Miranda do Douro às catedrais de Portalegre e Leiria.

Apesar da continuidade do gosto pela repartição da espacialidade interna com fenestranças à mesma altura, este trio de igrejas-salão associam-se a novos postulados arquitectónicos, alguns dos quais com um discurso vincadamente ideológico que encontrava correspondência no ambiente que tornou necessária a reunião de Trento. Enquanto elementos da construção e do plano, a utilização de colunas, como nas igrejas de Freixo de Espada à Cinta, de Moncorvo e de Mogadouro, passaria para plano secundário já que lhes tinha sido lançado o anátema de terem sido empregues em larga escala nos edifícios em que os deuses gregos e romanos tinham sido venerados. Associada ao paganismo, a coluna cederia a sua ventura ao pilar.

Noutra perspectiva, tanto o pilar como a pilastra anunciavam a reforma das concepções religiosas que, com acrescentada inflexão, a ortodoxia tridentina difundia através dos órgãos da igreja militantes. As hesitações iniciais são ainda observáveis no partido adoptado para solenizar as portas travessas de Santa Maria de Moncorvo ou a entrada da antiga igreja dos Jesuítas de Bragança.

Com as construções anexas que lhe pertenciam, este templo conserva a

entrada principal com uma disposição lateral por ter sido inicialmente programado para um convento de freiras de Santa Clara. Mas uma vez construído, em 1562 seria doado aos padres da Companhia de Jesus que o adaptaram às suas necessidades e aí se mantiveram até que o Marquês de Pombal trabalhou para a sua expulsão. Com o aplauso de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, bispo de Miranda, nesta igreja e demais oficinas instalar-se-ia a sede diocesana que, logo a seguir, este prelado transferiu para Bragança.

Aqueles portais expressam uma linguagem que foi absorvida num mesmo quadro de referências. E apesar de comitentes como a Câmara de Bragança ou a Casa Ducal, no caso da obra para freiras claras, se situarem numa linha de pensamento conservadora, a verdade é que consentiram que a linguagem artística da obra nova incorporasse regras e elementos que tinham as suas raízes na taxionomia renascentista.

Destas ousadias interpretadas, pelo menos no caso de Bragança, por mestres oriundos da região de Trasmiera resultou a importância regional destes exemplares. Pilastras de fuste estriado ou apainelado sustentando falsos entablamentos enquadravam aberturas com marcos perspectivados onde volteavam arcos de meio ponto formados com largas aduelas e que permitiam a simulação, em apontamentos variáveis, de arquivoltas. No espaço das cantoneiras desenvolver-se-ia o gosto pela aplicação de medalhões onde a mão do imaginário produziu um trabalho escultórico desigual. Ao mesmo tempo, nos capitéis com ábacos curvos de algumas pilastras de referência jónica surgiam os rostos alegres de anjos alados, elementos de um reportório progressivamente divulgado e em que se evidenciavam os laços com as obras e artistas daquele período artístico. A conjugação do novo vocabulário, tomado da lição italiana e também francesa, era algumas vezes interpretado com alguma licença. Desta circunstância tanto derivava a liberdade de criação como a insuficiente destreza ou a incompleta assimilação da coerência dos formulários. Daí que numa obra nem sempre seja fácil distinguir entre a atitude consciente de propositada reacção à estética da renascença e a imaturidade operatória de alguns artistas. Em todo o caso, as novas formas cativavam cada vez mais promotores desde o Norte do país até ao Algarve.

Seja como for, a reacção anticlássica pode ser comprovada no ático do portal da antiga igreja dos Jesuítas de Bragança quando aí se definiu uma edícula para exposição de uma imagem. Atitude semelhante ocorreu nas duas entradas laterais da matriz de Moncorvo, datadas de 1567(?) e 1566, que foram tratadas como se de dois arcos triunfais se tratasse. Protegida por um alpendre com cobertura pétreia em escama de peixe, a porta travessa rasgada na face orientada a Sul mostra trabalho com alguma ambição. Já a data de 1566 referencia a outra porta travessa que se rematou com um incaracterístico frontão curvo que enquadra um busto do Padre Eterno coberto com uma tiara. Tal como na flor da pedra de um medalhão da nave central se representou a imagem de Nossa Senhora com o Menino, símbolos da pureza e da fixação do dogma da Imaculada, também a tiara pretendia enunciar a autoridade do Papa e a unidade da igreja reformada.

Sem perdermos de vista que estes dois templos cresceram submetidos a conhecimentos arquitectónicos de índole medieval verificamos a rápida incorporação de alguma carga clássica mas já significativamente corrompida por procedimentos subversivos do equilíbrio e da ordem que a arte da renascença pretendeu instaurar.

Um pouco mais tardio é o portal da igreja do antigo convento das freiras franciscanas de Santa Clara, em Bragança. A entrada maior, lateral, constitui o principal foco de animação em toda a amplitude de um dos muros de vedação da nave. A monumentalidade desta abertura muito deve às colunas de fuste canelado que, assentando em desenvolvidas estilóbatas, permitiram o lançamento de um frontão triangular. Conservando-se, os medalhões relevados das cantoneiras introduzem uma nota naturalista num campo e organização formal em que as relações matemáticas parecem ser dominantes. Como os principais teóricos da arquitectura pugnavam, a adopção de capitéis coríntios, sendo muito apropriados para um instituto feminino como era a comunidade de clarissas, parece acreditar a curiosidade e o olhar cada vez mais atento para os princípios teóricos e para os modelos extraídos da tratadística.

Mesmo assim, as manifestações artísticas ocorridas neste período na região transmontana manifestaram reservas e até distanciamento relativamente aos modelos de maior erudição arquitectónica. Nestes termos, têm interesse as orientações estéticas que informaram a capela da Senhora dos Prazeres, numa das naves laterais da igreja de Santa Maria, em Bragança. Correspondendo ao vínculo de morgadio de Pedro Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade, foi fundada em 1585 como uma inscrição esclarece e as armas do instituidor, no ático do frontão triangular, anunciam.

O facto de possuir um desenho e morfologia não integrável nas tipologias medievais, tão do agrado dos historiadores de formação romântica, demorou o reconhecimento da sua importância na arquitectura regional. Por isso nem sempre foi bem tratada, mesmo por pessoas e instituições relacionadas com a conservação do património monumental. Em consequência dos trabalhos de reintegração da antiga casa da Câmara e cisterna, obra bem conhecida pelo seu estilo românico, e da proximidade da sua entrada retirou-se a esta capela quase toda a profundidade. Desta forma, acusa um grande sentido parietal.

Os medalhões das cantoneiras mostram as imagens de S. Pedro e S. Paulo com os respectivos atributos enquanto capitéis compósitos coroam as pilastras a que se apainelaram as superfícies dos fustes. Estes elementos arquitectónicos não só enfatizaram alguns dos desenvolvimentos formais característicos da nova realidade artística como permitiram que o lavrante pudesse alardear algumas capacidades de modelação. Assim, ornamentos fitomórficos, frutos sumarentos e algumas carrancas animaram esta máquina pétreia. Porém, da comparação destes ornatos com os bustos dos apóstolos entende-se que a mão que guiou o cinzel tinha dificultosa destreza quando se tratava de dar vida à figura humana. Em todo o caso, o discurso decorativo, ressalvadas algumas diferenças de execução, aproxima-nos do trabalho de uma porta do transepto da Sé de Miranda, possivelmente

datado de 1552 e lavrado por António André Robles, entalhador¹² oriundo da cidade de Zamora e executante da primeira máquina retabular da catedral.

A mesma centelha criativa possibilitou o desenvolvimento conceptual do sóbrio portal da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo. Contudo, este espécime também exemplifica as possibilidades de alteridade dos estilos pela relevância, significado e alcance atingido por novas formas de interpretação dos formulários elaborados em geografias que possibilitavam aos homens toparem frequentemente com testemunhos das culturas grega e romana. Aberto o caminho que possibilitava com alguma largueza uma gestão diferenciada, por comparação com as práticas que se estribavam naquele legado matricial as novas concepções teorizaram sobre linhas de interpretação em que o sistema de proporções, o equilíbrio entre as partes e a organização das massas seriam conscientemente alteradas. Sem prejuízo de algumas atitudes mentais prolongarem o ideário humanista e respectivas tonalidades individualistas, embora já afectadas pelo espírito da heterodoxia que, a breve trecho, sedimentava uma nova doxa.

Mas algumas circularidades do fenómeno artístico parecem difíceis de vencer. Por isso alguns práticos resistiram à tentação do incerto e mantinham vivos os formulários arcaicos mesmo quando se estava no limiar de uma nova aventura. Não se tratando de uma qualquer metáfora da eternidade representava-se o triunfo do pragmatismo certificado pela eficácia de resultados, pelos fenómenos do gosto e, sobretudo, pela continuidade de um receituário que o mestre conhecia bem desde que, como aprendiz, foi conduzido pela mão do seu maior ao estaleiro/oficina para ser instruído no ofício. Assim se justifica a continuidade de uma tradição que teve larga ventura no planalto mirandês e que mostra extensões profundas e duradouras nos espaços dos antigos reinos de Castela e Leão. Assim, a curvatura de volta perfeita desenvolve-se ortometricamente por aduelas largas que, como quase sempre, recusam a função tectónica dos elementos de suporte tradicionais. Em semelhante programa, as ombreiras dos portais raramente se individualizam porque os seus elementos constituintes fazem parte integrante dos próprios paramentos. Deste tipo de procedimentos técnicos, condicionados pela necessidade de poupança, resulta a escassa profundidade dos vãos de entrada. A presença de dois medalhões parcialmente sobrepostos ao arco e a concavidade da edícula posicionada na linha traçada entre o fecho da arcatura do portal e o vértice do frontão induzem a caracterização artística daquela construção no plano da movência de um discurso maneirista. Na apologia desta tendência convocaram-se para a frontaria deste templo esguias pilastras que emergem de elevadas bases e que não somente anulam o brutalismo da parede da frontaria como enfatizam a vontade de se conferir verticalidade ao edifício, em paralelo com intenções declaradamente cenográficas já que as pilastras não se associam a funções estruturais.

Um programa em que apesar da sua secura e da ambiguidade de algumas características ainda encontrava eco entre alguns promotores. Por isso seria adoptado na matriz dos Cortiços, igreja onde os padres do Colégio de Bragança detinham o padroado, e na paroquial de Sesulfe.

Como é do conhecimento geral, no tempo em que se encaravam com seriedade os preparativos para o conclave de Trento, D. João III conseguiu a benção papal para poder reformular a organização eclesiástica nacional. Nesta perspectiva, também nos interessa destacar a criação das dioceses de Leiria, Portalegre e Miranda do Douro, esta à custa de territórios até aí directamente administrados pelo arcebispo de Braga e dos rendimentos que capitalizavam os monges beneditinos do mosteiro de Castro de Avelãs.

Sabendo-se que o poder central não foi de todo indiferente ao arranque da construção das novas sedes episcopais, todos os estudiosos do fenómeno artístico têm reconhecido a ambiguidade resultante das opções arquitectónicas, especialmente as relacionadas com as tipologias planimétricas, de referências medievais. Observada a questão noutra perspectiva, convém fixar que a escolha da fórmula da igreja-salão, por si só, também pode representar um paradigma anti-clássico e a afirmação da vontade no que respeita ao estabelecimento de alguma distância perante os modelos italianizantes. Outros argumentos derivados de um certo pragmatismo funcional, como as características de austeridade e a integração de outras extensões da arquitectura militar colocam estes três monumentos na primeira fila da arquitectura chã, a qual como George Kubler sublinhou, precedeu o estilo desornamentado espanhol que Herrera divulgou.

A planta organizou-se em três naves que, na área da cabeceira, encontravam correspondência na capela-mor e nas colaterais. Assinale-se ainda a definição de um transepto que, em Miranda, tem um comprimento que supera os tramos das naves. Cada um dos três tramos da nave central forma um quadrado e a metade da sua diagonal iguala a medida do lado menor de cada tramo das naves laterais. Esta relação de proporcionalidade detecta-se também nas Sés de Leiria e Portalegre. Estas são algumas das razões que aproximam os três monumentos. No entanto, o facto de serem da mesma família não significa que a sobreposição seja automática.

As alas da Sé de Miranda perderam o carácter longitudinal que, por exemplo, caracteriza a Sé de Évora ou a igreja da Batalha. Contudo, os conceitos espaciais não sofreram alterações decisivas. A divisão dos tramos seria pontuada com pilares robustos de secção cruciforme, com superfícies desornamentadas e coroadas por capitéis austeros onde repousam abóbadas com perfil rebaixado. A circunstância do arco apontado ceder a primazia ao arco de meio ponto exemplifica a dissolução progressiva das fórmulas góticas. Contudo, a integração dos elementos nervados na abóbada de Miranda do Douro, com secção quadrada e pertencendo ao repertório gótico, já sem sentido funcional só pode explicar-se pela valorização dos efeitos decorativos e de modulação espacial. Este resultado seria ainda sublinhado quando se atribuiu aos arcos torais que circunscrevem cada tramo uma largura igual aos fustes dos suportes. Por isso, a simulação do prolongamento dos pilares também pode considerar-se como uma tentativa de sobreposição dos valores cenográficos ao sentido estrutural.

Os pilares toscanos que Sérlio considerava “la mas fuerte orden y mas sin ornato [...] la mas rustica y la mas brava y de menos subtiliza y gracia¹³”, ao

repetirem-se também nas catedrais de Leiria e Portalegre constituem uma das singularidades deste conjunto de igrejas-salão. Contudo, a secura e robusticidade são factores que não dificultam a associação com o modelo austero que é apanágio das construções militares.

Em todo o caso, estas notas também evidenciam como, a partir de meados do século XVI, estes elementos foram usados na reacção ao manuelino, particularmente contra os registos barroquistas da sua gramática decorativa.

Voltada para a praça principal, a orientação da frontaria seguia um dos princípios teorizados por Palladio, determinando que as fachadas dos templos deviam olhar para a parte mais importante da cidade de modo a que fosse realçado o papel da religião como guardiã e protectora dos habitantes. Assim, também se justificava o maior empenho decorativo.

Já nos alçados, a superfície plana e o ângulo de noventa graus são a substância essencial que nos informa do despojamento decorativo desta obra. Ao mesmo tempo, a forma como se organizam deixa ver a estruturação do organismo interior, visto que os tramos das naves laterais se acusam exteriormente, na pureza volumétrica dos gigantes, com massas pouco salientes das superfícies das paredes. Estamos assim longe dos pesados contrafortes exteriores. Pelo contrário, a sua configuração permitiu a sua transformação em instrumento de articulação e caracterização visual dos alçados.

Pelos efeitos gerados, foram largamente utilizados em toda a geografia do território nacional: desde as Sés levantadas no tempo do rei Piedoso, a Santa Maria do Castelo, em Estremoz, em Santo Antão de Évora ou S. Salvador de Grijó. Contudo, a fortuna da ordem colossal teria continuidade durante os séculos XVII e XVIII. Mesmo os padres da Companhia de Jesus valorizaram algumas das suas potencialidades, particularmente nos enquadramentos dos altares principais de algumas das igrejas que tutelavam.

Relativamente à fachada principal da catedral mirandesa qualquer análise, mesmo a mais simplista, não poderá deixar de registar as duas torres dos seus ângulos. Facto importante se considerarmos que, em Portugal, antes do século XVI raramente se pode referenciar a presença destes elementos. E, quando sucedia, o número ímpar predominava. O mesmo acontecia nos outros países. Ao evidenciarem uma imagem de poder e até de abundância, o carácter da torre dilatava-se para além das importantes funções utilitárias. Na Sé gozavam de uma autonomia relativa. Porém, o facto de se alinharem à superfície da fachada, vínculo realçado pela balaustrada do coroamento exterior do corpo da igreja, transmitia balanço aos dois volumes para poderem condicionar o desenvolvimento do desenho e a organização arquitectónica do seu portal.

Para solenizar a porta axial, emparelharam-se colunas em dois registos sobrepostos, sendo que as qualidades de robustez e austeridade das que ladeiam o portal não teriam continuidade nos dois pares superiores, mais esguias e com os fustes tratados a modo de balaústres. Estas enquadravam uma abertura de marcos almofadados e uma teoria de elementos geométricos, quadrados e círculos, vulgarmente associados à imagem da perfeição. Juntamente com as edí-

culas, destinadas à colocação de imagens, todos estes elementos se congregavam para enaltecerem uma máquina arquitectónica que era rematada por um frontão triangular onde se vazou um óculo de forma elíptica. A colocação de uma cruz de galhos no vértice superior, deixa ver a persistência de um gosto com raízes na arte manuelina. Quiçá um reaproveitamento da igreja de Santa Maria, a antiga matriz que alguns prelados, depois de proporem remodelações, ainda quiseram converter em catedral. Acabaria por ser derrubada e os seus materiais reaproveitados na nova fábrica.

Sabe-se que na primeira década do século XVII a frontaria da Sé foi intervençionada para se adequar o coro alto às necessidades quotidianas de uma Sé. Todavia, não podemos esquecer que, em Janeiro de 1586, na casa de morada de D. Jerónimo de Meneses, o tabelião Álvaro Gomes lavrou a escritura das obras contratadas com o mestre Gaspar da Fonseca, também presente. Entre outras obras, comprometer-se-ia a “acabar ho portal com ho coro e seus remates”. Entendemos dever valorizar o facto de Gaspar da Fonseca morar em Coimbra, antes de ir viver em Miranda do Douro, onde ainda residia dois anos depois. Nesta linha de pensamento, se considerarmos o exercício de D. Jerónimo de Meneses enquanto reitor da Universidade de Coimbra talvez se compreenda a relação formal do portal da catedral mirandesa com o retábulo da Capela do Tesoureiro, construído por João de Ruão para a igreja de S. Domingos de Coimbra.

Valerá a pena recordar que a nomeação de uma personalidade para segurar a mitra na Sé de Miranda equivalia, no âmbito da hierarquia religiosa, a uma promoção. Como justificação desta asserção será suficiente a invocação dos nomes de D. António Pinheiro, cronista mor, e de D. Frei João da Cruz, antigo titular do bispado do Rio de Janeiro. Nesta medida, enquanto promotores de obras de prestígio, compreende-se que os bispos, directa ou indirectamente, recorressem aos serviços de práticos com nome reputado na praça, como sucedeu com a obra do paço episcopal e seminário de Miranda do Douro.

Ilustrando o grau de complexidade que pode envolver uma obra de arte, o portal principal da matriz de Torre de Moncorvo afirmar-se-ia como o repositório de formas de sensibilidade estética muito distanciadas da linguagem e propósitos que dominavam o tempo em que a empreitada se arrancou. Na programação do desenvolvimento formal desta entrada considerar-se-ia a acomodação da sua máquina pétreo ao pano frontal da única torre. Em consequência, o robusto e desornamentado volume da sineira ocuparia, destacando-se, a parte central da frontaria e, acima da linha da cornija, os seus dois andares projectavam, de modo simbólico, o movimento ascensional da sua massa. No remate, corria uma balaustrada que era interrompida nos ângulos pelo acento vertical dos plintos com bolas que prolongavam as linhas das esquinas. Apenas na fábrica do portal principal se ousou contrariar o despojamento deste altaneiro corpo. Para tal buscou-se a solução no reportório de uma estrutura retabular com triplo escalonamento, composição debuxada no respeito pelas regras definidas pela geometria triangular que lhe está subjacente.

O desconhecimento de documentação que certifique a cronologia ou tire do

anonimato alguns dos protagonistas da sua feitura não impede a recordação dos frontispícios das igrejas de São Gonçalo de Amarante, de S. Domingos de Viana do Castelo e outras obras da Galiza, nomeadamente em S. Martinho Pinário e na colegiada de Cangas. Aponte-se também que as regiões satélites de Santiago de Compostela e do arcebispado de Braga, implicando a circulação de artistas, galegos, biscaínhos e portugueses, unicamente em busca de trabalho ou na ambição de vencerem alguma arrematação, tendia a normalizar procedimentos técnicos e, em matéria artística, a aproximar os estaleiros.

Mas como a comparação e o aprofundamento analítico não fazem parte dos propósitos deste texto, importa valorizar a obra de Moncorvo e a sistemática utilização de colunas, com fustes a incorporarem dois tipos de estrias e capitéis compósitos de ábacos curvos. Contudo, para além de outros indicadores de voluntária subversão da ordem arquitectónica, a inclusão destes elementos, longe de se referir às funções de sustentação, deve-se a uma vontade de monumentalização e à necessidade de criação de enquadramentos motivadores da piedade inspirada pelas imagens alojadas em edículas. Procedimento similar estender-se-ia ao vão de iluminação superior, perspectivado, com o intradorso almofadado e relevado com volumes extraídos da tratadística. De resto, estes motivos repetir-se-iam nos áticos dos nichos dos apóstolos Pedro e Paulo.

As cantoneiras da entrada principal, com volta redonda e tratada de forma algo rude, já não ostentavam os medalhões que caracterizam alguns dos empreendimentos realizados na centúria de quinhentos. Por outro lado, tanto os ornatos fitomórficos de algumas mísulas como o grafismo das cartelas que formam a molduragem dos óculos colaterais fazem parte da utensilagem artística usada no século de seiscentos.

Seja como for, não demoraria muito tempo para esta tipologia se transferir para o interior do espaço sacro onde, progressivamente, a serenidade e clareza dos desenvolvimentos arquitectónicos seriam diluídos pela onda dos novos efeitos instaurados pelo gosto de uma ornamentação revoltosos. Ao mesmo tempo, a obra de imaginária, continuando a ser muito importante, cederia perante as tendências cesaristas da arte da talha dourada e policromada.

Embora com uma organização volumétrica menos pretensiosa e com o problema da economia de meios sempre no horizonte, no grupo das igrejas-salão transmontanas contam-se os santuários de Nossa Senhora da Ribeira, Senhora da Serra e Senhora do Campo (Lamas). Nos dois primeiros templos, situados no concelho de Bragança, para além de outros testemunhos, a diversa tipologia dos suportes, colunas e pilares, atestam a crescente atracção de devotos e a necessidade de se ampliar as naves das igrejas.

Na longa duração, ao afirmar-se como herdeiro de valores muito apreciados e transmitidos pelas construções dos godos cristianizados, o madeiramento da cobertura da Senhora da Ribeira, onde segundo a tradição a Rainha Santa rezou quando entrou em Portugal, revelar-se-ia pletórico de significado. Em 1549, o Doutor João de Barros testemunhava a existência na ermida da Senhora da Serra, de recente fundação, de três naves e caracterizava a sua dimensão,

“hua caza tamanha como hu mosteiro¹⁴”. Já no concelho de Macedo de Cavaleiros, a capela da Senhora do Campo, que tem Nossa Senhora da Assumpção por orago, foi edificada num levantado monte, outrora designado por Valdemonte ou Facho porque, em tempos de bulício, servia de atalaia e permitia espiar os movimentos das tropas inimigas. A divisão tripla da planta do corpo e a configuração parecem ser de importação dado que o monge agostinho que a fundou, hipoteticamente, se regulou por uma planta que trouxe de Espanha. Apesar da cabeceira artesoadada e do relativo acanhamento das medidas do corpo, alguns dos procedimentos técnicos usados nos elementos de separação das alas podem resultar de ensinamentos colhidos em antigos edifícios culturais dos seguidores do Profeta, quiçá provenientes do foco cordovês. Ou seja mais do que a utilização de ladrilhos de barro no crescimento dos suportes que dividem as naves valorizamos o sistema que se instaurou para sustentar a cobertura das naves por nos parecer reflectir ensinamentos colhidos directamente na Mesquita de Córdoba.

As igrejas de Santa Maria, antiga matriz de Bragança, e as paroquiais de S. Mamede, em Mogadouro, e de S. Gens, em Parada estavam adstritas a funções paroquiais. A par da organização planimétrica, onde se dispôs a marcação do transepto, e da presença de uma abóbada gótica nas cabeceiras das duas primeiras, o recurso à madeira para a cobertura das naves constitui o denominador comum. Ao mesmo tempo, os apoios contrafortados continuaram a segmentar exteriormente os panos dos alçados.

No tempo de D. Manuel I, o templo da Senhora da Encarnação, matriz de Mirandela, fazia parte da lista das comendas novas da Ordem de Cristo. Também se organizava em três naves. Porém, os testemunhos conhecidos pouco adiantam ao conhecimento da sua configuração arquitectónica. O padroado, depois de andar na casa dos Távoras, seria fragmentado e passaria, entre 1584 e 1598, para a posse de João Francisco Lafettá, descendente dos Affaitati, importante família de banqueiros originários de Cremona e que também contribuíram para acentuar a abertura do nosso país aos valores do humanismo transalpino. Outras igrejas como S. Pedro de Moimenta da Raia, Santa Mariinha de Granja e S. Bartolomeu de S. Julião, mostrando uma divisão tripartida do seu corpo correspondem a transformações desenvolvidas no século XVIII. O mesmo poderá ter acontecido com os exemplares do grupo das igrejas de duas naves.

A arquitectura exterior da paroquial de Parada evidencia as dificuldades da sua libertação relativamente ao peso da herança medieval. Contudo, a conservação de duas capelas quinhentistas, a de Nossa Senhora da Conceição, datada de 1568 e 1577, e da Adoração dos Reis Magos, de 1588, justificam a importância de esquemas arquitectónicos que eram plausíveis com o apetrechamento teórico-prático dos mestres, com as correntes estéticas e com as possibilidades económicas das fábricas. Por isso, nunca devemos esquecer que a fórmula da igreja-salão constituía uma resposta às necessidades de cobertura de grandes espaços mas com exigências relativamente pequenas no plano dos custos.

Entre a primeira década do século de quinhentos e os últimos anos da centúria, a igreja de S. Mamede sofreu intervenções de grande alcance. No tempo de Filipe II, a concessão de licença para o lançamento de uma finta poderá ter impulsionado a ampliação do corpo da igreja e o arranjo interno da sua planície em três naves com outros tantos tramos assinalados por colunas graníticas onde ondulam as arcarias de volta perfeita que sustentam o forro de cobertura do corpo e a armação do telhado. Tal como em Parada, embora com disposição diferente, um dos fustes permitiu o enrolamento de uma escalinata como acesso a um púlpito de feitio arcaico. O revestimento parietal, ainda que com parcimonioso recurso a alizares de azulejo enxaquetado, constitui uma singularidade decorativa numa região em que a fortuna utilitária deste material não foi considerável.

Implantada na área do castelo, a igreja de Santa Maria era a sede de uma das duas paróquias de Bragança e os sinos do seu campanário regularam o quotidiano e o crescimento da urbe. No entanto, parece ter vivido mais de afectos do que de ajudas materiais que lhe enriquecessem o seu prospecto. Durante a prelazia de D. António Pinheiro (1565-1579) sofreu importantes melhoramentos. Em razão destas obras, a paróquia seria, temporariamente, transferida para a igreja de S. Vicente. Mas em 1580, quando D. Jerónimo de Meneses pastoreava a diocese, ainda o estaleiro estava activo porque a cabeceira foi edificada *a fundamentis* pelos titulares da comenda. O espaço para a nova capela-mor foi oferta dos fregueses. Em resultado desta campanha de obras de ampliação, o antigo presbitério ficaria incluído no corpo do templo.

As consequências da crise dinástica, a inutilização das defesas do castelo, acompanhadas da diminuição do número de moradores na sua cintura provocaram modificações na organização hierárquica do tecido urbano. Estas razões, retardaram a conclusão das obras. Na mesma altura, procedia-se ao desmantelamento das estruturas físicas do mosteiro românico de Castro de Avelãs cuja igreja e algumas construções utilitárias eram influenciadas por modelos erguidos em terras de Castela e Leão, especialmente na Terra de Campos onde, pela escassez de pedra, se recorreu à utilização sistemática de pequenos blocos de argila. Alguns dos seus materiais seriam reaproveitados na empreitada de Santa Maria e noutras construções religiosas que estavam activas em Bragança.

Fosse na arquitectura religiosa, na arquitectura civil ou militar, as aptidões e baixo custo de produção, reservaram ao ladrilho um lugar na simpatia dos construtores. Por isso, no aro de Bragança, sempre que estes elementos estão presentes em alguma construção tendem a ser associados com a cabeceira de Castro de Avelãs. Erradamente, a nosso ver. Largamente utilizados no castelo, também são visíveis, por exemplo, em antigas aberturas da casa onde se estabeleceu a igreja do convento de religiosas beneditinas. Em Santa Maria, os pilares, de secção octogonal, que separam as naves cresceram-se com tijolos compactos de pequena dimensão e o seu uso alargar-se-ia às seis arcadas de pleno cintro que emprestam ritmo à organização interna do recinto.

Alguns dos princípios estéticos do maneirismo seriam aplicados na capela do Morgado, em Carrazeda de Anciães. No pavimento conserva-se um taburno

com uma inscrição que indica tratar-se da “sepultura de Francisco Fernandes de Magalheis primeiro ministrador desta capela e de seus desemde(n)tes”. Um cronograma com a data de 1614, também gravado pelo lapicida, permite a suposição de que o titular do morgado faleceu nessa data. Contudo, se levarmos em conta a forma como o problema da morte era encarado nessa época podemos licitamente recuar alguns anos a cronologia da edificação da capela.

Nesta altura, muitos eram os que, ainda em vida, tratavam dos trâmites *post-mortem*. De resto, semelhante problemática associar-se-ia ao desencadeamento de um alargado espectro de sensações que, em permanência, obrigavam o Homem a confrontar-se com as vivências situadas no pólo das virtudes, tempo da salvação, e o *carpe diem*, tempo da vida breve, impulsionador dos sentidos, incentivador da lascívia e de toda a sorte de prazeres. Espaço de tumulação familiar, esta capela resume o sentido polissémico do medo à morte e a ambição, certamente com prolongamentos escatológicos, de inscrever e perpetuar o nome da prosápia nas páginas do tempo histórico.

Pelos anos de 1789, quando a igreja de Santa Águeda, matriz de Carrazeda de Anciães, corria o risco de interdição por não apresentar o decoro conveniente e pelos ameaçadores sinais de ruína, todo o serviço religioso seria transferido para a capela do Morgado, “capella particular junto a mesma igreja”. Em consequência, dar-se-ia início a um vagaroso processo que intentava adequar o aparato arquitectónico à projecção política e administrativa dos órgãos do município. Num desses lances, deliberar-se-ia a ampliação do corpo da igreja tutelada pela santa mártir e pela agregação da capela de Francisco Fernandes. A construção de um arco de franca amplitude possibilitaria a articulação interior da capela particular com a nave da paroquial. Já no prospecto principal, algumas cicatrizes mostram como a fusão dos dois volumes foi sofrivelmente resolvida.

Em todo o caso, interessa-nos dar relevo à qualidade de feitura da obra pertencente ao morgadio. De facto, a incorporação exterior, na porta e empena, de frontões triangulares já constituem uma referência da matriz estética. Outros elementos, como o tratamento em *opera rustica* das esquinas ou o formato elíptico do óculo são epítome da intenção erudita que guiou a obra. Já no interior, uma cornija, ritmada por mísulas estriadas, *panache* vulgarizado pela igreja de S. Roque, em Lisboa, pela via da catedral herreriana de Valhadolide, separava os campos do tecto e dos paramentos. No entanto, seria na parede da cabeceira que se materializou uma produção arquitectónica que parece filiar-se directamente na linha de ensinamentos e proposições enunciados por Alberti na obra de Santo André, em Mântua, e divulgados pelas ilustrações do Livro Quarto do tratado de Sérlio. A continuidade dos atributos de austeridade e despojamento, as superfícies planas, a limitada profundidade das concavidades ou as regras de proporcionalidade praticadas definem a personalidade desta obra, cujo valor artístico já noutro lugar¹⁵ divulgámos.

Mas, na região, o fenómeno maneirista pode detectar-se noutros elementos que apontam as *firmitas* e *venustas* vitruvianas. Sem preocupações de exaurirmos um tema complexo, podem incluir-se neste agrupamento o janelão de uma

casa da rua da Costanilha, em Miranda do Douro, o portal lateral, lado da epístola, da igreja se S. Sebastião, em Algosó, o janelão do coro da antiga igreja dos regulares, em Bragança, ou o portal da igreja de S. Bento. A análise da evolução formal da coluna até adquirir plenamente o sentido espiralado também teria pleno cabimento na discussão desta temática. Contudo, nas extremidades do segmento posicionar-se-iam sempre as influências de extracção italiana e os desenvolvimentos decorativos impregnados da seiva criativa do génio flamengo, tenteados nos enrolamentos de tipo *roolwerk*.

Entre nós, diversas conjunturas podem concorrer para a justificação da longa pervicácia do maneirismo e as dificuldades encontradas pelo barroco na aceitação das suas fórmulas principais. Em todo o caso, a par com períodos caracterizados por dificuldades no tecido económico ou com a radical perturbação política e social resultante da dominação filipina, convirá também termos presente o conjunto de preocupações espirituais que, a partir do século XVI, dilaceraram os países católicos. A partir de meados desta centúria e declaradamente a partir de 1563, data da realização da última sessão do Concílio de Trento, a arte, em geral, e a arquitectura, em particular, passaram a ser consideradas como instrumentos da catequética reformada e condicionadora de toda a iniciativa e de comportamentos que não se pautassem pela unicidade ideológica e pela submissão aos dogmas doutrinários.

Nesta medida, a escassez de exemplos gizados pela linguagem erudita do modelo reinol de S. Roque ou do esquema romano instaurado pela igreja de S. Vicente de Fora não pode anular a multidão de templos onde a simplicidade de critério arquitectónico foi superada pela valorização de programas ornamentais que, categoricamente, transferiram para a arte da pintura, inicialmente, e, depois, para talha dourada e policromada o essencial de todo o esforço artístico. A progressiva afirmação desta tendência e a progressiva quebra das regras de austeridade abririam os caminhos do barroco.

Exteriormente, permaneceu constante a tendência para a concentração de toda a despesa decorativa e arquitectónica, como forma de solenização dos frontispícios e entradas principais. Já no interior do recinto, o empenho decorativo dirigiu-se para os pontos em que as devoções se expunham à adoração dos fiéis. Seja como for, os aspectos de natureza ornamental pouca incidência tiveram na organização do plano.

Assinale-se também o predomínio esmagador de templos dotados de uma única nave em que prevaleceu o formato rectangular. Relativamente à clausura que os seus paramentos definiam, nas igrejas paroquiais podiam individualizar-se os espaços do baptistério, da sacristia e, articulada pelo arco cruzeiro, da cabeceira. A edificação de capelas particulares com autonomia espacial, geralmente associadas a vínculos de morgadio, foram ocorrências de pouco significado.

A esta tipologia de plantas pertence a paroquial de S. Vicente em Vimioso, vila que andou na dependência da Casa do Infantado. O investimento económico na sua fábrica foi vultuoso como justificam as duas austeras torres na

frontaria, que fazem eco do par de volumes existentes na frontaria da Sé mirandesa, os potentes gigantes exteriores que expressam o abobadamento da nave, onde se vêem formaletes, a definirem arcos apontados, e liernes que se despedem dos fechos centrais para se ligarem às chaves dos formaletes e aos arcos torais. Para a iluminação do espaço interior conceberam-se aberturas de assinalável lume mas donde se arredou todo o elemento que pudesse contrariar a lisura das superfícies e as características de despojamento. Já Vergílio Correia tinha notado as discrepâncias que podem levar ao engano o observador pouco atento por existirem no planalto¹⁶ de Miranda do Douro santuários dos séculos XVI e XVII que parecem construções de centúrias anteriores.

Muitos destes parâmetros morfológicos como os contrafortes exteriores podem ser vistos em igrejas com coberturas de madeira, e o seu emprego serve para se contrabalançarem os grandes arcos diafragmas lançados transversalmente ao eixo da planta. Geralmente apoiadas em pilares de escassa altura, as curvaturas tanto se desenvolvem em arco quebrado como com a regularidade do movimento sugerido pelo arco de meio ponto. Na abundância de exemplos existentes na linha fronteira do Douro Internacional e na Beira refiram-se a paroquial de Vila Chã de Barçosa, perto de Miranda do Douro, a igreja de S. Vicente, em Figueira de Castelo Rodrigo, ou a matriz de Vilar Formoso. No entanto, no lado espanhol a ventura da utilização de arcos diafragmas em templos prolongar-se-ia pelo século XVIII como se documenta na igreja de S. Tomé¹⁷ de Zamora.

Ainda em relação com a presença de uma só nave, a igreja que, em Bragança, foi administrada pelos padres da Companhia de Jesus constitui um paradigma. Embora nem o plano nem a construção lhes tenham pertencido, a verdade é que a sua configuração respondia razoavelmente aos propósitos dos regulares. Contudo, note-se que a igreja, sendo a parte mais importante, devia articular-se com outras dependências para a comunidade e com a escola. Assim, o complexo edificado não respondia completamente ao *modo nostro*, ou conjunto de critérios que os jesuítas gostavam de seguir nos seus estabelecimentos. Em todo o caso, a escassa carga decorativa e, sobretudo, a existência de uma só nave, significavam a ausência de quaisquer obstáculos que pudessem dificultar a visão do altar-mor, agora convertido em verdadeiro ponto focal por ser o lugar onde se desenrolava o cerimonial e onde, numa estrutura escalona, se expunha o Santíssimo Sacramento. Por outro lado, a escassa profundidade dos espaços laterais, onde se posicionavam algumas devoções, muito concorriam para que o interior sacro adquirisse qualidades semelhantes a uma caixa de ressonância com aptidões para tornar audível a voz dos clérigos em toda a extensão do plano. Num momento em que a palavra andava associada ao esforço teológico as igrejas de pregação adquiriam uma especial importância.

No âmbito da aspiração de um retorno aos fundamentos da *Ecclesiae primitivae forma*, os edifícios pertencentes aos seguidores do pobre de Assis, o que levava às costas a lenha aos pobres e que combatia os maus tratos infligidos por alguns desapiedados aos animais, enquadravam-se neste grupo das

igrejas de pregação. Da antiga casa de Bragança, que a voz da tradição associa à vontade instauradora do próprio santo, pouco se sabe. Por outro lado, transformações sucessivas e profundas muito desfiguraram um dos templos mais importantes da cidade. Conserva-se uma espaçosa capela maior, uma capela anexa de recorte maneirista e um portal principal filiado na mesma corrente que, de resto, o cronograma de 1635 sanciona. Em todo o caso, no interior, alguns vestígios e permanências, especialmente no lado da epístola, permitem a suposição de que a um e outro lado da vasta nave se alinhavam algumas capelas dotadas de assinalável profundidade e que comunicavam entre si.

Pelas características que se evidenciam e pela semelhança com os suportes da entrada maior, acreditamos que as colunas aplicadas na capela da Senhora da Saúde, erguida nas proximidades do antigo convento, correspondem a um reaproveitamento dos prumos que, antes, faziam parte de um alpendre que abrigava aquela entrada.

Também o antigo mosteiro de S. Francisco em Mogadouro merece uma nota particular. Como em Bragança, a documentação relacionada com este edifício é escassa. Contudo, a sua fundação deveu-se ao primeiro Conde de S. João e sétimo senhor de Mogadouro, Luís Álvares de Távora. Em 1617, numa altura que os trabalhos de construção se aproximavam do seu término, este fidalgo faria doação do edifício à Ordem Terceira de S. Francisco.

Da vasta mole edificada destaca-se a frontaria estruturada em dois pisos e rematada por um frontão triangular em cujo ático se perfila a silhueta de um óculo circular. No piso térreo uma arcaria tripla, sustentada por poderosos pilares, forma um característico nártex. Horizontalmente, um possante friso sublinha o assentamento do piso superior, onde se definem três campos de formato rectangular. Em cada um dos laterais, abriu-se uma janela de molduras rectas e amplos lumes que enquadram um nicho de frontão quebrado com volutas. No plano central, a data de 1689 aponta a execução de algumas obras.

Num dos lados, alçar-se-ia uma torre sineira de quatro andares, sendo que o último, pelas proporções, pode corresponder a uma intervenção mais tardia. Tal como no frontispício, o tratamento das esquinas, formando pilastras relativamente planas, sublinha um pronunciado desejo de verticalidade.

O que interiormente ressalta é o propósito da adequação da igreja à pregação. Por isso, adoptar-se-ia o partido de nave única estruturada em função do altar. Todavia, a um e outro lado, um sistema de pilares e arcos de pleno cintro permitiria a organização de capelas devocionais relativamente profundas e intercomunicantes.

Na parte final do século XVII o programa do cruzeiro que novamente se levantou, em Bragança, na praça da Sé, o antigo largo da Cruz de Pedra, especialmente pelo fuste espiralado, o janelão que iluminava o coro da igreja dos padres da Companhia, ou o portal executado por Martinho da Veiga para a igreja do convento de freiras beneditinas, são bons exemplos do modo como os padrões do maneirismo foram absorvidos e divulgados na região transmontana

quando o século de seiscentos se preparava para expirar. Nesta linha de orientação também devemos sublinhar, pelo seu significado, a incorporação de colunas torsas, ainda sem ostentarem plenamente a simbólica eucarística, no retábulo da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

A consideração destes aspectos, sob o ponto de vista morfológico e sintáctico, faz destacar a importância e a ambiguidade patenteada pela mole do santuário do Santo Cristo, em Outeiro, obra lançada *a fundamentis* depois de, na Primavera de 1698, ter sido vista a imagem do Santo Cristo que se guardava numa pequena capela a suor sangue. O facto da notícia ter sido divulgada nas distâncias da geografia fez com que rapidamente se tivessem congregado disposições para se edificar um novo templo. De modo que em 30 de Maio de 1698, no arquivo do Cabido da Sé de Miranda do Douro, registava-se o “acento que se tomou sobre o consentimento que se deu aos mordomos da confraria[sic] que de novo se quer ereger na ermida da Santa Cruz da villa de Outeiro¹⁸” e, em 1758, um eclesiástico escrevia que o número de irmãos inscritos¹⁹ alcançava os 14.000. Entre os confrades, eclesiásticos e seculares, havia cavaleiros da Galiza e habitantes de terras castelhanas onde se efectuaram alguns peditórios. Também na área da diocese se institucionalizou a nomeação de mamposteiros que tinham a função de recolher auxílios para as obras. Em Vilarinho de Agrochão, no ano de 1720, para aquele efeito, ainda se efectuaram alguns peditórios²⁰. Seja como for, o andamento da nova edificação permitiu a mudança²¹, no dia da Invenção da Cruz do ano de 1713 da milagrosa imagem.

Como peça incontornável da história da arquitectura nacional e regional importa traçar²², ainda que abreviadamente, algumas das suas linhas fundamentais. Sob o ponto de vista planimétrico é, com a Sé de Miranda, um dos raros exemplos a configurar a espacialidade interior pelos braços da cruz latina, fazendo com que o transepto seja bem marcado. Já a cabeceira não apresenta a curvatura que é usual nos templos dedicados ao Crucificado. Na cobertura do cruzeiro lançou-se uma abóbada de granito que simula a representação de uma calote esférica para sugerir uma cúpula sobre pendentes com evidentes intuítos simbólicos. Na única nave, pilares a tender para o gigantismo e arcos de meio ponto participam da cobertura de nervuras estreladas com chaves avantajadas. Basicamente, o esquema da cobertura do corpo do santuário seria também reproduzido nas galilés ou alpendres que lhe correm nos flancos. Nestes espaços, vê-se bem como os mestres galegos que os edificaram, que pelo ofício e procedimentos eram velhos descendentes dos práticos medievais, já se tinham assenhorado de alguns acentos da linguagem característica do barroco galego.

A estranha entumescência dos elementos que formam o artesoadado, juntamente com a austeridades que percorre as superfícies dos alçados dão validade à hipótese desta obra ter sido traçada por algum elemento da engenharia militar sendo que o nome²³ do jesuíta João dos Reis (João Koning), matemático e professor na Universidade de Coimbra não deverá ser afastado já que, encarregado de dar corpo a uma carta do reino que contivesse anotações de interesse

militar, como referiu Nelson Correia Borges²⁴, peregrinou por estas praças fronteiriças pouco antes do milagre.

A vitalidade da cruzaria de ogivas e a presença das galilés, num e noutro flanco, conjuntamente com a presença na frontaria de um par de torres de esquinas almofadadas, relacionadas por uma balaustrada, levaram alguns estudiosos a sustentar o carácter revivalista de obra emblemática²⁵.

Seguindo a regra geral, os alçados laterais deste templo apresentam-se compactos. Contudo, convém sublinhar que as preocupações de dinamização dos alçados laterais se resumem à simulação de aberturas que, apesar de serem cegas e do pequeno vão, instauram algumas linhas de sombra. Como quase sempre, o maior investimento arquitectónico reservava-se para o prospecto principal. O corpo central apresenta um portal com arcos geminados – a recordar alguns efeitos usados pelos construtores do manuelino, do plateresco e, sobretudo, o portal de Santiago de Burgo, em Zamora – e um óculo com moldura de ornatos revoltosos. Por outro lado, um programa de colunas e nichos com colunelos espiralados dão mostras de como enfraquecia a resistência aos esquemas artísticos que valorizavam o dinamismo formal.

Ou seja, num tempo em que a corte de D. João V manobrava para poder rivalizar com os centros artísticos mais importantes da Europa, no santuário de Outeiro eram escassas as notas que indiciavam a renovação estética. Mesmo assim, a decoração dos fustes das colunas que, sem funções tectónicas, organizam a frontaria principal, tal como o Cruzeiro da praça da Sé, em Bragança, informam do trabalho dos gérmes que permitiriam a evolução semântica expressa nos prospectos de Santa Maria de Bragança, primeiro, e na paroquial de S. Pedro, em Santa Comba da Vilariça, depois. Nestes dois templos, melhor, nas suas fachadas principais, ainda sujeitas a esquemas derivados de composições retabulares, assinava-se a certidão de nascimento de uma plástica quadrando com os postulados do Barroco cujas realizações arquitectónicas regionais, convém sublinhar, raramente contaram com disponibilidades financeiras que se comparassem com as que foram canalizadas para a renovação dos interiores. Tal era a sedução pela policromia das superfícies e o fascínio pelo brilho do ouro.

Onde a arquitectura barroca deixou registo de erudição seria na igreja matriz de Sambade, concelho de Alfândega da Fé, dedicada à Senhora da Assunção. Sendo que alguns volumes, correspondentes à capela maior, à sacristia e à Casa das Almas, se evidenciam do rectângulo da nave única, importa darmos nota de um projecto rigoroso em que tanto as esquinas como as linhas horizontais das cornijas surgem bem marcadas por perfis de cantaria que, ao mesmo tempo, definem áreas contrastantes com a brancura dos paramentos e com os planos de sombra circunscritos pelos marcos das aberturas de iluminação. Estas têm a característica de serem de grande lume e molduradas de forma a que o seu movimento possa contribuir para a animação dos alçados planos. Em consequência, as antigas penumbras dos espaços interiores, amplos e com grande pé direito, cederiam perante uma nova simbologia da luz. O prospecto principal tem a particularidade de agregar num dos ângulos uma única

torre com três corpos, elemento pouco frequente nas igrejas da região, e de ter convocado um par de colunas de fuste liso e capitéis compostos numa composição em que o frontão quebrado se acomodou, relativamente à frontaria, de forma oblíqua. Este movimento seria continuado na janela mistilínea que relaciona o entablamento com o corpo ondulante que coroa a frontaria.

Contudo, a assunção destes valores foi muito demorada e respeitava a um tempo em que outras estéticas plasmavam os seus princípios. Por isso, será útil apontarmos como no Verão de 1788 se considerava numa provisão régia “achar se a sua igreja ao presente demolida” embora, como afirmava o Dr. Columbano Pinto Ribeiro de Castro Vela, Desembargador de Sua Magestade, “andando se a trabalhar nela para se tornar a edificar de novo”. E se a documentação conhecida trata do lançamento de uma finta para a obra, dado que se considerava faltar um conto setecentos e vinte mil réis para os sete mil cruzados e cento setenta mil réis necessários, a verdade é que a capela-mor só em 1795 seria arrematada por João Cabral, mestre canteiro, numa altura em que a Casa das Almas já devia estar concluída por ter sido entregue quatro anos antes aos minhotos da freguesia do Sopo, Caminha, João Manuel de Brito e João Manuel Cabral, ambos canteiros.

Sendo uma obra de afirmação de valores, a igreja da Senhora da Assunção, em Sambade, expressa como em algumas instâncias regionais foi lento o caminho de materialização da arte barroca. Consequências do seu sentido polissémico e sinais continuadas resistências por sensibilidades obedientes a um universo mental que, na longa duração, conservava cristalizados os valores da igreja reformada. Realidade que tornava plausíveis as observações de Cavaleiro de Oliveira quando escrevia que “as sonatas, os minuets e as jigas de que se enfadaram os italianos, os franceses e os ingleses são enviadas a Portugal para brilharem de novo; e ainda que todas estas peças de música muitas vezes não cheguem aí senão estropiadas ou desfiguradas, nem por isso elas deixam de fazer ainda as delícias dos portugueses”²⁶.

Imagem 1 – Porta travessa da matriz de Moncorvo (lado do evangelho), 1566



Imagem 2 – Portal principal da matriz de Vimioso



Imagem 3 – Santuário do Santo Cristo de Outeiro



Imagem 4 – Portal de Nossa Senhora da Assunção de Sambade



NOTAS

- 1 As obras deste templo iniciaram-se em 1424 e arrastaram-se até meados do século. Apesar da cronologia, expressou-se uma linguagem e concepções mais afins de certas atmosferas criadas pela arte românica do que dos operosos estaleiros do centro do país. Vd. DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 151-152.
- 2 VITERBO, Fr. Francisco de Santa Rosa de, in “Elucidário”, vol. II, Barcelos, 1993, pp. 443-444.
- 3 *Idem, ibidem*, p. 444.
- 4 ALVES, Francisco Manuel – *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo XI, Bragança, 1981, p. 316.
- 5 VITERBO, Fr. Francisco de Santa Rosa de – *Castellatico*, in “Elucidário”, vol. II, Barcelos, 1993, pp. 79-80.
- 6 VITERVO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. III, Imprensa-Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, p. 135
- 7 VITERBO, Fr. Francisco de Santa Rosa de – *Castellatico*, in “Elucidário”, vol. II, Barcelos, 1993, p. 80.
- 8 BARROS, João de – *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1919, p. 120.
- 9 SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens a Portugal de Manuel Severim de Faria*, vol. 12, Academia Portuguesa de História, 1974, p. 112.
- 10 RODRIGUES, Luís Alexandre – *A arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII*, (No prelo).
- 11 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *Nóvula para a história do retábulo da capela-mor da igreja matriz de Torre de Moncorvo*, in “Brigantia”, vol. V, n.º 1, Bragança, 1985, pp. 33-41.
- 12 RODRIGUES, Luís Alexandre – *O entalhador António André Robles: notícia de algumas obras executadas no século XVI para a capela-mor da Sé de Miranda*, Separata da revista “Brigantia”, vol. XX, n.º 3-4, Bragança, 2000.
- 13 SÉRLIO, Sebastian – *Tercero y quarto libro de architectura*, (tradução de Francisco de Vilalpando), Toledo, en Casa de Juan de Ayala, 1573, p. IV.
- 14 BARROS. João de – *Ob. cit.*, p. 121.
- 15 RODRIGUES, Luís Alexandre – *A igreja de Santa Águeda em Carrazeda de Anciães e a integração no seu espaço da capela do Morgado*, in “Revista da Faculdade de Letras – Homenagem ao Professor Doutor António Cardoso P. de Carvalho”, n.º 2, FLUP, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2003, pp. 487-512.
- 16 CORREIA, Vergílio – *Arte e arqueologia. Estudos, impressões, críticas e comentários*, Lisboa, 1920, p. 83.
- 17 Antiga igreja monástica relacionada com a monarquia leonesa. Por doação de Afonso VII passaria para o Cabido da Sé zamorana. Sendo uma igreja românica tem abside tripla com planta quadrada e uma só nave. Nas reformas efectuadas no século XVIII, aplicaram-se-lhe arcos diafragmas, com resistentes aduelas de cantaria e grande luz, que arrancam de estribos não muito desenvolvidos em altura.
- 18 RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Bragança, 2001, p. 552.
- 19 A.N.T.T., *Outeiro*, in “Diccionario geographico de Portugal”, vol. 26, fl. 432.
- 20 RODRIGUES, Luís Alexandre – *ob. cit.*, vol. I, pp. 552-553.
- 21 *Idem, ibidem*, p. 553.
- 22 Vd. RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Vol. III, Bragança, 2001,

- pp. 550-566; *passim*; 60; *passim*. *Idem*, *O santuário transmuntano do Santo Cristo de Outeiro: obras e artistas* in “Artis”, n.º 4, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2005 (no prelo).
- 23 RODRIGUES, Luís Alexandre – *Os poderes em presença. A entrada pública de D. Diogo Marques Mourato em Miranda do Douro*, Separata da Revista “Brigantia”, vols. XXIV/XXV, n.º 3/4 e 1/2, Bragança, 2004/2005.
- 24 BORGES, Nelson Correia – *A arte das festas do casamento de D. Pedro II. Lisboa. 1687*, Porto, s/d., pp. 92-93.
- 25 SERRÃO, Vítor – *A cripto-história da arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- 26 OLIVEIRA, Francisco Xavier – *Discurso patético sobre as calamidades presentes sucedidas em Portugal. Seguimento do discurso patético ou resposta às objecções e aos murmúrios que esse escrito sobre si atraiu em Lisboa. O Cavaleiro de Oliveira queimado em effigie como herético*, Lisboa, Frenesi, 2004, p. 79.

EL PATRIMONIO CULTURAL DE ZAMORA: ALGUNOS EJEMPLOS DE INTERVENCIÓN ARQUITECTÓNICA PARA SU CONSERVACIÓN

*Hortensia Larrén Izquierdo
Luis Pichel Ramos*

Partiendo de la responsabilidad que la sociedad actual tiene sobre el Patrimonio Histórico y Cultural de los pueblos, como un bien irremplazable y necesario para su desarrollo y conocimiento; dentro de este encuentro se van a presentar, de forma somera, en el ámbito limitado a la provincia de Zamora, algunas de las actuaciones llevadas a cabo en distintos monumentos y edificios guiadas por su salvaguarda, conservación y transmisión a las generaciones futuras y amparadas por las normas legales que los protegen a todos los niveles.

Para ello se han seleccionado cinco ejemplos diferentes entre sí, de diversa categoría y cronología, ubicados en ámbitos rurales o urbanos (plano), entendiéndose por nuestra parte que, aún siendo los objetivos finales diferentes, existen unos puntos de partida comunes:

- *Su estudio y análisis muestran las pautas para actuar sobre ellos con el mayor acierto y el mejor cumplimiento de los objetivos*, condimentos éstos necesarios para la elaboración de una base de trabajo, de un proyecto técnico que, la mayor parte de las veces requerirá de un equipo interdisciplinar.
- *Su preservación y conservación*, para lo cual se hace necesario la intervención técnica sobre el bien – arqueológica, arquitectónica, analítica...
- *Su expresión didáctica asociada a los diversos usos que pueda tener*, “puesta en valor de una ruina histórica”, recuperación de un uso, mantenimiento de unas funciones o creación de otras nuevas, sin perder esa base de transmisión histórica.

Para ello, hemos elegido los siguientes ejemplos:

- El “Puente de Sogo”, en Sogo, ejemplo de obra pública popularmente identificada como obra romana, con unas intervenciones importantes en el siglo XVII ¿construcción/restauración?, abandonado por la pérdida de uso original con la renovación de la red viaria a partir del siglo XIX.

- La “Fuente Nueva”, en Carbellino, otro ejemplo de obra popular, pero de especial significado social, tanto por su uso – aporte de un bien necesario como es el agua – como por las connotaciones de espacio público con cierto interés urbanístico (asociación con una plaza, lugar de reunión y celebración de actividades lúdicas).
- El “Campamento romano de Petavonium”, en Rosinos de Vidriales. En un ámbito rural, cuyas ruinas son expresión del proceso de conquista y romanización de este territorio.
- La “iglesia de Ntra. Sra. de la Asunción”, en Villamor de los Escuderos, singular obra arquitectónica en la que intervienen Juan y Rodrigo Gil de Hontañón, menoscabada por intervenciones y “arreglos” posteriores, con un claro uso religioso, en cuya intervención se ha intentado hacer pedagógica la obra de sus artesanos.
- El “Palacio del Cordon”, sede del Museo de Zamora donde, tras la práctica destrucción de un edificio señorial de la ciudad, situado en uno de sus barrios fuera del centro considerado histórico – fue vaquería –, se interviene con una amplia carga de interés arquitectónico y museológico.

1. LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO POPULAR: EL “PUENTE DE SOGO” Y LAS FUENTES DE CARBELLINO DE SAYAGO

La arquitectura popular se asocia fundamentalmente a los ámbitos rurales, siendo, hasta hace relativamente poco tiempo, la gran desconocida y, en parte, denostada frente a la arquitectura culta y urbana, a pesar de existir dignísimos e importantes estudios sobre la misma, como los que realizaron Carlos Fuentes (1973-1977) y García Mercadal (1981). Y dentro de estas manifestaciones arquitectónicas hay algunas realmente significativas, como son las fuentes y los puentes, los cuales, en muchas ocasiones se encuentran a caballo entre lo popular o etnográfico y lo arqueológico, como son los ejemplos que nos ocupan.

Los ejemplos elegidos se encuentran en los términos municipales de dos localidades de la comarca de Sayago, localizadas en el extremo occidental de la provincia, formando parte del espacio geográfico conocido como *penillanura* que incluye parte también de la vecina Salamanca, con una altura media en torno a los 800-900 m. sobre el nivel del mar y en la que predomina a nivel morfológico los suelos formados por rocas plutónicas – granitos y granodioritas como material prioritario, que conviven con esquistos y neis – con suelos de poca potencia vegetal y valles formados por la red de “riberas” y “arroyos” subsidiarios de los grandes cauces hidrográficos del Duero y Tormes, así como la relativa abundancia de acuíferos que condicionan un paisaje lineal, dedicado especialmente a la producción ganadera a través de los pastizales, y pequeños espacios destinados a la explotación cerealística, ambos de uso comunal, y huertos donde el “cigüeñal” es el elemento tecnológico más llamativo. En este entorno son especialmente interesantes los límites antrópicos de “cercas” y vallas, que divi-

den el espacio como fiel reflejo de una economía minifundista en los que se mezclan la base económica de tipo unifamiliar y las características históricas de repartición del territorio, con una práctica comunal que es definida por Pascual Madoz como el “único medio de subsistencia basado en la tradición”¹.

Dentro de esta comarca se observan, ya desde el S. XV, importantes vacíos en relación con los caminos que comunicarían los distintos lugares de población, llegando a considerarse esta carencia como causa fundamental de su retraso económico, iniciándose una evolución favorable a mediados del XIX con las construcciones de las carreteras de Zamora a Portugal por Alcañices, Salamanca-Fermoselle; Zamora-Bermillo de Sayago, etc., lo que contrasta con el abundante número de puentes que se localizan en los pequeños regatos, siendo catalogados por algunos autores dentro de la tupida red de época romana como subsidiarios de las dos importantes vías que, con seguridad, atravesaban la provincia por estas comarcas: la conocida *Vía de la Plata*, que unía las ciudades de Mérida y Astorga, y la Vía XVII, entre Astorga y Braganza (Roldán, 1971; Bragado, 1990; García Rozas, 1995, como bibliografía básica). Sin embargo la seguridad del trazado de esta época está restringido a tramos muy escasos que han conservado restos de calzada o de los miliarios existentes en San Vitero y Gallegos del Campo, datado éste en época de Adriano. Para otros estudiosos, la existencia de estos puentes, cuya cronología medieval parece más aparente, estaría en relación con la práctica ganadera y la Cañada de Zamora a Ledesma, para la zona sayaguesa (Fernández Ordóñez, 1985: 35).

Entre ellos destaca el “*Puente Antiguo*” de Sogo, (A01) uno de los más emblemáticos de la provincia de Zamora, tanto por su belleza de líneas arquitectónicas como por su entorno natural, situado a la altura del Km. 24, fuera del trazado actual de la C-527, Zamora – Fermoselle, sobre la ribera de Sogo Ancho y el que, según la opinión más común, es de raigambre romana, ampliamente descrito por Sevillano (1978:266-268), reproducido por Fernández Casado en su conocida obra (1980), e incluido en el resto de estudios en sus repertorios y catálogos (Fernández Ordoñez, 1985; Bragado, 1990; García Rozas, 1994).

A nivel constructivo ofrece una buena ejecución, en sillería bien escuadrada en la que alternan algunos tizones con los predominantes sogas, a excepción de parte de los estribos, donde aparece mampostería concertada, quizás correspondiente a una restauración. Tipológicamente corresponde a los puentes “tipo bóveda”, con tres arcos de medio punto, el central de mayores dimensiones que los laterales, y una alcantarilla vista, en cuya base se extienden soleras, hechas en lajas, con una longitud total de 58 m. Aguas arriba ofrece dos tajamares triangulares rematados con sombreretes piramidales y rectangulares aguas abajo, que llegan hasta el hombro del arco. Los estribos hacen un saliente a ambos lados, de mayor anchura en la base que en la parte superior. Por último, la calzada (A02), que se conserva en el mismo tramo que el puente con un total de 58 m. de longitud por 4,30 m. de ancho de tablero, está construida a base de sillares rectangulares, colocados transversalmente a partir de una cinta central. No quedan indicios de la existencia de un posible pretil.

Según los datos ofrecidos en la ficha correspondiente al “Catálogo-Inventario de los puentes de la provincia anteriores a 1936”, a mediados del siglo XVIII, el puente sufre una importante restauración, citándose como existente y denominándose “puente de Sogo” en la Memoria de Carreteras fechada en 1883. (Fernández Ordoñez, 1985).

Las actuaciones, dado el criterio de intervención, se han limitado a la limpieza de vegetación y tierras acumuladas por las crecidas, así como la consolidación de las fábricas y las soleras. (A03).

Uno de los elementos constructivos más singulares y abundantes en las distintas comarcas de la provincia de Zamora son las fuentes situadas, tanto en centros urbanos como diseminadas por el campo. Nuestro acercamiento a las *Fuentes de Carbellino de Sayago* se produjo en el año 1994-95. Poco conocíamos acerca de su historia, siendo las noticias más directas las que transmite Pascual Madoz a mediados del siglo XIX quien *contabiliza 3 fuentes de buenas aguas para consumo del vecindario, y como unas 20 esparcidas por el término*, quedando a su vez referencias toponímicas a las mismas en la edición de 1945 del Mapa Topográfico Nacional, escala 1:50.000, hoja n.º 424 – Alameda: “fuente del cura” o “camino del pozo” por poner dos ejemplos. De ellas, las dos existentes en el núcleo urbano conocidas como “Fuente del Concejo” y “Fuente Nueva”, con uso en la actualidad aunque un poco abandonadas, son las que han sido restauradas y recuperadas.

Siguiendo el trabajo ya publicado (Larrén, 1995), estas fuentes son muy abundantes tanto en Zamora como en otras provincias meseteñas, conociéndose por la tipología constructiva que presentan como de “tipo casa” o “abovedadas” – bóveda de medio cañón, con cubierta a dos aguas, con o sin frontón, y depósito semienterrado – y adscribiéndoselas una cronología genérica de época romana. Sin embargo, la falta de estudios específicos sobre ellas no permiten aseverar dicha datación, pudiendo encontrar ejemplos de este momento, pero también de época medieval o moderna, como ocurre en las conocidas de Soria o las últimas analizadas de la provincia de Burgos (Rubio, 1994) debiéndose, por otro lado, atender a todos aquellos datos que puedan ser evidencias cronológicas, como son inscripciones, *grafitti*, marcas de cantero o elementos decorativos. Por otro lado, es cierto que para los ejemplos zamoranos se carecen de todo tipo de inventario y análisis, a excepción de las recogidas por Sevillano en su conocida obra (1978), en la que faltan un buen número de ellas. En cualquier caso estas de Carbellino guardan gran similitud con las conservadas en Villardeciervos, Moveros, Nuez de Aliste, San Vitero, Villamor de Cadozos, Fresno y Bermillo de Sayago o las más lejanas de Almaraz o Santa Clara de Avedillo.

Centrándonos en las fuentes de Carbellino, hay que decir que no contamos con datos arqueológicos e históricos significativos en la localidad para su fechación, a excepción de la inscripción de la “Fuente Nueva” que luego analizaremos. Así, mientras que en el término existen distintos yacimientos desde la prehistoria reciente hasta época moderna, nada conocemos del núcleo urbano a excepción de su pertenencia al arciprestazgo de Fresno de Sayago en el siglo

XIX (Brío, 1986) y la primera referencia en las fuentes escritas – año 1176 – (Pascual, 1991) que confirmaría su existencia ya a mediados del siglo XII.

La conocida como *Fuente del Concejo* (B01), considerada popularmente más antigua que la “Fuente Nueva”, quizás por su ubicación dentro del núcleo urbano y su aspecto más sencillo respecto a aquélla, forma parte de las cercas rústicas que delimitan las huertas inmediatas a la población, integrada en ellas y en un espacio donde los cigüeñales indican la presencia de corrientes de agua.

Construida en grandes bloques de granito gris de la zona, contrasta con la mampostería de la valla en la que está embebida. Presenta un arco de medio punto que accede a un espacio abovedado donde se sitúa el depósito o algibe excavado en el nivel natural, con cinco peldaños. Todo ello se enmarca en un espacio rectangular, hecho con sillares de gran tamaño y ripios en seco y se cubre a dos aguas con grandes lajas, también de granito, ofreciendo el aspecto de casa romana al que antes nos hemos referido.

La estructura está precedida por un espacio cuadrangular delimitado en el exterior por tres grandes bloques colocadas a modo de protección de la fuente, el cual se salva a través de sendos peldaños exteriores (B02). Así mismo, es significativo señalar que estos bloques están hechos en piezas enterizas de más de 2,50 m. de longitud, cortados en su mitad y con las huellas de las cuñas que sirven a su vez para ser trasladadas desde el corte o cantera hasta el lugar de su colocación, quedando a su exterior un pequeño abrevadero hecho a modo de canalillo con sección en “U” que permite el acceso a los animales fuera de la fuente y en un espacio de más de 50 m².

La intervención ha consistido en la limpieza y desbroce del entorno, con especial atención a las acumulaciones de tierra aportada por los animales, así como la limpieza del interior de la estructura y saneamiento y rejuntado de fábricas con la consiguiente restauración de bóveda y cubierta y apertura del drenaje, proporcionando un nuevo cierre a la estructura (B03).

Por su parte, la *Fuente Nueva* se localiza en el núcleo urbano, muy cercana a la iglesia y ocupando el centro de un espacio abierto a modo de plazoleta, en la zona noroccidental del mismo. Aparece semienterrada por su parte posterior, mientras que la principal está totalmente diáfana. Varias son las características que la separan, dentro de una mismas tipología básica, de la “Fuente del Concejo”: sus menores dimensiones, su fábrica mejor tratada, en especial los sillares de menor tamaño y más escuadrados, la carencia de cubierta y el uso limitado al consumo humano.

Ofrece una estructura abovedada, con arco de medio punto y algibe excavado en el nivel natural. Su acceso está protegido por un cierre exterior que desarrolla una planta realizado con sillares enterizos, siguiendo el mismo esquema y funcionalidad que en la “Fuente del Concejo”, sujetos entre sí con grapas de hierro que quizás correspondan a una restauración. Aunque no estemos en condiciones de asegurarlo, es muy probable que la cubierta de la bóveda haya desaparecido, dadas las características de desprotección que ofrece su cara externa.

Por último, es importante señalar que, en la clave de la bóveda, se lee con dificultad una inscripción que hace referencia a una fecha conmemorativa – *Año 1756 ?* – que podría corresponder tanto a una restauración de la misma como al momento de su construcción.

En cuanto a la intervención realizada ésta se ha centrado en la limpieza y desbroce del entorno, así como a la limpieza del interior de la estructura y rejuntado de fábricas, construyendo una acera perimetral para su protección y delimitación, así como la reposición del cierre del vano para la protección del agua.

2. UN EJEMPLO DE INTERVENCIÓN EN EL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO: LOS CAMPAMENTOS ROMANOS DE PETAVONIVM, ROSINOS DE VIDRIALES (ZAMORA)²

Los conocidos en la actualidad como *campamentos romanos de Petavonivm* constituyen un pequeño espacio dentro de amplia Zona Arqueológica de la *mansio* del mismo nombre, fundada a su sombra en el proceso romanizador desarrollado en el cambio de Era en el Noroeste peninsular (C01).

Su interés histórico se generaliza gracias al esfuerzo de distintos investigadores e historiadores, y muy especialmente a D. Manuel Gómez Moreno, quien propuso ya en 1931 su declaración como *monumento histórico-artístico*, máxima protección legal que en ese momento confería la legislación (Gaceta de Madrid, 4-VI-1931). En la actualidad el denominado “campamento I de Petavonium”, es propiedad de la Junta de Castilla y León desde 1986 quien culmina una serie de actuaciones en el mismo con su “puesta en valor” a través del *Proyecto de acondicionamiento, consolidación y recreación del Campamento romano de Petavonium*, integrado dentro de la denominada Ruta Arqueológica de los Valles de Benavente, redactado por los arquitectos Pedro Lucas del Teso y Leocadio Peláez Franco, con la colaboración de un conjunto de técnicos sin los cuales no hubiesen sido posibles los resultados obtenidos

2.1. Reseña historiográfica

La amplia zona de vega en la que se asienta *Petavonium*, bajo el dominio montuoso de las estribaciones de la Sierra de Carpurias, está regada por varios arroyos, afluentes del río Tera, que proporcionan una buena tierra para el desarrollo agrícola y ganadero, aspecto éste que parece fundamental para sus pobladores quienes lo ocupan desde época prehistórica. Muestra de ello son los dólmenes conservados – “San Adrián” y “Las Peñezuelas” en Granucillo de Vidriales y “Casetón de los Moros” en Arrabalde – así como el conocido “Castro de Las Labradas”, también en esta localidad, de donde proceden dos magníficos tesoros celtibéricos, actualmente en el Museo de Zamora; junto a ellos, en la vega, se ubica “Sansueña”, “La Ciudadeja”, “La Cerca”, nombres populares que

desde tiempo inmemorial se han utilizado para identificar las ruinas del yacimiento, en la actualidad bien delimitado, situado en el término municipal de Rosinos de Vidriales, en la provincia de Zamora, pasando ahora a ser más conocido por el científico de *Petavonium* o *Campamentos romanos de Petavonium*.

Las primeras referencias escritas se remontan a fines del siglo XVIII, si bien es fundamental la labor investigadora llevada a cabo por D. Manuel Gómez Moreno, en la elaboración del Catalogo Monumental de la Provincia de Zamora, a comienzos del pasado siglo, para poder definir, tanto el importante yacimiento – *que existió en la principal llanura del valle de Vidriales, entre Fuente Encalada, Santibáñez, Rosinos y Tardemezcar* – como la asociación del campamento militar a “La Cerca”, lo que no significa que otros investigadores no hayan puesto en duda tal aseveración, como Schülten, quien cree que el campamento se debe a la Legio VI Victrix o a la Cohors IV Gallorum. Sin embargo los trabajos realizados por los profesores Martín Valls, Balil y Delibes de Castro unidos a una serie de hallazgos señeros – un gran brazo de bronce correspondiente a una estatua, estelas funerarias, etc. – permiten identificar las estructuras campamentales superpuestas, una de grandes dimensiones que fue adscrita a la Legio X Gemina, y otra más pequeña incluida en ésta, correspondiente al Ala II Flavia (Martín Valls y Delibes, 1.975: 337; 1.980: 120-122) así como otras localizadas fuera de estos recintos, analizadas recientemente en otros estudios de la mano de M^a Victoria Romero y Santiago Carretero (2000)

2.2. Filosofía de la intervención: el medio natural y el conocimiento científico

La consolidación de las estructuras exhumadas y la recreación de lo que fue uno de los campamentos *de Petavonium*, se entendía como un programa de actuación a largo plazo dentro del contexto de la recuperación de espacios históricos y monumentos, muchos de ellos desconocidos por su propia naturaleza arqueológica, con el fin de dinamizar la zona socialmente, potenciando su desarrollo cultural y como elemento de atracción del turismo de interior generando nuevas expectativas laborales. Evidentemente, este planteamiento contaba con una problemática específica de carácter social que condicionaba y delimitaba la actuación, como es la existencia de una población escasa y envejecida en núcleos urbanos conocidos básicamente por sus valores etnográficos y aislados de vías importantes de comunicación, tanto de carácter provincial como nacionales.

La intervención tuvo presente, desde sus inicios, dos aspectos fundamentales: primero la *necesidad de conocer científicamente* aquello donde se iba a actuar y, segundo, el *medio natural* en el que se encuentra de forma que, las estructuras y elementos que se levantarán, no podían entrar en competencia con el entorno natural donde se ubican.

A esta idea básica hay que añadir los preceptos legales en materia de Patrimonio, así como otros relacionados netamente con aspectos constructivos, tales como la *reversibilidad de las construcciones*, su *durabilidad y mantenimiento*,

la *no-afección* a los restos arqueológicos y el *rigor* a la hora de plantear las recreaciones, huyendo de los modelos historicistas germanos o anglosajones, lejanos hoy de la filosofía de la restauración al uso, o de los grandes contrastes por una intervención excesivamente moderna.

Por otro lado, reiterando algunas ideas ya dichas, se era plenamente consciente de que se debía y se tenía que actuar sobre unos restos para *conservar*, no para *alterar*, siendo ellos quienes imponen unos criterios básicos de intervención y no al contrario. Por ejemplo, la diversidad de materiales existentes en los muros, ofrecían una tipología que debía ser respetada, tanto para mantener ese equilibrio con técnicas y hechuras, como para establecer una uniformidad dentro de la heterogeneidad, especialmente en los espacios habitacionales.

Por ello, desde el principio se contó con un equipo de técnicos cuya opinión y parecer fueron contrastados a todos los niveles. La actividad arqueológica ha servido de premisa para saber *qué y cómo hacer* de tal forma que cualquier espacio ha sido excavado, documentado e interpretado antes de proyectar sobre él. El estudio de materiales, especialmente morteros, barros y cerámicas, ha sido realizado por investigadores del Instituto Eduardo Torroja del CSIC, con el fin de elaborar nuevas masas en sintonía petroquímica para no producir alteraciones o comportamientos extraños en las consolidaciones, adiciones y recrecidos. Por último, los criterios de difusión didáctica se han contrastado con museólogos de forma tal que, el resultado final se vio compendiado en los proyectos de ejecución arquitectónica.

Así, las intervenciones arqueológicas realizadas a partir de los 80 dl siglo pasado permitieron conocer el tamaño y características del foso, la planta exterior de las torres de las esquinas, el aljibe y parte de una estratigrafía que evidenciaba los momentos de ocupación de la Legio X Gémina y del Ala II Flavia, delimitándose el perímetro del campamento de esta última unidad militar, – el Campamento I – que ocupa en torno a las 4 Has. y que sirvió como límite para su adquisición por la Junta de Castilla y León (C02 Y C03). En su interior se exhumaron otras estructuras ordenadas en torno a dos calles correspondientes a espacios habitacionales – entre las que se identifican una cocina y un horno – observándose reformas históricas bastantes llamativas, como puede ser, en el último momento de ocupación, el abandono de una de las calles y su incorporación a nuevas viviendas o el uso de unas estrechas estructuras identificadas como cajas de escaleras.

Igualmente, la excavación realizada en tramos para delimitar todo el exterior del perímetro amurallado, no sólo permitió conocer la existencia de desagües o características precisas sobre las torres de esquina, sino que también logró identificar algunos portillos, las plantas y evolución de las puertas *praetoria* y *decumana*, así como parte de la puerta sur del *cardo*, confirmándose que la construcción de la actual carretera se realizó sobre ella, con la consiguiente ocultación y destrucción de la misma.

Sin duda, el sistema defensivo de las primigenias puertas se ceñiría al modelo clásico de una puerta doble, sin resaltes al exterior, flanqueadas por dos

cuerpos de guardia cuyos accesos, enfrentados, se localizarían en los dos lados que dan a las puertas. Este esquema lo vemos repetido, tanto en su forma simple como compuesta, en campamentos como los de Chester, Wallsend, Benwell, y Hausesteads o Londres en Gran Bretaña y Unterböbingen, Heidenheim, Künzing y Wiesbaden en Alemania, todos ellos pertenecientes al siglo II d.C.

2.3. Resultados finales: descripción técnica

En la intervención realizada en el campamento romano de Petavonium se plantearon distintos criterios de intervención según el estado de conservación de las estructuras históricas, su grado de información y los objetivos didácticos a transmitir, en función de los dos primeros conceptos, así como la ejecución de estructuras de nueva planta, especialmente dirigidas a la protección de determinados espacios en los que la falta de datos impedía una recreación, caso del “algibe – y la dotación de nuevas estructuras cuyo objetivo es cubrir las necesidades que la “puesta en valor” de este espacio arqueológico demandaba.

Para las estructuras que han sido recreadas, se ha buscado un material ajeno a la edilicia romana, como son las traviesas de tren, las cuales se adecuaban a un canon aparente para la obtención de la altura que, presumiblemente podían tener los elementos defensivos.

En el cuadro siguiente se presentan los conceptos básicos de intervención sobre las estructuras preexistentes y las actuaciones realizadas sobre ellas.

Criterio de intervención		Estructura
Consolidación	Muralla. Torres y puertas. Estructuras excavadas. Aljibe.	Las estructuras ya consolidadas o sobre las que se ha intervenido en actuaciones anteriores presentaban un buen estado de conservación, por lo que la actuación sobre los elementos originales se limitó a su limpieza y preparación para la elevación sobre ellas de las recreaciones. En el caso de las estructuras excavadas correspondientes a calles y diferentes edificaciones, se realizó una interpretación para su exposición con criterios didácticos.
Recreación Nueva planta	Muralla. Torres y puertas.	Se construyeron estructuras desmontables e inconexas constructivamente con los elementos originales. Las recreaciones se unificaron visual y constructivamente utilizando estructuras metálicas forradas de traviesas de madera.
	Centro. <i>Contenciones.</i> Cubierta de aljibe. Recorridos.	Para las construcciones de nueva planta, necesarias por el nuevo uso del recinto o para la conservación del aljibe (y por lo tanto meramente funcionales) se opta por una mimesis con los nuevos materiales (traviesas) utilizados en las recreaciones.

2.3.1. Consolidación

Como ya se ha dicho, el punto de partida fue la documentación exhaustiva a través de las excavaciones arqueológicas en todas las zonas a intervenir. Algunas de ellas eran conocidas globalmente por actuaciones antiguas, interviéndose en ellas de cara a su conservación, mientras que otras fueron excavadas *ex profeso* para la ejecución de este proyecto. En cualquier caso, la premisa fue la de consolidar y proteger todas las estructuras, independientemente de su “recreación” posterior.

• Muralla

Tras las primeras incursiones en la década de los 70, el objetivo a alcanzar en años posteriores fue la de reconocer y consolidar el recinto amurallado, paliando el aspecto de ruina que los restos defensivos ofrecían. Para ello se llevó a cabo la excavación y limpieza del foso, conociéndose así la cara externa de la muralla, así como la de su coronación en todo su perímetro (C04).

En esta fase, tras el levantamiento topográfico de todo el área y la documentación puntual de la presencia y ausencia de parte de la estructura, de la cual en muchas zonas tan sólo permanecía el núcleo del muro, se optó por recrecer hasta una cota uniforme el perímetro amurallado. Para ello, en aquel momento, se fijaron los siguientes criterios:

- Diferenciación de la fábrica antigua respecto a la nueva por medio de lajas de pizarra de pequeño tamaño.
- Reconstrucción y reposición de las faltas de mampostería y recrecido de los muros, reutilizando las piedras procedentes de la destrucción de la muralla rescatadas durante la excavación del foso y uniéndolas con mortero de cal.
- Protección de la cara superior por medio de un manto vegetal, siguiendo los usos de la arquitectura popular de la zona.
- Construcción de escaleras con traviesas de madera para el acceso al foso.
- Formación de un suelo artificial a base de grava de grueso medio para hacer accesible y caminable el foso.

• Puertas, torres y portillos

Las torres esquinadas estaban identificadas a partir de los suaves salientes y trazas redondeadas del perímetro exterior de la muralla, mientras que el *portillo* situado en el lado norte se identificó a partir del vacío bien visible en la traza de la misma. Para conocer sus plantas se realizó una excavación arqueológica hasta el nivel previsto en la futura cimentación de las recreaciones. Los muros perimetrales exhumados se recrecieron con los mismos criterios edilicios empleados en actuaciones previas en la muralla ya detalladas.

Por el contrario, la planta de las *puertas decumana y praetoria*, conocidas a partir de las excavaciones ya señaladas, formadas por dos torres unidas por una pasarela que daría continuidad al recorrido por la parte superior del *vallum*, solamente fueron recrecidas hasta la cota de muros tomada como referencia en las torres de esquina.

• Estructuras exhumadas. Calles y dependencias

Como anteriormente se ha dicho, ocupan una superficie de 650 m² aproximadamente. Objetivo primordial en la intervención ha sido hacerlas legibles y de sencilla interpretación para los visitantes, para lo cual ha sido necesaria una selección previa de la información a transmitir. Diferentes momentos de ocupación se superponen en las estructuras visibles, por lo que se planteó un sistema de texturas, colores y acabados, que, paralelamente a los gráficos colocados en la señalización didáctica, explicara los diferentes usos de los espacios y su cronología (C06).

Los criterios seguidos, se podrían resumir en los siguientes apartados:

- Limpieza del área excavada, con el fin de iniciar el proceso de consolidación y recrecido de las estructuras.
- Eliminación de los materiales no constructivos originales (cortes de terreno, protecciones colocadas en campañas previas...).
- Recreido de los muros hasta una cota uniforme, diferenciando con lascas de pizarra la parte original de la restauración, siguiendo el sistema utilizado en la intervención en la muralla, utilizando coloración diferente de mortero de cal hidráulica de junta y el tamaño del mampuesto, para diferenciar así las diferentes fases históricas reconocidas a partir de los estudios arqueológicos.
- Protección de los pavimentos con una capa de geotextil y sobre él, gravas de diferentes colores para diferenciar las distintas zonas (vivienda, calles, edificios singulares...).

• Aljibe

Esta construcción está próxima a la puerta oriental, directamente adosada a la muralla en una fase quizás posterior a aquella, ocupando, a su vez, la vía de circunvalación interior o *intervallu*. Debido a su buen estado de conservación se optó por reparar las zonas deterioradas y, para evitar el estancamiento de aguas en su interior se construyó una cubierta a dos aguas. La consolidación consistió en:

- Limpieza de toda la zona excavada.
- Análisis del sistema de impermeabilización usado, con toma de muestras

analizadas en el Instituto Eduardo Torroja, con el fin de diseñar morteros de reparación con dosificaciones de aglomerante, áridos y aditivos similares, manteniendo los criterios de coloración.

- Limpieza de la coronación del muro perimetral para la construcción exterior de un drenaje para evacuar las aguas del terreno, y preparar la base de la estructura de cubrición.
- Consolidación de bordes de las diferentes capas de acabado del interior del aljibe, con sellado de juntas con los morteros diseñados sobre los análisis realizados.

2.3.2. Recreación de estructuras

Dada la importancia del campamento, y la escasa presencia visual de las estructuras que lo conforman, se optó por recrear elementos significativos que a modo de hitos, situasen en la llanura el ámbito ocupado por el segundo recinto. Las cuatro torres de esquina delimitan el perímetro de la muralla, que se reconstruye en parte para crear un recorrido y visualizar la zona excavada desde la altura, mientras que una de las puertas referencia las vías de acceso principales al interior.

• Puertas y Torres

Como ya se ha explicado, las plantas de puertas y torres se conocían gracias a las excavaciones; sin embargo no era así respecto a su volumen y sistema constructivo original. Los criterios básicos de la intervención se basaron en la no afección de las estructuras originales y en la reversibilidad de las mismas, planteándose una solución constructiva ligera, con estructura metálica revestida con traviesas de ferrocarril recicladas (C07 y C08). Con este sistema se recrearon las torres de las cuatro esquinas y la puerta del sector occidental. La puerta del sector oriental se mantuvo hasta el nivel de consolidación adoptado y no se recreó por parecer redundante e innecesario.

El esquema constructivo de las torres y puertas comenzando desde su base es el siguiente:

- Construcción de una losa de hormigón para cimentar el armazón interior metálico sobre una lámina de geotextil, sobre la que se nivela una capa de arena compactada con cal.
- Colocación sobre los muros conservados de un zuncho de atado de hormigón (aislado mediante láminas plásticas y geotextil para evitar su contacto con los restos arqueológicos), coronado con un perfil UPN invertido en el que se asientan los perfiles metálicos que conforman la estructura exterior.
- Dos estructuras formadas por perfiles metálicos de forma y sección varia-

- ble, nacen de cada uno de estos elementos de “cimentación”, la interior apoyada en la losa, y la exterior conectada con el zunchos que duerme sobre los muros. Ambas están conectadas entre sí con atados en las esquinas cada 1,25 m. La exterior lleva unos anillos perimetrales de sustento a las traviesas (de sección 25 x 15 x 250 cm), colocadas en sentido vertical.
- Entre ambas estructuras discurre una escalera de chapa plegada, de dos tramos, el primero perimetral entre las dos estructuras, y el segundo, sobre el gran hueco central, con el fin de dejar libre en cubierta todo el perímetro. La última planta tiene un solado de chapa antideslizante que no llega a los bordes, dejando libres zonas por la que pueda discurrir fácilmente el agua hasta llegar al suelo, donde se filtrará al terreno (C09, C10 y C11).
 - El solado es de traviesas de madera a modo de entarimado, así como la pasarela entre torres cuando se trata de una la puerta.

• **Muralla**

Se ha reconstruido el tramo de muralla coincidente con el área de excavación arqueológica, con un doble objetivo: la recreación de uno de los elementos característicos del campamento y su uso “mirador” o plataforma visitable – a modo de adarve –, en especial, de la zona excavada.

El sistema constructivo es idéntico al de las torres, con los mismos materiales y las mismas pautas constructivas (C05). Una cimentación somera y aislada de la fábrica original sustenta una doble estructura metálica forrada con traviesas de madera tanto al interior como al exterior, a modo de encofrado a dos caras. Por ambos lados de las contenciones de terreno de la zona excavada, se accede por unas escaleras metálicas a una plataforma que, como se ha dicho, permite contemplar desde la altura la totalidad del campamento, a la vez que facilita la lectura global de la excavación, y provoca una llamada de atención hacia el castro próximo.

Se incide en el criterio constructivo planteado en las demás recreaciones, donde prima el respeto por las estructuras existentes, no alterándolas y conservándolas en su integridad. Estas construcciones “asientan” sus cimentaciones sin contactar con las fábricas primitivas.

2.3.3. Construcciones de nueva planta

• **Centro de recepción**

Se ha construido un centro de acogida para los visitantes en una zona próxima al acceso principal del campamento, que sirve, a su vez, como estancia del guarda, lugar de exposición e inicio de la visita. Como primera condición para su ubicación fue no alterar el subsuelo, por lo que se ideó un sistema de

cimentación elevada sobre una plataforma con entramado de traviesas y relleno de balastro que sirve de sustento a la edificación.

El diseño y sistema constructivo mantiene una imbricación absoluta con el entorno, la imagen del campamento y el resto de los elementos recreados. Sigue la tipología de los edificios cuartelarios conocidos en otros campamentos coetáneos en Europa, con un desarrollo longitudinal, de tres crujías (C13 y C15). La primera, hacia el interior de la excavación, permanece abierta, como un soportal al aire libre. Las otras dos delimitan un espacio cerrado y tenuemente iluminado con una sección en la que se juega con la mayor altura del tramo central, donde se abren huecos de reducidas dimensiones que iluminan el interior.

El sistema constructivo consistió en lo siguiente:

- Levantamiento de una estructura de pino sobre la plataforma elevada..
- Cerramientos exteriores hechos con traviesas de madera de sección 25 x 15 x 250 cm, colocadas en sentido horizontal. Las juntas entre piezas de madera se sellaron con un mástico, y se aisló el interior con espuma de poliuretano proyectado (C14).
- Cerramientos verticales interiores de madera laminada para conseguir paramentos perfectamente lisos y preparados para ser utilizados como zona expositiva. Con el mismo material se colocaron los solados sobre las vigas de atado de la cimentación. En zonas concretas de baños se sustituyeron los tableros de madera laminada por tableros fenólicos más resistentes a la humedad.
- Construcción de cubierta con tarima de madera, aislamiento de poliuretano rígido y ranurado, y rematada con chapa de acero cortén plegada, recordando las cubiertas cerámicas romanas.
- Por coherencia con la intervención, y ante la imposibilidad de realizar redes subterráneas de electricidad, aguas y saneamiento, se dotó al centro de un generador eléctrico, y un aseo con cisterna de agua y depósito superficial para decantación de aguas residuales fácilmente extraíble para su cómodo mantenimiento.

• Contenciones

Como anteriormente se ha explicado, se construyó un sistema de contención en la zona excavada para consolidar los perfiles del perímetro, evitando así desmoronamientos y facilitando permiten la aproximación de los visitantes a esta zona. La consolidación se ha realizado con un sistema que permite su fácil levantamiento y ampliación de la zona en un futuro a nuevas excavaciones.

El sistema de contención de cortes planteado sigue las siguientes fases:

- Colocación de traviesas tumbadas paralelamente a los cortes del terreno que sirven de contención a la intervención en el solado, mientras que por

- la parte contigua al perfil sirve de sujeción de unas velas verticales de madera.
- Dotación de velas verticales sujetan en la parte inferior por las traviesas, mientras que a media altura (cota de suelo pisable) se afianzan a una serie de traviesas tumbadas en el terreno que sirven de base a un entarimado. Estas velas sujetan un entablado que es la verdadera contención del terreno, por lo tanto este entablado tiene la altura exacta de los cortes de la excavación.
 - Por último, uniéndolas velas, otras traviesas hacen las veces de barandilla, muy ligera, que simplemente delimita la zona excavada, sirviendo como protección de la misma, siendo es permeable y accediéndose al interior de la excavación a través de ella.

Cubierta de aljibe

Se optó por cubrirlo y consolidarlo, siguiendo los criterios de puesta en valor y recreación didáctica del campamento (C12). Los pasos seguidos son:

- Limpieza de toda la zona excavada.
- Limpieza de la coronación del muro perimetral y construcción de un drenaje para evacuar las aguas del terreno.
- Colocación de una estructura de madera que sustenta una cubierta, sin cierres perimetrales, con las mismas características que la del centro y rematada también con acero cortén.
- En el perímetro se colocan traviesas de madera a modo de entarimado.
- Consolidación de acabados interiores y protección y recreación de los restos de escaleras de acceso al interior de la estructura..

Recorridos

Como complemento a estas estructuras se han establecido caminos que comunican las diferentes recreaciones y elementos visitables. Hasta su construcción, el recorrido lógico y acondicionado para tal fin se realizaba por el foso, pudiéndose así abarcar todos los elementos excavados. Este foso está recubierto por grava, permitiendo una sencilla evacuación de las aguas al terreno. Presenta como desventaja la incomodidad de pasear sobre la quizás excesiva capa de este material.

Los caminos planteados siguen tramas ortogonales acordes con los trazados teóricos y lógicos de los campamentos romanos, pero sin pretender dar continuidad a los conocidos en la zona excavada.

En cuanto a su sistema constructivo, se especifican los siguientes puntos:

- Se ha profundizado muy someramente en el terreno, para evitar problemas en el yacimiento, con un cajeadado una profundidad máxima de 15 cm.

- A ambos lados del cajeado, y colocadas sobre su cara menor, se han extendido traviesas, que servirán de contención del terreno existente, y de bordillo de los nuevos trazados. En el interior de estas traviesas se ha rellenado con zahorra compactada sobre la que se extiende grava de machaqueo.

Sin duda, mucho queda por hacer en este singular conjunto monumental, único en la provincia de Zamora en lo que actualmente conocemos, existiendo unos espacios complementarios, pensados y desarrollados con una idea didáctica y localizados en el municipio aledaño de Santibáñez de Vidriales. Se trata del Museo Monográfico del yacimiento, realizado con el Museo de Zamora, en el que se exponen varios elementos lapidarios, piezas procedentes de las distintas excavaciones y una amplia documentación gráfica que recrea la historia del yacimiento y su investigación, y un “Aula de interpretación de los Campamentos de Petavonivm”, en los que se recrean espacios documentados en el propia campamento como la cocina, habitaciones de los legionarios, acompañados de vasos cerámicos, vestidos y armas, copias de los originales.

3. LA INTERVENCIÓN EN UN EDIFICIO CULTUAL: IGLESIA DE NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN DE VILLAMOR DE LOS ESCUDEROS (ZAMORA)

La iglesia de Nuestra Sra. de la Asunción es, a juicio de Gómez Moreno, *la única de estilo salmantino en esta provincia, sobresaliendo por su gallardía y riqueza y la enaltece más el saberse que fue concluida por Rodrigo Gil de Hontañón en el pontificado de D. Antonio del Águila (1546-1560), según consta en el testamento del artista.*

Sin duda, la sencillez, belleza y austeridad de trazado y decoración, se ve incrementada por la humildad del caserío que la rodea (D01). Su planta consta de nave de tres tramos y capillas hornacinas, y cabecera con crucero marcado y capilla mayor pentagonal, reforzadas exteriormente con contrafuertes. Junto a los datos procedentes de las fuentes, los trabajos arqueológicos y las obras de conservación y restauración realizados en 2003 – 2004, han puesto de manifiesto interesantes datos a la hora de “reconstruir” su historia. Sabemos que este edificio se levanta sobre otro anterior, quizás de tipología tardorrománica o gótica, ligeramente desplazada de la planta actual hacia el S., sobre la que se construye parte de la cabecera actual y la sacristía a ella adosada. Así mismo, la limpieza de los paramentos ha dejado ver palpablemente los dos momentos constructivos del actual edificio identificables con el hacer de Juan Gil de Hontañón (a partir de 1524), primero, y su hijo Rodrigo después.

Las bóvedas son todas de crucería, excepto las de las capillas hornacinas que son de cañón apuntado (D02). Pero la diferencia entre cabecera y naves radica, no sólo en los detalles como grosor de nervios, remates de florones o ménsulas –truncopiramidales decoradas con cardinas y flores – sino también en

el uso de piedra para las bóvedas de la cabecera y ladrillo para los pies; igualmente esta diferencia se refleja en los paramentos de una mampostería concertada con sillería en los ángulos para la primera y una sillería, bien escuadrada, para la segunda. Por último, los arcos de las naves descansan en capiteles poligonales y cilíndricos decorados con elementos vegetales.

El acceso al edificio se realiza por medio de dos puertas abiertas en el segundo tramo de la nave, enfrentadas: la más sencilla es la del sur, con arco ligeramente apuntado; en la norte, lo relevante es el diseño de vano y relieves decorativos. Un arco de medio punto entre pilastras acanaladas sobre plinto, decoración floral en los salmeres y cartela en la clave del arco y dos medallones con los bustos de San Pedro y San Pablo en las enjutas. Sobre él, hornacina con venera entre medias columnas que rematan con capiteles jónicos; la separación entre ambos cuerpos se hace por medio de cartones, angelotes y jarros e imagen de la Virgen en bulto redondo; sobre el entablamento, escudo de D. Antonio del Águila

A los pies se sitúa la torre, con acceso desde el interior de la iglesia, cuyo acabado final es posterior al resto del monumento, sotoponiéndose a otra anterior. De clara traza barroca, con vanos adintelados, muestra una grieta antigua y una fecha inscrita de mediados del siglo XVIII.

Diversos problemas, especialmente relacionados con los ocasionados por la humedad en cimientos, paramentos y cubiertas, con una pérdida importante de las zonas escultóricas, llevó, como ya se ha dicho, a la intervención de la Junta de Castilla y León, a través de un proyecto redactado por Pedro Lucas del Teso y ejecutado en 2003-2004. En su propuesta técnica, el movimiento de terreno era un apartado importante, tanto en el interior como exterior del edificio, pudiendo afectar a vestigios anteriores. Por ello, junto a los estudios geotécnicos y pétreos pertinentes, se llevó a cabo una intervención arqueológica que se centró en la actual sacristía, cabecera y nave, con los siguientes resultados:

a) El comienzo de las obras supuso anular el suelo de cemento de la iglesia, quedando al descubierto un *suelo de red*, típico de los solados de los siglos XVII-XVIII, que evidenciaba la existencia de enterramientos, contabilizándose hasta 140 sepulturas sin enumerar (D04). Así mismo, en la sacristía, al levantar el suelo de terrazo preexistente, se observaban restos de otro *suelo de baldosas cerámicas* y mampuestos, tanto a la cota del citado suelo, como en unas pequeñas zanjas abiertas perimetralmente, cuya relación con los cimientos de la obra de Gil de Hontañón era, tan sólo, una hipótesis inicial.

Estas circunstancias, unidas a que el sistema de calefacción elegido en proyecto suponía la apertura de sendas zanjas en la nave que traspasaban el muro de separación con la sacristía y la construcción del consiguiente pozo para los depósitos de gasóleo y maquinaria, alcanzando una cota libre de - 3,50 m., con la consiguiente destrucción de los enterramientos y posibles estructuras; todo ello requeriría, en cualquier caso una excavación arqueológica previa por la documentación de estos restos.

- En la sacristía, bajo la solera del suelo de terrazo, apareció la coronación de un *muro E-O* que la divide en su mitad, con un metro de grosor y con huellas de rejuntado de cal en su cara septentrional, lo que indica su “cara vista” (D03). El otro *muro N-S*, se adosa a éste, y sobre él se apoya el cimientado del contrafuerte más meridional de la cabecera. En este muro, a su vez, era posible ver dos fases constructivas: la más antigua se corresponde a una hilada –ahora vista– ejecutada con sillarejo, sobre el que se recrece otro, dando una anchura de 1,30 m. En ambos se identifican piezas arquitectónicas reutilizadas (D05).
- Estos muros parecen ser contemporáneos al que hace de cimientado del *muro sur de la cabecera y la pilastra del crucero*, del que se observa un nivel de cimientado, hecho con mampostería y cal y una hilada de sillares.

El solado de baldosas cerámicas, conservado sólo en su mitad meridional, corresponde a un momento tardío, según el análisis estratigráfico realizado, siendo diferente lo observado a ambos lados del muro longitudinal, documentándose un nivel de derrumbe – 0,50 m. – correspondiente a la cubierta de la sacristía, sustituida por la actual y su nivel de construcción, sobre el que se asientan tres hiladas de cimientados desde la cota del suelo de baldosas de ladrillo.

b) En el muro sur de la cabecera, divisorio con la sacristía, se abre un vano apuntado que, con la cota del suelo de red, presenta un canon pequeño y desproporcionado respecto a las dimensiones de la iglesia. El análisis del muro permite observar la existencia de un vano anterior, de medio punto, sobre el que se ha retallado el ahora existente. Así mismo, éste se apoya sobre una estructura anterior, sobre la que se colocó como umbral de la puerta una pieza reutilizada, con un pequeño óculo central. Al excavar los enterramientos y levantar las losas se ha podido conocer la cota del suelo de Gil de Hontañón, ganando en proporciones la puerta de la sacristía, al igual que ha ocurrido con la puerta principal abierta en el muro norte.

Es decir, *el suelo de red* sobreeleva la cota del suelo original de la obra de Hontañón unos 0,50 m., al tiempo que destruye cualquier vestigio del suelo contemporáneo, al horadar todo el subsuelo para los enterramientos.

c) La apertura de dos zanjas a partir de la cabecera y hacia las naves, paralelas al crucero y capillas-hornacinas obligaba a la excavación previa de los enterramientos existentes, haciendo coincidir éstas con las sepulturas, con el fin de evitar más espacio de excavación y, con ello, más destrucciones.

La obra realizada en los últimos años para el cambio de altar, desvirtuó el espacio litúrgico antiguo, eliminando el primer altar y los peldaños de la capilla mayor, tal como se ha visto al eliminar estos restos. A su vez, fueron movidas algunas laudas – como es el caso del enterramiento situado en el centro de la nave, cuya tumba estaba profanada y otras reutilizadas, según se ve en una de ellas en las que, por desgaste, se ha perdido prácticamente toda la leyenda.

d) En total se han excavado *cinco enterramientos*, comprobándose, como es usual, la reutilización masiva de los mismos, dado el gran número de “paquetes” registrados en los niveles superiores, siendo, lógicamente el individuo *in situ*, el enterramiento más reciente. Estos enterramientos aparecen a una profundidad de 1,00 m.

Los restos estructurales documentados, fundamentalmente en la zona de la sacristía se corresponden con un *edificio anterior* – posiblemente la iglesia precedente.

Junto a las *dos fases constructivas*, correspondientes a Juan y Rodrigo Gil de Hontañón, claramente identificadas en sus muros y bóvedas (D06 y D07), el edificio fue objeto de distintas reformas, unas puntuales, como el cambio de puerta de la sacristía –, otras estructurales, como la que reza en la inscripción tallada junto a la torre, en el lado sur, fechada en el siglo XVIII. En este sentido es importante señalar también el cambio de suelos y cotas por la creación del espacio cementerial en el interior de la iglesia de forma ordenada con el *suelo de red*.

El movimiento de terreno tanto en el interior como exterior del edificio supone la, *destrucción de vestigios* anteriores contemporáneos y posteriores al edificio hoy en pie.

4. DOCUMENTACIÓN DE UN EDIFICIO CIVIL – EL PALACIO DEL CORDÓN – COMO SEDE DEL MUSEO PROVINCIAL DE ZAMORA

El palacio del Cordón o de Puñonrostro es uno de los pocos ejemplos de arquitectura señorial de la ciudad de Zamora del siglo XVI, transformado con un innovador proyecto en sede del Museo de Zamora. Situado en la zona denominada “barrios bajos”, dentro del tercer recinto amurallado de la ciudad medieval en la denominada “Puebla del Valle” y junto al emblemático Puente de Piedra, este edificio configura uno de los espacios de mayor identidad urbana de la ciudad, como es la Plaza de Santa Lucía, nombre que recibe de la iglesia aneja con esta advocación.

Del antiguo palacio, bien documentado a través de las excavaciones arqueológicas, lo representativo es su fachada (E01), construida en buena sillería de la característica piedra zamorana con algunas marcas de cantería en la que destaca su portada: arco de medio punto hecho con dovelas de amplias dimensiones que en un momento posterior se recorta para acoger un vano adintelado. Ésta se enmarca por un alfiz definido por un cordón anudado de tipo franciscano, que le da nombre, acogiendo el escudo de armas de los Poñonrostro y, sobre él, el de los marqueses de Maenza. En la esquina de la fachada se incrusta una ventana ajimezada, en cuyo interior se ubica un cortejador. El remate de cornisa se corona con veneras y gárgolas zoomorfas que rompen la sobriedad compositiva del conjunto (E02).

Tras esta fachada se desarrolla el edificio museístico, inaugurado en 1998, según proyecto de E. Tuñón y L. Moreno-Mansilla, con unos criterios totalmente actuales, donde se cobija la Historia de la provincia de Zamora y de la ciudad, desde tiempos pretéritos. Como edificio subsidiario de éste es la iglesia de Santa Lucia, rehabilitada como almacén visitable de elementos pétreos.

La ejecución de este proyecto supuso una serie de actuaciones previas, de carácter eminentemente arqueológico con un doble objetivo: por un lado, documentar aquellos vestigios arquitectónicos que aún no habían sido destruidos en la ejecución de la fase anterior – realizada en la década de los 80 sin documentación arqueológica – y, por otro, intentar recavar el mayor número de datos y hallazgos arqueológicos posibles que ayudaran a encuadrar cronológicamente los momentos históricos precedentes, tomando como referencia tanto la información que las fuentes escritas proporcionan sobre la ciudad y su evolución en esta zona concreta, como las evidencias materiales y estratigráficas existentes en el espacio que ocupa el citado edificio.

En resumen, estos trabajos pudieron documentar diversas estructuras del propio edificio señorial, como la planta del patio porticado (E03), cerrado en dos de sus lados, del que quedan en pie cinco columnas, la base de otra y el capitel de una séptima, con unas dimensiones de 8,50 m. por 7,25 m., abierto en sus cuatro lados y galería corrida de dos pisos de 2,70 m. de anchura (E04 y E05). En su centro se conserva un pozo así como el suelo hecho con los típicos guijarros de río o enchinarrado, con sencillo diseño. Contemporáneo a éste, se registró otro patio menor, con una tinaja excavada en su suelo, quizá correspondiente a una zona de almacenaje o actividades culinarias.

Así mismo, con un nivel de arrasamiento importante, se documentaron una serie de muros, construidos en mampostería, anteriores y posiblemente destruidos por la construcción palaciega, datables en época plano o tardomedieval, así como un “hoyo” o silo, con cerámicas hechas a mano, correspondientes al momento fundacional de la ciudad.

El resultado final se manifiesta en un edificio de corte moderno (E06), premio Nacional de arquitectura, que mantiene la fachada principal como recuerdo del edificio palaciego destruido, así como parte de las arcadas de su patio (E07), sumergidas entre cristales y muros lisos de encofrado de hormigón que componen el interior de un gran cubo, solo visible desde la parte alta de la ciudad, donde se cobijan los elementos más representativos de la arqueología de la provincia de Zamora, desde la Prehistoria hasta nuestros días (E08).

BIBLIOGRAFÍA

- AGUILÓ, M. (1999), *El paisaje construido. Una aproximación a la Idea de Lugar*. Colección de Ciencias, Humanidades e Ingeniería, n.º 56. Madrid, Colegio de ingenieros de Caminos, Canales y Puertos.
- BRAGADO TORANZO, J.M. (1990), “Aproximación al estudio de la red viaria romana en la provincia de Zamora”. *Actas 1.º Congreso Historia de Zamora*, T. 2 Zamora 1988, p. 379-440.

- CARRETO VAQUERO, S. (2000), *El campamento romano del Ala II Flavio en Rosinos de Vidriales (Zamora), la cerámica*. IEZ “Florián de Ocampo”, Universidad de Valladolid – I.E.Z. “Florián de Ocampo”, Zamora.
- CARRETERO, S. y ROMERO, M.^a V. (s.a), *Los campamentos romanos de de Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora)*. Fundación Rei Afonso Enriques, Zamora, 1996.
- CASASECA CASASECA, A. (1988), *Rodrigo Gil de Hontañón*, Junta de Castilla y León.
- FERNANDEZ CASADO, C. (s/a), *Historia del puente en España. Puentes romanos*, Madrid: C.S.I.C.
- FERÁNDEZ DURO, C. (1882), *Memorias históricas de la ciudad de Zamora, su provincia y Obispado*, Madrid, 2 T.
- FERNANDEZ DURO, C. (1880), “Sayago”. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, T. VIII, p. 351-356.
- FERNANDEZ ORDOÑEZ, J.A. et al. (1985), *Catálogo-Inventario de los puentes de Zamora anteriores a 1936*. Cátedra de estética de la Ingeniería, Madrid. (Inédito).
- FERNÁNDEZ, J.J. y LARRÉN, H. (1990), “Historia de la investigación arqueológica en la provincia de Zamora. Situación actual”. *Actas del 1er. Congreso de Historia de Zamora*, IEZ “Florián de Ocampo”, Zamora 1988, p. 127-151.
- FLORES, C. (1973-1977), *Arquitectura popular española. 5 Vols*, Madrid: Ed. Aguilar.
- GARCÍA MERCADAL, F. (1981), *La casa popular en España*, Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- GARCIA MARTIN, R. (coord.) (1992), *Cañadas, cordeles y veredas*. Valladolid, Consejería de Agricultura y Ganadería.
- GARCÍA ROZAS, R. (1995), “Arqueología romana en la provincia de Zamora” en *Historia de Zamora, I: de los orígenes al final del medioevo*, Zamora: I.E.Z., “Florián de Ocampo”, p. 270-337.
- GOMEZ MORENO, M. (1927), *Catálogo Monumental de la provincia de Zamora*, Madrid: (ed. facsímil, Ed. Nebrija, León, 1980).
- GRACIA, F. de (1992), *Construir lo construido. La arquitectura como modificación*, Madrid: E. Nerea.
- LARREN IZQUIERDO, H. (1995), *Las comarcas de Aliste y Sayago. Restauraciones con el 1% cultural de las obras del IRYDA*, M.º de Agricultura, Pesca y Alimentación, Zamora.
- LOEWINGSON, E. (1965), “Una calzada y dos campamentos romanos en el *Conventus Asturum*” *Archivo Español de Arqueología*, 38, n.º III-III, p. 26 ss.
- LOEWINGSON, E. (1994-95), “La Vía de la Plata en sus extremos septentrionales”, *Brigecio* 4-5, p. 99-107.
- LUCAS, P., PELÁEZ, L. Y LARRÉN, H. (2004), “Campamentos romanos de Petavonium, Rosinos de Vidriales (Zamora), Acondicionamiento, consolidación y recreación”, *Actas Puesta en valor del patrimonio arqueológico en Castilla y León*, 2004, p. 366-380.
- MADOZ, P. (1845), *Diccionario geográfico-estadístico de España y sus posesiones en Ultramar*, Madrid: Ed. facsímil, 1984, Valladolid.
- MARTIN-SERRANO GARCIA, A. (1988), *El relieve de la región occidental zamorana, la evolución geomorfológica de un borde del macizo hispánico*, Zamora. IEZFO.
- MAYER, M, GARCÍA, R. y ABÁSULO, J.A. (1998), “El Bronce de Fuentes de Ropel (Zamora)”. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, LXIV, p. 161-174.
- MENÉNDEZ PIDAL, G. (1951), *Los caminos de la Historia de España*. Madrid, Ediciones Cultura Hispánica.
- MIÑANO Y BEDOYA, S. de. (1826-1829), *Diccionario Geográfico-estadístico de Portugal y España*. E. Imprenta Pierat Peralta, Madrid.
- RUBIO MARCOS, E. (1994), *Arquitectura del agua. Fuentes de la provincia de Burgos*, Burgos.
- SALVADOR VELASCO, M. et a. (1993), “El palacio del Cordón, excavación en un edificio civil de los siglos XV-XVI. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos*, Zamora, p. 165-179.
- SEVILLANO CARBAJAL, V. (1978), *Testimonio arqueológico de la provincia de Zamora*, 555, Zamora.

- STRATO, S.L. (2001), *Guía de la ruta arqueológica por los Valles de Zamora, Vidriales, Órbigo y Eria*, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Salamanca.
- VV.AA. (2002), *Regnun: Cortes y corona en Benavente, 1202-2002*, Catálogo de la exposición, Benavente.
- VV.AA. (1993), *Seminario de Parques Arqueológicos*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1989.

NOTAS

- ¹ La comarca de *Sayago* constituye un total de 1.388,78 Km² de superficie con 12.712 habitantes, siendo el Duero el límite septentrional, el Sur está definido por el gran embalse de Almendra en el Tormes que sirve como divisoria, a su vez, de las provincias de Zamora y Salamanca; el Oeste lo configura la divisoria con Portugal y el Este, el límite con la tradicional “Tierra del Vino”. En la actualidad, los núcleos de población incluidos aquí son cincuenta y ocho: Abelón, Alfaraz, Almeida, Arcillo, Badilla, Bermillo, Cabañas, Carbellino, La Cernecina, Cibanal, Cozcurrita, Las Enillas, Escuadro, Fadón, Fariza, Fermoselle, Figueurola, Formariz, Fornillos, Fresnadillo, Fresno, Gamones, Gáname, Luelmo, Malillos, Mamoles, Los Maniles, Mogatar, Monumenta, Moral, Moraleja, Moralina, Muga, Palazuelos, Pasariegos, Peñausende, Pereruela, Pinilla, Piñuel, Pubblica del Campeán, Roelos, Salce, San Román de los Infantes, Sobradillo de Palomares, Sogo, Tamame, Torrefracades, Torregamones, La Tuda, Tudera, Villadepera, Villamor de Cadozos, Villamor de Ladre, Villar del Buey, Villardiegua de la Ribera, Viñuela y Zafara.
- ² Este apartado es un resumen del artículo recientemente publicado por LUCAS, P., PELÁEZ, L. y LARRÉN, H.: en “Campamentos romanos de Petavonivm, Rosinos de Vidriales (Zamora). Acondicionamiento, consolidación y recreación”. *Actas Puesta en valor del patrimonio arqueológico en Castilla y León*, 2004, p. 366-380.

PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO: PRESERVAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Ana Maria Afonso

1. INTRODUÇÃO

Um dos aspectos surpreendentes desta era da informação é que os arquivos – essa informação única pertinente para qualquer povo – é o menos conhecido e o menos compreendido e, por consequência, o menos bem utilizado de todos os recursos informativos. Os arquivos constituíram sempre os instrumentos de base da administração, por consequência, eles testemunham políticas, decisões, procedimentos, funções e actividades. Em virtude do seu carácter oficial e do seu estatuto jurídico, eles representam as fontes de informação mais seguras e mais completas relativas às instituições e ao seu papel na sociedade.

Actualmente, o alargamento das administrações públicas e de outras instituições, contribuiu não só para o crescimento exponencial da quantidade dos documentos de arquivo, como foi também acompanhado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e da sua aplicação para criar e utilizar arquivos. Novos suportes de informação integram a herança documental, mas estas invenções criaram problemas de acesso, de conservação, de controlo material e intelectual particulares, em virtude da fragilidade de suportes. Além disso, a introdução progressiva da tecnologia electrónica obriga os arquivistas a trabalhar com o menos permanente dos suportes e transforma o modo como as instituições funcionam relativamente aos métodos de criação, de recepção, de utilização, de conservação, de orientação e de eliminação da informação dos documentos de arquivo.

Para a preservação da informação é necessário desenvolver uma disciplina que, não só preserve a natureza e a utilização dos arquivos, como forneça soluções práticas para os problemas suscitados pelos novos suportes. É imperioso respeitar a integridade de todos os arquivos durante todo o ciclo da sua vida bem como ter um cuidado especial na escolha dos arquivos definitivos. Sublinha-se o contexto organizativo e funcional dos arquivos, que garante o princípio de proveniência.

Devemos reconhecer a rica herança da anteriores arquivistas, todavia é necessário criar uma disciplina global que cubra o conjunto dos arquivos, para servir de modelo aos arquivistas e aos serviços de arquivo no novo milénio que se virá juntar à longa história dos arquivos.

A memória dos acontecimentos em que a colectividade agiu como entidade

colectiva e solidária, constitui porventura a mais importante manifestação da identidade. Os arquivos são, portanto, o suporte objectivo da memória colectiva, e, por isso mesmo um dos elementos mais importantes da identidade. Devem servir como memória de um povo, numa missão que tem como suporte a ideia de que a compreensão do passado é um elemento indispensável para a compreensão do presente.

Neste sentido, os arquivos são uma fonte privilegiada de informação acerca de todas as actividades humanas, uma espécie de tesouro da memória colectiva e, por isso, um bem patrimonial da nação.

2. A POLÍTICA PORTUGUESA RELATIVA AO PATRIMÓNIO CULTURAL

A mais recente legislação portuguesa relativa ao património cultural é a Lei n.º 107/2001, publicada a 8 de Setembro e que veio revogar a anterior Lei n.º 13/85, de 6 de Julho¹. A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado.

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de: inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação; inspecção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural; informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais. Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura². O Estado deverá promover a existência e adequada estruturação e funcionamento de um sistema nacional de informação do património cultural, através da implantação, compatibilização e progressiva interoperatividade das diferentes redes de bases de dados.

2.1. O Património Arquivístico

Integram o património arquivístico todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante. Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos³, indepen-

dentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. São critérios para a Protecção do Património Arquivístico: natureza pública da entidade produtora; relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector; relevância social ou repercussão pública da entidade produtora; valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica⁴.

A definição de uma política arquivística passa pela Lei de Bases dos Arquivos Portugueses – Decreto-Lei n.º 16/93. O objectivo do presente diploma é definir os princípios que devem presidir à organização, inventariação, classificação e conservação do património arquivístico nacional, bem como a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação, tendo em vista a sua defesa. Constitui, por isso, a pedra basilar de uma política arquivística nacional coordenada. É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico. Contudo, cabe especialmente ao Estado: garantir a qualidade das instalações destinadas aos arquivos; garantir a conservação, o restauro e a valorização da documentação; programar e regulamentar a avaliação, a selecção e a eliminação da documentação; promover uma correcta aplicação das normas de organização documental, nomeadamente quanto à classificação e à ordenação; garantir, facilitar e promover o acesso à documentação, nomeadamente através de instrumentos de descrição normalizados; definir as condições gerais e especiais da comunicação dos documentos; promover a coordenação entre os arquivos; promover a cooperação internacional no domínio arquivístico; promover a formação profissional de técnicos de arquivo; fomentar a investigação em arquivística. Os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo são o órgão de gestão nacional dos arquivos, cabendo-lhes a execução da política arquivística nacional, nos termos definidos pela lei⁵. O órgão de gestão apoia, do ponto de vista técnico, a implantação de sistemas de gestão de documentos, promovendo normas relativas à sua avaliação, selecção e eliminação. É garantida a comunicação da documentação conservada em arquivos públicos, salvas as limitações decorrentes dos imperativos da conservação das espécies e sem prejuízo das restrições impostas pela lei. A salvaguarda e valorização do património arquivístico português assenta em larga medida na rede de Arquivos Distritais criados ao longo do século XX, os quais têm vindo a ser objecto de ampla renovação de instalações, equipamentos e actividades, nos últimos anos⁶. A constituição de uma Rede de Arquivos Distritais é, de facto, fundamental para a execução de uma política arquivística nacional eficiente e eficaz. O diploma que veio definir o regime jurídico dos arquivos distritais e regulamentar o seu funcionamento, definindo-lhes competências próprias na área da implementação de uma política arquivística nacional, foi publicado em 1983 no Decreto-lei n.º 149/83, de 5 de Abril. Segundo este diploma, os Arquivos Distritais têm como Missão

“preservar e valorizar o património arquivístico de interesse histórico, apoiar tecnicamente a organização de arquivos públicos e privados e promover a divulgação cultural e educativa no âmbito dos arquivos”.

Os Arquivos Distritais pretendem desenvolver actualmente estratégias de intervenção activas para a preservação documental de arquivos de famílias, pessoas, empresas, que pelo seu significado cultural e relevância para a compreensão da memória social tenham adquirido o direito de serem conservados definitivamente. Através de simples protocolos, podem receber esses arquivos, em regime de doação ou de depósito – sem perda dos direitos de propriedade para os donos.

De acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, diploma que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, são considerados como organismos do município: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal; organismos da freguesia: a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Este diploma, muito embora não faça referência directa à constituição de arquivos municipais, estabelece como competências das câmaras municipais: promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município; assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.

O papel dos arquivos municipais é, talvez, um dos que mais evolução tem sofrido em virtude, por um lado, de estarem mais próximos do cidadão comum e, dessa forma, serem constantemente confrontados com as exigências de um público cada vez mais desperto para os seus direitos. Por outro lado, em virtude também de, alguns, conservarem documentação desde o início da existência do seu município. Para o seu crescente desenvolvimento, muito tem contribuído o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, desenvolvido pelo IAN/TT. Ao lançar o PARAM⁷, o Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo dá corpo às competências definidas na sua Lei Orgânica, que determina competir ao IAN/TT apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais. Ao assumir as suas responsabilidades na salvaguarda do património arquivístico nacional, o Estado tem circunscrito a sua actuação, quase em exclusivo, no que respeita a arquivos não dependentes, à produção de legislação e de algumas orientações técnicas e, quando muito, facultando um apoio técnico mais na medida e ao ritmo dos recursos de que tem vindo a dispor do que das solicitações que lhe são apresentadas. Com o PARAM surge pela primeira vez um programa capaz de disponibilizar junto da administração local um apoio não só técnico como também financeiro, vocacionado exclusivamente para a promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural.

3. O ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA E O PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DO DISTRITO

3.1. Arquivo Distrital de Bragança: génese e evolução

Os primeiros Arquivos Distritais começaram a ser criados entre 1916 e 1918 (onde se incluía Bragança, Leiria, Évora e Braga), embora, na altura, o estado central não assumisse a responsabilidade financeira dos projectos. Alguns anos depois, em 1927, é decretada a criação de um Arquivo Distrital em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com organização semelhante aos já criados. Esta organização pretendia, em traços gerais “receber, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos documentais dispersos no respectivo distrito”.

O Arquivo Distrital de Bragança é um elemento fundamental de identidade histórica e cultural da região. Pelo espaço onde se insere (Convento de S. Francisco⁸), pelos espólio documental que guarda, é uma marca viva do passado colectivo dos transmontanos e um dos seus simbólicos monumentos.

Dar a conhecê-lo implica, necessariamente, abordar o seu percurso e a sua inserção na História. O regime republicano legislou no sentido de criar Arquivos Distritais para custodiar sobretudo a documentação eclesiástica, confiscada após a Revolução de 1910. Foi na sequência dessa legislação que, em 29 de Novembro de 1916, Bernardino Machado decretou a criação da Biblioteca Pública de Bragança, com um Arquivo Distrital anexo⁹. Destinavam-se ambos a incorporar os importantes núcleos de espécies manuscritas e impressas existentes na região, na sequência da vasta legislação cultural dos primeiros anos da República, cujo ideário engrandecia a missão das bibliotecas de que dependia o futuro e dava um papel de importância decisiva aos Arquivos dos quais dependia o passado. Bibliotecas e Arquivos, na letra do decreto de 18 de Março de 1911¹⁰, assinado por Teófilo Braga, deveriam operar a remodelação mental do país¹¹.

Mário Salgueiro é incumbido por Júlio Dantas, Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, de examinar *in loco* as livrarias da Mitra, da antiga Junta Geral e do Seminário, as quais deveriam constituir o fundo da Biblioteca Pública a criar. A viagem é feita em 26 de Março de 1915. O relatório enviado a Júlio Dantas, em 15 de Abril de 1915, tem as seguintes informações: a livraria da Mitra estava instalada numa vasta sala do antigo Paço Episcopal e continha “*para cima de 4.000 volumes, quasi todos magnificamente encadernados e bem conservados...*”. Na mesma sala localizava-se o Arquivo do Cabido, trazido de um velho armário da Sé. Os pergaminhos também pertencentes ao cabido localizavam-se num dos altares da capela do Paço. A documentação encontrava-se em estado de grande deterioração, sendo referido nos seguintes termos: “*Cuja salvaguarda se impõe imediatamente, não só pela sua importância, que é muita, mas porque está na iminência de se perder por completo*”. Agravava a situação o facto de a cavalaria da Guarda Republicana estar instalada no rés-do-chão.

A Biblioteca da Junta Geral, depois da sua extinção pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1892, ficou à guarda do Liceu. O mesmo aconteceu com a Biblioteca do Seminário que, por Decreto de 20 de Agosto de 1911, foi também cedida provisoriamente ao Liceu. Toda a cidade apoiava a criação da Biblioteca e a Câmara Municipal responsabilizou-se assim: *“conseguiria a verba necessária..., sendo indispensável a criação duma Biblioteca e Arquivo Distrital na cidade de Bragança, tão arredada dos grandes centros, onde possam ser instalados e guardados com segurança todos os papeis e documentos relativos à região cuja história vem sendo feita, com extraordinária dedicação e muita inteligência pelo já citado arqueólogo Sr. Francisco Manuel Alves, Reitor de Baçal.”*

O Decreto n.º 46350, de 22 de Maio de 1965, unificou as duas instituições, mas não lhe deu vida. Continuaram enclausurados os livros e documentos no Museu Abade de Baçal desde a jubilação do seu director, Francisco Manuel Alves (1935).

A Direcção Geral do Património do Estado cedeu ao Instituto Português do Património Cultural o antigo Convento de São Francisco para novas instalações. Aqui começou a funcionar a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança com a posse dada ao novo Director, Dr. Belarmino Augusto Afonso, a 26 de Agosto de 1985.

Porque obras de consolidação e adaptação urgiam, foi necessário encontrar instalações provisórias num bairro da antiga Quinta da Trajinha, onde permanece durante 12 anos. Os investigadores e a própria cidade de Bragança reencontram o Arquivo como instituição cultural insubstituível para a história da região – em 6 de Março de 1999, depois de feitas as obras de restauro, é reinstalado o Arquivo Distrital de Bragança no Convento de S. Francisco.

3.2. Arquivo Distrital de Bragança: a documentação

Com um acervo constituído por cerca de 2109 m.l. de documentação, entre Arquivos Públicos e Privados, o Arquivo Distrital de Bragança conserva um vasto e diversificado conjunto de fundos documentais. As datas extremas vão do século X ao século XX, embora a maioria da documentação seja posterior ao século XVIII, como se pode verificar no quadro de classificação que inserimos.

Para além dos fundos iniciais destinados para constituírem o acervo documental do arquivo (Livraria da Mitra, Biblioteca da Junta Geral, do Seminário e do Cabido) a documentação do Arquivo Distrital de Bragança foi sucessivamente sendo aumentada com incorporações e algumas doações. Incluiu-se neste grupo a doação do fundo da Casa de São Payo.

Elencar as incorporações no Arquivo Distrital de Bragança, implica fazer memória da afirmação crescente deste arquivo, e da sua consagração como arquivo distrital. As incorporações processaram-se de forma bastante caótica. Além de completamente fragmentados e desordenados, estes factos conjugados com situações de sucessivas dispersões e desintegrações de arquivos bem como

Grupos de Fundos	Anos	Dimensões m.l.
1. Fundos Públicos		1593
1.1. Administração Central	1818-1969	99
1.2. Administração Central Delegada	1836-1992	218
1.3. Administração Local	1545-1886	4
1.4. Judiciais	[1700-1987]	857
1.5. Notariado	1606-1996	191
1.6. Cartórios Paroquiais	1541-1911	224
2. Fundos Privados		108
2.1. Confrarias e Irmandades	1622-1997	5
2.2. Eclesiásticos	1547-1908	63
2.3. Empresas	1960-1984	5
2.4. Famílias	Séc. X –1945	14
2.5. Misericórdias	1616-1982	26
2.6. Pessoas Singulares	1822-2000	7
Arménio Ramires Oliveira	1977-1998	2
Augusto Moreno	1919-1954	2
Abade de Baçal	1822-1947	2
Monsenhor José de Castro	1906-1963	1
3. Colecções		
3.1. Cartografia	Séc.XVII-XIX	7
3.2. Hemeroteca	1884-1911	5
Gazeta de Bragança	1892-1911	1
A Ilustração	1884-1887	1
O Baixo Clero	1899-1902	1
O Lavrador	1927-1931	1
Pátria Nova	1910-1911	1
3.3. Iconografia	Séc.XIX-XX	5
3.4. Legislação	1763-2002	123
3.5. Livro Impresso – Livro Antigo	XVI-XVIII	238
3.7. Pergaminhos	Séc. XIII-XVII	(Em organização)
Total de metros lineares: 2.091 m. l.		

a consequente perda da ordem original da documentação, veio a revelar-se como o principal responsável pela morosidade de alguns trabalhos de identificação e reunião de fundos, ainda em curso. Os 50 anos de inactividade originaram a desagregação de muitos fundos.

O Arquivo Distrital foi, enriquecido pelas doações de algumas personalidades, quer de espólios pessoais, quer de família.

A documentação do Governo Civil de Bragança baliza-se cronologicamente entre o século XVIII e o século XX. Fundo de grande importância para a história administrativa, económica e social do distrito no século XIX e primeiras décadas do século XX, por se tratar de um órgão de controlo político-administrativo e de fiscalização de uma enorme variedade de instituições do distrito (misericórdias, confrarias, associações de diversa natureza, empresas comerciais e industriais, administrações dos concelhos, etc.), reunia uma grande diversidade de séries.

Das Finanças possui o Arquivo um considerável núcleo constituído por 186 ml. Destacam-se deste grupo os livros de registo de matrizes dos seguintes concelhos: Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais.

Possui um reduzido número de livros de algumas Câmaras do distrito. Destaque-se a documentação da Câmara Municipal de Bragança; alguns livros de acórdãos do século XVI, XVII e XIX; receita e despesa do século XVI e XVII; *Manuscritos Antigos*, dois volumes onde estão encadernadas cartas régias, cartas dos duques de Bragança e outros documentos originais referentes a Bragança a partir do século XIV; *Registo Maior da Câmara de Bragança*, livros onde se registaram cartas régias, cartas de nobreza e brasões-de-armas, mercês, doações e outros documentos referentes a Bragança dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O grupo de fundos judiciais, com uma extensão de cerca de 857 m.l., é o mais extenso. É constituído pela documentação de vários tribunais de comarca do distrito, de juízos ordinários e de paz. Os fundos procedentes destes tribunais englobam ainda diversos documentos de carácter administrativo. A maior parte dos fundos encontra-se em organização. A série mais solicitada pelos utilizadores, “Inventários Orfanológicos”, já possui catálogo.

Os fundos notariais, reunindo a documentação de conservação permanente produzida pelos antigos tabeliães e actuais notários do concelho ocupa cerca de 188 m.l. Exceptua-se deste grupo de Arquivos a documentação do cartório de Vimioso, documentação não incorporada no Arquivo Distrital. Do cartório de Miranda do Douro apenas possuímos livros de sinais e verbetes. A documentação situa-se entre o século XVI e XX. Na maior parte é posterior ao século XVIII. Trata-se de fundos constituídos por uma grande diversidade de séries, sendo as mais abundantes e consultadas as escrituras, testamentos e livros de notas. Há que sublinhar a relevância dos vários tipos de contrato e de escrituras: dotes e outras doações, vendas, testamentos, legitimações, e tantos outros documentos sem os quais a História social não pode ser escrita.

O conjunto dos fundos paroquiais engloba a documentação produzida pelas paróquias dos 12 concelhos que constituem o distrito, num total de 28.153 liv. As séries predominantes são: registos de baptismo, casamentos e óbitos. A documentação deste grupo de arquivos, a mais consultada e extensa, situa-se entre os séculos XVI e XX. O livro mais antigo é um livro misto de Castelo Branco, onde se regista um testamento de 1531. Para além dos registos paroquiais do Arquivo Distrital, existe um considerável núcleo no Arquivo do Paço Episcopal. Alguns registos no Museu Municipal Dr.^a Berta, em Vila Flor, e, dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Torre de Moncorvo, na Torre do Tombo em Lisboa.

A documentação das confrarias e irmandades reporta-se aos séculos XVII a XX. Da documentação de diversas confrarias do distrito a série predominante é respeitante a receita e despesa.

A criação de uma diocese produz, necessariamente, uma documentação abundante e variada. Assim aconteceu com a fundação da diocese de Miranda do Douro, em 22 de Maio de 1545. A mudança da sede da diocese para Bragança e a divisão provisória em duas dioceses, Bragança-Miranda, originou graves perdas de documentação e trouxe consequências também graves para a conservação dos documentos. O grupo de fundos diocesanos engloba os fundos per-

tencentos ao Cabido, Mitra e Câmara Eclesiástica da diocese de Miranda e Bragança.

Da Câmara Eclesiástica a série mais numerosa é constituída pelos “ Processos de habilitação de genere” de ordinandos. Uma documentação de grande interesse para as investigações biográficas e genealógicas. São incluídas nos processos certidões de idade dos justificantes, pais e avós, bem como dos respectivos casamentos, e às vezes de tios e outros parentes.

O grupo de fundos monásticos é composto por fundos dos seguintes conventos: São Salvador de Castro de Avelãs; São Bento de Bragança; Santa Clara de Bragança; Santa Clara de Vinhais e do Recolhimento da Oblatas do Menino Jesus de Mofreita. A maior parte da documentação destes conventos e mosteiros desapareceu. Do convento de Castro de Avelãs ficou um pequeno grupo de pergaminhos e um códice. Trata-se de um tombo de bens feito em 1501. Constituiu documentação de grande interesse para o estudo da Idade Média. Dos outros conventos apenas existem “Processos de habilitação de genere de freiras”.

Do convento de São Francisco não existe neste arquivo nenhuma documentação. Provavelmente terá desaparecido, como nos diz uma referência que encontrámos num documento da Torre do Tombo: “*havia alguns livros de obras antigas e troncudas, que nenhum préstimo e serventia tinham mais do que para embrulho, que forão pezados, e achou-se ter o pêzo de doze arrobas, avaliadas cada arroba, com capas, a oitocentos reis*”¹². Parte da documentação destes fundos encontra-se na Torre do Tombo. O grupo de fundos das Ordens Militares é composto pelo fundo da Ordem de São João do Hospital.

O grupo de fundos de Empresas é composto pelo fundo do Externato Liceal “Guerra Junqueiro” de Freixo de Espada à Cinta.

O fundo da Casa de São Payo é de um valor incalculável, quer pela quantidade e integridade das séries, quer pela sua diversidade e suportes de escrita. Foi doado ao Arquivo pela família em 1988. Faz parte deste fundo o documento mais antigo custodiado pelo arquivo – *Excerto dos Decretos do concílio de Toledo*, século X. Dele também fazem parte os forais novos de Vila Flor, Mós, Chacim e Freixo de Espada à Cinta.

O grupo de fundos de misericórdias é constituído apenas pelos seguintes fundos: Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente (1804-1855); Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro (1912); Santa Casa da Misericórdia de Mirandela (1859-1868); Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (1854). O Arquivo Distrital possui à sua guarda o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

Nos fundos pessoais assinala-se o fundo do Abade de Baçal e do Monsenhor José de Castro. Do primeiro, a maior parte da documentação é custodiada pelo Museu Abade Baçal de Bragança. Faz parte deste grupo de arquivos um pequeno espólio de Augusto Moreno, do general Arménio Nuno Ramires de Oliveira. A documentação situa-se cronologicamente entre os séculos XIX e XX.

Possui também algumas colecções, entre elas, algumas reproduções de plantas e cortes do Castelo e Forte S. João de Deus, cedidas pelo Arquivo His-

tórico Militar. A hemeroteca conserva uma pequena colecção de Jornais da Imprensa Regional, fontes privilegiadas para o estudo da vida quotidiana local. Constituída por alguns títulos, sendo os mais antigos a *Ilustração*, *O Baixo Clero* e a *Gazeta de Bragança*.

Assinalámos o núcleo de *livros antigos* impressos, encadernados em couro e gravados a ouro, cerca de 4.000 livros, dos séculos XVI a XVIII. A maior parte provêm das livrarias¹³, dos conventos locais extintos em 1834, na sequência da legislação de Mouzinho da Silveira. Vieram do Paço Episcopal e do Seminário Diocesano, cuja livraria viria a ser cedida provisoriamente ao liceu da cidade por Decreto de 20 de Agosto de 1911; da antiga Junta Geral do Distrito, e ainda da Câmara Municipal que, em sessão extraordinária de 25 de Fevereiro de 1916, decidira doar as obras literárias em seu poder, à biblioteca criada. Alguns dos princípios desta centúria, mantêm ainda certas características de incunábulo. Os temas versados são predominantemente de ordem religiosa, para além de Direito Civil e Canónico, Filosofia, História e Organização Eclesiástica.

Colecção constituída por pergaminhos de diversas proveniências, entre elas: documentação régia; monástica; pontifícia; concelhia, arquiépiscopal, notarial, etc.

Apesar da diversidade dos fundos e analisando o quadro de classificação, notamos ausências assinaláveis de documentação de instituições e organismos do distrito. A integridade dos fundos é variável de uns para outros. Nos fundos de origem privada há que assinalar a sua fragmentação por políticas familiares de divisão e dispersão do respectivo património, o que originou graves lacunas nos seus fundos. Situação idêntica verifica-se nos arquivos públicos. Os fundos paroquiais são os mais afectados na integridade das suas séries. Os 50 anos de inactividade do arquivo, após a jubilação do seu Director, Abade Baçal, até à nomeação do novo director, Belarmino Afonso, contribuíram também para alguns danos irreparáveis na integridade dos fundos.

3.3. Arquivo Distrital de Bragança: Os utilizadores e o acesso à informação

Mas falar do contributo do arquivo Distrital na construção da identidade, além do património arquivístico, temos que falar da acção de quem ao longo dos tempos foi desenvolvendo um trabalho nas condições mais inóspitas, silenciosa e pacientemente, indispensável para a salvaguarda, a preservação, a organização e a transmissão de milhares de registos sobre o nosso passado colectivo. Damos relevo ao Abade Baçal. Reuniu e preservou um espólio que poucos arquivos distritais possuem¹⁴. Tratou-o, divulgou-o como ninguém nas suas “Memórias”¹⁵. Seguiu-se-lhe o Dr. Belarmino Afonso, que cumpriu o caminho traçado.

Para além da antiguidade dos tesouros que guarda, para além das potencialidades da inovação tecnológica, será o factor humano que poderá garantir que o arquivo Distrital de Bragança continue a ser um traço de união entre o passado, o presente e o futuro, assim permanecendo como um elemento identitá-

rio fundamental. Este aspecto leva-nos a desenvolver todas as componentes técnicas, uma vez que são estas aquelas que facultam um acesso mais rápido, mais sistemático e mais eficaz aos documentos que se guardam nos arquivos.

Num arquivo é fundamental o papel do utilizador, só eles permitirão que o arquivo se torne um elemento motor da construção da identidade. Ao longo desta última década, não tem parado de crescer o número de utilizadores do Arquivo. Desde os historiadores consagrados aos jovens investigadores que preparam os seus trabalhos, passando pelos estudiosos de história local, pelos genealogistas, pelo cidadão que pretende fazer valer os seus direitos através da prova documental. A todos eles, os arquivistas e os serviços procuram responder, sabendo quão diversas são as motivações de quem se dirige ao Arquivo. De facto, o Arquivo está, aberto a todos os utilizadores, cuja filosofia orientadora é a de conjugar critérios de acesso o mais livre possível (dentro dos condicionamentos legais) com critérios de conservação das espécies.

As possibilidades de consulta, a sua efectivação resultam (dadas as exigências de eficiência e de celeridade na busca dos documentos) na elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa, nomeadamente guias e inventários que dão a conhecer os fundos documentais e orientam os leitores numa perspectiva arquivística.

A difusão arquivista não se pode distanciar do utilizador, com base em preceitos rígidos de uma ciência em construção. O investigador carece de ajuda de quem conhece o acervo e as tipologias documentais, é necessário reactivar o diálogo com os historiadores.

A publicação de documentos, tão habituais no século XIX e início do XX e que praticamente desapareceram enquanto objectivo prioritário das instituições arquivísticas, possibilita várias leituras e investigações a partir das séries documentais que ficam expostas a um número muito maior de leitores – trata-se tão simplesmente de uma democratização da pesquisa.

Esses projectos editoriais que iriam, em nosso entender, constituir marcas importantes na construção da nossa identidade, contribuindo para a sociedade de informação na sua filosofia base – a democratização do direito à informação nas suas múltiplas facetas.

É necessário promover o acesso à documentação, assim como a sua diversificação. Se existem documentos que são muito consultados, outros, a sua consulta, é praticamente inexistente.

Os arquivos distritais sempre foram na sua existência visitados pelos genealogistas. Referimo-nos, concretamente, aos registos paroquiais com mais de 100 anos, pois os livros mais recentes conservam-se ainda nas Conservatórias do Registo Civil. Os livros paroquiais são sem dúvida a primeira e melhor fonte documental para os genealogistas. Saliente-se que através dos assentos de baptismo e de casamento obtêm-se normalmente informações essenciais e rigorosas para o estudo de qualquer família, como sejam: duas ou até três gerações com os nomes das pessoas, datas, naturalidades, locais de residência, profissões e por vezes relações de parentesco com os padrinhos e as testemunhas.

Os registos notariais dos antigos tabeliães de notas, cujas escrituras públicas (instituições de vínculos, aforamentos, testamentos, perfilhações, dotes, compras e vendas de propriedades, etc.) remontam em muitos casos ao séc. XVI e fornecem abundantes informações com interesse genealógico.

Encontram-se muitas outras fontes documentais com interesse directo para a genealogia, de entre as quais destacamos os seguintes núcleos: Câmara Eclesiástica, com as séries de habilitações de Genere (processos de limpeza de sangue para ordens menores e sacras), de Dispensas Matrimoniais, instituições de Morgados e Capelas.

Para a diversificação da consulta, podemos ainda referir no acervo documental: a *Leitura Nova*, fruto da acção política centralizadora do reinado de D. Manuel I, os códices constituem-se, pelas iluminuras e pela importância diplomática, uma das mais valiosos documentos; os forais; os tombos e demarcações. As instituições dos morgados, desenvolveram-se sobretudo a partir do séc. XIII. Foi uma forma institucional e jurídica para defesa da base territorial da nobreza e perpetuação da linhagem. Os morgados constituíam um “vínculo” que não podia ser objecto de partilhas; era transmitido ao filho varão primogénito, no entanto, na falta deste poderia passar à linha feminina, enquanto não houvesse descendente varão. As capelas surgiam quando a afectação de domínios e seus rendimentos se destinavam a serviços religiosos por alma dos instituidores, normalmente a “aniversários” de missas.

Em relação aos arquivos privados, a designação reporta-se ao conjunto dos arquivos de família, arquivos pessoais, arquivos de empresas, de associações, comissões. Trata-se apenas de uma parcela da documentação de origem privada, ficando excluídos os arquivos eclesiásticos. Esta documentação, pela sua grande variedade e diversidade, dá-nos a outra dimensão da vida e do quotidiano.

Uma vez que a sua incorporação na rede nacional de arquivos não é obrigatória, mas que se trata de património relevante para a memória colectiva nacional, destaque-se o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de proceder ao levantamento deste tipo de fundos, tendo em vista a sua protecção, conservação, tratamento, descrição e comunicação, independentemente de se manterem na posse dos respectivos produtores, ou de serem incorporados, de acordo com diferentes tipos de protocolo predefinidos a estabelecer entre as partes interessadas.

A documentação proveniente do bispado e resultante da sua estrutura institucional: os bispos, vigários gerais, vigários da vara, párocos, todos produtores de documentação. Os tribunais episcopais, as visitas diocesanas, os conflitos entre clero regular e secular ou no interior de cada grupo, os processos de género, as dispensas de casamento, os processos de separação. São exemplos de documentos cujo estudo contribuiria para a construção de identidade.

O acesso ao documentos implica a existência de instrumentos de descrição que permitam aos investigadores uma pesquisa fácil e eficaz. São estes estruturantes na comunicação do documento com o utilizador. A elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa, nomeadamente guias e inventários

que dão a conhecer os fundos documentais e orientam os leitores numa perspectiva arquivística, constituem uma outra face, também ela decisiva, no acesso à informação.

À excepção dos judiciais, em fase de inventariação, todos os outros fundos se encontram inventariados. Alguns desses inventários estão elaborados de acordo com a metodologia de descrição arquivística para tratamento automatizado de documentação histórica (Arqbase), outros com metodologias tradicionais. Da Câmara Eclesiástica, as séries dos *processos de genere e concursos paroquiais* possuem catálogo. O fundo da Casa São Payo, único fundo microfilmado, também está catalogado. Dos registos paroquiais publicou-se *Inventário colectivo dos registos paroquiais*, ed. Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, e *Inventário do Património Cultural Móvel*, Vol. 2 – Norte, Lisboa, 1994.

A integração das novas tecnologias, com as suas conquistas e potencialidades no âmbito dos Arquivos, será um factor decisivo na resolução positiva deste desafio. No entanto, para além dos recursos tecnológicos, o cerne da questão passará, uma vez mais, pelo trabalho dos técnicos de arquivo e pela sua capacidade para irem ao encontro das exigências dos novos tempos, afirmando a especificidade da Arquivística como uma componente essencial das ciências da informação. É essa missão – administrativa, científica, cultural, mas também social que os arquivos e os arquivistas são chamados a desempenhar no novo milénio. E são-no, nomeadamente, pela imposição da sua cada vez mais marcante e decisiva vertente de serviço público.

A preservação da informação implica também a conservação compreendendo as duas vertentes distintas: a conservação curativa e a conservação preventiva

Preservar é uma atitude ampla que compreende vários tipos de procedimentos, nomeadamente o controlo do meio ambiente das áreas onde a documentação é armazenada ou exposta, o acondicionamento correcto, o seu manuseamento cuidadoso a sua limpeza e higienização. A transferencia de suportes e a reprografia garantem a transferencia da informação dos suportes originais para suportes alternativos, cumprindo paralelamente necessidades de preservação e acesso a imagens de qualidade.

4. CONCLUSÃO

A definição e implementação da Política Arquivística Nacional implica a concretização da Rede Nacional de Arquivos que englobe todas as categorias de arquivos, de forma a assegurar as condições de conservação e difusão do património arquivístico nacional.

As instituições públicas e particulares devem ser encorajadas a manter a organização dos seus arquivos, implementando políticas normalizadas de tratamento documental, conducentes a possibilitar o acesso aos documentos e contribuir para a salvaguarda dos seus acervos.

A profissionalização dos arquivos constitui elemento fundamental na ges-

tão eficaz de um Sistema Nacional de Arquivos. A complexidade e especificidade das tarefas a realizar, necessitam do envolvimento permanente dos profissionais de arquivo, colectiva e individualmente, os quais devem desempenhar um papel relevante no desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Arquivos.

A documentação com menos de 30 anos que se produz em maior quantidade e em suportes não tão duradouros é a que oferece mais riscos de se perder. Os documentos, têm que ser avaliados, de forma a que se conservem apenas aqueles de valor permanente.

Existe uma ligação muito forte entre arquivos e a cultura nacional. A finalidade dos arquivos vai muito para além da guarda dos documentos. Para que o arquivo seja tido como fonte de cultura por um número maior de pessoas, precisamos de incentivar o seu uso popular, o que não comprometerá a qualidade dos serviços prestados, pelo contrário.

Esse trabalho de sensibilização quanto à importância dos arquivos, tem obstáculos, falta de meios, técnicos etc. actuação dos arquivos não pode ser passiva, mas activa.

Um arquivo tem assim duas grandes áreas de intervenção. Partindo do princípio que temos de preservar a memória social de um país, esta acção de preservação deve começar no início da produção documental ou mesmo numa fase precedente em que um sistema de informação que suporte os processos organizacionais em que os documentos serão produzidos, é concebido e planeado. A intervenção a montante dá a possibilidade de garantir a qualidade documental, coerência classificativa e a eficiência e transparência dos processos organizacionais.

Aos profissionais foi solicitado um esforço suplementar no sentido de ultrapassar condições particularmente difíceis por falta de recursos, meios materiais etc. A todas as adversidades responderam os arquivistas com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo. Falta agora criar condições políticas para que efectivamente se consolide um Sistema Nacional de Arquivos, único garante de Preservação da Informação e Construção de Identidade.

Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

NOTAS

- ¹ Consideram-se bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que se constituam obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.
- ² Integram, igualmente, o património arquivístico conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias. Entende-se por colecção factícia o conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos coleccionadores.
- ³ Formas de protecção do património arquivístico, devem ser objecto de inventariação e de classificação como de interesse nacional: os arquivos públicos de âmbito nacional, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei; os arquivos públicos com mais de 100 anos; os arquivos privados e colecções factícias que se revelem de inestimável interesse cultural. Devem ser objecto de inventariação e de classificação como de interesse público: os arquivos públicos de âmbito regional ou municipal, conservados a título permanente na sequência de um processo de avaliação concluído nos termos da lei; os arquivos privados produzidos por pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público, quando conservados a título permanente; os arquivos privados e colecções factícias que possuam qualquer das características referidas se encontrem, a qualquer título, na posse do Estado ou que se mostrem possuidores de interesse cultural relevante e cujos proprietários nisso consentam.
- ⁴ Os arquivos classificam-se sempre quanto ao seu âmbito territorial, em: Arquivo nacional, quando reúne predominantemente a documentação proveniente de órgãos da administração central ou de instituições de âmbito nacional; Arquivo regional, quando reúne predominantemente a documentação relativa a uma área superior ao âmbito municipal e inferior ao âmbito nacional; Arquivo municipal, quando reúne predominantemente a documentação relativa a um município ou proveniente de organismos administrativos do mesmo âmbito. Quanto à sua titularidade, em: Arquivo público, quando reunido por uma entidade pública; Arquivo privado, quando reunido por uma entidade privada. Os arquivos referidos no número anterior podem ainda ser classificados em função da origem, tema ou suporte da documentação que reúnem.
- ⁵ Com excepção dos arquivos dos Distritos de Coimbra e Braga, ambos dependentes das respectivas Universidades, todos os restantes dezasseis são tutelados directamente pelo IAN/TT, de cujo universo são parte integrante. Por razões históricas, pertence igualmente a este universo a Biblioteca Pública de Évora. Aveiro – Beja – Bragança – Castelo Branco – Évora – Faro – Guarda – Leiria Lisboa – Portalegre – Porto – Santarém – Setúbal – Viana do Castelo Vila Real – Viseu. O Arquivo Municipal de Guimarães tem funções de Arquivo Distrital na área do respectivo concelho. Nas Regiões Autónomas, os Arquivos com funções similares às dos Distritais dependem dos respectivos Governos através das Secretarias Regionais da Cultura e, no caso da Região Autónoma dos Açores, incluem as respectivas Bibliotecas Públicas: Arquivo Regional da Madeira; Arquivo Regional de Angra do Heroísmo – Açores; Arquivo Regional da Horta – Açores; Arquivo Regional de Ponta Delgada – Açores.
- ⁶ São objectivos gerais do PARAM incentivar e apoiar os Municípios na implementação de programas de gestão integrada dos respectivos sistemas de arquivo, bem como promover a

criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos. São objectivos específicos criar condições adequadas à instalação dos arquivos municipais de todo o país e promover o correcto tratamento arquivístico dos seus fundos, através de participação financeira e/ou apoio técnico a acções desenvolvidas no âmbito das seguintes áreas: Obras – construção de raiz ou adaptação de instalações; Equipamentos básicos – estanteria e mobiliário. Preservação – soluções de controlo ambiental; Organização e descrição – soluções informáticas para gestão integrada de arquivos e descrição/ comunicação de arquivos definitivos; Transferências de suporte – equipamentos de digitalização ou de microfilmagem. Foram concebidos cinco programas tipo que correspondem a outras tantas possibilidades de candidatura, devendo cada Município optar por aquele(s) que melhor se adequem às suas prioridades, definidas no respectivo projecto de gestão integrada do sistema de arquivo.

- 7 Convento de S. Francisco, Imóvel de Interesse Público (1/86, DR 2, de 03-01-1986). Discute-se ainda o momento exacto em que os franciscanos chegaram a Bragança. Depois de alguns investigadores terem sugerido uma data bastante recuada, em plena segunda década do século XIII, as opiniões mais recentes apontam como mais provável os meados dessa centúria (AFONSO e TRANCOSO, 1982, p.125). Independentemente da data em que o cenóbio tenha sido fundado, é certo que já exista em 1271, ano em que D. Afonso III deixou cinquenta libras aos frades menores brigantinos (JACOB, 1997, p.100).
- 8 Decreto n.º 258. A Biblioteca seria considerada para todos os efeitos legais, incluída na alínea I do art.º 3º do Dec. Lei de 18 de Março de 1911.
- 9 Publicado no “Diário do Governo” nº 65 de 21 de Março de 1916.
- 10 Já em Janeiro de 1915 o Diário de Notícias publicava a seguinte notícia: – “*A Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos propôs ao governo a criação e instalação duma biblioteca pública no antigo paço episcopal de Bragança, destinando-se para seu fundo inicial as livrarias da mitra brigantina, do seminário diocesano e o da antiga junta geral do distrito*”. O Decreto atrás referido responsabilizava a Câmara Municipal pela instalação da Biblioteca e Arquivo Distrital no antigo Paço Episcopal.
- 11 Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento de S. Francisco, Inventário nº 66, fl. 21v.
- 12 ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico- Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IX, Porto, 1934, p. 15: “A Biblioteca Erudita, adjunta ao mesmo Museu, consta de 5298 volumes impressos, entre os quais se destacam alguns pela raridade, antiguidade, arte gráfica e correlativas, além de preciosos, muitos para estudos da exegese bíblica. O arquivo distrital, também adjunto ao Museu, compreende 1448 volumes ou maços de documentos, entre os quais dez volumes em pergaminho e noventa pergaminhos avulsos, desde princípios do século XIII por diante, tudo interessantíssimo, não só para a história da região, mas também para a do país e, de modo especial, para a das guerras da Aclamação, Guerra Peninsular e lutas liberais, bem como para a história da arte pelas iluminuras que muitos encerram e pelas notícias que fornecem referentes às obras dos monumentos arquitectónicos.
- 13 Ao longo da sua obra “*Memórias Arqueológico- Históricas do Distrito de Bragança*” vamos encontrando referências aos caminhos que percorreu para aceder à informação que reuniu no Antigo Paço Episcopal e que publicou na obra referida. Muitos foram os locais visitados, desde a arquivos institucionais a arquivos privados, por todo o país. Referimos aqui alguns desses locais e nomes de pessoas que lhe possibilitaram a consulta de documentos: Paço Episcopal de Bragança; Câmara Eclesiástica de Bragança; Câmara Municipal de Miranda; Arquivo Paroquial de Miranda do Douro; Arquivo da Câmara de Miranda do Douro; Câmara Municipal de Moncorvo; Biblioteca do Paço Episcopal; Secretaria do Governo Civil de Bragança; morgadio Doutel de Bragança; Dr. Manuel Ferreira Deusdado; Padre José Firmino da Silva”; Domingos de Morais Madureira e Pimentel, de Bragança; José Augusto Tavares, Abade de Carviçais, coronel Francisco Ferreira Sarmiento, ; família dos Figueiredos de Bragança; Domingos de Morais Madureira e Pimentel, de Bragança, Família Sepúlveda;. famí-

lia Aragão, de Freixial; família Pavão, de Suções, família Antas, de Vimioso; general Alberto Carlos de Moraes Faria Carvalho, de Vimioso; Francisco de Moura Coutinho, director do Banco de Portugal em Bragança. Inclusivamente refere-nos a morada dos detentores dos documentos, como que informando para a posteridade as pistas para os localizar.

- ¹⁴ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Porto, 1934, p. 372 e 373. Acerca do Tombo de Mascarenhas: “É um folio em papel almasso de 891 folhas paginadas de frente e contem a descrição feita judicialmente dos bens que a casa de Távora possuía em Mascarenhas e imediações. A sua organização foi autorizada por resolução régia de 28 de Setembro de 1742. O Tombo de Mascarenhas consta de quatro partes ou volumes de formato e espessura de folhas igual a esta que possuímos – tanta era a abundância de propriedades que os Távoras tinham na região – .As outras três partes guardam-se em Mirandela no palácio dos Távoras onde as vimos em 1907 numa excursão archeologica que fizemos a essa villa e conteem a descrição dos bens dos Távoras no Mogadouro e mais terras bragançanas. A expressão – guardam-se – talvez seja descabida. O palácio serve agora de quartel ao recrutamento de reserva e os interessantes códices lá se esfrangalhavam numa sala ao abandono, literalmente tombados no chão, aos pontapés dos visitantes, á mercê do primeiro curioso que lhe lançasse mão: seria talvez por este processo que a primeira parte veio parar a um alfarrabista de Bragança onde a compramos. Quanto falta ao povo portuguez para chegar à veneração, ao culto pelo documento, pelo monumento, e consequentemente pela tradição histórica, principal fonte de vida de um povo que sabe e quer viver vida própria e retemperar, avivar, as energias nacionais!!!”.

CASTILLA Y LEÓN: UNA EXCELENTE REALIDAD PATRIMONIAL

Enrique Saiz Martin

La bella fotografía de Laurent, tomada hacia 1875, muestra una Segovia distinta a la de hoy. Podemos decir, sin embargo, que – a pesar de los profundos cambios operados en este espacio – la ciudad castellana es *siempre la misma*: nadie la imagina sin su acueducto, sin su imponente presencia... No constituye únicamente un *elemento* de la ciudad sino que es *su* elemento, el que la identifica y – en buena medida – la constituye con personalidad propia. Más que en otras ciudades históricas, donde los monumentos llegan a formar parte del paisaje característico de la ciudad, es en Segovia donde un objeto patrimonial ejecutado por el hombre (paradójicamente, en este caso, con un fin meramente funcional o utilitario que quizá no albergó mayores pretensiones durante su ejecución) se convierte en pieza absolutamente esencial para la configuración no sólo formal sino espiritual y psicológica de toda una ciudad.

Al modo del *locus* rossiano el monumento se convierte en circunstancia geográfica, casi como si de una forma o accidente natural se tratara, al mismo nivel que el *río Eresma* o los roquedos de *El Terminillo*.

La imagen representa, en todo caso, la realidad esencial del papel que el patrimonio juega en la Comunidad de Castilla y León: se trata de un territorio eminentemente histórico que no puede reconocerse sin la consideración de su patrimonio cultural. A la vez, este patrimonio constituye una de sus más preclaras señas de identidad y resulta clave fundamental de su configuración física y espiritual.

Este rico conjunto de interés patrimonial se extiende desde los recientes hallazgos de Atapuerca, en las terrazas del río Arlanzón próximas a la ciudad de Burgos, donde los investigadores han podido descubrir la existencia del primer homínido europeo, de hace casi 1 millón de años – *el homo antecesor* – y que además incluyen restos fósiles de casi la totalidad de la cadena evolutiva humana propuesta, hasta la recuperación y puesta en valor de una antigua obra de ingeniería hidráulica como el Canal de Castilla, uno de los más extensos y mejor conservados de su tipo, construido entre 1760 y 1860 con el fin de dotar a este territorio de un importante medio de comunicación a la vez que se facilitaba el abastecimiento de agua para la agricultura y las distintas poblaciones; pasando por la huella indeleble y contundente de la civilización romana en sus antiguas ciudades desaparecidas; o en la conformación del plano de las existentes; los importantes vestigios de la presencia visigoda y musulmana plasmada, sobre todo, en algunos pequeños templos que constituyen auténticas joyas arquitectónicas; la

abundante presencia de restos de las imponentes arquitecturas militares o defensivas de la Edad Media; o la magnífica colección de templos, monasterios y abadías del período románico. En relación a este período, baste considerar que sólo en el denominado *Espacio Cultural Románico*, al norte de las provincias de Palencia y Burgos, se han inventariado más de doscientos templos, de los que al menos 130 poseen un alto valor como piezas monumentales singulares.

Por supuesto, se hace patente la impresionante colección de catedrales góticas de nuestra Comunidad que caracterizan la silueta y la personalidad de todas las grandes ciudades castellanas y leonesas. Y también los magníficos palacios renacentistas y barrocos al servicio de las distintas dinastías monárquicas, sobre todo en el sur de la Comunidad.

Además, en casi todas las ciudades de nuestro territorio, la arquitectura culta y popular levantadas a lo largo de distintas épocas históricas han configurado espacios de interesante cualidad urbana y paisajística, y especial valor patrimonial.

En definitiva todo un abundante y excelente conjunto monumental levantado y configurado según vicisitudes históricas más o menos traumáticas o armoniosas pero cuyo resultado final, desde el punto de vista patrimonial constituye un resultado ciertamente homogéneo y sumamente valioso.

Pero si conocida es la excelencia y abundancia del patrimonio monumental de Castilla y León, no menos lo es la cualificada colección de bienes muebles, de los que los retablos y tallas de carácter religioso destacan con luz propia.

Todo este rico legado patrimonial, más reconocido, no tendría su adecuada percepción y valoración si no se considera así mismo que Castilla y León posee un valioso acervo de elementos pertenecientes al patrimonio aún más popular y que tiene que ver con la historia cotidiana de anónimos ciudadanos a lo largo de todas las épocas. Han venido configurando su forma de vida y costumbres y han producido un patrimonio “cultural” igualmente valioso que va desde lo material y tangible a las actividades laborales a las tareas cotidianas para la subsistencia y el trabajo; o que afecta al magnífico patrimonio arqueológico industrial y artesano vinculado a la fabricación de harina, a la producción de vino, a la minería y que llega al conjunto de actividades, usos, costumbres y tradiciones que constituyen el patrimonio intangible. Éste se desenvuelve e inserta en aquellos espacios configurados por el patrimonio monumental, en los espacios y paisajes urbanos considerados, de tal modo que todo el conjunto de bienes patrimoniales, materiales, monumentales, populares e inmateriales constituyen un único bien de categoría superior, y su entendimiento integral favorece el del conjunto, su vigencia y protección.

La realidad geográfica de Castilla y León

Como resulta conocido, la Comunidad de Castilla y León se desarrolla a lo largo de un extenso territorio dentro del Estado español: 94.224 km², el doble

que la comunidad de Cataluña o casi diez veces la de Madrid. Supone el 18,62% del territorio español.

Esto comporta una especial significación si se considera que su población apenas llega a los 2 millones y medio de habitantes (2.480.369) – casi la mitad de población que la de la Comunidad de Madrid antes citada y similar a la del País Vasco, siendo la superficie de esta Comunidad 13 veces menos extensa.

Interesa conocer que su población representa únicamente el 5,93 % de la población española, y con una densidad media de 26,32 habitantes por resulta ser la Región más extensa de la Unión Europea – siendo su superficie mayor que muchos países de Europa – y desdeluego la menos poblada. Teniendo en cuenta que en amplias zonas de Castilla y León esa densidad media desciende hasta índices próximos a 10 habitantes por km², todo ello confirma el carácter de desierto para la Comunidad de Castilla y León.

Un rico patrimonio, con dificultades

Un total de 1.818 Bienes de Interés Cultural (BIC) declarados de manera expresa en la Comunidad (sin contar la inmensa cantidad de bienes muebles u otros pertenecientes al patrimonio de carácter popular o etnográfico) se reparten a lo largo de más de 6.000 entidades de población, agrupadas en 2.248 municipios (cerca del 28 % del total de España).

Esta rica distribución de los bienes patrimoniales, sobre un área territorial con núcleos en la actualidad tan despoblados y dispersos según la estructura geográfica ya descrita, produce un elevado índice del peso de la realidad patrimonial sobre cada uno de sus núcleos, casi siempre muy poco poblados. Hay que tener en cuenta que 58 de estos núcleos albergan 5 ó más Bienes de Interés Cultural, llegando en algunos casos a situaciones donde un solo municipio contiene hasta 45 de estos Bienes.

Conviene tener en cuenta que el cuidado de este tipo de bienes, las labores para su conservación, mantenimiento, uso y gestión diarias, suele corresponder a instituciones o particulares directamente vinculados al ámbito espacial más próximo. Sería el caso de la mayoría de los numerosos templos religiosos que, en la práctica, dependen del buen hacer de su gestor inmediato y de la comunidad de feligreses que lo utilizan. En esta situación, resulta fácil comprender cómo la desproporción entre la cantidad y cualidad de los bienes patrimoniales existentes y la estructura administrativa, social y económica que ha de sustentarlos resulta de todo punto inevitable.

Quizá no sea éste el momento de postular cuál haya sido el proceso histórico que explique la situación hoy planteada, pero resulta evidente que, en Castilla y León, la estructura social, territorial, política y económica de siglos pasados, especialmente aquellos en los que fue produciéndose el mejor y más prolífico acervo patrimonial (el período comprendido entre la alta Edad Media y el comienzo de la revolución Industrial) nada tiene que ver con las hoy existentes.

El reto de la sostenibilidad

Tal estado de cosas obliga a plantearse cuáles deban ser los fundamentos que la gestión del patrimonio cultural requiere en nuestra Comunidad.

A este propósito no deben resultar ajenas las conclusiones disciplinares reiteradamente proclamadas por las distintas y más recientes cartas internacionales en materia de conservación del patrimonio cultural que afirman la necesidad de considerar el Patrimonio como indisociable de su entorno, de tal modo que su más exacta e íntegra comprensión, la mejor posibilidad para su disfrute y contemplación, presupone la vinculación del elemento patrimonial singular a un sistema territorial más o menos amplio, y que varía en función del criterio o escala elegida. Ello implica la conveniencia de establecer pautas de actuación e intervención que permitan la conservación de los bienes patrimoniales en su contexto territorial y que contemplen la realización de acciones en amplias áreas geográficas que además de contribuir a una concepción integral sirvan para el desarrollo sostenible de las poblaciones comprendidas en las mismas.

Patrimonio y medio natural

Esta relación del Patrimonio Cultural con el territorio en el que está enclavado, obliga al establecimiento de políticas de ordenación territorial coordinadas con otros sectores de la Administración regional y local, y en particular con las directamente responsables del Medio Ambiente y la planificación y ordenación urbanística, así como con las entidades locales y agentes sociales existentes en cada área de actuación.

Si lo dicho puede postularse de modo general, la peculiaridad geográfica del ámbito espacial castellano y leonés ya descrita en el apartado anterior, con la evidencia de la patente desproporción entre recursos y bienes patrimoniales que se ubican a lo largo de un territorio *vacío*, reclaman de modo necesario una nueva concepción en la gestión del patrimonio cultural, vinculando éste a su inserción y pertenencia territorial.

A partir de esta apuesta global, pueden irse desgranando la serie de potencialidades básicas que ofrece la situación del territorio patrimonial castellano y leonés. Esta *nueva* visión permite explorar y analizar con nuevos ojos este mismo espacio y, como consecuencia, es posible descubrir cómo las carencias y debilidades observadas pueden llegar a convertirse en fortalezas y oportunidades metodológicas y estratégicas.

La primera de ellas sería la de considerar el vacío territorial como *valor patrimonial*, como medio específico en el que se desenvuelven los bienes culturales de esta tierra. Este medio comporta el doble valor de su patente vinculación al medio natural más o menos antropizado, lo que resulta un atractivo en sí mismo, y el de la singularidad que le dota su carácter de bien escaso en el contexto territorial más amplio en el que se inserta la Comunidad Autónoma.

Podemos ofrecer así la oportunidad de reconocer un patrimonio cultural en un marco territorial caracterizado por la fuerte presencia de un medio natural abundante y de calidad, a la vez que un sistema patrimonial donde naturaleza y artefacto constituyen objetos duales de una misma actividad antropizadora en el devenir histórico de los hombres que han poblado estas tierras, desde los orígenes más remotos de la Humanidad hasta nuestros días. Es por ello por lo que en pocos lugares como en Castilla y León podemos reconocer el Patrimonio como inseparable del lugar, como conformado por él; y análogamente pocos lugares tan excelentes como nuestra Comunidad para distinguir el paisaje como un verdadero *paisaje cultural*.

El territorio como aglutinante del Patrimonio material e inmaterial

En la constitución de estos espacios de esencia compleja su razón de ser patrimonial resulta de la interacción de rasgos culturales diversos. Esta interacción entre patrimonio material y natural se ve enriquecida casi siempre por la aportación de elementos del patrimonio etnográfico de carácter inmaterial y que dependen más directamente de las costumbres, tradiciones, celebraciones y creencias de los habitantes de cada lugar. Se trata por tanto de incorporar este tipo de factores a esa visión integral del patrimonio que permite, además de facilitar la sostenibilidad de su protección y gestión, alcanzar su más exacta y apropiada percepción.

La Ermita de S. Bernabé en Ojo Guareña (Burgos) representa como pocos la excelente y armoniosa conjunción, en un único lugar, de múltiples aspectos de la realidad patrimonial: refugio del hombre prehistórico; eremitorio paleocristiano y medieval, ermita renacentista y barroca; lugar para la celebración de los concejos de las poblaciones de la Merindad. Así pues: patrimonio natural y cultural imbricados; patrimonio arqueológico y monumental; patrimonio mueble e inmueble; patrimonio de todas las épocas históricas significativas; patrimonio vinculado a las costumbre cívicas, a la organización social, a las creencias y a los encuentros colectivos...

Patrimonio etnográfico y popular. Patrimonio industrial

Unidos a todos los aspectos anteriores, los elementos patrimoniales derivados de las tradiciones y procedimientos artesanales y constructivos vinculados a una cultura popular tan rica como la de Castilla y León adquieren su más pleno sentido y valor propio al hilo de esta consideración territorial e integral del patrimonio. Se potencia así el valor de usos, artefactos, costumbres, procedimientos y tradiciones que convivieron con el patrimonio *culto* o monumental, que sirvieron para construirlo o que le acompañaron en su origen. Y de otra parte, esta consideración sistémica permite conservar y mantener muchos de

estos bienes en términos de sostenibilidad económica y social, en la medida en que ésta se apoya en la de los bienes patrimoniales cuya presencia y atractivo monumental son más fuertes.

Tampoco puede obviarse, desde esta perspectiva, el enorme interés que cada vez más suscita el patrimonio industrial de nuestra Comunidad, que convive armoniosamente (aunque a veces en situación de inferioridad desde el punto de vista del atractivo turístico) con el magnífico patrimonio monumental más tradicional. Uno y otro se ven fortalecidos por esta gestión integrada que ayuda, por otra parte, a la mejor comprensión de la verdadera historia socio-económica de nuestra Región y por tanto a su mejor conocimiento y disfrute turístico.

Vertebración territorial. Rutas e itinerarios

Esta consideración integral del Patrimonio hará surgir, de modo natural, sistemas de vertebración territorial tanto en el ámbito propio como entre nuestra Comunidad y otras adyacentes o más distantes; e incluso permitirá el establecimiento de vínculos culturales permanentes con otros países, especialmente con el vecino Portugal.

Una muestra de ello lo constituye el sistema lineal de fortificaciones de frontera en el límite fronterizo de la provincia salmantina con el país luso. Toda una serie de antiguos castillos y ciudadelas militares se despliegan a lo largo de la *raya* portuguesa, en ocasiones con su correspondiente correlato al otro lado de la frontera. Parece conveniente que estos sistemas fortificados, antaño al servicio de la defensa y la estrategia militares de una zona fronteriza puedan seguir siendo hoy igualmente entendidos y reconocidos como conjunto o *sistema* de edificaciones desde la novedosa óptica propiciada por su carácter de bienes patrimoniales y culturales.

Ello propicia, por otra parte, el modo técnicamente más propio y disciplinadamente más riguroso de establecer itinerarios o rutas tematizadas, en línea con el tipo de servicios que el turismo cultural hoy más demanda y utiliza.

Una estrategia regional en arqueología

Castilla y León, territorio eminentemente histórico, cuenta con una amplísima red de yacimientos arqueológicos desplegados en toda la extensión de su espacio geográfico que avala y manifiesta la continua presencia y asentamiento de las distintas poblaciones a lo largo de prácticamente todas las épocas históricas. Muchos de ellos están siendo excavados e investigados y otros lo son a medida de los requerimientos legales previos a actuaciones que conllevan transformación física del suelo o el subsuelo, o bien por la iniciativa investigadora de instituciones o profesionales diversos.

Esta creciente y dispersa demanda de permisos de excavación e investigación así como la consiguiente necesidad de digna puesta en valor de los hallazgos obtenidos exige, una vez más, un planteamiento sostenible que sea unitario, priorizado y sistematizado. Para su obtención resulta también altamente conveniente una estrategia territorial que posibilite establecer grandes líneas de investigación y divulgación a partir de lo que podríamos llamar un *proyecto regional de investigación arqueológica*.

El patrimonio mueble

Resulta conocido como la serie de inmuebles y conjuntos históricos que conforman el rico patrimonio histórico castellano y leonés alberga así mismo una enorme y excelente colección de bienes muebles igualmente valiosos y abundantes pertenecientes a todas las épocas históricas, aunque con mayor riqueza en lo que se refiere al perteneciente a aquellas épocas históricas entre la Edad Media y la exaltación barroca.

En este ámbito, proyectos culturales como el de la Fundación *Las Edades del Hombre*, que desarrolla sus actividades en nuestra Comunidad con el auspicio del Gobierno Regional y el apoyo de entidades financieras resultan altamente significativos y ejemplarizantes. Una vez más la visión sistémica y territorializada han demostrado constituir la clave para conseguir resultados de calidad y éxito tanto en el campo disciplinar y estrictamente patrimonial, como en el de los resultados de la actividad turística surgida al hilo de los eventos expositivos organizados.

Otros aspectos a tener en cuenta: mecenazgo, cooperación institucional y formación para la excelencia

Como no puede ser de otra manera, la óptica de sostenibilidad que se propone para la gestión patrimonial de nuestra Comunidad debe llevar consigo la necesidad de una creciente sensibilización de la sociedad de cara a una mayor implicación de todos los agentes sociales – públicos y privados – en las tareas de conservación, protección y gestión del patrimonio. En este sentido resulta oportuno potenciar y difundir las ventajas directas e indirectas del mecenazgo cultural. Un lugar preeminente lo ocupa en este terreno la Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, que aglutina la tarea a favor de la conservación de estos bienes por parte de todas las obras sociales de las Cajas de Ahorro radicadas en la Comunidad y la de la propia Junta de Castilla y León, que además realiza las labores de coordinación y señala una estrategia regional.

Este aspecto de la cooperación resulta clave y no solo debe limitarse a este tipo de mecenazgo particular o empresarial, sino que debe considerar planteamientos como el de procurar implicar siempre a las instituciones titulares de los

bienes que integran el patrimonio, o aquellas otras más cercanas a los ciudadanos usufructuarios directos o más próximos a las mismas, de tal manera que se generalice la política de concertación y convenios. Ello permitirá alcanzar objetivos mucho más ambiciosos tanto en la restauración y conservación como en la gestión, difusión y utilización del patrimonio histórico artístico como recurso turístico.

Por otra parte, la realidad patrimonial de Castilla y León y su experiencia en las tareas de conservación y gestión debe hacerle aspirar a consolidar su papel de referencia en esta materia. Conviene potenciar en este sentido el papel que viene desarrollando el Centro de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Simancas, con una trayectoria y prestigio acreditados a nivel nacional e internacional. El futuro Instituto regional del Patrimonio Histórico habrá de intensificar y extender por toda la Comunidad esta tarea de investigación y formación. Este último concepto resulta clave en la estrategia territorial de gestión patrimonial, en la medida en que las políticas de cooperación institucional y con los agentes sociales implicados requieren esta formación continuada para que los propósitos no se queden en meros ejercicios voluntaristas.

Patrimonio de la Humanidad

Todo el recorrido analítico y propositivo efectuado permite constatar la situación de un territorio cuya excelencia patrimonial queda constatada, en todo caso, por los diversos reconocimientos nacionales e internacionales. En nuestro país – estado que alberga el mayor número de Bienes Patrimonio de la Humanidad – la Comunidad de Castilla y León atesora la mayor cantidad y variedad de esos bienes reconocidos por la UNESCO como integrantes del Patrimonio Mundial.

Desde la Junta de Castilla y León se mantienen programas específicos para la conservación, mejora y difusión de estos siete bienes, así como para la de sus planes de uso, gestión y planes de desarrollo local asociados. Ello no puede ser de otra manera en la medida en que este reconocimiento internacional es asumido por la Administración Regional como una llamada de atención acerca del plus de responsabilidad institucional necesaria, y que debe extenderse, en la medida de sus posibilidades, a la de todos y cada uno de los ciudadanos de la Comunidad, y de todos aquellos que los guardan o visitan.

EL PATRIMONIO DOCUMENTAL DE LA PROVINCIA DE ZAMORA

Florián Ferrero Ferrero

1. INTRODUCCIÓN

Antes de profundizar en el análisis del objeto de nuestra ponencia, creemos que es conveniente delimitar que se entiende por documento y por patrimonio documental, tanto en la legislación estatal española como en la de la Comunidad Autónoma de Castilla y León en la que se integra Zamora, así como en la evolución histórica de su provincia y de las diócesis que abarca.

La Ley del Patrimonio Histórico Español establece que documento es *toda expresión en lenguaje natural o convencional y cualquier otra expresión gráfica, sonora o en imagen, recogidas en cualquier tipo de soporte material, incluso los soportes informáticos. Se excluyen los ejemplares no originales de ediciones*¹.

Por su parte, la Ley de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León amplía la definición anterior, señalando que documento es *toda expresión en lenguaje natural o convencional, incluidas las de carácter gráfico, sonoro o audiovisual, recogida en cualquier tipo de soporte material, incluido el informático, que constituya testimonio de los hechos que afectan a los individuos o a los grupos sociales. A los efectos de la presente Ley se excluyen de este concepto los ejemplares múltiples de las obras editadas o publicadas y los bienes muebles de naturaleza esencialmente artística, arqueológica o etnográfica*².

Considerándose en la primera de dichas leyes como *Patrimonio Documental* todos los documentos *de cualquier época generados, conservados o reunidos en el ejercicio de su función por cualquier organismo o entidad de carácter público, por las personas jurídicas en cuyo capitel participe mayoritariamente el Estado u otras entidades públicas y por las personas privadas, físicas o jurídicas, gestoras de servicios públicos en lo relacionado con la gestión de dichos servicios*³.

También son Patrimonio Documental los *documentos con una antigüedad superior a los cuarenta años, generados, conservados o reunidos en el ejercicio de sus actividades por las entidades y asociaciones de carácter político, sindical o religioso y por las entidades, fundaciones y asociaciones culturales y educativas de carácter privado*⁴. Los que tengan una antigüedad superior a los 100 años *generados, conservados o reunidos por cualesquiera otras entidades particulares o personas físicas*⁵.

Por último, se señala que *la Administración del Estado podrá declarar*

*constitutivos del patrimonio Documental aquellos documentos que, sin alcanzar la antigüedad indicada en los apartados anteriores, merezcan dicha consideración*⁶.

La Ley de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León acepta, como es lógico, el concepto general de Patrimonio Documental y los plazos establecidos, pero en su afán de mayor protección matiza las definiciones, y establece un nuevo valor complementario.

Así, *forman parte integrante del Patrimonio Documental de Castilla y León los documentos de cualquier época producidos o reunidos en el ejercicio de sus funciones* por la Administración General y la Administración Institucional de Castilla y León, las Cortes de Castilla y León, las entidades locales del territorio de la Comunidad Autónoma y los organismos de ella dependientes, las personas físicas y jurídicas de carácter privado gestoras de servicios públicos de Castilla y León, y cualesquiera otras entidades y organismos dependientes o adscritos a las Administraciones Autonómica o Local de Castilla y León; y, sin perjuicio de la legislación estatal, los documentos producidos o reunidos por los órganos de la Administración periférica del Estado radicados en Castilla y León, las Universidades y demás centros públicos de enseñanza, los organismos autónomos de la Administración Central y sus delegaciones, los órganos de la Administración de Justicia, las notarías y registros públicos, los órganos y delegaciones de empresas públicas estatales, las corporaciones de Derecho Público y cualquier otro organismo o entidad de titularidad estatal⁷. Todos los de más de 40 años tendrán la consideración de históricos⁸.

También formarán parte del Patrimonio Documental de Castilla y León, con el carácter de históricos, los documentos de más de 40 años de antigüedad producidos o reunidos por las entidades eclesiásticas y las asociaciones y órganos de las diferentes confesiones religiosas radicadas en Castilla y León, las organizaciones políticas, sindicales y empresariales en la Comunidad; las entidades, fundaciones y asociaciones culturales y educativas, las academias científicas y culturales, y cualquier otro tipo de asociación radicadas en Castilla y León⁹.

Por último, y también con carácter histórico, los documentos radicados en la Comunidad Autónoma de más de 100 años producidos o reunidos por cualquier entidad particular y persona física¹⁰.

La administración podrá declarar Patrimonio Documental e históricos aquellos documentos que, no cumpliendo los requisitos anteriores, se consideren de interés, bien a instancia suya o de los particulares¹¹.

Dichas normas legales abren un amplio abanico de amparo, permitiendo que millones de documentos pasen a tener una especial protección, y, que por lo tanto, tengan que existir centenares de Archivos en que custodiarse.

Para poder entender la estructura archivística y la distribución de los fondos documentales en la actualidad es necesario hacer un repaso, aunque sea muy somero, a origen de la actual provincia de Zamora.

Ésta es una división administrativa reciente, nacida por las reformas que se

llevan a cabo a principios del siglo XIX, integrada por 12 comarcas, en las que se pueden apreciar marcadas singularidades, haciendo que Sanabria sea tan diferente de Tierra de Campos como Sayago lo es de Benavente y sus Valles. Y es que, dejando al margen las diversas divisiones administrativas en las que se integró hasta fines de la Edad Media, a principios del Antiguo Régimen, el actual territorio zamorano aparecía articulado fundamentalmente en torno a tres provincias: la de Zamora, la de Toro y la del Conde de Benavente; siendo las dos primeras de jurisdicción real y la última de marcada influencia señorial.

Eso justifica la existencia de tres grandes archivos municipales, cuyo fondo trascienden lo local, pues son cabeza de grandes territorios: Zamora, Toro y Benavente

Desde el punto de vista eclesiástico, desde la baja Edad Media, la actual provincia aparece dividida principalmente en cinco diócesis –Zamora, Astorga, Santiago de Compostela, León y Oviedo¹²–; para desde fines del siglo XIX, comenzar un proceso de simplificación que, ha culminado a mediados del siglo XX, momento en que el actual territorio provincial queda dividido entre Astorga y Zamora¹³.

Ello ha ocasionado que gran parte de la documentación de tipo eclesiástico permanezca fuera de los límites provinciales en diversos Archivos Catedrales e Históricos Diocesanos.

Por último, no debemos olvidar, dentro de esta serie de consideraciones iniciales, que el proceso desamortizador del siglo XIX ocasionó que gran parte de los fondos documentales de instituciones eclesiásticas y de ordenes militares pasaran finalmente al Archivo Histórico Nacional, en Madrid, donde se siguen conservando¹⁴.

2. PATRIMONIO DOCUMENTAL DE LA PROVINCIA DE ZAMORA

Los Archivos públicos de Castilla y León se estructuran mediante un Sistema y dos tipos de Redes.

El Sistema de Archivos de Castilla y León, que sin duda va a ser objeto de otra Ponencia¹⁵, se estructura como un conjunto de normas, órganos ejecutivos y asesores, centros, servicios y recursos¹⁶. Junto a una Red Central de Archivos, aparecen nueve Provinciales, en las que se integran el Archivo Histórico Provincial, el Archivo Territorial, los Archivos de las entidades locales, y los Archivos de cualquier titularidad radicados en la provincia que se hayan integrado en el Sistema¹⁷.

Hay que tener en cuenta que entre los integrados voluntariamente en el Sistema se encuentran todos los de la iglesia católica.

También es importante señalar que el Archivo que actúa como cabeza de cada Red Provincial es el Histórico Provincial respectivo, con lo que Castilla y León ha conseguido integrar en las Redes y en el Sistema, indirectamente, todos

los fondos de titularidad estatal a nivel provincial. Porque los Archivos Histórico Provinciales son Centros de Titularidad Estatal que, de acuerdo a lo señalado en la Constitución Española vigente, no pueden ser transferidos a las distintas Autonomías, aunque sí pueden ser gestionados por ellas¹⁸.

Desde 1987, y en virtud del convenio suscrito por las Administraciones Central y Autonómica, la titularidad de dichos Archivos pertenece al Estado, a través del Ministerio de Cultura, mientras que su gestión corresponde a la Junta de Castilla y León, por medio de su consejería de Cultura.

Conviviendo con esa Red y Sistema, existen otros a nivel estatal, que también convergen en el Archivo Histórico Provincial:

En base a todo ello, la Red de Archivos de la Provincia de Zamora se estructura de la siguiente forma:

A) Red de la Administración Central:

- Archivo Histórico Provincial
- Archivos de la Subdelegación del Gobierno y de todos los Organismos de la Administración Central a nivel provincial

B) Red de la Administración Autonómica:

- Archivo Histórico Provincial
- Archivo Territorial (que integra a los organismos de la Junta de Castilla y León)
- Archivos de la Diputación Provincial
- Archivos de los Ayuntamientos
- Archivos de las Entidades Locales Menores
- Archivos de la Iglesia Católica
- Archivos de algunas grandes Empresas

Prácticamente sólo quedan fuera de dichas redes los Archivos de las empresas, de los partidos políticos, sindicatos, asociaciones culturales y particulares.

Delimitados estos conceptos, se hace necesario que hagamos ya una aproximación a los Archivos que custodian documentos con la consideración de Patrimonio Documental.

Por lo que se refiere a los archivos censados¹⁹ en la actual provincia de Zamora, tenemos noticias de un total de 1.253 centros²⁰.

Dichos Archivos los podemos agrupar de la siguiente forma²¹:

Archivos Públicos: 727

Archivos Histórico Provinciales: 1

Judiciales: 268²²

De la Fe Pública: 26

<i>Protocolos Notariales:</i>	11
<i>Registros:</i>	15
<i>Administración Central Periférica:</i>	39
<i>Administración Autónoma:</i>	29 ²³
<i>Administración Local:</i>	249 ²⁴
<i>Diputación Provincial:</i>	1
<i>Ayuntamientos:</i>	248
<i>Militares:</i>	4
<i>Penitenciarios:</i>	1
<i>Hospitalarios:</i>	6
<i>Docentes y Científicos:</i>	56
<i>Centros Universitarios:</i>	1
<i>Centros Docentes:</i>	51
<i>Instituciones Científicas y de Investigación:</i>	4
<i>Administración Corporativa:</i>	48
<i>Colegios Profesionales:</i>	7
<i>Cámaras Agrarias:</i>	41
<i>Archivos Privados:</i>	526
<i>De Familias:</i>	1
<i>De Partidos Políticos, Asociaciones y Fundaciones:</i>	52
<i>Partidos Políticos:</i>	3
<i>Organizaciones Sindicales:</i>	6
<i>Organizaciones Patronales:</i>	3
<i>De Asociaciones Culturales:</i>	25
<i>De Asociaciones Deportivas:</i>	5
<i>ONGs:</i>	8
<i>Fundaciones:</i>	2
<i>De Empresas:</i>	66
<i>Empresas en general:</i>	47
<i>Bancarias:</i>	8
<i>Medios de Comunicación:</i>	7
<i>Cooperativas Agrícolas:</i>	4
<i>Archivos Religiosos:</i>	404
<i>Diocesanos:</i>	1 ²⁵
<i>Catedralicios y Colegiales:</i>	2
<i>Parroquiales:</i>	343
<i>Monásticos y Conventuales:</i>	14
<i>De Seminarios:</i>	1
<i>De Cofradías:</i>	37
<i>De Confesiones no Católicas:</i>	6
<i>De Mutualidades:</i>	3

En lo que se refiere al volumen de documentación con la consideración de patrimonio documental en la actual provincia de Zamora, es muy difícil efec-

tuar una cuantificación precisa, dadas las amplias oscilaciones entre unos y otros archivos, que van desde menos de un metro lineal de documentos, como puede suceder en un archivo parroquial de un pueblo, hasta los 12.500 metros lineales del Archivo Histórico Provincial de Zamora.

No obstante, tras haber llevado una serie de muestreos en los diversos tipos de Archivos, se puede establecer como una cifra que se aproxima bastante a la realidad la de 65.000 metros lineales de documentación.

Por lo que se refiere al arco cronológico de la misma, y teniendo en cuenta el concepto de patrimonio documental ya analizado, abarca desde el año 920 aproximadamente²⁶ hasta nuestros días si sólo tenemos en cuenta los documentos originales; pudiendo llevar la fecha del más antiguo al 844²⁷, si tenemos nos referimos a copias.

La valoración de ese conjunto documental no puede ser más extraordinaria desde todos los puntos de vista, pues la importancia que pudieran tener algunos de dichos documentos desde el punto de vista individual se ve ampliamente superada por las escasas pérdidas producidas, el excepcional estado de conservación general, la continuidad de las series documentales y la inexistencia de lagunas importantes.

3. PRINCIPALES ARCHIVOS DE LA PROVINCIA DE ZAMORA

De este conjunto de Centros, cuatro merecen un análisis especial por poderse considerar como Archivos de Archivos –se trata del Archivo de la Diputación Provincial de Zamora, del Archivo Histórico de Iberdrola, y, principalmente del Archivo Histórico Diocesano de Zamora y del Archivo Histórico Provincial de Zamora–, y uno por la importancia de sus documentos medievales y modernos –el Archivo de la Catedral de Zamora–; otros dos tampoco deben ser olvidados –el Archivo Municipal de Zamora y el Archivo Municipal de Benavente–²⁸.

Hagamos un breve repaso a cada uno de ellos, deteniéndonos algo más en el Histórico Provincial.

3.1. Archivo Municipal de Zamora²⁹:

Aunque aparece dividido entre el Archivo Municipal de Zamora propiamente dicho y el Archivo Histórico Provincial, que conserva la mayor parte de la documentación anterior a 1950, es un fondo documental del máximo interés.

En conjunto ocupa un total de 1.100 metros lineales, con una secuencia cronológica del 1137 a nuestros días.

Destacan sus fondos medievales y modernos, que no presentan apenas lagunas, así como su excepcional conjunto de planos del siglo XIX y XX.

3.2. Archivo Municipal de Benavente³⁰:

Presenta una gran importancia, tanto por las características de la población, que dependía del conde de Benavente, como su excepcional conservación.

Sus fondos documentales ocupan 500 metros lineales, y abarcan desde 1167 hasta nuestros días; destacando los libros de acuerdos municipales que se conservan desde 1393, las cuentas de propios desde 1450 y los repartimientos desde 1489.

3.3. Archivo de la Catedral de Zamora³¹:

Nace de forma paralela a la creación de la sede zamorana en el tránsito del siglo IX al X, desarrollándose de forma excepcional a raíz de la restauración de la misma en el siglo XII.

Pese al grave incendio de 1591, no ha sufrido graves pérdidas en sus fondos.

Su organización sigue respondiendo a los criterios establecidos en el siglo XVIII, estando estructurado en:

Roma

Exenciones y Jurisdicciones

Privilegios y donaciones reales

Mitra

Donaciones, testamentos y fundaciones de particulares

Diezmos, juros y privilegios

Propiedades

Apeos

Contratos

Episcopales

Cruzadas

Actas capitulares

Prebendas y beneficios.

Como mera valoración de la importancia patrimonial de esa documentación basta pensar que el Archivo de la Catedral de Zamora custodia un total de 2.325 documentos medievales, así como seis cartularios, un obituario, un libro de constituciones, un Breviario y un Sacramentario de dicho período.

Documentos éstos de la catedral de Zamora, en algunos casos, esenciales no sólo para el estudio de la historia de Castilla y León, sino también para el de Portugal, pues no en balde allí se conservan numerosos documentos de Afonso Henriques y de Sancho II de Portugal.

3.4. Archivo de la Diputación Provincial³²:

Junto a su fondo institucional, que, pese a nacer en 1813, acumula documentación desde 1745, este Centro reúne la documentación de las instituciones benéfico-asistenciales que le son transferidas legalmente en 1868, así una serie de Archivos que ha adquirido en los últimos años o que le han sido donados.

En conjunto custodia 14 importantes fondos, que ocupan 1.200 metros lineales, con una secuencia cronológica que abarca de 1363 a nuestros días, que se pueden agrupar en el siguiente cuadro resumen:

Archivos Públicos:

Fondo Institucional de la Diputación Provincial: 1

Fondo benéfico asistencial antiguo: 1

Hospitalarios: 4

Administración Corporativa: 1

Sociedades Económicas de Amigos del País: 1

Archivos Privados: 6

Del Estado Noble de Zamora: 1

De Familias: 5

De Partidos Políticos, Asociaciones y Fundaciones: 1

De Asociaciones de Excombatientes: 1

Colecciones: 1

Archivos Fotográficos: 1

3.5. Archivo Histórico Iberdrola “Salto de Ricobayo”³³:

Nacido oficialmente en el año 1997, fue inaugurado en el pueblo de Muelas del Pan el año 2000.

Conserva la documentación de Iberduero S.A., así como la de todas sus empresas filiales, las incorporadas por fusión o absorción, y la de las participadas.

Es pues un Archivo esencial para conocer la historia de la producción y distribución de la energía eléctrica en la mitad norte de España y del aprovechamiento hidroeléctrico del Duero internacional.

Custodia un total de 68 archivos diferentes desde el último cuarto del siglo XIX hasta la fusión de Iberduero S.A. con Hidrola S.A., en 1991, para fundar Iberdrola S.A.; a los que posiblemente se incorporen un buen número más según se avance en la descripción de fondos.

Sus fondos ocupan 1.200 metros lineales y se pueden agrupar en el siguiente cuadro resumen:

Empresas matrices: 3

Empresas filiales: 18

Empresas incorporadas por fusión o por absorción: 31

Empresas participadas: 16

3.6. Archivo Histórico Diocesano de Zamora³⁴:

Aunque su nacimiento se puede remontar teóricamente hasta el año 1266, en que se separan las mesas capitular y episcopal; su existencia efectiva comienza por Decreto episcopal de 1 de marzo de 1983.

Pese a que el espacio geográfico de la diócesis zamorano sólo ocupa un cincuenta por ciento de la provincia, constituye un Centro del máximo interés, por la calidad y cantidad de sus fondos.

Asimismo, es un Archivo de Archivos, ya que mediante su programa de concentración de archivos parroquiales, ha logrado reunir la práctica totalidad de los existentes en la diócesis. Trabajo que culminará en los próximos meses.

Ocupa unos 1.300 metros lineales, y su secuencia cronológica va de 1449 a nuestros días, fecha que puede retrasarse a 1129 si tenemos en cuenta los documentos contenidos en cartularios.

En resumen el Archivo Histórico Diocesano de Zamora custodia un total de 315 fondos diferentes, que podemos agrupar en el siguiente cuadro resumen:

Archivo Diocesano: 1

Cofradías: 2³⁵

Cofradía de los Ciento: 1

Cofradía de los Racioneros: 1

Monasterios³⁶: 1

Monasterio de Valparaíso: 1

Junta Diocesana de Reparación de Templos: 1

Vicaría de San Millán³⁷: 1

Archivos Parroquiales: 309

Arciprestazgo de Alba: 23

Arciprestazgo de Aliste³⁸: 66

Arciprestazgo de Benavente: 12

Arciprestazgo de Fuentesaúco³⁹: 13

Arciprestazgo de Pan⁴⁰: 31

Arciprestazgo de Sayago⁴¹: 54

Arciprestazgo de Toro⁴²: 47

Arciprestazgo de Villalpando: 12

Arciprestazgo de Vino: 24

Arciprestazgo de Zamora⁴³: 27

3.7. Archivo Histórico Provincial de Zamora⁴⁴:

Es a gran distancia, el más importante de los Centros archivísticos zamoranos, tanto cuantitativa como cualitativamente.

Como ya hemos citado ocupa un total de 12.500 metros lineales de documentación, con una secuencia cronológica que abarca del 920 a nuestros días.

En resumen el Archivo Histórico Provincial de Zamora custodia un total de 492 fondos diferentes, que previsiblemente crecerán considerablemente en los próximos meses, cuando inaugure sus nuevas instalaciones, unas de las más modernas de Europa en su género.

Los citados 492 los podemos agrupar en el siguiente cuadro resumen⁴⁵:

Archivos Públicos: 343

Judiciales: 119

De la Fe Pública: 28

Protocolos Notariales: 8

Registros: 20

Administración Central Periférica: 49

Administración Autónoma: 14

Administración Local: 100

Diputación Provincial: 1

Ayuntamientos: 99

Movimiento Nacional: 5

Administración Corporativa: 28

Colegios Profesionales: 3

Cámaras Agrarias: 23

Sindicatos Verticales: 1

Sociedades Económicas de Amigos del País: 1

Archivos Privados: 133

De Familias: 13

De Partidos Políticos, Asociaciones y Fundaciones: 12

Partidos Políticos: 2

De Asociaciones Culturales y ONGs: 8

De Asociaciones Deportivas: 1

Fundaciones: 1

De Empresas: 5

Empresas en general: 2

Cooperativas: 3

Archivos Religiosos⁴⁶: 102

Diocesanos: 1

Catedralicios: 1

Parroquiales: 27

Monásticos y Conventuales: 46

De Cofradías: 19
De Capellanías y Memorias Pías: 7
De Órdenes Militares: 1
De Mutualidades: 1
Colecciones: 16
Pergaminos: 2
Papel restaurado: 1
Árboles Genealógicos: 1
Mapas, Planos y Dibujos: 1
Grabados: 1
Archivos Fotográficos: 10

En detalle, el conjunto documental se puede agrupar en el siguiente Cuadro de Clasificación:

Fondos	Fechas	Unidades
1. Archivos Públicos		
1.1. Judiciales		
1.1.1. Antiguo Régimen Corregidor, Tenientes y Alcaldes	1748-1832	31
1.1.3. Audiencias		
Audiencia Criminal de Benavente	1883-1893	50
Audiencia Criminal de Zamora	1883-1891	13
Audiencia Provincial de Zamora	1893-2002	1534
Fiscalía de la Audiencia de Zamora	1908-2001	383
1.1.4. Juzgados de 1ª Instancia e Instrucción		
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Alcañices	1930-1988	40
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 1 de Benavente	1940-1999	1580
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 2 de Benavente	1990-1999	315
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Bermillo de Sayago	1920-1974	117
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Fuentesauco	1931-1966	20
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Puebla de Sanabria	1920-1998	660
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Toro	1864-1985	790
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Villalpando	1913-1985	450
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 1 de Zamora	1842-2001	2435
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 2 de Zamora	1968-2002	1712
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 3 de Zamora	1990-1994	390
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 4 de Zamora	1990-1999	941
Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción Nº 5 de Zamora	1992-2003	639
1.1.5. Juzgados de Distrito, Comarcales y Municipales		
Juzgado Municipal de Alcañices	1922-1945	42
Juzgado Comarcal de Alcañices	1946-1977	250
Juzgado de Distrito de Alcañices	1978-1989	220
Juzgado Municipal de Benavente	1869-1945	140
Juzgado Comarcal de Benavente	1946-1977	440
Juzgado de Distrito de Benavente	1978-1989	362
Juzgado Municipal de Bermillo de Sayago	1820-1945	12
Juzgado Comarcal de Bermillo de Sayago	1946-1974	190
Juzgado Municipal de Camarzana de Tera	1904-1927	4
Juzgado Comarcal de Corrales de Vino	1946-1952	23
Juzgado Comarcal de Fermoselle	1945-1952	14

Fondos	Fechas	Unidades
Juzgado Municipal de Fuentesauco	1931-1944	15
Juzgado Comarcal de Fuentesauco	1946-1977	35
Juzgado de Distrito de Fuentesauco	1978-1989	40
Juzgado Comarcal de Malva	1945-1951	5
Juzgado Comarcal de Mombuey	1945-1957	12
Juzgado Comarcal de Piedrahita de Castro	1946-1950	11
Juzgado Municipal de Puebla de Sanabria	1922-1945	50
Juzgado Comarcal de Puebla de Sanabria	1946-1977	180
Juzgado de Distrito de Puebla de Sanabria	1978-1989	420
Juzgado Comarcal de Santibáñez de Tera	1945-1950	6
Juzgado Comarcal de Santibáñez de Vidriales	1945-1950	5
Juzgado Comarcal de Tábara	1945-1966	40
Juzgado Municipal de Toro	1912-1945	120
Juzgado Comarcal de Toro	1946-1976	310
Juzgado de Distrito de Toro	1977-1984	270
Juzgado Comarcal de Ungilde	1946-1957	7
Juzgado Comarcal de Villafáfila	1946-1951	7
Juzgado Municipal de Villalpando	1913-1944	6
Juzgado Comarcal de Villalpando	1945-1977	232
Juzgado de Distrito de Villalpando	1978-1985	212
Juzgado Municipal de Zamora	1901-1977	234
Juzgado de Distrito N° 1 de Zamora	1978-1989	234
Juzgado de Distrito N° 2 de Zamora	1984-1989	410
1.1.6. Juzgados de Paz		
Almaraz de Duero	1847-1985	11
Carrascal	1946-1950	3
Castronuevo	1871-1969	11
Cerecinos de Campos	1977	1
Coreses	1933-1961	4
Fadón	1973	1
Fermoselle	1920-1985	35
Ferreruela de Tábara	1888-1980	9
Figueruela de Arriba	1833-1890	1
Granja de Morerueta	1945-1951	1
Losilla	1969-1979	1
Olmillos de Castro	1971	1
Otero de Sariegos	1871-1965	6
Perilla de Castro	1910-1981	15
Revellinos	1951-1952	1
Riego de Camino	1951	1
San Agustín de Pozo	1906-1951	1
San Martín de Valderaduey	1934	1
San Vitero	1850-1985	37
Santa Eufemia de Barco	1959-1983	1
Sesnández	1960-1963	1
Tábara	1959	1
Tamame	1832-1966	6
Tapioles	1951	1
Vidayanes	1951-1975	1
Villafáfila	1656-1984	85
Villalba de la Lampreana	1951-1952	1
Villamor de Cadozos	1916	1
Villamor de la Ladre	1956-1957	1
Villarrín de Campos	1929-1958	1
Villaveza de Agua	1934	1
Viñas	1983	1
1.1.7. Jurisdicción Laboral		
Tribunal Industrial de Zamora	1934-1938	3

Fondos	Fechas	Unidades
Magistratura de Trabajo	1938-1988	1169
Juzgado de lo Social de Zamora	1988-1998	503
1.1.8. Juzgados de lo Penal, Contencioso-Administrativos y de Menores		
Juzgado de lo Penal de Zamora	1989-1993	281
Juzgado de lo Contencioso-Administrativo de Zamora	1913-2003	212
Tribunal Tutelar de Menores	1945-1992	186
Juzgado de Menores	1992-1995	15
1.1.9. Jurisdicciones Especiales		
Junta Provincial de Libertad Vigilada	1943-1961	13
Juntas Locales de Libertad Vigilada	1944-1964	1
Juzgado de Peligrosidad y Rehabilitación Social	1972-1973	3
Comisión de Incautación de Bienes de la Provincia de Zamora	1937-1939	1
Juzgado Instructor Provincial de Responsabilidades Políticas	1939-1942	2
Audiencia Provincial: Responsabilidades Políticas	1936-1963	15
Juzgado de Instrucción de Fuentesauco: Responsabilidades Políticas	1936-1961	9
Juzgado de Instrucción de Alcañices: Responsabilidades Políticas	1936-1961	5
Juzgado de Instrucción de Benavente: Responsabilidades Políticas	1938-1949	3
Juzgado de Instrucción de Bermillo de Sayago: Responsabilidades Políticas	1937-1949	2
Juzgado de Instrucción de Fuentesaúco: Responsabilidades Políticas	1936-1961	3
Juzgado de Instrucción de Puebla de Sanabria: Responsabilidades Políticas	1937-1951	2
Juzgado de Instrucción de Toro: Responsabilidades Políticas	1936-1951	8
Juzgado de Instrucción de Villalpando: Responsabilidades Políticas	1937-1952	2
Tribunal Provincial Municipal	1936-1940	2
Juzgado Especial de Revisión de Arrendamientos Rústicos de Toro	1931-1932	8
1.1.10. Administración Electoral: Juntas Electorales		
Junta Electoral Provincial	1977-1996	362
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 1 de Zamora	1983-1995	30
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 2 de Zamora	1989-1991	20
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 3 de Zamora	1982-1989	11
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 4 de Zamora	1987-1993	10
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 1 de Benavente	1977-1996	75
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 2 de Benavente	1977-1995	85
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción N° 2 de Puebla de Sanabria	1977-1999	25
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Toro	1977-1996	43
Junta Electoral de Zona: Juzgado de 1ª Instancia e Instrucción de Villalpando	1977-1995	25
Junta Municipal de Censo Electoral: Puebla de Sanabria	1947-1976	8
Junta Municipal de Censo Electoral: Toro	1947-1976	10
1.2. de la Fe Pública		
1.2.1. Protocolos Notariales		
Distrito de Alcañices.	1619-1909	260
Distrito de Benavente.	1572-1935	2046
Distrito de Bermillo de Sayago.	1587-1970	420
Distrito de Fuentesaúco.	1556-1945	860
Distrito de Puebla de Sanabria.	1519-1940	317
Distrito de Toro.	1503-1948	2287
Distrito de Villalpando	1571-1895	1061
Distrito de Zamora.	1493-1980	5650
1.2.2. Registro Civil		
De Benavente	1939-1986	140
De Puebla de Sanabria	1940-1985	25
De Toro	1874-1985	26
De Ungilde	1931-1957	5
De Villalpando	1945-1985	14

Fondos	Fechas	Unidades
1.2.3. Contaduría de Hipotecas		
Distrito de Alcañices.	1845-1862	74
Distrito de Benavente.	1768-1862	214
Distrito de Bermillo de Sayago.	1759-1863	209
Distrito de Fuentesaúco.	1854-1863	8
Distrito de Puebla de Sanabria.	1844-1862	68
Distrito de Toro.	1769-1862	240
Distrito de Villalpando.	1840-1862	110
Distrito de Zamora.	1847-1862	251
1.2.4. Registro de la Propiedad		
De Bermillo de Sayago.	1863-1879	10
De Fuentesaúco..	1863-1933	31
De Puebla de Sanabria.	1902	2
De Toro.	1863-1961	43
De Villalpando.	1863-1960	19
De Zamora.	1864-1883	3
1.2.5. Registro Mercantil		
Distrito de Toro.	1910-1941	3
1.3. Administración Central Periférica		
1.3.1. Agricultura y Medio Ambiente		
Delegación/Dirección Provincial de Agricultura	1980-1995	75
Junta de Agricultura, Industria y Comercio	1860-1957	1
Servicio Agronómico	1888-1974	185
Servicio Nacional de Productos Agrarios (SENPA)	1937-1998	592
Distrito Forestal	1944-1970	410
Instituto Para la Conservación de la Naturaleza (ICONA)	1971-1984	294
Instituto Nacional de Reforma y Desarrollo Agrario (IRYDA)	1971-1985	75
1.3.2. Comercio		
Delegación Provincial de Abastecimientos y Transportes	1943-1951	28
1.3.3. Cultura		
Delegación/Dirección Provincial de Cultura	1977-1983 ⁴⁷	64
Archivo Histórico Provincial de Zamora	1931-1987 ⁴⁸	71
Comisión Provincial de Monumentos	1842-1972	7
Comisión Provincial de Patrimonio Histórico-Artístico	1972-1977	30
Comisión Especial de Arte Antiguo	1877	1
Colegio Menor/Residencia Juvenil "Doña Urraca"	1968-1983	30
Patronato para el Fomento de Archivos, Bibliotecas y Museos de Zamora	1938-1945	5
1.3.4. Defensa		
Damas Auxiliares de la Sanidad Militar	1939-1945	1
1.3.5. Estadística y Cartografía		
Instituto Nacional de Estadística	1970-1990	1113
Instituto Geográfico Nacional	1929-1970	1237
1.3.6. Educación		
Escuela de Rozas de Sanabria	1943-1957	1
1.3.7. Hacienda		
Intendencia ⁴⁹	1750-1849 ⁵⁰	2091
Administración Provincial de Hacienda	1849-1881	200
Delegación Provincial de Hacienda	1881-1991 ⁵¹	28615
Agencia Tributaria de Zamora	1991-1999	1520
Administración Tributaria de Benavente	1987-1992	1734
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Benavente	1911-1990	552

Fondos	Fechas	Unidades
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Bermillo de Sayago	1920-1945	32
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Fuentesauco	1960-1990	126
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Puebla de Sanabria	1930-1990	35
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Toro	1874-1990	430
Tributos de Derechos Reales: Oficina Liquidadora de Villalpando	1954-1990	230
1.3.8. Información y Turismo		
Delegación/Dirección Provincial de Información y Turismo/Turismo	1956-1983	98
1.3.9. Industria		
Delegación/Dirección Provincial de Industria	1944-1995	2489
1.3.10. Interior		
Gobierno Civil	1870-1998	6399
Subdelegación de Gobierno	1999-2002	620
Servicio Provincial de Inspección y Asesoramiento de Corporaciones Locales	1956-1978	536
1.3.11. Obras Públicas y Urbanismo / Fomento		
Delegación de Obras Públicas/Jefatura- Unidad de Carreteras	1870-1992	5234
Delegación Provincial de la Vivienda/Fiscalía de la Vivienda	1938-1984	1278
Dirección Provincial de Fomento	1945-1989	17
1.3.12. Sanidad y Asistencia Social		
Delegación/Dirección Provincial	1978-1997	135
Instituto Nacional de la Salud (INSALUD)	1978-1996	212
Instituto Nacional de la Seguridad Social (INSS)	1978-1997	540
Instituto Nacional de Servicios Sociales (INSERSO)	1978-1995	120
1.3.13. Trabajo		
Delegación Provincial	1940-1990 ⁵²	2481
Instituto Nacional de Emigración	1965-1975	35
Oficina de Encuadramiento y Colocación	1970-1990	800
Instituto Nacional de Empleo (INEM), Oficina de Zamora	1986-1997	360
Instituto Nacional de Empleo (INEM), Oficina de Toro	1976-1992	156
Promoción Profesional Obrera (SEAF-PPO)	1964-1976	240
1.3.14. Transportes y Comunicaciones		
Delegación/Dirección Provincial	1979-1984	14
1.4. Administración Autónoma		
1.4.1. Hacienda		
Servicio Territorial de Hacienda	1983-1991	1250
1.4.2. Educación y Cultura		
Servicio Territorial de Educación y Cultura	1983-1992	112
Comisión Provincial de Patrimonio	1984-1988	32
Residencia Doña Urraca	1983-1991	30
Archivo Histórico Provincial	1987-2004	65
1.4.3. Fomento		
Servicio Territorial de Fomento	1984-1993	224
1.4.4. Industria y Energía		
Servicio Territorial de Industria y Energía	1995-2003	545
1.4.5. Medio Ambiente		
Servicio Territorial de Medio Ambiente	1984-1993	52
1.4.6. Sanidad y Bienestar Social		
Servicio Territorial de Sanidad y Bienestar Social	1983-1995	240

Fondos	Fechas	Unidades
Gerencia de Servicios Sociales	1995-2000	62
Residencia los Tres Árboles	1981-1999	195
Club de Ancianos Santo Cristo de Méjico de Fuentelapeña	1990-2000	19
1.4.7. Trabajo		
Oficina de Seguridad y Salud Laboral	1990-2003	167
1.4.8. Turismo		
Sección de Turismo	1984-1995	10
1.5. Administración Local		
1.5.1. Diputaciones Provinciales		
Diputación Provincial de Zamora	1752	12
1.5.2. Ayuntamientos		
Alcañices	S XVI-1985	832
Almaraz de Duero	1750-1987	273
Almeida de Sayago	1970	1
Argujillo	1977-1978	1
Asturianos	1975-1982	1
Ayoo de Vidriales	1977	1
Bermillo de Sayago	1870-1975	383
Bretó de la Ribera	1973-1982	1
Cabañas de Sayago	1977	1
Carbajales de Alba	1970-1980	1
Castrogonzalo	1975	1
Castronuevo	1882-1975	148
Cerecinos de Campos	s.f.	1
Cernadilla	s.f.	1
Cotanes de Monte	1975	1
El Maderal	1977	1
El Poyo	1975-1983	5
El Puente	1978	1
Escober	1956-1963	8
Fadón	1958-1966	13
Ferrerías de Abajo	1975	1
Ferrerías de Arriba	1978-1980	1
Ferreruela de Tábara	1886-1986	341
Figueroela de Abajo	1752	2
Figueroela de Arriba	1752-1884	4
Fresno de la Polvorosa	1978	1
Fresno de Sayago	1738-1977	3
Fuentesauco	1517-1988	337
Galende	1977	1
Gallegos de Campo	1752-1876	1
Gallegos de Río	1977-1978	53
Gáname	1916-1971	1
Granja de Moreruela	1972	1
La Hiniesta	1978	1
Losilla de Alba	1935-1979	1
Lubián	1978	1
Mahide	1979	1
Manganeses de la Lampreana	1874	1
Manzanal de Los Infantes	1977-1981	3
Marquíz de Alba	1956-1983	1
Mombuey	1977-1978	1
Morales de Rey	1978	1
Navianos de Alba	1956-1979	1
Olmillos de Castro	1954-1984	2
Otero de Sariegos	1857-1972	11

Fondos	Fechas	Unidades
Pedralba de la Pradería	1974-1982	1
Pererucla	1978	1
Perilla de Castro	1750-1987	319
Piedrahita de Castro	1977	1
Piñuel	1959-1966	12
Porto de Sanabria	1979-1980	1
Pozuelo de Tábara	1970	1
Prado	1978	1
Quintanilla de Olmo	1975-1979	1
Rábano de Aliste	s.f.	1
Requejo	1977-1982	1
Revellinos	1933	1
Rionegro de Puente	1975-1978	1
Roales de Pan	1978	1
Robleda-Cervantes	1977-1978	1
San Agustín de Pozo	1974-1978	1
San Cebrián de Castro	1977-1978	1
San Cristóbal de Aliste	1935-1983	14
San Esteban de Molar	1975-1978	1
San Juan de Rebollar	1880-1983	22
San Martín de Tábara	1955-1983	1
San Miguel de Valle	1982	1
San Pedro de Las Cuevas	1949-1973	1
San Vicente de la Cabeza	1970	1
San Vicente de Barco	1970	1
San Vitero	1750-1988	478
Santa Colomba de Las Monjas	s.f.	1
Santa Cristina de la Polvorosa	1986	1
Santa Eufemia de Barco	1954-1985	41
Santovenia de Esla	1982	1
Sesnández	1963-1969	5
Tábara	1970-1978	1
Torrefracades	1935-1965	9
Trabazos	s.f.	1
Trefacio	1986	1
Vegalatrave	1977-1979	1
Venialbo	1749-1853	1
Vidayanes	1943-1978	1
Villabuena de Puente	1978	1
Villafáfila	1591-1984	114
Villageriz	s.f.	1
Villalba de la Lampreana	1953-1960	1
Villalobos	1980	1
Villalpando	1945	1
Villamor de Cadozos	1955-1971	93
Villamor de la Ladre	1909-1981	61
Villamor de Los Escuderos	1977	1
Villaralbo	1932	1
Villarino de Cebal	1876-1983	16
Villarrín de Castro	1933-1958	1
Viñas de Aliste	1983	1
Zamora	1137-1975	13014
Barcial de la Loma (Valladolid)	1931	1
La Mezquita (Orense)	1971	1
1.6. Instituciones de Movimiento Nacional		
1.6.1. Jefatura Provincial de Movimiento	1937-1978	364

Fondos	Fechas	Unidades
1.6.3. Sección Femenina		
Delegación Provincial de Sección Femenina	1939-1978	100
Taller Escuela de Carbajales de Alba	1941-1949	4
1.6.4. Delegación Provincial de Auxilio Social-INAS	1939-1977	189
1.6.7. Prensa de Movimiento		
El Correo de Zamora	1938-1984	459
1.7. Administración Corporativa		
1.7.1. Colegios Profesionales		
Colegio de Arquitectos de Castilla y León. Delegación de Zamora	1932-1985	845
Colegio de Abogados de Toro	1838-1917	6
Colegio de Agentes Comerciales de Zamora	1934-1998	89
1.7.2. Cámaras Agrarias		
Algodre	1944-1981	11
Arquillinos	1944-1991	89
Barcial de Barco	1943-1989	75
Benavente	1941-1989	82
Castrogonzalo	1950-1988	36
Castronuevo	1946-1979	11
Cerecinos de Carrizal	1945-1985	182
Coreses	1941-1980	241
Cubillos de Pan	1941-1988	123
Escober	1964	1
Ferreruela de Tábara	1943-1978	1
Fuentes de Ropel	1941-1988	212
Morerueta de Los Infanzones	1941-1987	81
Pajares de la Lampreana	1947-1978	161
Perilla de Castro	1949-1982	26
San Miguel de Valle	1941-1982	54
Sesnández	1963-1978	1
Torres de Carrizal	1941-1983	18
Valdescorriel	1941-1978	42
Villalba de la Lampreana	1937-1984	99
Villanueva de Azoague	1945-1980	83
Villarrín de Campos	1945-1952	1
Villaveza de Agua	1942-1979	30
1.7.3. Delegación Provincial de la Organización Sindical-AISS ⁵³	1936-1978	3065
1.7.4. Sociedad Económica de Amigos de País de Zamora	1894-1910	1
2. Archivos Privados		
2.1. De Familias		
Marquesado de San Miguel de Grox	1468-1937	205
Familia Ximénez de Cisneros	1569-1743	1
Maestro Inocencio Haedo	1925-1960	57
Marquesado de Tábara	S. XVII	1
Familia San Vicente	Ss. XIX-XX	79
Familia Requejo	Ss. XVII-XX	5
Alfredo de Cueto Alonso	1987-1990	1
Familia Deza	Ss. XVI-XIX	1
Vicenta y Federico Rodríguez	Ss. XVI-XIX	2
Paquita Hernández	1972	1
Antonio Moreno de la Torre	1673-1679	1
Familia Rodríguez Cid	1931-1932	1
José Hernández García	S. XX	1

Fondos	Fechas	Unidades
2.2. De Asociaciones y Fundaciones		
2.2.1. Partidos Políticos		
Fichas de Partidos Políticos	1975-1988	311
Unión de Centro Democrático (UCD)	1977-1983	82
2.2.2. De Asociaciones Culturales y Organizaciones No Gubernamentales (ONGs)		
Asociación Zamorana de Bellas Artes	1960-1988	4
Fundación Ramos de Castro Para el Estudio y Promoción del Hombre	1978-1989	8
Consortio de Fomento Musical	1930-1965	69
Comisión Extramunicipal de Fiestas	1971-1975	8
Asociación Zamorana de Amigos del Arte y de la Naturaleza (AZARNA)	1984-1993	2
Asociación Cultural León Felipe	1978	1
Grupo Filatélico y Numismático de Zamora	1973-1996	2
Hermandad de Donantes de Sangre	1988-1995	1
2.2.3. De Asociaciones Deportivas		
Club Atlético Zamora	1948-1951	3
2.3. De Empresas		
2.3.1. La Unión y el Fénix Español		
	1940-1986	272
2.3.2. Rivas & Ventura		
	1986-1998	212
2.3.3. Cooperativas Agrícolas		
Cerecinos de Carrizal	1959-1971	5
Perilla de Castro	1957-1970	11
2.3.4. Cooperativas de Viviendas		
Cooperativa San Carlos Borromeo de Zamora	1966-1973	2
2.4. Archivos Religiosos		
2.4.1. Parroquiales		
Parroquia de San Bartolomé (Zamora)	S. XVI-XIX	4
Parroquia de San Esteban (Zamora)	XVII-XVIII	1
Parroquia de San Juan de Puerta Nueva (Zamora)	S. XVI-XIX	9
Parroquia de San Martín de Los Caballeros (Zamora)	S. XV-XVII	3
Parroquia de Santa María la Nueva (Zamora)	S. XV-XIX	8
2.4.2. Monásticos y Conventuales		
Convento de Santo Domingo de Zamora	S.XV-XVII.	1
2.4.3. De Cofradías y Asociaciones Religiosas		
Cofradía de Jesús en su Entrada Triunfal en Jerusalén (Zamora)	1940-1980	1
Sociedad de San Vicente de Paúl (Conferencia de Caballeros) de la Parroquia de San Torcuato (Zamora)	1909-1963	7
2.5. De Mutualidades		
2.5.1. Mutualidad de Funcionarios de la Administración Local de Zamora		
Mutualidad de Funcionarios de la Administración Local de Zamora	1946-1993	2
3. Colecciones		
3.1. Documentos Textuales		
3.1.1. Pergaminos		
Pergaminos	1137-1803	263
Pergaminos Musicales	[920]-S. XVI	250
3.1.2. Papel Restaurado		
	1170 ⁵⁴ -1819	35
3.1.3. Árboles Genealógicos		
	S. XVI-XIX	211

Fondos	Fechas	Unidades
3.2. Documentos Figurativos		
3.2.1. Mapas, Planos y Dibujos	S XII-1987	10325
3.2.2. Grabados	S. XIX-XX	65
3.3. Audiovisuales		
3.3.1. Fondo General de A.H.P.Za.	1940-2004	6312
3.3.2. Archivo Fotográfico “Vidal Almena”	1872-1935	678
3.3.3. Archivo Fotográfico “Casas Andréu”	1925-1926	192
3.3.4. Archivo Fotográfico “Máximo Pelayo Arribas”	1940-1960	506
3.3.5. Archivo Fotográfico de Auxilio Social-INAS	1944-1969	117
3.3.6. Archivo Fotográfico de Gobierno Civil	1959-1988	130
3.3.7. Archivo Fotográfico de la Organización Sindical-AISS	1942-1975	10040
3.3.8. Archivo Fotográfico “Salvador Calabuig Custodio”	1930-1941	1104
3.3.9. Colección Fotográfica “Sergio Jesús de San Marcelo y Vasallo”	S. XX	55
3.3.10. Colección Fotográfica “Cofradía de la Virgen de la Concha”	1992-1993	90

NOTAS

- ¹ Ley 16/85, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español, art. 49.1
- ² Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León, art. 2.
- ³ Ley 16/85, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español, art. 49.2.
- ⁴ *Ibidem*, art. 49.3.
- ⁵ *Ibidem*, art. 49.4.
- ⁶ *Ibidem*, art. 49.5.
- ⁷ Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León, art. 4.
- ⁸ *Ibidem*, art. 4.
- ⁹ *Ibidem*, art. 5.
- ¹⁰ *Ibidem*, art. 5.
- ¹¹ *Ibidem*, art. 6.
- ¹² A estas cinco diócesis habría que añadir las de Salamanca, Orense, Palencia y Valladolid, que afectan a un pequeño número de poblaciones, por la no coincidencia de los límites civiles con los eclesiásticos.
- ¹³ La principal incorporación a la diócesis zamorana, en el siglo XIX, se produjo en 1888, año en que se unen a la misma las más de 50 parroquias de la Vicaría de Alba y Aliste hasta entonces dependiente de Santiago de Compostela. La última remodelación se produjo en 1954, en virtud del Decreto de la Sagrada Congregación Consistorial 1416/54.
- ¹⁴ La desidia hizo que el algunos casos buena parte de esa documentación se perdiera o pasara a manos privadas.
- ¹⁵ La presentada por Carlos Travesí de Diego, Director del Archivo General de Castilla y León.

- 16 Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León, art. 41-53. Y Decreto 115/1996, de 2 de mayo, por el que se aprueba el reglamento del Sistema de Archivos de Castilla y León.
- 17 *Ibídem.*
- 18 Constitución Española de 1978, art. 149.
- 19 Incluimos en esta cifra tanto a los 859 Archivos incluidos en el Censo Guía de Archivos Españoles e Iberoamericanos, que mantiene el Ministerio de Cultura Español, como aquellos otros que no aparecen allí reseñados pero de los que tenemos noticias fehacientes.
- 20 Al proceder a su cuantificación hemos separado una serie de fondos documentales que pueden aparecer unidos aunque pertenezcan a dos instituciones diferentes. Así los Archivos Municipales pueden reunir los fondos de los Juzgados de Paz, que nosotros hemos diferenciado. Por el contrario, los documentos de las Cofradías conservados en los Archivos Parroquiales no han sido objeto de análisis dado que estas están incardinadas en la Parroquia. Sólo que han estudiados aquellas Cofradías que mantienen su Archivo totalmente diferenciado.
- 21 Seguimos para presentar los datos la estructura de los Cuadros de Clasificación de Castilla y León.
- 22 De ellos 248 son de Juzgados de Paz.
- 23 Entre estos Archivos destaca el Territorial, que con carácter intermedio recoge la documentación generada por la Junta de Castilla y León a nivel provincial para su valoración y estudio antes de pasar al Archivo Histórico Provincial.
- 24 Integran además otros 263 archivos, correspondientes a entidades menores agrupadas en sus Ayuntamientos.
- 25 Al Archivo Histórico Diocesano de Zamora, habría que añadir el de Astorga, pues aunque tienen su sede en la provincia de León, su ámbito de actuación ocupa prácticamente el 50% de la provincia de Zamora.
- 26 Se trata del denominado *Beato del Archivo Histórico Provincial de Zamora* y de los *Diálogos de Septimio Severo*, también custodiado en dicho Centro.
- 27 Se trata de la donación por Ramiro I a la iglesia de Santiago del llamado *privilegio de los votos*, conservado en el Archivo Catedralicio de Zamora, leg. 8, nº 1a.
- 28 No analizamos el Municipal de Toro debido a que el incendio que le afectó en el siglo XVIII mermó considerablemente sus fondos. Cuenta con un buen inventario llevado a cabo por PÉREZ CHINARRO, J. M. et al., *Memoria-Inventario del Archivo Municipal de Toro y Tagarabuena*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 1986.
- 29 Los principales trabajos impresos dedicados a este Archivo, aunque todos ellos referidos los fondos conservados en el Histórico Provincial de Zamora, son: F. FERRERO FERRERO, J. M. GONZÁLEZ MATELLÁN y G. RAMOS DE CASTRO: «Trayectoria histórica de los fondos del Archivo Municipal de Zamora. Nuevo hallazgo y catalogación». *El Pasado Histórico de Castilla y León, vol. 1, Edad Media*. Burgos, 1983, pp. 387-400. E. MARCHENA RUIZ et al.: «Sistema de organización y fondos del Archivo Municipal de Zamora», *Primer Congreso de Historia de Zamora, Tomo I, Fuentes Documentales*. Zamora 1989, pp. 149-194. C. PESCADOR DEL HOYO: *Archivo Municipal de Zamora. Documentos Históricos*. Zamora, 1948.
- 30 El principal instrumento de descripción de este Archivo es M. DEL CASO CAÑIBANO et al.: *El Archivo Municipal de Benavente*. Diputación de Zamora, Zamora, 1996.
- 31 Los principales trabajos de descripción impresos dedicados a este Archivo son J. C. DE LERA MAÍLLO: *Catálogo de los documentos medievales de la Catedral de Zamora*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 1999. J. L. MARTÍN RODRÍGUEZ: *Documentos Zamoranos. I Documentos del Archivo Catedralicio de Zamora. Primera parte (1128-1261)*. Universidad de Salamanca, Zamora, 1982. A. MATILLA TASCÓN: *Guía-Inventario de los Archivos de Zamora y su Provincia*. Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Diputación de Zamora, Ayuntamiento de Zamora. Madrid, 1964.

- ³² Los principales instrumentos de descripción impresos de este Archivo son: P. GARCÍA ÁLVAREZ: *Catálogo de Archivo del Estado Noble de la ciudad de Zamora*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 1990. P. GARCÍA ÁLVAREZ y R. M. LÓPEZ ALONSO: *Inventario del Archivo del Vizconde de Garcigrande*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 1990. A. MATILLA TASCÓN: *Opus cit.*
- ³³ El principal trabajo sobre este Archivo lo encontramos en: Y. DIEGO MARTÍN y J. C. GARCÍA ADÁN: “Los archivos históricos de Iberdrola”, *Boletín ACAL. Archivamos*, 36-37, pp.46-54.
- ³⁴ El principal trabajo impreso sobre este Archivo lo tenemos en R. FITA REVERT: “Los archivos y bibliotecas de la diócesis de Zamora como fuentes documentales”, *Primer Congreso de Historia de Zamora, Tomo I, Fuentes Documentales*. Zamora 1989, pp. 219-274. También destaca J. C. LERA MAÍLLO: “Libros de visita pastorales medievales en el Archivo Histórico Diocesano de Zamora. Presentación y estudio diplomático”, *Memorie Ecclesiae*, VIII, pp. 499-508.
- ³⁵ Sólo hemos considerado aquellas cofradías cuyo Archivo se ha conservado de forma independiente.
- ³⁶ Sólo hemos considerado aquellos monasterios cuyo Archivo se ha conservado de forma independiente.
- ³⁷ Se trata de una vicaría de la diócesis de Oviedo que abarcaba Benavente y parte de su Tierra.
- ³⁸ Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ³⁹ Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ⁴⁰ Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ⁴¹ Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ⁴² Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ⁴³ Se han recogido todos los Archivos Parroquiales de este Arciprestazgo.
- ⁴⁴ Los instrumentos de descripción impresos de este Archivos son muy numerosos, pudiendo destacar entre ellos: *Guía de los Archivos Históricos Provinciales de Castilla y León*. Junta de Castilla y León, Valladolid, 1999. J. A. CASQUERO FERNÁNDEZ: “Inventario del Archivo de la Delegación Provincial de Auxilio Social-Inas de Zamora”, *Anuario 1996. Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo”*, pp. 183-223. J. A. CASQUERO FERNÁNDEZ: *Inventario del Archivo Municipal de Fuentesauco (Archivo Histórico Provincial de Zamora)*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 2002. J. A. CASQUERO FERNÁNDEZ Y M. Á. JARAMILLO GUERREIRA: “Nuevas aportaciones documentales para la biografía de Juan Bautista Erro. El archivo del Marquesado de Grox”, *Sancho el Sabio, Revista de Cultura e Investigación Vasca*, 1995, pp. 339-358. F. FERRERO FERRERO: “El Archivo Histórico Provincial de Zamora, fuente indispensable para el estudio de la historia de Zamora”. *Primer Congreso de Historia de Zamora, Tomo I, Fuentes Documentales*. Zamora 1989, pp. 149-194. F. FERRERO FERRERO: “Fondos documentales monásticos en el Archivo Histórico Provincial de Zamora”. *Memoria Ecclesiae*, VI, pp. 89-106. F. FERRERO FERRERO: «Fondos parroquiales en el Archivo Histórico Provincial de Zamora». *Memoria Ecclesiae*, VIII, 1996, pp. 477-497. F. FERRERO FERRERO, A. IGLESIAS RAMOS y C. PASTOR FUSTER: «Documentación Medieval en los Archivos Históricos Provinciales. El caso del AHP. de Zamora». *Fuentes y Métodos de Historia Local. Actas*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 1991, pp. 59-67. A. MATILLA TASCÓN: *Opus cit.* K. E. NELSON: *Medieval Liturgical Music of Zamora*. The Institute of Mediaeval Music, Ottawa, 1996. C. PESCADOR DEL HOYO: *Opus cit.* J. L. RODRÍGUEZ DE DIEGO: «Documentación Medieval del Archivo Histórico Provincial de Zamora». *Stvdia Historica, Medieval*, Vol. I, n.º 2 (1983), pp. 181-208. J. L. RODRÍGUEZ DE DIEGO: «Documentos medievales conservados en el Archivo Histórico Provincial de Zamora». *Stvdia Zamorensia*, IV (1983), pp. 9-34. A. SUÁREZ GONZÁLEZ: *Fragmentos de Libros, Bibliotecas de Fragmentos (en torno al Beato del A.H.P. de Zamora)*. Instituto de Estudios Zamoranos, Zamora, 2003.

- 45 Seguimos para presentar los datos la estructura de los Cuadros de Clasificación de Castilla y León.
- 46 Una gran parte de ellos se custodian en el fondo Intendencia, como a continuación veremos.
- 47 Presenta documentación de Movimiento anterior al Ministerio de Cultura (1973-1977).
- 48 Presenta documentación anterior a la creación del Archivo (1889-1931).
- 49 Incluye la documentación del Catastro del Marqués de la Ensenada; y, como consecuencia del proceso desamortizador, los Archivos, completos o parciales de 45 conventos y monasterios, 22 parroquias, 7 capellanías y memorias pías, 17 cofradías, 1 orden militar, 2 mayordazgos y documentación de la catedral de Zamora y de la diócesis de Zamora.
- 50 Presenta documentación acumulada del período S. X-1945.
- 51 Presenta documentación acumulada del período 1452-1880.
- 52 Presenta documentación acumulada del período 1565-1990.
- 53 Incluye documentación de las Oficinas Comarcales de Benavente, Bermillo de Sayago, Fuentesauco, Puebla de Sanabria, Toro y Villalpando.
- 54 Se trata de una copia del siglo XIV.

PARA UMA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO DISTRITO DE BRAGANÇA ALGUMAS REFLEXÕES

Rui M. S. Centeno

A riqueza e a diversidade do património arqueológico do distrito de Bragança está bem patente na bibliografia da especialidade que vem sendo publicada nomeadamente desde os finais do século XIX, fruto do labor de alguns estudiosos interessados pela investigação e salvaguarda destes testemunhos da história desta região. Sem a pretensão de apresentar uma enumeração exaustiva de todos os que se dedicaram ao estudo deste património, por não se enquadrar no âmbito deste trabalho, será de realçar no entanto alguns nomes que pela actividade desenvolvida são uma referência em qualquer investigação arqueológica que se queira realizar no distrito.

Entre os contributos relevantes encontram-se os escritos do Coronel Albino Pereira Lopo, natural do concelho de Mogadouro e fundador do Museu Municipal de Bragança que viria a ser integrado no Museu Abade de Baçal, publicou uma extensa bibliografia sobre achados e sítios arqueológicos da região, como *Bragança e Bemquerença*¹, *Apontamentos Arqueológicos*² e muitas notícias de achados e outros artigos dados à estampa sobretudo na primeira série da revista *O Archeologo Português*³.

Entre a extensíssima produção bibliográfica de José Leite de Vasconcellos encontram-se muitas referências e artigos sobre arqueologia trasmontana e, particularmente, sobre região de Bragança, como se pode comprovar compulsando alguns dos seus mais importantes trabalhos⁴ ou a já referida revista, por si fundada e dirigida, *O Archeologo Português*⁵.

Nascido em Baçal, Francisco Manuel Lopes é justamente considerado como um dos maiores estudiosos da história da sua região, tendo publicado, entre outras, a monumental obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*⁶, em 11 volumes, repositório das pesquisas arqueológicas, históricas e etnográficas desenvolvidas pelo Abade de Baçal por todo o distrito. Nos volumes IX-XI, Francisco Manuel Alves recolheu todas as informações, estudos de materiais e estações arqueológicas que detectou ao longo dos anos, ainda hoje de grande utilidade para qualquer estudo de arqueologia do nordeste trasmontano.

Estes trabalhos pioneiros abriram o caminho a novas pesquisas encetadas

por vários estudiosos, normalmente oriundos da região, como são os casos, entre outros, de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, António Maria Mourinho, Belarmino Afonso e Joaquim Maria Neto⁷.

A partir da década de setenta do século passado, com o grande incremento da investigação arqueológica então verificado, Trás-os-Montes e, em particular, o distrito de Bragança despertaram a atenção de alguns arqueólogos que desenvolveram projectos de investigação nesta região, alguns de grande importância. Permitimo-nos referir aqui o original trabalho de Martin Höck realizado em São Juzenda⁸, os estudos de Pré-história recente de Maria de Jesus Sanches⁹ e a dissertação de doutoramento de Francisco Sande Lemos sobre a romanização, que cobre todo o território agora em apreço¹⁰.

Em resultado de todo este labor empreendido por várias gerações de estudiosos foi possível inventariar e, em alguns casos, estudar de forma monográfica sítios e materiais¹¹ arqueológicos localizados na região, revelando-se, assim, uma riqueza patrimonial que permanecera praticamente desconhecida até ao início do século passado.

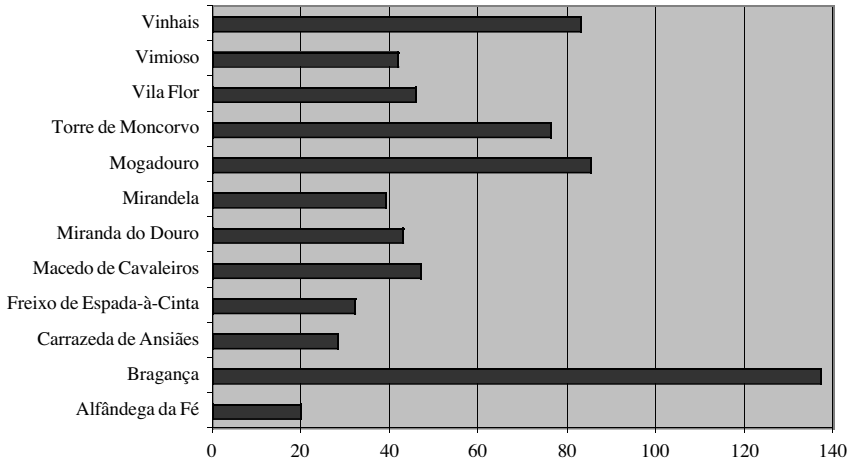
Pondo de lado a inquestionável relevância do contributo científico de todos os estudos realizados, interessa aqui analisar quais, entre as centenas de sítios arqueológicos detectados, foram intervencionados de modo a permitir o seu usufruto pela comunidade e a contribuir para a promoção e desenvolvimento económico, social e cultural da região em que se encontram inseridos. Tratando-se de património histórico que a todos pertence, não será de descurar a sua função social, apesar de, pelas características que apresenta, nem todo este legado a deva ter¹². Uma sequência das acções de identificação, estudo, salvaguarda e valorização é imprescindível para tornar o património arqueológico socialmente útil. Não bastando a sua identificação e estudo, é necessário proceder a acções de conservação preventiva e, posteriormente, à criação de condições de visita e divulgação de um sítio ou monumento arqueológico¹³, aspectos que serão abordados de novo na parte final deste trabalho.

Os inventários arqueológicos existentes para o distrito de Bragança são reveladores da importância patrimonial da região. A título exemplificativo utilizaram-se os dados coligidos no excelente catálogo elaborado por Sande Lemos, onde aparecem referenciados 678 sítios arqueológicos no distrito de Bragança, com ocupação proto-histórica e romana¹⁴, que apresentam a seguinte distribuição por concelhos (Gráfico n.º 1).

Como se pode constatar há uma distribuição desigual de sítios arqueológicos pelos diferentes concelhos, entre um mínimo de 20 sítios em Alfândega de Fé e um máximo de 137 em Bragança, que, para além de resultar das características próprias e da diferente extensão do território de cada concelho que proporcionou índices de ocupação diferentes, reflectirá também níveis distintos de prospecção arqueológica.

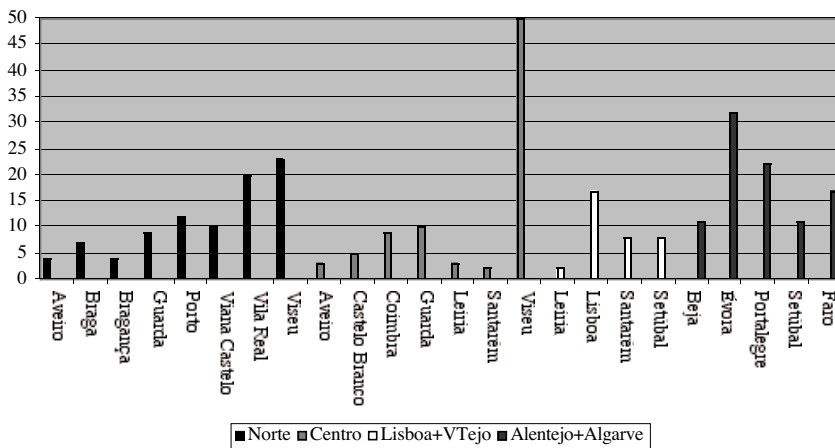
Mas o que interessa verificar neste caso, será quantos destes sítios têm condições para ser visitados. O recurso ao trabalho sobre 300 sítios arqueológicos

Gráfico n.º 1



que oferecem condições de visita em Portugal¹⁵, pode ser elucidativo no que se refere à região de Bragança. Segundo os autores desta listagem, “[...] foram considerados os sítios que estão em situação de abertura regular ao público (musealizados ou com centros de interpretação), visitáveis em grupo mediante marcação prévia e acompanhamento de algum serviço municipal, associação local ou outra entidade, ou aos quais é passível o acesso individual pelos próprios meios dos interessados”¹⁶. No gráfico seguinte, versão simplificada do publicado neste útil inventário¹⁷, pode-se observar a distribuição dos 300 sítios por regiões (Norte, Centro, Lisboa/Vale do Tejo e Alentejo/Algarve) e dentro de cada região uma repartição por distritos (Gráfico n.º 2).

Gráfico n.º 2



No distrito de Bragança apenas se encontram referenciados 4 sítios¹⁸, todos no concelho de Moncorvo, que permitem um tipo de visitas por marcação organizadas pelo Posto de Turismo de Moncorvo/Museu do Ferro da Região de Moncorvo:

- Castro do Baldoeiro (Adeganha, Moncorvo): do Calcolítico à Id. Média
- Castro de N. Sra. Do Castelo (Adeganha, Moncorvo): Id. Ferro
- Castro de Cigadonha (Carviçais, Moncorvo): Id. Ferro
- Povoado de Vila Velha ou de Santa Cruz da Vilarça (Adeganha, Moncorvo): sécs. XII-XIII.

Não deixa de ser espantoso que, entre as muitas centenas de sítios arqueológicos identificados na região, apenas quatro obedeçam aos critérios definidos pelos autores deste inventário. Mesmo considerando a existência de naturais falhas num trabalho deste tipo, tal resultado deixa transparecer que o rico património arqueológico da região, apesar de todos os esforços individuais e colectivos para a sua identificação e estudo ao longo de muitos anos, não tem sido, nesta perspectiva, convenientemente salvaguardado e valorizado, situação que não destoa, em termos gerais, com o que acontece no resto do território nacional.

Numa recente dissertação de doutoramento, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sobre a valorização do património arqueológico em Portugal¹⁹, pode-se constatar que, quando os padrões de exigência são ainda mais elevados, não aparece registado qualquer sítio da região bragançana. Olga Matos fez o levantamento e a respectiva análise dos sítios arqueológicos que foram objecto de projectos de valorização, tendo inventariado 59 estações²⁰ em todo o território nacional, pertencendo 9 à região norte do país que inclui apenas um sítio trasmontano: o bem conhecido Santuário de Panóias, em Vila Real.

A inventariação e o estudo científico são tarefas fundamentais em qualquer política de protecção do património. O registo, o mais completo possível, do património cultural de um dado território permitirá uma selecção fundamentada dos sítios a investigar, dos que necessitam de maiores cuidados de protecção, dos que devem ser valorizados, divulgados e incluídos em itinerários de turismo cultural, enfim dos que merecem ser classificados como património municipal, regional ou nacional.

É evidente que a valorização do património arqueológico na perspectiva, aqui abordada, de constituir um contributo para promoção da região onde está inserido, para além de pressupor um longo e indispensável trabalho de investigação científica, carece de um projecto integrado que contemple a sua qualificação por forma a permitir o acolhimento de visitantes. Para além da história e da interpretação do sítio, será necessário mobilizar todos os interessados (entidades e população local) no desenvolvimento do projecto que, entre outras acções, deverá estudar as acessibilidades e as condições de acolhimento dos públicos, conciliar os itinerários de visita com os requisitos de protecção e conservação, conceber uma sinalização adequada, propor actividades de animação, promover a sua divulgação²¹.

Como é sabido os temas relacionados com a valorização, a musealização e a gestão de sítios arqueológicos têm sido objecto de diversos estudos com apresentação de modelos para o seu planeamento. Sharon Sullivan²² concebeu um modelo, que poderá ser muito útil a quem queira elaborar um projecto de valorização de um sítio arqueológico, aqui apresentado numa versão simplificada:



Só com a apresentação de projectos sustentáveis, onde sejam estudados com profundidade e sugeridas soluções viáveis para todos os aspectos plasmados neste modelo, é que será possível iniciar uma mudança gradual do estado em que actualmente se encontra o património arqueológico do distrito de Bragança no que se refere à sua salvaguarda, valorização e divulgação. Contudo, para que estes projectos apareçam, é imprescindível prosseguir os trabalhos de prospecção e inventariação (condição essencial para a protecção do património) e apoiar a realização de projectos de investigação arqueológica com alguma envergadura que proporcionem a permanência na região de equipas das universidades, museus e outras instituições, contrariando uma tendência ainda predominante em Portugal de concentração da pesquisa arqueológica nas regiões do litoral. Em suma, só com trabalhos de investigação científica de longa duração é que será possível qualificar e promover o património arqueológico bragançano e partir para projectos de musealização/valorização de sítios arqueológicos emblemáticos da região.

NOTAS

- ¹ Publicado em *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 17ª Série, 1898-1899, n.º 3 e 4 (1900), p. 151-264. Este trabalho foi reeditado pela Imprensa Nacional em 1983.
- ² Este título permaneceu inédito até 1987, ano em que foi objecto de uma cuidada edição, da responsabilidade de Francisco Sande Lemos, pelo então Instituto Português do Património Cultural.

- ³ A bibliografia de Pereira Lopo está publicada em *Apontamentos Arqueológicos*, Lisboa, 1987, p. 175-6.
- ⁴ Por exemplo, *Religiões da Lusitania*, 3 vols., Lisboa, 1897-1913, *passim*, e *De terra em terra*, 2 vols., Lisboa, 1927 (sobretudo, vol. I, p. 96 e segs.).
- ⁵ Por motivos óbvios, dispensamo-nos de elencar os trabalhos publicados por Leite de Vasconcellos sobre a arqueologia do distrito. A consulta dos úteis índices elaborados por Margarida Ribeiro, *O Arqueólogo Português. Índices dos volumes I-XXX (1895-1938)*, Tomo I, Lisboa, 1973, facilita o levantamento de todos os trabalhos publicados na revista sobre o distrito de Bragança.
- ⁶ Porto, 1909-47. Desta obra foram feitas duas reedições anastáticas e uma edição anotada, em 2000, promovida pelo IPPAR e pelo Museu do Abade de Baçal.
- ⁷ Este autor publicou um útil inventário arqueológico do distrito de Bragança em *O leste do território bracarense*, Torres Vedras, 1975, p. 169-362.
- ⁸ Grabung auf dem Cabeço de São Juzenda (Mirandela). Ein Beitrag zur Chronologie der Castros in NordPortugal, *Madrider Mitteilungen*, 19, 1978, p. 139-51.
- ⁹ *Pré-historia recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, 1992 e *Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco Pala (Mirandela) no contexto regional*, Porto, 1997, que constituiu a sua tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ¹⁰ *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, 3 vols., Braga, 1993 (policopiada).
- ¹¹ Por se tratar de um trabalho recente e dada a grande importância do material publicado, permitimo-nos referir aqui a dissertação de mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de João Paulo Barbosa, *O tesouro monetário tardiorromano de Chaira (Vinhais, Bragança)*, Porto, 2003 (policopiado), onde são estudadas mais de 6600 moedas deste achado, depositadas no Museu do Abade de Baçal.
- ¹² Para estas e outras questões relacionadas com o património é de grande utilidade a leitura do trabalho de Carlos A. Ferreira de Almeida, *Património, o seu entendimento e a sua gestão*, Porto, 1998.
- ¹³ Sobre estas temáticas veja-se, entre outros, o texto de John H. Stubbs, Protección y exhibición de estructuras excavadas, em *La Conservación en excavaciones arqueológicas con particular referencia al area del Mediterráneo*, ed. N.P. Stanley Price, Roma, 1984, p. 85-101.
- ¹⁴ *Op. Cit.*, vol. IIA, p. 19-458.
- ¹⁵ Jorge Raposo (com Patrícia Freire), Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, *Al-madan*, IIª Série, 10, Dezembro 2001, p. 99-157.
- ¹⁶ *Op. cit.*, p. 101.
- ¹⁷ *Op. cit.*, p. 103.
- ¹⁸ *Op. cit.*, p. 108-9, n.ºs 12-15.
- ¹⁹ Olga Maria Pinto de Matos, *Subsídios para a história da valorização do património arqueológico em Portugal*, Coimbra, 2002 (policopiada).
- ²⁰ *Op. cit.*, p. 225-352.
- ²¹ Sobre este assunto, cf. Olga Matos, *op. cit.*, p. 154-222.
- ²² Sharon Sullivan, A Planning Model for the Management of Archaeological Sites, em *The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region* (Proceedings of an International Conference organized by the Getty Conservation Institute and the J. Paul Getty Museum, May 1995), ed. Marta de la Torre, Los Angeles, 1997, p. 15-26. Olga Matos, *op. cit.*, p. 420, publica uma versão portuguesa do modelo proposto por Sullivan.

LEGADO PATRIMONIAL, CULTURAL E RELIGIOSO DA COMPANHIA DE JESUS À CIDADE DE BRAGANÇA – SÉCULOS XVI-XVIII

Fausto Sanches Martins

Um título ambicioso que contrasta com a escassez de espaço de que dispomos para desenvolver, de forma conveniente, o seu conteúdo, que terá de obedecer, obviamente, a um tratamento sumário, que nunca se poderá confundir com uma abordagem superficial. Porque o que está em causa e na mente dos organizadores deste Seminário Internacional, é alertar o público em geral e da região de Bragança-Zamora, em particular, para a necessidade de preservar a memória do seu Património Histórico-Cultural, que passa, obrigatoriamente, pelo conhecimento rigoroso e científico da sua evolução histórica.

A nossa investigação histórico-artística desta zona nortenha incidiu, apenas, sobre a presença e actividade da Companhia de Jesus na cidade de Bragança que, ao longo de dois séculos (1561-1759), deixou um legado valioso no campo arquitectónico, cultural e religioso, cuja história, ainda que sumária, importa conhecer.

1. DIFICULDADES DA FASE INICIAL

Apesar dos ardentes desejos do Duque de Bragança, D. Teodósio e do Bispo de Miranda, D. Julião d'Alva, bem como dos Homens da cidade, a nova fundação esbarrou contra alguns obstáculos que só foram superados a partir da pregação, em 1559, pelos Padres Leonel de Lima e Domingos Cardoso, que eram acompanhados pelo Irmão Garcia Simões. O problema da residência ficou resolvido a partir do momento em que a cidade doara os aposentos de um antigo convento construído para as Clarissas, no lugar designado Cruz de Pedra.

A simples doação de um convento não resolveu todos os problemas sendo necessário proceder, de imediato, em 1564, a obras de adaptação de forma que o edifício pudesse satisfazer os desígnios da nova Comunidade e corresponder às necessidades de um colégio jesuíta. Entre as quais cabia mencionar aquelas que se prendiam com a economia, dado que todos os colégios jesuítas funcionavam em regime gratuito. A renda anual disponível, nestes primeiros anos, que deveria assegurar a manutenção dos que habitavam o colégio, bem como

as obras urgentes de adaptação, orçava os 400 000 réis, oriundos de doações do Bispo de Miranda, do duque de Bragança, da cidade e dos rendimentos de uma igreja e de uma quinta.

Quando o processo parecia estar bem encaminhado, a Comunidade foi surpreendida com a morte do duque de Bragança, em 5 de Agosto de 1564, que levantou novos problemas, causando enorme apreensão em relação ao herdeiro que, na opinião do Provincial, Padre Miron, *este duque que es mochacho no muestra mucho gusto desta obra, ni inclinación alguna a favorecerla, antes pesadumbre*, temendo-se não continuar a dispensar o apoio financeiro de seu pai, que já lhes parecia escasso.

Às dificuldades externas, juntaram-se os problemas internos de saúde que atingiram, praticamente, toda a Comunidade: dos 18 membros, 14 caíram doentes. Entre as causas possíveis, levantou-se a hipótese do colégio estar situado numa zona insalubre; outros eram de opinião que a causa derivava da própria orientação do edifício, exposto a sul e coberto no lado norte.

Um mar de dúvidas e problemas físicos a que se somavam as deficiências financeiras que levaram os Superiores a expor a situação, nas mais altas instâncias, à II Congregação Geral, que se reuniu em Roma, em 1565, por ocasião da morte do Padre Diego Laínez e eleger o terceiro geral, Padre Francisco de Borja, que conhecia perfeitamente a situação da Província de Portugal, onde desempenhara as funções de Comissário Geral, em anos anteriores.

De Roma, chegou uma resposta esperançadora ao mesmo tempo que se fizeram diligências, junto do duque de Bragança, que obtiveram resultado positivo, visto ter confirmado a oferta de 100 000 maravedis.

Contudo, a situação do colégio permanecia insegura e estava longe de ficar solucionada. Pelo contrário, sofreu novo desaire com a morte de dois grandes amigos e benfeitores: em 1568, Filipa Mendes, senhora de Vilares que tinha deixado ao colégio todos os seus bens e uma renda fixa no valor de 150 ducados; passados, apenas, dois anos, surge novo contratempo com a morte do Bispo D. Julião d'Alva de quem se diz, na crónica da casa, *el que mas ayudó la fundación del collegio de Bragança*.

Duas cartas de 1579 revelam a situação dramática do colégio e o descontentamento geral dos seus membros, resultantes, essencialmente, de três factores: má alimentação; condições climatéricas adversas da região e carácter impróprio da zona habitacional. Vivia-se contrafeito, sendo considerada, por alguns, uma casa de desterro e de castigo; o pão que se consumia *es como tierra, carne desabrida*, peixe *seco y salado*; com temperaturas extremas, *com grandes frios de invierno y demasiados calores en el verano*; um dos factores negativos que mais contribuiu para esta situação de mal-estar prendia-se com o facto de as instalações do colégio não obedecerem aos parâmetros habituais de construção do *modo nostro*, característico da Companhia. Recorde-se, uma vez mais, que o edifício fora construído, inicialmente, para a Ordem das Clarissas e as adaptações aplicadas à arquitectura do conjunto resultaram insuficientes.

Mas, acima de tudo, verificava-se uma recusa generalizada de viver neste

Igreja do Colégio de Jesus de Bragança: Fachada e portas de entrada da igreja



colégio: *son muy pocos los nuestros que deseen resedir en este collegio...las personas de la Compania que aqui estan quasi todos estan de mala gana y contra su voluntad.* O relato desolador desta situação conclui de forma dramática: *de los 8 ó 9 que aqui residimos no hallo uno de que pueda ayudarme seguramente: si tienen buena voluntad (como algunos pocos tiene) faltales entendimiento y si tienen esto faltales la voluntad buena, que es la mayor falta aqui.*

2. RESPOSTA IMEDIATA E ADEQUADA DOS RESPONSÁVEIS

Do conjunto dos colégios que tivemos oportunidade de estudar, que passaram por dificuldades de vária ordem na fase da fundação, não temos conhecimento de uma resposta tão rápida e eficaz. É importante sublinhar este aspecto pela sua originalidade. Estamos em crer que se a situação exposta tivesse acontecido noutra local, possivelmente, os responsáveis teriam cedido às queixas e desistido do projecto.

Em Bragança, assistimos a um fenómeno exemplar: quanto mais se avolumava o clamor dos protestos, maior era o empenho, quer a nível do Provincial, quer a nível superior do Geral da Companhia de encontrar uma solução. Pese, embora, o volume de condicionalismos adversos, de toda a ordem, que envolveu a fundação do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança, os responsáveis manifestaram sempre uma vontade decidida de implantar a Companhia em terras transmontanas. Aqui reside, em nossa opinião, a chave do problema. E quando há vontade de resolver, as dificuldades são superadas. Mas, porquê? Por que motivos se empenhou a Companhia nesta fundação? Pelos apoios recebidos das autoridades civis e religiosas da cidade? Pela oferta espontânea de um Fundador? Já demonstrámos que se tornaram insuficientes.

Os preconceitos contra a Companhia de Jesus transformaram-se em tópico, esquecendo-se que, apesar dos erros cometidos ao longo da sua história, quando Inácio de Loiola, com os seus 9 companheiros, arrancaram, nos meados do século XVI, para um novo projecto de vida, no seio da Igreja, o objectivo central era a *Sálus animarum*, a salvação dos seres humanos.

Ora bem, foi este princípio basilar que triunfou e acabou por desbloquear a situação do Colégio de Bragança. Quando todos se empenhavam em queixar-se, fugir, desertar, porque Bragança não oferecia condições humanas, o Governo Provincial de Lisboa e o Governo Geral de Roma apostaram no projecto brigantino porque cumpria os objectivos primários do carisma jesuíta. Nas Actas da Congregação Provincial de 1576, que teve como secretário o Padre Pedro da Silva, explica-se a razão pela qual esta fundação tinha de ser apoiada, apesar do rol de dificuldades: *estando o colégio situado nos confins de Portugal (“in finibus Lusitaniae”), teriam oportunidade de atenderem as populações rurais (“rudes populos”) desta região com grande proveito espiritual.*

Colégio de Jesus de Bragança: Pórtico de entrada, torre e escadas de acesso da portaria.



2.1. Quinta do Parâmio para responder aos problemas da saúde

Após a IV Congregação Geral, em que se elegeu o novo Geral, Padre Cláudio Aquaviva, os “Definidores” propuseram que se tentasse a construção que pudesse acolher, com maior comodidade, e proteger os habitantes do colégio da força do calor. Todos estavam dispostos a agir de forma rápida e eficaz: o Padre Provincial desloca-se a Bragança com o intuito de ouvir “pessoas” entendidas e o parecer de um “médico”, de forma a resolver os problemas de saúde, não de uma forma pontual, mas radical e definitiva.

Pensou-se, então, na escolha de um local apropriado, que oferecesse as melhores condições, do ponto de vista estratégico, climatérico, higiénico, que pudesse servir de *Quinta de recreio*, para o descanso semanal dos membros do Colégio. A escolha recaiu na *Quinta do Parâmio*, que distava, apenas, uma milha da cidade: um lugar relativamente perto do colégio, sadio, fresco, faltando, apenas, as instalações que pudessem acolher os confrades. Passados, apenas, dois anos, entregou-se ao arquitecto da Companhia, Silvestre Jorge, a responsabilidade do projecto que, cinco meses depois, estava apto para ser utilizado. Quem conhece as características topográficas da região, tem de concluir que os responsáveis do Colégio de Bragança foram felizes na escolha do local, um autêntico oásis paradisíaco no meio da paisagem austera trasmontana.

2.2. Casa do Fogo para os frios do Inverno

Importava, igualmente, dar resposta eficaz aos que se queixavam da inclemência do frio, no Inverno.

Muito posteriormente, quando compensada com as construções da Quinta do Parâmio, mas não podemos deixar de registar a boa intenção dos Superiores de resolverem pequenos problemas do quotidiano que, não resolvidos, acabariam por ter influência nefasta na saúde, sempre necessária para o bem-estar pessoal e disponibilidade apostólica.

As crónicas registam a presença de uma *boa casa de fogo*, que evitava a ida dos confrades à cozinha para se aquecerem. A sua existência neste colégio era considerada como um facto absolutamente natural e necessário. Por isso se disse, numa das visitas: *não he bem que por 3 ou 4 carros de lenha se falte sem a caridade, nem a observancia*. Aconselhava-se, igualmente, o cuidado permanente no provimento da lenha necessária.

2.3. Botica e Enfermaria para curar os doentes

O rol de queixas sobre as doenças que grassavam no colégio foi decisivo para a aplicação dos remédios adequados. Sabe-se que Santo Inácio protegia o doente com particular atenção, porque a recuperação do enfermo era priori-

tária para o serviço apostólico. Por isso mesmo, a enfermaria, com o complemento da botica, com serviço interno e para o exterior, eram rodeadas de todos os cuidados.

Em Bragança, deve ter funcionado, provisoriamente, num dos cubículos; contudo, para os meados do século XVII, temos informação de que o médico Domingos Pires ordenou que se construísse, no piso inferior, uma enfermaria, pois *os doentes não resistem ao calor dos cubículos superiores*. Com esta medida, preservavam-se os doentes dos malefícios do calor, ao mesmo tempo que ficavam mais próximos do refeitório e igreja.

A crónica de 1657 volta a informar, de forma insistente, sobre a realidade das doenças que atingiam, mais ou menos, um terço dos membros da Comunidade, que obrigou a destinar um dos cubículos para guardar as alfaias da enfermaria.

Curiosa é a observação do médico Domingos Pires quando refere que os sãos passam o dia na ante-sacristia e escada, por serem os lugares mais frescos, concluindo de forma expressiva: *se estes nam podem suportar a calma dos cubículos e corredores de cima que fará hum doente, que esta abrazado com febre*.

Muitas das doenças derivavam da má qualidade dos produtos alimentares, como foi referido. Este aspecto foi, igualmente, remediado dentro do princípio da comunhão fraterna. Dispomos de informação que refere o envio de várias qualidades de peixe, em bom estado, a partir do Colégio de S. Lourenço.

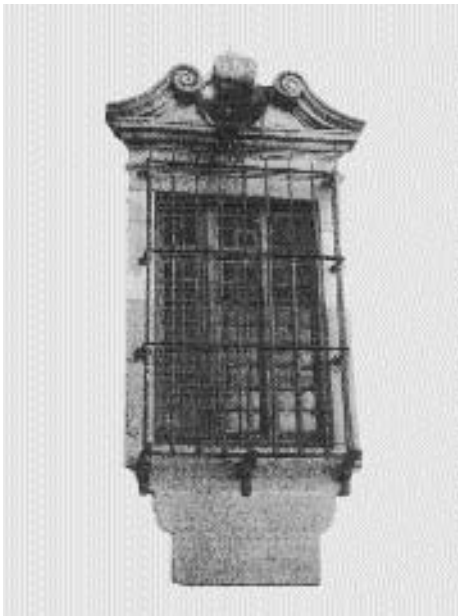
O consumo da água mereceu a atenção dos responsáveis, porque poderia estar na origem de algumas doenças. Recomenda-se, vivamente, que *de nenhum modo se beba água da fonte da cerca*. Ao mesmo tempo que, por diversas vezes, se aconselha o consumo da água proveniente da *Fonte dos Alfaiates ou de outra melhor* e que se guarde em *talhas grandes, com púcaros limpos e lugar decente*.

3. LEGADO PATRIMONIAL

Também as críticas relativas às deficiências na articulação espacial, que não respeitavam os parâmetros do *modo nostro*, não permitindo o desenvolvimento normal das actividades de um colégio jesuíta, acabariam por ser resolvidas paulatinamente. Não foi tarefa fácil aos primeiros superiores adaptarem as instalações de um convento de clausura para um colégio de uma ordem apostólica.

Por isso, logo em 1591, se pensou na construção de uma nova igreja, porque aquela que tinham recebido como oferta *era pequena e pouco cómoda para os “Consueta Ministeria”*. A prudência que aconselhava a adaptação em vez de demolição ou a escassez de verba terão ditado conservar a antiga remodelada ao *Modo Nostro*, na medida do possível.

Colégio de Jesus de Bragança: Vista angular com janelas e os respectivos pormenores.



3.1. Portaria

As obras de adaptação iniciaram-se, como era natural, pela portaria comum, antecedido por um belíssimo alpendre, sobrepujado por uma torre quadrangular que detinha o relógio. O início destas obras coincide com a presença de *Silvestre Jorge*, autor da traça e arquitecto dos aposentos do Parâmio. É absolutamente natural que recebesse a encomenda da traça desta primeira intervenção arquitectónica. Não acompanhou todo o andamento dos trabalhos desta zona, mas mantém-se pormenores nos vãos de portas e janelas que têm a marca deste arquitecto. Para além da beleza e harmonia da forma, cumpre-nos realçar a presença do alpendre da portaria, característicos dos colégios situados em zonas de clima extremos. Mais que a *Venustas*, procurava-se atender à *Commoditas* desta estrutura que permitia proteger os pobres da chuva e do calor. Como era habitual em todos os colégios, aproveitou-se o espaço interior para, à falta de azulejo, decorá-lo com painéis, hoje desaparecidos, que funcionavam *ut picturae sermones*.

3.2. Área da Comunidade

Foi, com certeza, aquela que menos preocupações causou, porque a adaptação se apresentava facilitada. Aproveitou-se, com certeza, o refeitório; a sala capitular seria utilizada para algum espaço da área escolar; as celas transformavam-se em cubículos, bem como outros espaços: capela doméstica, enfermaria, situada, inicialmente, no piso superior, mas que, no século XVII, por razões de conveniência, transitou para um espaço do piso térreo.

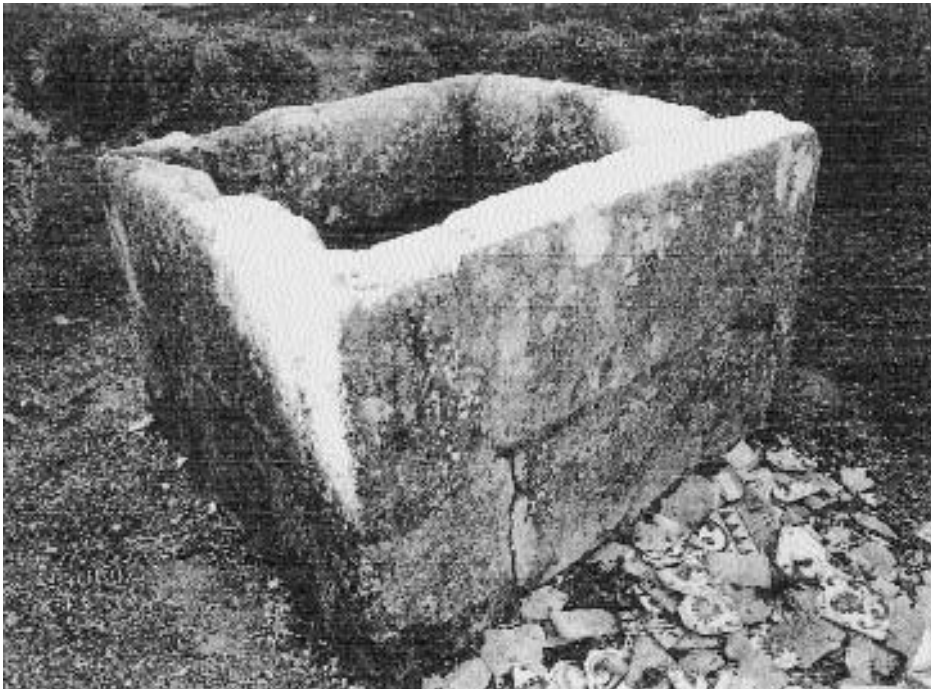
3.3. Área das Escolas

A documentação fornece-nos um acompanhamento sequencial das intervenções arquitectónicas nesta área que, como se compreende, teve de receber as alterações de maior vulto, visto que foi preciso transformar um claustro fechado de um convento num espaço que pudesse albergar todos os equipamentos necessários para a aprendizagem escolar. Conservou-se o pórtico, que servia de abrigo para os alunos, e os preservava das intempéries da chuva, neve e calor; manteve-se, ao centro, a cisterna quadrangular, que transmite àquele espaço a marca da austeridade arquitectónica, ao mesmo tempo que desempenhava um papel fundamental em ordem à dessedentação dos alunos.

Os pavimentos das salas de aula eram ladrilhados ou cobertos com soalho de madeira *por causa dos grandes frios*.

Contrariamente às salas de aula do Colégio do Espírito Santo que estavam revestidas com azulejo, em Bragança, a documentação insiste, com frequência, na caiação dos muros.

Colégio de Jesus de Bragança: Pátio das escolas e cisterna.



3.4. Área da Igreja

Em qualquer colégio jesuíta, a área da igreja concentrava as atenções porque se requeria um espaço que pudesse responder à actividade ministerial e a uma distribuição harmónica de todos os que frequentavam: Comunidade, colegiais e povo em geral.

Ao ser construída, de raiz, para um convento de clarissas, dificultou, ainda mais, as obras de adaptação. Recorde-se que a arquitectura da igreja de qualquer mosteiro ou convento femininos obedece a normas rígidas, adaptadas a essas circunstâncias, nomeadamente, à disposição da entrada principal e do coro baixo.

Em Bragança, respeitou-se a entrada lateral e eliminou-se o coro baixo a fim ganhar mais espaço, aproveitando-se a zona do coro alto que funcionava como tribuna destinada à comunidade e colegiais. Apesar de tudo, na mente da Comunidade, persistiu sempre a convicção que seria preferível optar por uma nova construção adaptada ao *Modo Nostro*, mas que nunca chegou a concretizar-se pelas razões já expostas. Começou a ser utilizada a partir dos primeiros momentos da fundação, em 1561.

Dotada de nave única, pouco a pouco, foram-se introduzindo novos elementos, essenciais numa igreja da Companhia: altares laterais, que serviam de pólo devocional das confrarias instituídas; confessionários, embebidos na espessura do muro, a fim de se ganhar espaço; em 1692, um púlpito novo, de *pao preto marchetado de bronze*, substituiu o antigo provisório; valorizou-se a capela-mor com um retábulo de talha barroca e construíram-se os altares colaterais como refúgio seguro das abundantes relíquias que o colégio possuía.

A sacristia foi alvo de cuidados particulares que se traduziram na singeleza do tratamento do lavabo (1660) e do armário embebido na parede (1660), bem como no esplendor dos arcazes, armários e das pinturas e talha barroca dos painéis do tecto (1657), que a transformaram numa das sacristias mais belas da Companhia, em Portugal, que urge conservar e restaurar.

Não queria terminar este item do legado patrimonial sem me referir a um tema que, há bastante tempo, tem sido objecto das minhas reflexões que, por vezes, contrastam com opiniões e “intervenções” recentes (inclusive na cidade de Bragança).

Refiro-me ao problema da cor. Hoje fala-se, discute-se, com frequência, acerca da utilização da cor. Diz-se que as cidades têm cor e concordo. Em Roma, por exemplo, existe uma portaria camarária que obriga os seus habitantes a utilizarem, nas paredes exteriores, uma gama de cores que vai do amarelo claro até ao ocre escuro. A norma existe e cumpre-se, emprestando à cidade uma uniformidade e harmonia cromática. E em Portugal? E em Bragança? Não é este o momento adequado de responder a estas perguntas, mas penso que posso prestar um pequeno contributo, apresentando um conjunto de testemunhos acerca da cor predominante, nesta cidade, nos meados e finais do século XVII:

Igreja do Colégio de Jesus de Bragança: vista geral da nave e capela-mor da igreja



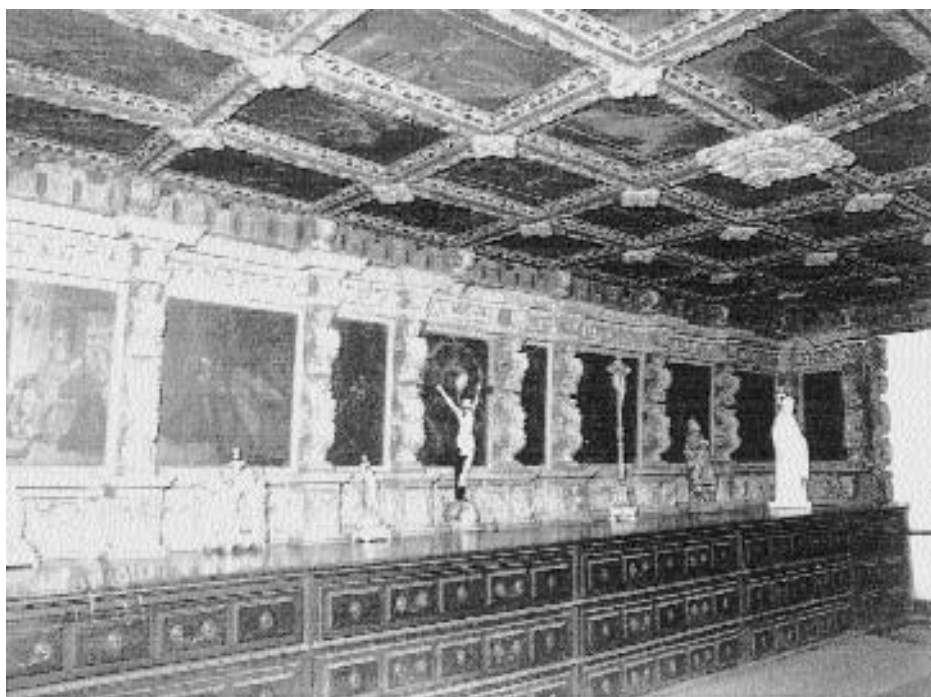
Igreja do Colégio de Jesus de Bragança: retábulo da capela-mor; púlpito; confessionário; entrada para a sacristia.



Igreja do Colégio de Jesus de Bragança: Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier



Sacristia do Colégio de Jesus de Bragança: arcaz; tecto apainelado; armário e lavabo.



- 1643: *Caiou-se toda a igreja;*
- 1646: *Seis alqueires de cal para a igreja;*
- 1651: *Rebocou-se e caiou-se a igreja e corredores;*
- 1657: *À falta de azulejo, mandou-se cair e branquear a igreja;*
- 1667: *Caiem-se as classes;*
- 1692: *Branqueou-se o colégio várias vezes e hoje fica também por fora.*

Com este breve núcleo “documental” pensamos que respondemos às perguntas formuladas, sem que pretendamos dar uma resposta definitiva, mas que pode contribuir para um esclarecimento, porque não se trata de afirmações gratuitas, mas de documentos datados com precisão.

4. LEGADO CULTURAL

Um capítulo da vida do Colégio de Jesus de Bragança que não está suficientemente estudado, muito embora tenhamos que relevar alguns passos importantes, entre os quais, cumpre-nos mencionar a publicação do “Catálogo da Biblioteca do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança”, levado a cabo pelo Dr. Belarmino Afonso, organizado por temas: Direito civil e canónico; Teologia moral especulativa; Santos Padres; Pregadores; Livros históricos; Humanistas; Livros filosóficos; Livros Ascéticos.

O registo das obras da Livraria comum a que é necessário acrescentar os livros existentes nas salas de aulas, bem como nos cubículos dos membros da Comunidade revelam a elevação do nível cultural do colégio. Desconhecemos os espólios das bibliotecas de outros mosteiros e conventos da cidade, contudo, somos induzidos a pensar que se tratava do núcleo principal, parte do qual ainda pode ser consultado na biblioteca do Arquivo Distrital de Bragança.

Os estudos do colégio iniciaram nos primeiros anos de fundação, 1562-1563, com duas classes de latim, uma lição de casos de consciência, e escola de ler e escrever. Estamos, portanto, perante o perfil de um colégio de pequenas dimensões. De realçar a lição de casos de consciência, que deveria ser frequentada pelos párocos em ordem à pregação e confissões.

A adesão da cidade e arredores foi positiva, pois, em 1561, as aulas eram frequentadas por 130 alunos que, no ano de 1570, atingiam o número de 300. Animado pelo sucesso, querendo imitar o exemplo de Évora, escreveu ao Provincial solicitando a abertura de dos cursos de Artes e Teologia em ordem à criação de uma Universidade.

Em dois séculos de actividade, pode-se afirmar, sem margem para dúvidas, que o Colégio de Jesus de Bragança, constituiu um pólo essencial de formação cultural da região transmontana para a época.

5. LEGADO RELIGIOSO

A abertura de qualquer residência ou colégio da Companhia visava, acima de tudo, atingir determinados objetivos religiosos através da pregação, confissão e comunhão.

Para além destes *Ministeria Consueta*, que definiam o carisma dos seguidores de Santo Inácio, promoviam certos cultos que alimentavam vida devocional dos membros da Comunidade, colegiais e do povo cristão.

Entre as devoções cultivadas, é preciso distinguir os que eram comuns a todas as casas da Companhia e as específicas de cada colégio, casa professa ou residência.

Relativamente às primeiras, cabe mencionar a promoção do culto dos Santos da Companhia. Sabe-se que, em 1628, se construiu um retábulo com “4 nichos para os nossos 4 santos”, que correspondiam, regra geral, a Santo Inácio de Loiola, São Francisco Xavier, São Francisco de Borja e São Luiz Gonzaga. No caso de Bragança, permanece a dúvida em saber os dois “santos” que acompanhavam Santo Inácio e São Francisco Xavier, canonizados em 1622, enquanto que os outros foram canonizados em data posterior a 1628, concretamente em 1671 (São Francisco de Borja) e 1726 (São Luiz Gonzaga). No inventário de incorporação dos bens do colégio, após a expulsão, alude-se a uma imagem de São Francisco de Regis, beatificado em 1716 e canonizado em 1737.

No âmbito devocional, paralelamente ao culto dos Santos da Companhia, impõe-se realçar o conjunto de Congregações – o nome utilizado na Companhia de Jesus para designar o conceito de confraria. Este será, porventura, o capítulo mais brilhante do legado religioso outorgado pelos jesuítas à cidade de Bragança:

- 1579: *Congregação de Nossa Senhora da Anunciação*: a mais antiga, integrada pelos escolares.
- 1616: *Congregação de Nossa Senhora dos Anjos*.
- 1621: *Congregação de Nossa Senhora dos Prazeres*: integrada por oficiais casados que celebravam a festa da padroeira, no *primeiro Domingo desimpedido depois da Páscoa*.
- 1650: *Congregação de São Francisco Xavier*.
- 1710: *Congregação de Santa Bárbara*: integrada pelos nobres da cidade.

Instruída pelos Padres do Colégio para implorar a protecção de Santa Bárbara contra os efeitos nefastos das trovoadas, tão frequentes nesta zona. Convém, contudo, não perder de vista o essencial desta devoção. Os devotos imploravam à santa que os libertasse dos efeitos dos raios das trovoadas porque podiam encontrar-se em situação de pecado e não reconciliados com Deus. O pânico à morte repentina, no século XVII e XVIII, constituiu uma das obsessões das populações. Esta foi a verdadeira razão da instituição desta Congregação que visava promover o culto a Santa Bárbara. O Colégio dispunha de duas capelas: uma na igreja e outra dentro da própria cerca.

Colégio de Jesus de Bragança: Imagem de Santa Bárbara



Concluimos este capítulo do legado religioso referindo-nos à importância e influência das Relíquias nesta cidade, cujo culto foi promovido, de forma insistente, pela Companhia e neste Colégio de Bragança. Contam-nos as crónicas que, em 1573, se recebeu *com muita devoção e solenidade* uma relíquia das *11 000 virgens*, enviada pelo Padre Francisco de Borja. Existem testemunhas constantes sobre o apreço das relíquias que obrigou à construção, em 1610, de um *tabernáculo com seus compartimentos*. Porque o número aumentou e a devoção se ampliou, nos meados do século XVIII ergueu-se, ao lado da capela-mor, um nicho que pudesse albergar tão elaborado número de relíquias.

Concluimos com a convicção de ter demonstrado, ainda que de forma sumária, que a Companhia de Jesus, nos dois séculos de permanência na cidade de Bragança, deixou um precioso legado patrimonial, cultural e religioso que importa conhecer, conservar para manter viva a memória desta cidade.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Belarmino (1975), *O colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Bragança*, Coimbra (dissertação de licenciatura. Texto dactilografado).
- AFONSO, Belarmino (1990), “A livraria do Colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: volume X.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha, “Sequestro dos bens do Colégio de Jesus de Bragança. Aspecto particular da sua botica”, in *Brigantia*. Bragança: volume X, n.º 3.
- Cartapacio novo das visitas dos Padres Provinciais e Visitadores de Bragança de 1619 a 1756*. Madrid: Biblioteca Nacional, ms 8239.
- Cartapacio velho das visitas dos Padres Provinciais e Visitadores*, Madrid: Biblioteca Nacional, ms 8557.
- FRANCO, António (1726), *Synopsis Annalium Societatis Iesu in Lusitania*, Augsburg.
- Libro de cuentas del colegio de la Companhia de Jesus de Bragança (1637-1699)*, Madrid: Biblioteca Nacional, ms 8243.
- MARTINS, Fausto Sanches (1994), *A arquitectura dos primeiros colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia, artistas, espaços*. Porto: tese de doutoramento – texto policopiado.
- RODRIGUES, Francisco (1930-1950), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 7 vols.
- TELES, Baltasar (1645-1647), *Chronica da Companhia de Jesu na Província de Portugal*, Lisboa, 2 vols.

IMPrensa E REGIONALISMO EM BRAGANÇA. DO LIBERALISMO AOS ALVORES DO ESTADO NOVO

Maria da Conceição Meireles Pereira

Apesar da localização geográfica periférica e das consabidas fragilidades económicas da região, pode dizer-se que a capital transmontana participou de forma activa na história da imprensa portuguesa. Uma análise da imprensa de Bragança, do liberalismo aos alvares do Estado Novo, revela um movimento não só precoce como significativo, quer em termos quantitativos quer qualitativos. Por outro lado, a preocupação regionalista assume frequentemente a dupla vertente de reivindicação face aos poderes centrais e de exortação ao desenvolvimento na dimensão local.

Começando justamente pela sua precocidade deve referir-se que, à excepção de Lisboa, Porto e Coimbra, Bragança foi a primeira cidade a publicar um jornal. O *Pharol Transmontano* fez entrar a cidade nas lides da imprensa periódica pela porta grande já que esta folha mensal, que iniciou a publicação em Setembro de 1845, constitui uma das pérolas da imprensa da época, quer sob o ponto de vista formal¹ quer de conteúdos, tomando como modelo o famoso *Panorama* de Alexandre Herculano².

Ciente do papel da imprensa periódica como “instrumento maravilhoso” da vulgarização dos conhecimentos e veículo da universalidade e popularização da civilização moderna, o *Pharol Transmontano* sublinhava, no programa que previamente distribuiu, os seus objectivos primordiais: difusão das luzes pelas classes mais baixas para melhorar a condição moral e material dos homens, a necessidade de aperfeiçoamento da instrução, sobretudo aos níveis primário e secundário, e a preparação do povo para uma vida política mais activa. Estas necessidades pareciam mais prementes “aqui, aonde por diferentes motivos peculiares se torna tão notável a falta d’estudos e de conhecimentos indispensáveis ao homem”. Este periódico dedicou-se, pois, à propagação da instrução e recreio, bem como a “indicar os diferentes interesses e necessidades industriais da Província, e os meios de lhe acudir”. Isto é, além das humanidades (biografias, excertos dos clássicos, história e património) e da útil sinopse de leis, portarias e decretos extraída do *Diário do Governo*, predomina a literatura técnico-científica – agricultura, pecuária e indústrias – patenteando a divulgação dos últimos descobertas e aperfeiçoamentos, bem como a reivindicação de novos métodos agro-industriais. Por todas estas características, o *Pharol* constitui uma preciosidade no cenário da imprensa de Bragança.

Os finais de Oitocentos marcam um progresso da imprensa periódica portuguesa devido à elevação do nível cultural das populações rurais e à melhoria das vias de comunicação e das relações postais³ e Bragança não foi excepção⁴.

Mas, também à semelhança do resto do país, a imprensa política predominou na região. A partidarização da vida política nacional nas últimas décadas da Monarquia não deixou de se reflectir nas folhas da cidade.

O principal periódico regenerador foi a *Gazeta de Bragança* que se começou a publicar nos inícios de 1892, embora tivesse sido antecedida por *O Brigantino*, iniciado em 1886, e por *O Sudoeste*, publicado entre Janeiro e Setembro de 1890. A *Gazeta* teve como fundador e director o conselheiro Abílio de Madureira Beça, doutor em Direito e professor do Liceu de Bragança que foi deputado em várias legislaturas e governador civil do distrito. Morreu poucos meses antes do fim do semanário, sendo então substituído provisoriamente por Mário de Almeida (administrador e proprietário) e, depois, por Alfredo Rodrigues. Como era de esperar, a *Gazeta* terminou a publicação em 1910 (19 de Outubro), com cerca de um milhar de fascículos editados, assumindo então que não tinha “mais razão de existir”⁵. Ao longo de dezoito anos, este semanário cumpriu a dupla função de órgão local de um partido nacional, desvendou aos seus leitores os meandros político-partidárias do país, atacou sem reboço opositor mais temido – o partido progressista – mas também se assumiu como defensor dos interesses da região, pugnando pelo desenvolvimento local. Além da organização dos serviços municipais nos mais diversos domínios, reclamava melhoramentos em matéria agrária (questão cerealífera, arborização, etc.), o aproveitamento mineral (nomeadamente a exploração das jazidas auríferas), o alargamento da produção de energia eléctrica, a instrução e beneficência e, de uma forma recorrente, a questão das comunicações. Além do caminho de ferro, as melhorias viárias eram apresentadas como indispensáveis à região, assumindo nos anos 1908-1909, particular relevância a ligação internacional Bragança-Zamora, através da construção de uma ponte sobre o Maçãs (Quintanilha – S.Martin del Pedroso), financiada em partes iguais por portugueses e espanhóis, com vista à realização da almejada “estrada macadamizada” destinada ao trânsito automóvel⁶.

Outro periódico da cidade que defendeu as hostes regeneradoras sem, todavia, o demonstrar no título foi o *Districto de Bragança. Semanario Politico, Literario e Noticioso*, publicado entre Março de 1902 e Junho de 1907⁷. Tendo como directores políticos Teixeira de Sousa e Alberto Charula, a sua vertente regionalista é secundarizada pela dimensão politico-partidária em que sobressai o apoio a Hintze Ribeiro. *O Correio Brigantino* foi outro título afecto aos renovadores, tendo a sua publicação ocorrido entre 1905 e 1907.

O partido progressista entrou pela mesma altura nas lides da imprensa local: *O Nordeste* começou a publicar-se a 4 de Julho de 1888, fundado e redigido por Aníbal Augusto Rodrigues Valente que, em 1895, cedeu a propriedade do semanário ao centro progressista de Bragança. Em 15 de Julho de 1910 suspendeu a publicação por “razões económicas” segundo justifica no 1º número

do seu continuador – *Notícias do Nordeste* – que começou a publicar-se apenas uma semana depois, em 22 do mesmo mês. Também o órgão dos progressistas aliou a abordagem partidária nacional às preocupações locais, sobretudo de carácter agrário, evidenciando, contudo, uma vertente mais crítica em relação às instituições monárquicas. A revolução republicana suscitou-lhe uma interrupção da publicação durante três semanas, retomando em 28 de Outubro de 1910 com o subtítulo *Semanario Independente*⁸.

Relativamente ao novo regime, admitia que era necessário “aceitar os factos tal como eles são”, comentou largamente a questão religiosa e, neste processo de relativa “adesivagem”, aplaudiu a preparação da Lei da Separação entre o Estado e as Igrejas, que entendeu como “liberdade regulamentada”, bem como outras leis da República. Terminou a publicação em 20 de Janeiro de 1911, patenteando nos últimos números uma nova secção sobre agricultura, da autoria do agrónomo António de Moura Pegado que aí publicitou a fundação da “Liga de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”⁹ (de que adiante se falará).

A necessidade de valorização regional era sentida pelos filhos da terra mesmo se estes se encontravam distantes, ou talvez, por isso mesmo. Trindade Coelho levou esta preocupação ao ponto de publicar em Lisboa um periódico mensal que pretendia dar conta do que no Parlamento se passava acerca do seu distrito, “o mais descurado de todo o paiz, e aquele, portanto, que mais reclamava dos seus representantes em cortes, uma porfiada e energica acção em prol dos seus despresados interesses”¹⁰.

Lamentavelmente, o *Boletim Parlamentar do Districto de Bragança* não foi além do quinto número (publicou-se entre 17 de Fevereiro e 28 de Maio de 1901) mas não deixou de cumprir os seus objectivos: por um lado, zuzir a ineficácia e desunião dos deputados transmontanos e, por outro, clamar pelas reformas e melhoramentos de que a província carecia, designadamente a nível das comunicações viárias, da instrução e do combate à criminalidade¹¹. Anexos a este periódico saíram os *Folhetos para o Povo* que Trindade Coelho escreveu, segundo palavras do abade de Baçal, “no intuito altamente humanitário e patriótico de ilustrar os seus conterrâneos do distrito de Bragança, fazendo-os entrar no conhecimento dos seus interesses e modo de os realizar”¹². Curiosamente, o autor do *Manual Político do Cidadão Português* foi fundador e/ou colaborador efectivo de cerca de três dezenas de publicações periódicas mas nenhuma de Bragança. Todavia, vários foram os jornais brigantinos que fizeram o elogio do filho ilustre do distrito ou publicaram trechos político-literários da sua autoria, como a *Gazeta de Bragança*, *A Pátria Nova*, *Jornal de Bragança*, entre tantos outros.

A imprensa republicana, tal como em todo o território nacional, revelou-se fundamental no concelho. Em Bragança, inaugurou-se através de *O Democrata* que se publicou nos primeiros meses de 1896, assumindo no 1º de Maio desse ano o título *Voz da Pátria*, semanário de que terão saído apenas quatro números. Mas o mais carismático periódico republicano de Bragança foi *A Patria*

Nova cuja publicação se iniciou em 31 de Janeiro de 1908 e terminou em Maio de 1915, provavelmente em consequência da revolução de 14 desse mês. Tendo por lema “Pela República” e como vinheta o castelo de Bragança, até 26 de Janeiro de 1910 este semanário foi dirigido pelo Dr. João de Freitas, republicano de longa data que após o 5 de Outubro foi nomeado governador civil do distrito. Este advogado e professor liceal que colaborou em diversos jornais republicanos de Lisboa, Porto e Coimbra, viria a ser morto no Entroncamento (a 17 de Maio de 1915) após perpetrar a tentativa frustrada de assassinato de João Chagas, nomeado três dias antes presidente do ministério. Implantada a República, o jornal retomou a publicação a 12 de Outubro sob a direcção de Júlio Rocha, sucedendo-lhe no cargo António Quintela, outro professor liceal, e depois o engenheiro Agostinho Lopes Coelho.

Assumindo-se “inabalavelmente republicanos” no editorial, os criadores da *Patria Nova* entenderam, desde logo, defender “a instrução popular como base da educação da sociedade portuguesa”¹³. Com efeito, a problemática do ensino esteve sempre presente ao lado de outros assuntos de reconhecido interesse local – da agricultura à navegabilidade do Douro, da arborização regional à “viação acelerada” reclamando a ligação Bragança-Zamora – apresentando, por exemplo, um noticiário desenvolvido do movimento económico de Bragança e seu distrito. O semanário chamava a atenção da desigual repartição do orçamento geral, lembrando que a região era “sistematicamente esquecida, se não desprezada na distribuição de benefícios que o Estado dispensa”, recaindo a responsabilidade desta situação sobre a política local que se digladiava em “questões de intriga mesquinha”¹⁴.

Com a República, a *Patria Nova* incidiu sobretudo nos temas políticos e anticlericais, assumindo mesmo, em 27 de Janeiro de 1911, o subtítulo *Órgão do Partido Republicano de Bragança*. As preocupações locais regressaram timidamente, mais tarde, pelo ano de 1913, após o ímpeto revolucionário dos primeiros tempos do regime, cedendo espaço, no ano seguinte, às questões relacionadas com a 1ª Grande Guerra.

A divisão da família republicana não podia deixar de se reflectir na imprensa bragançana. Em 12 de Fevereiro de 1911 foi dado à estampa *O Concelho de Bragança. Órgão do partido republicano conservador local* que, dois meses volvidos, findou a publicação (nº 9, 16 de Abril). Na curta existência deste semanário que faz o respigo da imprensa nacional e de que foi director e proprietário o médico e professor do liceu António Olímpio Cagigal, avultam os ataques político-pessoais, os confrontos com o jornal *A Patria Nova*, ficando a vertente regionalista reduzida a uma pequena e pouco frequente secção intitulada “Interesses Locaes”.

O semanário *Notícias de Bragança* assumiu no 28º fascículo, isto é, em 29 de Agosto de 1912, o subtítulo *Órgão do Partido Democrático*. Teve como directores Olímpio Dias e, a partir de 23 de Janeiro de 1913, Alberto Charula, doutor em Direito e deputado durante a Monarquia e a República. Publicou-se durante mais de cinco anos, findando em 30 de Agosto de 1917 (nº 288). Às

questões nacionais, este jornal aliou uma inequívoca vertente regionalista plasmada em centenas de textos que reflectiam sobre questões agro-pecuárias, que reclamavam o sempre adiado fomento transmontano, que explicavam a necessidade de estradas e de caminhos de ferro, que denunciavam a preocupante emigração transmontana para o Brasil, entre outros assuntos. Todavia, essa vertente esbate-se paulatinamente para prevalecer, nos últimos anos da publicação, a inevitável pugna partidária republicana.

Com o subtítulo *Semanário Independente, Político, Literário e Noticioso* publicou-se, entre 10 de Novembro de 1912 e 2 de Novembro do ano seguinte (num total de 52 números), *O Montanhês do Norte* cuja direcção coube a Álvaro de Mendonça Machado de Araújo¹⁵. O seu editorial sublinhava a intenção da imparcialidade, sem qualquer ligação a partidos políticos, atendo-se apenas à defesa dos interesses da pátria, e em especial “deste rincão transmontano”. O mesmo texto assinalava ainda que o periódico pretendia “instruir e elucidar o povo”, bem como fugir das questões pessoais. Aliás, o artigo “O Jornalismo Provinciano” sublinhava a pouca importância que a imprensa regional lograva alcançar justamente porque pouco mais fazia do que bajular amigos e insultar inimigos, envolvia-se em desabridas lutas pessoais e os seus protagonistas eram, geralmente, mal preparados¹⁶. Não obstante estas declarações, o *Montanhês* patenteou nítidas simpatias pelo partido evolucionista de António José Relvas e implícito desagrado pelo partido democrático de Afonso Costa. Os temas que versou focalizaram, essencialmente, as questões e as comoções nacionais suscitadas pelas medidas do novel regime republicano, remetendo os “Assuntos Regionaes” para a 2ª página.

Por sua vez, *O Transmontano. Semanário Republicano, órgão do partido evolucionista de Bragança*, saiu entre Julho de 1915 e o mesmo mês de 1917, perfazendo 78 números. Foi seu director o engenheiro Agostinho Lopes Coelho que exercera funções idênticas na fase final do *A Pátria Nova*. Vivendo-se então uma conjuntura interna e externa particularmente grave, este semanário evolucionista privilegiou os temas da política nacional numa abordagem partidária com os inevitáveis ataques a outras facções republicanas, tratou questões militares e, só superficial e esporadicamente, se debruçou sobre assuntos locais, ressaltando, entre estes, a construção de estradas que ligassem os concelhos à capital do distrito.

No panorama que sucintamente se traçou – primeiro sob o regime monárquico, depois, no período republicano – compreende-se a necessidade sentida pela região de uma imprensa mais liberta das obediências e obrigações partidárias. Pode afirmar-se que a imprensa que se autodesignou independente constituiu o núcleo fundamental do periodismo regionalista, quase exclusivamente devotado ao bem material e cultural da cidade e da região.

O Jornal de Bragança. Semanário Independente explicava no título e no editorial – “A Nossa Razão de Ser” – que, à data do seu lançamento, 23 de Fevereiro de 1910, todos os jornais existentes em Bragança eram partidários pelo que se impunha convocar a força que residia nos jornais imparciais. A pro-

priedade e direcção deste periódico que findou a 13 de Março de 1911, coube a Raul Teixeira, professor de liceu e magistrado. Aliás, o jornal é, de certa forma, o rosto do seu criador já que, particular amante de arte e património, Raul Teixeira salientou-se pela defesa, restauro e preservação do património artístico, arqueológico e etnográfico da sua região mas também das comarcas por onde passava no exercício do seu múnus judicial. Com efeito, este jornal, que sobreviveu à transição dos regimes e reflectiu sobre ela, ironizando, por exemplo, sobre os republicanos “aderentes”, os “históricos” e, até, os “pré-históricos”, subtraiu-se, tanto quanto possível, a imiscuir-se nas questões políticas gerais e “a chafurdar n’essa montureira da politiquice local”¹⁷ para polarizar as suas atenções em duas grandes áreas da esfera regional, uma mais eminentemente económica, a agricultura, e outra amplamente cultural, o património. Todavia, no pensamento de Raul Teixeira regionalismo não se identificava com municipalismo já que este último lhe parecia de difícil concretização num país que desconhecia a cultura da cidadania e onde grassava o analfabetismo, sendo, por isso, evidente a diferença entre “a educação civica dos suíços e a mesquinha situação moral dos cidadãos portugueses”¹⁸.

Futuro director da biblioteca de Bragança e “alma” do seu museu regional, Raul Teixeira travou nas páginas do *Jornal de Bragança* diversos combates pela edificação e preservação patrimoniais da cidade. São acções emblemáticas desta intervenção a construção do coreto na Praça da Sé e a reivindicação do restauro da *Domus Municipalis* (só levado a efeito em 1928) evitando a sua entrega ao Ministério da Guerra¹⁹.

O quinzenário que se começou a publicar no 1º de Janeiro de 1911 tomou como título *Districto de Bragança. Orgão de defeza dos interesses do districto de Bragança*. Teve como director o oficial do exército Inácio Manuel de Sousa Freire Pimentel e, até ao nº 6, teve distribuição gratuita. Tal situação explica-se pelo facto deste periódico “absolutamente independente”, como anuncia no seu editorial, ter sido criado com o propósito exclusivo de defender a doutrina da “Liga de Defesa dos Interesses de Bragança” de que era presidente o mesmo Inácio Pimentel. Esta associação aspirava ao progresso do distrito que carecia de inúmeros melhoramentos pelos quais pretendia pugnar. A agricultura constituía a sua principal área de intervenção, defendendo a fundação de sindicatos, associações e crédito agrícolas, a arborização do distrito e a organização da guarda rural; seguiam-se a construção de estradas, a criação de escolas – já que “só a Educação Nacional pode formar o carácter nacional”, sendo entendida como a grande revolução social que urgia operar – a conservação dos edifícios públicos e a participação na administração interna do distrito “para evitar a imoral distribuição dos melhoramentos”²⁰. Outros temas de relevância para a região seriam também abordados ao longo dos onze números que constituem a colecção, como a pecuária, a indústria de lacticínios, contribuições e impostos, a produção vinícola, a emigração, etc.

Apesar da Liga prever uma estrutura organizada que estabelecia a fundação de centros concelhios com directores para eles nomeados²¹, o projecto depa-

rou-se com vários obstáculos. Entre esses escolhos avultou a intenção patenteada por Inácio Pimentel de candidatar-se às eleições de 1911 em nome da Liga, pela minoria do círculo de Moncorvo que hasteava um programa regionalista e promotor da descentralização administrativa; desta forma, o grupo independente acabou por se envolver na luta político-partidária local, vindo a ganhar algumas inimizades que levaram à desistência na corrida eleitoral e, tanto quanto parece, à própria dissolução da Liga²² de que, curiosamente, a enciclopédica obra do Abade de Baçal não faz menção.

O *Bragançano* inaugurou-se nas lides da imprensa periódica em 15 de Novembro de 1919, ostentando o subtítulo *Órgão Defensor dos Interesses Regionais*. Carlos Rivotti era seu director e editor, desempenhando M. J. Barros Pinto as funções de redactor-chefe do quinzenário. O seu editorial revela uma grande desilusão: a política nacional. Por isso, evocava a metáfora de Rafael Bordalo Pinheiro, afirmando que “a política vinha a emporcalhar a provincia, provocando dissidencias fatais para o seu progresso e desenvolvimento”; em consequência, a imprensa local “envenenava tudo e todos”. Daí que este periódico recusasse qualquer filiação político-partidária, se bem que se assumisse “declaradamente republicano”, e pretendesse “pensar a sério nos difíceis problemas da economia distrital”, bem como “defender sempre com intransigencia os interesses regionais pondo de parte a politica nefasta”²³.

Mas o pedido de angariação de assinantes exarado no mesmo editorial com vista à sobrevivência do periódico não parece ter surtido efeito; publicaram-se apenas três números do *Bragançano*²⁴, pese embora tenha alertado para muitas e diversificadas reivindicações de teor regionalista: o melhoramento da instrução, construção de estradas e caminhos de ferro, a produção de energia eléctrica (Douro/Tua), a edificação de habitação social, a relevância do desenvolvimento da indústria e do comércio para a economia distrital.

No ano seguinte, outro periódico regionalista tentou a sua sorte. Tratou-se de *O Leste Transmontano. Órgão regionalista, literario, humoristico e noticioso*, dirigido por João Baptista da Cruz, um professor da Escola Primária Superior de Mirandela, colaborador de vários jornais da cidade mas também do *Diário de Lisboa*. Apesar da extensa lista de redactores e da diversidade temática que pretendia alcançar, este quinzenário também não teve vida longa; ficou-se por uma dezena de números publicados entre Janeiro e Junho de 1920.

No seu editorial – “A Nossa Apresentação” – propunha-se tratar de assuntos que conviessem à colectividade portuguesa mas, “sobretudo, aos habitantes deste esquecido canto de Portugal (...) mãe patria que tem sido rigorosa madrasta”. Assim, além de textos de teor histórico-patrimonial do Abade de Baçal que, mais ou menos abundantes eram frequentes nos jornais brigantinos da época, tratou de questões relacionadas com a instrução, agro-pecuária e arborização, produção de energia eléctrica no rio Douro (alertando para os desvios pretendidos pelos espanhóis) e ainda, e sempre, a problemática da emigração. A preocupação gerada pelo imparável surto migratório torna-se perspicua, por exemplo, no artigo “Regionalismo” que apodava o fenómeno de

“louca e antipatriótica acção”, lembrando que só no ano de 1919 havia saído do distrito mais de um milhar de indivíduos²⁵.

Todavia, e não obstante se reclamar fora das pugnas partidárias, a vertente noticiosa e opinativa em matéria política não esteve ausente das páginas de *O Leste Transmontano*, vindo este periódico a apoiar a facção de Álvaro de Castro que, nesse mesmo ano, fundou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional.

Um ano volvido sobre o fim do *Leste Transmontano*²⁶, o mesmo João Baptista da Cruz, em colaboração com Domingos Bernardo Vinhas, dirigiu um periódico que se pretendia semanal mas que acabou por ter publicação bastante irregular, findando quatro meses depois, com nove números publicados. Intitulava-se *Terras de Bragança. Órgão regionalista do distrito de Bragança* e, com efeito, prometia no editorial tornar-se um jornal “essencialmente regionalista”²⁷. Além de artigos onde se reflectia sobre este conceito – “Como entendemos o regionalismo”; “Regionalismo”; etc. – este periódico abordou temas de interesse local como as indústrias da região, a agro-pecuária, os diferentes aproveitamentos do rio Douro, o ensino técnico-profissional, entre outros.

Pouco depois, foi dado à estampa *O Saboreano* que, com algumas interrupções, publicou seis números entre 4 de Março de 1922 e 26 de Junho do mesmo ano. No editorial, afirmava-se sem margem para dúvidas: “seremos regionalistas”. Esta foi a base fundamental de orientação do periódico que, no 3º número, apresentava um artigo do director Francisco de Matos intitulado “Regionalismo” queixando-se do abandono da província e da decadência regional. Prossequindo nesta toada, problemas como águas e saneamento, estradas, escolas, entre vários outros, constituem os temas privilegiados dos artigos do *Saboreano*.

A agonia da República havia terminado e, nos alvares do novo regime, os jornais transparecem o “ar do tempo”. O título *Para Cá do Marão. Quinzenário regionalista, literário e noticioso*, sob a direcção de António Paracana, deu à estampa o seu primeiro número em 9 de Abril de 1933, cessando a publicação em 30 de Setembro do mesmo ano, ao cabo de 7 números. O editorial ostentava uma curiosa divisa em jeito de trilogia: “Pátria, República, Província”.

Acompanhando o processo de preparação de um Congresso Transmontano, este quinzenário aborda algumas temáticas locais (obras públicas, habitação social, agro-pecuária, etc.) mas subalternizadas pelo registo ditirâmico do novo regime, presente na transcrição de discursos de Salazar e na incensação da figura do estadista. Foi redactor do *Para Cá do Marão* Abel Monteiro que transferiu esta actividade (que acumulou com a editor) para o quinzenário que no ano seguinte, em 19 de Fevereiro, se começou a publicar na cidade, até 1940, com o título *Terras de Bragança*.

Assumindo o lema “Tudo pela Nação/Nada contra a Nação”, o *Terras de Bragança* foi o órgão das comissões da União Nacional do distrito de Bragança e teve como director o sub-inspector escolar Leite da Costa. A vinheta do cabeçalho deste quinzenário²⁸ ostentava, à esquerda, a gravura da *Domus Municipalis* e, à direita, a do castelo da cidade. O seu editorial prometia pugnar pela

cidade de Bragança, “pelo seu desenvolvimento moral e material, pela realização das suas mais justas e lúdicas aspirações” mas isto em jeito de conclusão de um texto que se desdobrava em elogios ao 28 de Maio de 1926, ao Estado Novo e a Salazar. Aliás, o número inaugural abria com uma fotografia do presidente da república e uma frase do presidente do Conselho de Ministros: “Arrancar o poder às clientelas partidárias, sobrepor a todos os interesses o interesse de todos – O INTERESSE NACIONAL”.

Esta toada acompanhou toda a vida do jornal que exortava os transmuntanos a filiarem-se na União Nacional. Nem sequer lhe faltou a expressão do apoio do Estado Novo às hostes franquistas no conflito civil espanhol que então decorria²⁹ e, apesar do seu último número publicado datar de 1 de Janeiro do ano de 1940, as referências às grandes comemorações dos centenários sucediam-se, explicando os seus significados: 1140 – nascimento; 1640 – renascimento; 1940 – ressurgimento.

Era o tempo de esbatimento da reivindicação regionalista, da diminuição do número de jornais, da marca inexorável da censura. As matérias publicadas assumiam uma indistigável similitude e uniformidade a nível nacional.

Curiosamente, o órgão episcopal que em 1940 se começa a publicar após a extinção, dois anos antes, do *Boletim da Diocese de Bragança* assume o título de *Mensageiro de Bragança. Quinzenário Católico Regionalista*³⁰. Todavia, o adjectivo final tinha pouco significado sendo a sua principal missão o proselitismo católico, pretendendo, como expressava no editorial, a congregação internacional, nacional e regional através da religião. Compreende-se o tipo de vocabulário e reflexão, lavrando então a segunda guerra mundial.

O *Mensageiro de Bragança* foi o único periódico religioso que este trabalho aludiu pela razão atrás exposta; com efeito, apesar da importância da imprensa católica nesta como em outras terras do país, a sua dimensão regionalista é bem menos nítida do que no periodismo político e noticioso.

Paralelamente, a imprensa pedagógico-escolar bragançana – de invariável curta duração – revelou pouco interesse pela vertente regionalista como se depreende da análise de títulos como *O Sorrir da Mocidade. Semanário Académico* (1 a 25 de Maio de 1910), *A Madrugada. Órgão Académico* (23 de Janeiro de 1920), *A Voz Académica. Quinzenário Republicano* (28 de Março a 9 de Agosto de 1931). Como exemplo de excepção, refira-se *A Escola Transmontana. Órgão do Professorado de Trás-os-Montes*, semanário publicado entre Janeiro e Abril de 1912³¹, com redacção e administração em Sambade (Alfândega da Fé) mas impresso em Bragança e fundado pelos professores Tito Sendas e João Vilares; apesar de ser um órgão de classe, a sua mais constante reivindicação era a criação de sindicatos concelhios e a descentralização do ensino, além de ter incluído numerosos textos sobre a realidade alfandeguesa.

A história da imprensa em Portugal continua por fazer ou a fazer-se de forma muito lenta e fragmentada. Muitas são as regiões que, apesar de uma imprensa local rica, descuram esse património inquestionável que é dupla-

mente importante quer como objecto de estudo em si, quer como repositório de informações para estudos de índole diversa.

No entanto, as colecções hemerográficas são raras, incompletas e, muito frequentemente, encontram-se em mau estado de conservação, se não mesmo em adiantado grau de deterioração.

Urge preservar este património cultural, utilizando meios técnicos modernos, necessariamente dispendiosos, sob pena de se perder a memória do país, do seu povo e das suas regiões.

NOTAS

- ¹ Foi publicado em Bragança, na tipografia de Diogo Albino de Sá Vargas, *in* 4º grande, com 16 páginas a duas colunas. A impressão denota grande qualidade, com algumas gravuras; o preço da assinatura anual era de 960 réis, enquanto que o número avulso custava 120 réis. A colecção que consultámos nos reservados da B.P.M.P. era constituída por doze números, datando o último de Agosto de 1846; todavia o Abade de Baçal afirma que o periódico durou até 1847 (Francisco Manuel Alves – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 7, “Os Notáveis”, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 691).
- ² Este jornal publicou-se em Lisboa, a partir de 6 de Maio de 1837, e depressa se tornou o paradigma do periodismo de instrução e recreio (NUNES, Fátima – *O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989).
- ³ TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989, p. 233.
- ⁴ SANTOS, Maria Alcina R. C. Afonso dos – *A Imprensa Periódica no Distrito de Bragança durante a Primeira República 1910-1926*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1988.
- ⁵ *Gazeta de Bragança*, nº 958, 19 de Outubro de 1910.
- ⁶ *Gazeta de Bragança*, nº 845, 2 de Agosto 1908.
- ⁷ Terminou no fascículo nº 278, em 28 de junho de 1907.
- ⁸ Que substituiu o de *Orgão do Partido Progressista do Districto de Bragança*.
- ⁹ *Noticias do Nordeste. Semanario Independente*, Bragança, nº 18, 16 de Dezembro de 1910.
- ¹⁰ *Boletim Parlamentar do Districto de Bragança*, Lisboa, nº 1, 17 de Fevereiro de 1901, p. 1.
- ¹¹ No tocante à instrução enfatiza o seu estado de calamidade e desleixo, apelando à formação da liga do distrito de Bragança a favor da instrução primária sob a orientação dos párocos (nº 3, 6 de Abril de 1901). Na sua óptica, as taxas de criminalidade do distrito (as mais elevadas a nível nacional) derivavam da falta de instrução (nº 5, 28 de Maio de 1901).
- ¹² ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 7, “Os Notáveis”, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 107.
- ¹³ *A Patria Nova*, Bragança, nº 1, 31 de Janeiro de 1908.
- ¹⁴ *A Patria Nova*, Bragança, nº 21, 17 de Junho de 1908.
- ¹⁵ *O Montanhês do Norte* publicou-se na Tipografia de Adriano Rodrigues, sendo seu administrador e editor João Baptista da Cruz.
- ¹⁶ *O Montanhês do Norte. Semanário Independente, Político, Literário e Noticioso*, Bragança, nº 15, 16 de Fevereiro de 1913, p. 1-2.
- ¹⁷ TEIXEIRA, Raul – *Politiquice*. “Jornal de Bragança. Semanário Independente”, Bragança, nº 21, 13 de Julho de 1910.

- 18 TEIXEIRA, Raul – *Municipalismo*. “Jornal de Bragança. Semanário Independente”, Bragança, nº 19, 29 de Junho de 1910.
- 19 TEIXEIRA, Raul – *Um Anno Depois*. “Jornal de Bragança. Semanário Independente”, Bragança, nº 52, 13 de Março de 1911. As questões do coreto e do velho paço municipal são destacadas neste artigo de despedida, publicado no último número do jornal, onde o autor faz o balanço da sua actividade.
- 20 Estes eram os aspectos enunciados no editorial do periódico (*Distrito de Bragança. Órgão de defesa dos interesses do distrito de Bragança*, nº 1, 1 de Janeiro de 1911).
- 21 O director nomeado para o centro de Bragança foi José António de Moura Pegado, o de Mirandela Olímpio Elísio Cabral, o de Macedo de Cavaleiros Abílio Carlos de Sousa Freire Pimentel e o de Freixo de Espada à Cinta João Pessanha.
- 22 *Distrito de Bragança. Defensor dos interesses do distrito*, nº 10, 15 de Maio de 1911. Este subtítulo foi assumido a partir do nº 7 (1 de Abril de 1911).
- 23 *O Bragançano. Órgão Defensor dos Interesses Regionais*, Bragança, nº 1, 15 de Novembro de 1919.
- 24 O último número data de 16 de Dezembro de 1919.
- 25 *O Leste Transmontano. Órgão regionalista, literario, humorístico e noticioso*, Bragança, nº 1, 15 de Janeiro de 1920, p. 2.
- 26 Terminou a publicação em 25 de Junho de 1920.
- 27 *Terras de Bragança. Órgão regionalista do distrito de Bragança*, nº 1, 19 de Junho de 1921. Terminou publicação em 27 de Outubro do mesmo ano.
- 28 A partir do 29º número (20 de Maio de 1935) alterou a sua periodicidade, passando a publicar-se três vezes por mês, nos dias 1, 10 e 20.
- 29 No artigo “A homenagem de Zamora a Portugal” referia-se a recente inauguração oficial naquela cidade da Avenida Portugal, acto que traduzia “uma verdadeira manifestação de agradecimento ao nosso País por ter reconhecido o Governo Nacionalista de Franco e pelo apoio moral que lhe tem prestado” (*Terras de Bragança*, nº 141, 10 de Julho de 1938, p. 1).
- 30 Ao longo da sua existência, este periódico foi alterando a sua periodicidade espelhando-se tal facto no título, pese embora mantivesse o adjectivo “regionalista”. Em 1945 passou a sair três vezes por mês (nos dias 1, 10 e 20), no ano seguinte voltou a ser quinzenário, em 1947 ostentava o subtítulo de *Dezenário Católico e Regionalista* e, a partir de Março de 1950, apresentava-se como *Semanário Católico Regionalista*.
- 31 O Abade de Baçal coloca o termo deste jornal no mês de Junho (ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 7, “Os Notáveis”, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 691).

EL CENSO GUÍA DE ARCHIVOS DE ESPAÑA E IBEROAMÉRICA: UNA HERRAMIENTA DE DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO DOCUMENTAL HISPÁNICO

Francisco Javier Fito Manteca

Los manuales españoles de Archivística que circulaban en la última década del siglo XX solían dedicar alguno de sus capítulos a exponer la situación de la informatización de los archivos, concluyendo normalmente con un pequeño tirón de orejas a unos archiveros que habían ido, en ese aspecto, a la zaga de otros profesionales (en especial atendiendo a lo ocurrido en las bibliotecas), pero advertían ya un cambio en la tendencia y auguraban, como así ha sido, un imparable avance de las nuevas tecnologías en el quehacer archivístico.

En la actualidad cada vez es mayor la literatura archivística dedicada a estudios de diferente carácter sobre la aplicación de las nuevas tecnologías, vistas bien como herramientas en las que el profesional de los archivos debe apoyarse en sus tareas diarias, bien como elemento perturbador de la práctica tradicional archivística al provocar la aparición de un nuevo tipo de documento, el documento electrónico, en un soporte nuevo, más volátil e inasible que el papel, y al que el archivero debe dar respuesta en un futuro incierto pero muy cercano.

Limitándonos ahora a esa faceta de las nuevas tecnologías como herramientas útiles en toda la cadena de tareas del archivero (descripción, gestión de usuarios, control del movimiento y valoración de la documentación, etc.), debemos reconocer que el desarrollo de la tecnología web se ha consolidado como el instrumento más eficaz para la difusión de la información, incluida la información archivística, y la interconexión entre los archivos.

Los contenidos archivísticos disponibles en la Red han ido creciendo exponencialmente –el Portal de Archivos de la Unesco recoge más de 7.000 enlaces–. Los sitios web de instituciones archivísticas, pertenecientes bien a administraciones o asociaciones archivísticas, bien a archivos propiamente dichos, son cada vez más numerosos. Los contenidos que ofertan éstos últimos son sin embargo dispares: común es que incluyan los datos de contacto y con frecuencia una relación de sus fondos documentales, descritos con una mayor o menor profundidad, en páginas web estáticas; menos habituales son los que permiten realizar consultas *on-line* sobre sus bases de datos¹.

Aunque normalmente estos sitios web mencionados se pueden localizar fácilmente a través de los procesos habituales de recuperación de la información que realizan los buscadores, sin embargo abundan los directorios temáticos que reúnen direcciones web de archivos y que simplifican su localización. Son sin duda iniciativas sencillas que agrupan la información archivística desperdigada por Internet². Pero los proyectos de más calado son los que se plantean la construcción de una verdadera red de archivos, conectando las descripciones de múltiples de ellos.

El *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* se incluye dentro de estos proyectos de descripciones conjuntas, que aspira a ofrecer al usuario una información global sobre el patrimonio documental hispánico.

EVOLUCIÓN DEL CENSO GUÍA DE LOS ARCHIVOS ESPAÑOLES E IBEROAMERICANOS

El antecedente del *Censo Guía de los Archivos Españoles e Iberoamericanos* hay que buscarlo en los trabajos realizados en la década de los 60 bajo el impulso del zamorano Antonio Matilla Tascón³, como Inspector General de Archivos, que pretendió sacar de la oscuridad en la que dormía la mayoría de los archivos municipales y parroquiales españoles.

Los resultados fueron publicados en 1972 en una edición impresa en dos volúmenes. Sus objetivos se circunscribieron a las provincias españolas y a un grupo de archivos, los de la administración local y eclesiástica, que a pesar de poseer relevante documentación histórica sufrían con frecuencia el olvido y la desidia. Soslayaba así el Censo, los Archivos del Estado y gran parte de los catedralicios y diocesanos, al marcarse como propósito el registro de “los menos conocidos y de más difícil acceso”. Darles a conocer a través del Censo era una manera de paliar esta situación y lograr una base estadística en la que fundamentar una adecuada política archivística. De estos archivos, la publicación impresa de 1972 ofrecía datos esquemáticos: las series documentales que contenían, con indicación de su volumen y fechas extremas.

En este primer proyecto, a pesar de sus limitaciones, se establecen ya unas líneas de actuación que se mantendrán en el futuro. Para empezar, difunde la palabra “*Censo*” en la terminología profesional para expresar una descripción archivística más superficial que la de la guía, el inventario o el catálogo pero realizada sobre un espectro más amplio de archivos. Además, obedece a unos propósitos muy concretos, que Sánchez Belda expone en el prólogo⁴:

- Inventariar la riqueza nacional en materia de documentación histórica.
- Ofrecer una *guía orientadora para historiadores y estudiosos*.
- Proporcionar *protección y cierta garantía de seguridad por el simple hecho de su publicación*.
- Servir de *estímulo y acicate para los archiveros españoles*.

- Constituirse en *instrumento de conocimiento de nuestra realidad archivística*.

Por otra parte, establece ya una manera de actuar, definiendo al Censo como *obra típica de colaboración en la que han intervenido muchos archiveros*, con sus ventajas pero también con sus inconvenientes, al participar archiveros de distinta procedencia y preparación.

Los cambios en la Administración tras la clausura del Régimen de Franco trajeron la creación del Ministerio de Cultura y con él la del Centro de Información Documental de Archivos, dependiente de la Dirección General del Patrimonio Artístico, Archivos y Museos. Entre las funciones asignadas al CIDA⁵ se encontraba la redacción del *Catálogo del Patrimonio Documental de la Nación* y la formación de una *Guía de Archivos Españoles*, estatales y no estatales, que incluyera los datos fundamentales sobre las condiciones del servicio, contenido de los fondos e instrumentos de información existentes de cada archivo.

De esta manera, a partir de 1979 comienza un proyecto de creación de un banco de datos, que centraliza en Madrid los censos que diferentes equipos de encuestadores cumplimentan en las provincias españolas de acuerdo a un modelo de cuestionario diseñado por el CIDA. La labor de estos equipos, además, provoca la toma de conciencia de la realidad de muchos de nuestros archivos y, además de enriquecer las bases de datos del Ministerio de Cultura, fomenta la ordenación y descripción de la documentación. La actividad inquisidora del Censo apoyó labores de descripción archivística – *estímulo y acicate para los archiveros españoles*, de nuevo las palabras de Sánchez Belda –, publicándose obras como el *Catálogo de Archivos Municipales Turolenses*, *Fuentes Documentales para la historia de Soria*, etc.⁶

Era una época en la que aún no se había difundido la tecnología web pero sí gozaba de importante desarrollo la Ciencia de la Documentación así como las bases de datos y su acceso a través de redes telemáticas. En este contexto, se busca aprovechar esas nuevas tecnologías para “dar un cambio radical a los servicios que tradicionalmente han venido dando los archivos”⁷.

Surge así el Censo Guía de Archivos (CARC) como una más de las bases de datos que va a mantener el CIDA – Bases de Datos sobre Bibliografía de Archivos, Bases de Datos de Fuentes Documentales – y que se incorporan junto con el resto de bases de datos del Ministerio de Cultura a la red de información automatizada sobre datos culturales que mantiene el Centro de Procesos de Datos del Ministerio, red que será conocida como P.I.C. (Puntos de Información Cultural).

Los P.I.C quedaron desfasados con el desarrollo en los años 90 de Internet, que permitía a los usuarios acceder desde su propia casa a las bases de datos sin necesidad de acudir a un punto concreto de distribución de la información. De esta forma, las bases de datos mantenidas por el CIDA, incluida CARC, se incorporaron a la página web del Ministerio de Cultura y se difundieron a través de Internet.

Paralelamente a este desarrollo tecnológico, el Censo Guía de Archivos se vio respaldado con la cobertura legal que le proporcionaba la Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español, que asignaba en su artículo 51 a la Administración del Estado la misión de confeccionar el *Censo de los bienes integrantes del Patrimonio Documental*, con facultad para recabar la información pertinente a los titulares de derechos sobre los bienes integrantes de dicho patrimonio. El Real Decreto 111/1986, de desarrollo parcial de esta ley, establecía para su confección la colaboración con las Comunidades Autónomas, con las que el Ministerio de Cultura podría suscribir los correspondientes convenios⁸. Como veremos, también la mayoría de la legislación autonómica que se ha aprobado desde la segunda mitad de los años 80, en virtud de las competencias que han asumido en materia de archivos, han incluido en su articulado referencias al Censo de Archivos.

Pero la información recogida en CARC no se limitó a los archivos españoles si no que incorporó también datos de países americanos. En realidad, el interés por la cultura hispana existía ya en el ánimo de la normativa que regulaba las funciones del CIDA, centro al que le asignaba la misión de recoger la información relativa a los archivos de otros países, cuyos fondos documentales tuvieran conexión con los españoles o fueran del interés de los usuarios habituales de los archivos españoles, así como la información documental relativa a España, a su cultura y a las diferentes culturas hispánicas existentes en los archivos del extranjero.

OTROS CENSOS DE ARCHIVOS EN ESPAÑA

Dentro de la geografía española se han planificado otros proyectos de Censo de Archivos, llevados a cabo por la administración provincial o autonómica, no siempre en el marco de colaboración con el resto de las administraciones.

En el País Vasco, se llevó a cabo ya en los años 80 un proyecto de Censo de los Archivos de la Comunidad Autónoma, que, frustrado el convenio de colaboración con el CIDA, desarrolló la Sociedad de Estudios Vascos. Las tres provincias vascas fueron censadas por sendos equipos de tres licenciados, coordinados por el archivero Francisco Borja de Aguinagalde, lográndose como resultado una publicación impresa en tres volúmenes⁹.

La publicación del Censo Guía de Archivos de la provincia de Valencia en 1986 por la Conselleria de Cultura, Educació i Ciència¹⁰, fue en cambio el fruto de la colaboración entre dicha Conselleria y la Subdirección General de Archivos Estatales, de forma que esos datos publicados en papel engrosaron también las bases de datos CARC.

En Andalucía, tras varios proyectos inconclusos desde la Consejería de Cultura, la campaña desarrollada en 1996 culminó con la publicación de un censo sobre los centros integrados en el Sistema Andaluz de Archivos¹¹. Suponía el registro de 924 instituciones, en las que como novedad se diferenciaba

entre *depósitos* (752) y *archivos* (172), siendo lo que marcaba la diferencia entre una y otra categoría, no la calidad de los fondos documentales que conservaban sino la calidad del servicio de archivo –o más bien la falta de un servicio de archivo, en el caso de los *depósitos*–. Aquellas instituciones que conservaban la documentación en las oficinas, sin un sistema de transferencias y sin un archivero a su cargo pasaban a engrosar la jerarquía inferior de *depósito*.

Tanto la publicación andaluza como la vasca ofrecían interesantes prólogos en los que se deslizaba, como ocurría también en la introducción al Censo-Guía de Archivos Españoles publicado en 1972, toda una filosofía del proyecto y reflexiones a cerca de la dimensión del censo de archivos como instrumento de información. Sin embargo, su carácter impreso, les otorgaba una falta de flexibilidad y unas limitaciones de difusión y actualización que llevaron tanto en el caso vasco como en el andaluz a buscar soluciones basadas en las nuevas tecnologías.

El Archivo General de Andalucía, encargado de elaborar el Censo de Archivos de la Comunidad, lo difunde actualmente a través de internet por medio de dos bases de datos *Cénsara* (Censo de Archivos Andaluces) y *Cenfocoa* (Censo de los fondos y colecciones del Patrimonio Documental andaluz), cuya existencia ha quedado además regulada en la Orden de 6 de marzo de 2001, de la Consejería de Cultura de Andalucía¹². En el País Vasco, es IRARGI – el Centro del Patrimonio Documental del País Vasco –, el que a través del sistema de información *Badator*, proporciona los datos sobre los Servicios de Archivo y los inventarios de sus Fondos. Tanto andaluces como vascos coinciden en aplicar las normas ISAD-G para describir la documentación censada, teniendo *Badator* la peculiaridad de incorporar Fondos Documentales ubicados fuera del País Vasco. En realidad, el proyecto vasco comenzó con la recogida de información en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid y en el Archivo Histórico Nacional sobre fondos de interés para la historia vasca, añadiéndose con posterioridad los Programas de Archivos Municipales y de Archivos Privados del País Vasco.

Son los Archivos Municipales los que han recibido una atención mayor por parte de las administraciones en estos planes censales. En la Rioja se ha desarrollado una campaña de censo de archivos municipales, cuyos frutos se han difundido por medio de la publicación de trípticos y a través de una base de datos en la página web del Gobierno de la Rioja. En Extremadura, la actividad promovida por la Consejería de Cultura y desarrollada en varias etapas desde 1996, ha concluido con una edición impresa en cinco volúmenes y otra en formato electrónico¹³. En la Comunidad Valenciana, tanto la Generalitat como la Diputación Provincial de Alicante han abordado ediciones de guías de Archivos Municipales, con un formato unificado.

En Cataluña, el Servei d'Arxius facilita a través de su página web la consulta de unas bases de datos con información sobre los archivos radicados en la Comunidad, tanto de la administración estatal, autonómica y local, como de corporaciones y entidades oficiales, eclesiásticas y privadas. De todos ellos se proporcionan los datos de contacto y acceso, así como las fechas extremas y el

volumen de la documentación que custodian; la descripción de los fondos documentales no se facilita salvo para los archivos comarcales e histórico provinciales, que incluyen el cuadro de clasificación de sus fondos, con indicación de las fechas extremas.

Estas actividades llevadas a cabo por las diferentes administraciones autonómicas, no responden si no a lo estipulado en su legislación, que les marca la obligatoriedad de mantener un Censo de Archivos, aunque con variantes terminológicas. La expresión más extendida es la de *Censo de los Archivos y sus Fondos Documentales*, que aparece en las leyes de archivos de Andalucía, Aragón, Castilla-la Mancha, Canarias, La Rioja y Murcia – en este último ejemplo, añadiendo explícitamente que se trata de un *Censo de Archivos Públicos y Privados*¹⁴. Formulaciones algo diferentes aparecen en la ley madrileña (*Censo de Fondos de Archivo, Centros de Archivo, colecciones y documentos*) y la ley gallega (*Censo de Archivos y Documentos de Galicia*), aunque manteniendo siempre esa doble faceta Archivos-Documentación. En otros casos se sigue manteniendo el vocablo *censo*, pero se ha preferido hacer hincapié en el hecho de que es un instrumento de defensa del patrimonio histórico, en consonancia con el “*Censo de los bienes integrantes del Patrimonio Documental*” de la ley estatal; de esta forma se establecen el *Censo del Patrimonio documental de Asturias* y el *Censo del Patrimonio Documental Valenciano*¹⁵. En otras ocasiones se ha preferido el término *inventario* sobre el de *censo*, como sucede en el País Vasco (*Inventario General del Patrimonio Documental Vasco*) y en Cataluña (*Inventari i Registre d’Arxius*)¹⁶. Las Comunidades de Cantabria y de Castilla y León se decantan por las dos formas al especificar la elaboración del *Censo de Centros de Archivo de Cantabria* así como la confección de un *Inventario General del Patrimonio documental*, en el caso cántabro, y la confección de un *Censo de los archivos radicados en la Comunidad Autónoma de Castilla y León* y de un *Inventario de los fondos documentales*, en el caso castellano y leonés¹⁷.

No sólo las administraciones autonómicas tienen encomendada la tarea de censar su patrimonio documental, sino que encontramos otras administraciones estatales, además del Ministerio de Cultura, encargadas de esa misión. De esta forma, el Reglamento de Archivos Militares (R.D. 2598/1998) hace referencia en su artículo 53 a un *censo de bienes integrantes del patrimonio documental militar*, y en su artículo 55 asigna el mantenimiento del *Censo de Archivos Militares* al órgano que ejerza la Dirección del Sistema Archivístico de la Defensa. Además, también en las administraciones locales encontramos planes de acción sobre los archivos municipales, en el marco de la tutela y asesoramiento que deben ejercer las Diputaciones Provinciales sobre los municipios con pocos recursos. La de Salamanca, dentro de su *Plan Provincial de Recuperación de Archivos Municipales* llegó a publicar en 1988 un censo de archivos¹⁸ y ya hemos mencionado la publicación de guías de los archivos municipales de Alicante por su Diputación Provincial. El Servicio Comarcal de Archivos de La Safor, por poner otro ejemplo, ha elaborado en 2003 una guía de los archivos municipales de la comarca¹⁹.

Hay que tener en cuenta además otras actuaciones, fuera del ámbito de la Administración. Así, por ejemplo, la Asociación Española de Archiveros Eclesiásticos editó ya en 1985 dos tomos impresos en los que se reunía información sobre los archivos de la Iglesia²⁰, publicación que ha sido actualizada en formato electrónico, con la colaboración del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte en el año 2001²¹.

Si reflexionamos sobre toda esta variedad de iniciativas, con metas muy similares, el conocimiento y difusión del patrimonio documental, nos encontramos con una imperiosa necesidad de actuar de una manera coordinada, que evite la duplicidad de esfuerzos y permita aprovechar los trabajos de diferentes equipos y administraciones. La solución pasa por una recogida de información normalizada y homogénea en todos los casos.

Este requisito de establecer métodos uniformes, apoyado por la legislación, debería ser más explotado por las administraciones. La Ley del Patrimonio Histórico Español establece que la elaboración del Censo se realice *en colaboración con las Administraciones competentes*, y el R.D. 111/1986, que desarrolla dicha ley, especifica que el Ministerio de Cultura lo ha de confeccionar *en colaboración con las Administraciones de las Comunidades Autónomas*. Igualmente, el Reglamento de Archivos Militares estipula la *colaboración con los servicios de la Administración General el Estado en materia de patrimonio histórico* y las normas autonómicas, además de estipular la obligada colaboración de los poseedores del patrimonio cultural, suelen incluir referencias a la colaboración con el resto de las administraciones.

Desde el año 2001, el Ministerio de Cultura –antes de Educación, Cultura y Deporte– ha firmado Convenios con algunas Comunidades Autónomas para la elaboración del Censo del Patrimonio Documental, que se renuevan anualmente, en un marco de colaboración que es de esperar se consolide y se extienda al resto de las autonomías. En el año 2003, una campaña de censo de los archivos militares permitió incorporar los resultados a las bases de datos del Ministerio de Cultura.

CENSOS DE ARCHIVOS EN OTROS PAÍSES

El Censo de Archivos no se puede considerar un producto atípico o estafario de la administración española si no un instrumento lógico que debe desarrollar toda administración que desempeñe la tutela sobre los archivos, y un servicio que reclaman los investigadores de cualquier país. No obstante, ese interés por crear un sistema de información de archivos se ha ejecutado de forma diversa en los diferentes países, en lógica correspondencia con las diferentes realidades archivísticas y las diferentes nociones de *Archivo* defendidas por las escuelas archivísticas.

En Francia, la fuerte impronta centralista, explica que la información archivística gire en torno a las bases de datos de los Archivos Nacionales, mientras

que en Estados Unidos, la existencia de *historical manuscripts*, entendidos como algo diferente a los *public archives*, y con frecuencia en manos de bibliotecas y universidades, permitió que la información sobre este tipo de archivos se difundiera muy ligada con la información bibliotecaria, de forma que ha sido la Biblioteca del Congreso la encargada de la publicación desde 1962 del NUCMC (*National Union Catalog of Manuscript Collection*), informatizado desde los años 80. Una situación muy similar es la que ofrece Australia, donde la Biblioteca Nacional ha apoyado el desarrollo del *Register of Australian Archives and Manuscripts* (RAAM), sucesor desde 1996 de la *Guide to collections of manuscripts relating to Australia*.

En ocasiones, las campañas de censo de archivos han sido el instrumento para llevar a cabo una política de adquisición de fondos documentales. Así por ejemplo, en Francia, el proyecto de censo de archivos relacionados con el ámbito laboral, iniciado en los años 80, favoreció la creación del Centro de Archivos del Mundo del Trabajo, para custodiar este tipo de documentación²². En Milán, el *Centro per la Cultura d'Impresa* proyectó un censo de archivos empresariales con el fin de crear un archivo económico territorial²³.

En general, el levantamiento de un censo de los archivos privados ha sido una meta promovida por las Administraciones Archivísticas y Centros de Investigación Histórica, que veían en la falta de control de este tipo de archivos una amenaza para la supervivencia de los mismos. En el Reino Unido, a partir de 1945 la *Royal Commission on Historical Manuscripts* se encargó de centralizar e indizar los instrumentos de descripción de los archivos privados a través del *National Register of Archives*; en Holanda fue desde 1964 cuando, siguiendo el consejo de la Sociedad Histórica Holandesa se creó el *Centraal Register van Particuliere Archieven* (CRPA), como parte del Archivo Nacional de Holanda, aunque funcionando de manera autónoma. En 1978 nació en Sudáfrica el *National Register of Manuscripts* (NAREM)²⁴.

Por su parte, la administración italiana, ha distribuido la información de los 98 Archivos del Estado por medio de una Guía publicada en principio en formato impreso y posteriormente en Internet, codificando los datos con SGML y, más recientemente con XML, mientras que el Servizio III de la Direzione Generale degli Archivi, encargada de los archivos no estatales ha coordinado varios proyectos de censos parciales (de archivos de la arquitectura, de la diócesis de Venecia, de Casas Editoriales) y, sobre todo, ha apoyado un macroproyecto de censo de todos los archivos no estatales, SIUSA, sobre una experiencia anterior de los años 90, ANAGRAFE. El esquema del sistema SIUSA diferencia los datos de gestión frente a los datos de descripción archivística, compuestos a su vez por la información referente a la documentación, a los productores y a los custodios²⁵.

La realidad a la que se enfrenta el patrimonio documental en muchos de los países iberoamericanos, en un contexto de escasos recursos para los archivos y deficiente conocimiento de los mismos, convierte a los proyectos de censo de archivos en un verdadero revulsivo y una oportunidad para controlar su patri-

monio documental, de forma que la mayor parte de estos países han abordado campañas censales, normalmente con ayuda financiera exterior y en muchos casos bajo el patrocinio del Ministerio de Cultura de España. El Censo de Archivos se convierte en el paso previo al diseño de una política archivística coherente y una herramienta para el *rescate* de los archivos – por emplear un término de amplia difusión en Hispanoamérica –.

El *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* ha servido de plataforma informática para difundir estos resultados, reuniendo la información en una única base de datos y contribuyendo a divulgar el patrimonio cultural hispánico, por encima de fronteras políticas. Anualmente, el Ministerio de Cultura de España firma convenios con diferentes instituciones archivísticas iberoamericanas con objeto de financiar los equipos de trabajo e incorporar los censos a las bases de datos de la Subdirección General de los Archivos Estatales, que actualmente difunde información de más de 7.600 Archivos radicados en Iberoamérica.

NUEVA PLATAFORMA TECNOLÓGICA PARA EL CENSO GUÍA DE ARCHIVOS

Desde el año 1999, las bases de datos del Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica se han visto transformadas por una serie de intervenciones cuyo móvil ha sido el aprovechamiento de los avances que se han producido en el campo de la normalización archivística y en la aplicación de las nuevas tecnologías a los archivos.

Coincidiendo con la consolidación de las normas de descripción archivística ISAD-G, cuya segunda versión fue aprobada en el Congreso Internacional de Archivos, celebrado en Sevilla en el año 2000, y en un momento en el que el mercado ofrecía ya una amplia gama de soluciones informáticas para la gestión de los archivos, se determinó desde la Subdirección General de los Archivos Estatales que el nuevo diseño del Censo – Guía fuera respetuoso con dichas normas de descripción, migrándose la información existente en CARC al Sistema de Gestión de Archivos Albalá, comercializado por la empresa Baratz.

El cambio suponía individualizar la descripción de la documentación – estructurada ahora según los elementos y el esquema multinivel establecidos en la norma ISAD-G – con respecto a la información relativa al centro que custodiaba dicha documentación.

En este sentido, hay que ser conscientes de que la polisemia de la palabra *Archivo* nos puede jugar malas pasadas y hacernos poner en un mismo plano realidades diferentes. El término *Archivo* tiene varias acepciones, que podemos concretar en tres: por un lado, tiene una *dimensión espacial*, al designar el lugar donde están físicamente los documentos (recurriendo a la definición de la RAE: “lugar donde se conserva un archivo o varios”); por otro, tiene una

dimensión documental, que recoge la Ley del Patrimonio Histórico Español, al definir los Archivos en su artículo 59 como conjuntos orgánicos de documentos; y por último, posee una *dimensión institucional*, que también acepta la LPHE, al presentarlos como “las instituciones culturales donde se reúnen, conservan, ordenan y difunden para los fines mencionados dichos conjuntos orgánicos”.

En CARC existían en 1999 más de 30.000 registros de *Archivos*, que en su gran mayoría obedecían al concepto institucional de *Archivo*²⁶. Los registros estructuraban la información en una serie de campos, algunos relativos a los datos de contacto con la institución (dirección postal, teléfono) y al acceso, otros sobre información estadística, bibliográfica, etc. Uno de estos campos, con el literal “*Fondos*” aportaba información sobre el contenido documental custodiado en el archivo, con indicación de fechas extremas y volumen.

La migración en el 2000 desde las antiguas bases de datos al Sistema de Gestión *Albalá*, programa que en su diseño se atenía a las normas de descripción ISAD-G, supuso individualizar ese campo “*Fondos*” que existía en CARC y estructurarlo según los niveles de descripción fijados por la norma internacional. Los nuevos censos de archivos se recogerían ya según este nuevo esquema.

Individualizar, por un lado, la información de la institución archivística y, por otro, la de la documentación, está en consonancia con lo desarrollado por otros proyectos. Ya hemos señalado que el censo andaluz distingue entre el Censo de Archivos y el Censo de Fondos y Colecciones Documentales; Irargi también diferencia la información de la documentación frente a la del *Servicio de Archivo*. Y ya hemos visto cómo en la mayoría de la legislación autonómica se especifica que el Censo es de los Archivos y los Fondos Documentales – *un censo de los Centros de Archivo y un inventario de los fondos documentales que contengan*, según la redacción de la ley de Cantabria –.

Archivos, *Servicios de Archivo*, *Centros de Archivo* son términos empleados para designar esa acepción de *Archivo* como institución encargada de custodiar, organizar y divulgar la documentación. No obstante, sin salirnos de ese significado, no en todos los países se tiene el mismo concepto de *Archivo* – ya Lodolini ha reflexionado ampliamente sobre el tema²⁷ –. Frente a los países germánicos, donde los *Archive* son únicamente los archivos responsables de la documentación con carácter histórico o permanente, que le transfieren las *Registraturen* – similar a la diferencia entre *record management* y *Archives* en el mundo anglosajón – el *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica*, siguiendo nuestra tradición archivística, que carece de una visión tan meridiana, incluye no únicamente los archivos históricos, sino una gran variedad de centros, archivos centrales de las administraciones, archivos de centros docentes, hospitalarios, etc.

Por lo que se refiere al censo de archivos bajo el punto de vista documental, es decir, considerando al archivo como *un conjunto orgánico de documentos, o la reunión de varios de ellos* (LPHE, art. 59), el censo está obligado a

registrar todos esos conjuntos orgánicos, tomándolos como unidad principal. Se convierte así en un Censo de Fondos y Colecciones Documentales, fondos documentales cuando el conjunto de documentos ha sido producido orgánicamente y/o acumulado y utilizado por una persona física, familia o entidad en el transcurso de sus actividades y funciones como productor y colección documental cuando el conjunto se basa en aspectos ajenos a la procedencia, según lo establecido por la ISAD-G.

Los Fondos y Colecciones Documentales son las unidades superiores en la descripción, por lo que al cumplimentarse los cuestionarios del Censo, el informante lo primero que tiene que hacer es identificar los fondos y colecciones documentales que custodia en su Archivo, que debe describir siguiendo los elementos establecidos en la norma de descripción archivista internacional. De acuerdo con esta norma, podrá describir el Fondo/Colección como un todo o por separado, indicando subfondos y series. Aunque existen directrices a la hora de delimitar un Fondo, está cuestión no está zanjada, tal y como señala Bonal Zazo²⁸, y de hecho, un instrumento como el Censo de Archivos debe constituirse en una plataforma donde la comunidad archivística española consensúe unas pautas generales en este sentido.

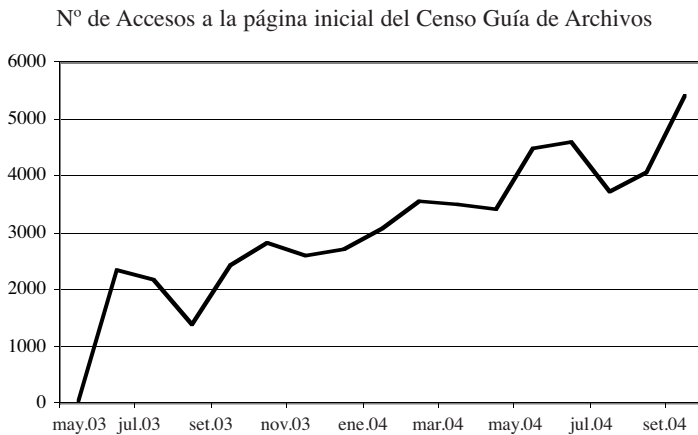
En 2003 el Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica experimenta un nuevo cambio al integrarse en la plataforma del AER (Archivos Españoles en Red)²⁹, abandonando el programa *Albalá*.

Desde el año 2000 la comunidad archivística ha seguido progresando en la aplicación de estándares y en el aprovechamiento de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, surgiendo proyectos experimentales que buscan explotar al máximo las posibilidades de la web. Más allá de los sistemas informáticos creados para ayudar a un Archivo a gestionar de forma aislada su documentación, han surgido proyectos que buscan interrelacionar en red a múltiples Archivos. Es en estos casos donde el trabajo normalizado y los modelos de datos estructurados según estándares adquieren un enorme protagonismo.

El trabajo compartido en red y la difusión de la información de forma conjunta es la dirección de experimentos a nivel europeo como el de Malvine (*Manuscripts and Letters via Integrated Networks in Europe*), cuya base de datos distribuida conecta en red las bases de datos de las instituciones participantes, EUAN (*European Union Archive Network*) o EVA (*European Visual Archive*). Pero no sólo encontramos experiencias supranacionales. Ya hemos mencionado el proyecto SIUSA italiano y en Alemania, donde las administraciones archivísticas de cada *Land* tienen encomendada la tutela de los archivos, se han desarrollado varios *Archivverbund*. En 1998, se puso en marcha la Red de Archivos de Renania del Norte-Westfalia, con un entramado que reunía a todos los archivos del *Land* pero únicamente hasta el nivel de Fondo Documental. La red de los Archivos de Hessen, implantada en 2002, ofrecía ya microdescripción pero limitándose únicamente a los tres archivos estatales. Más recientemente, en 2003, la red de Mecklemburgo-Pomerania Occidental

ofrece una plataforma (ARIADNE)³⁰ en la que pueden trabajar todos los archivos del *Land* que lo deseen.

En este contexto, en el que se valora la descripción gregaria –si damos el término por válido –, donde los archiveros puedan compartir recursos y conformar redes de archivos, la Subdirección General de los Archivos Estatales ha lanzado desde el pasado año, tras un prototipo presentado en el 2000, la plataforma AER que interrelaciona a los Archivos que están bajo su gestión directa, uniendo sus descripciones y facilitando imágenes digitalizadas de sus documentos. El *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* se ha alojado en el servidor AER, pero manteniendo un interfaz propio. Desde el mes de mayo de 2003, en que la nueva aplicación se puso al público, las estadísticas reflejan una progresión en el número de accesos a la página inicial del *Censo Guía de Archivos*, con una media de más de 150 accesos diarios, demostrando que sigue siendo un eficaz instrumento de difusión del Patrimonio Documental.



El diseño del *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* distingue tres tipos de registro:

- Los Centros de Archivo, definidos como la institución, unidad administrativa o persona privada encargada de la custodia y servicio de la documentación.
- Los Fondos/Colecciones Documentales que custodia cada Centro de Archivo, descritos con todos los elementos establecidos en las normas ISAD-G.
- Unidades de descripción que conforman el cuadro de clasificación de cada Fondo / Colección Documental, descritas únicamente con los elementos obligatorios de las ISAD-G.

N.º de registros españoles en el Censo Guía de Archivos³¹

Regiones	Centros de Archivo	Fondos /Colecciones Documentales	Unidades de descripción inferiores	
			<i>Estatales</i>	<i>No estatales</i>
Andalucía	4.192	4.828	342.455	65.383
Aragón	3.029	3.050	-	67.570
Asturias	757	822	-	10.179
Baleares	9	157	-	405
Canarias	177	396	-	17.557
Cantabria	1.048	1.070	-	11.672
Castilla-La Mancha	3.308	4.008	72.916	59.101
Castilla y León	8.498	9.628	257.641	145.196
Cataluña	1.839	3.081	30.246	22.437
Euskadi	27	107	215	299
Extremadura	14	91	-	191
Galicia	4.622	5.282	-	66.810
La Rioja	615	727	-	6.442
Madrid	887	2.056	227.175	18.711
Murcia	47	237	-	3.201
Navarra	2.156	1.965	-	39.437
Valencia	3.380	3.577	-	44.011
Ceuta y Melilla	126	134	-	2.206
TOTAL España	34.731	41.216	930.648	580.808

A la hora de normalizar la información archivística, las líneas por las que discurren los modelos de datos que se están desarrollando señalan varios componentes individualizados, pero también interrelacionados: las descripciones de documentos de archivo, las autoridades de contexto – creación de los documentos –, las autoridades de custodia y las entidades externas³². En el mencionado proyecto italiano SIUSA, se diferencia por un lado la información relativa con la gestión –es decir, los datos necesarios para que las *Soprintendenze* ejerzan su misión tutelar sobre los archivos – frente a la información descriptiva, para la que distinguen tres “oggetti” principales: el *Complesso archivistico*, el *Soggetto conservatore* y el *Sogetto produttore*³³.

El *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* ha concretado una estructura de datos para la descripción de los custodios y para la descripción de los documentos y debe abordar ahora las descripciones de los productores de documentos, una vez que se han aprobado en agosto de 2004 las nuevas normas ISAAR-CPF, coincidiendo con el Congreso Internacional de Archivos de Viena, así como el desarrollo de unas autoridades de contenido. El *Censo Guía de Archivos* incluye además enlaces a entidades externas, incorporando ficheros multimedia – vídeos y fotografías de los Archivos –, y está en proyecto la inclusión de enlaces a instrumentos de descripción digitalizados.

Uno de los aspectos, por otra parte, en los que más se ha incidido en el nuevo diseño del *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* ha sido el

de favorecer el trabajo en línea y el intercambio de datos, de forma que se ha construido, un *workflow* que permite a los informantes dar de alta o modificar datos on-line y así mismo se ha dotado de una herramienta que convierte la información de las bases de datos a un lenguaje codificado en XML. Si para la descripción de la documentación ya existe una DTD, implementada por la Sociedad de Archiveros Americanos y de amplia difusión mundial, la *Encoded Archival Description* – EAD –, para la información sobre el Centro de Archivo, se ha configurado una DTD específica³⁴.

Los informantes, a través de Internet y por medio de unas claves de acceso, pueden conectarse con el Censo Guía de Archivos e incorporar ellos mismos los datos.



- Para realizar el alta en línea el archivero debe solicitar las necesarias claves de acceso al correo electrónico censoguia@dglab.mcu.es.
- Una vez que tiene asignadas dichas claves de acceso, el archivero puede a través de la dirección web http://aer.mcu.es/sgae/index_censo_guia.jsp entrar en la Aplicación para dar de alta su Archivo y describir los Fondos Documentales en él custodiados o bien simplemente modificar los datos ya existentes.

CONCLUSIÓN

Uno de los postulados de la descripción archivística aboga por ir de lo general a lo particular. Tener una visión somera pero completa de todos los Fondos y Colecciones del Patrimonio Documental se convierte en un requisito para las administraciones, siendo el censo de archivos el instrumento previo para iniciar políticas archivísticas de más profundidad. Es también el censo de archivos el instrumento que debe encauzar inicialmente a los investigadores hacia los conjuntos documentales de su interés y hacia instrumentos de descripción más detallados.

En todo proyecto de censo de archivos hay que tener en cuenta dos etapas bien diferenciadas, la recogida de la información en un primer momento y,

seguidamente, la difusión de los resultados. Entre los objetivos debe estar el de reducir al máximo el tiempo transcurrido entre la toma de esos datos y su difusión – a lo que contribuyen los mecanismos de actualización en línea –.

Por otra parte, ya hemos visto cómo se llevan a cabo actividades censales de forma descoordinada, a veces con una acotación geográfica (los archivos de una provincia, de una comarca) y otras con una acotación temática (archivos eclesiásticos, archivos empresariales). En este sentido, hay que insistir en que las descripciones se realicen ajustándose a los estándares establecidos, de forma que un único levantamiento de censos pueda ser difundido en múltiples formas, a través de bases de datos mantenidas por diferentes administraciones, se puedan compartir recursos y lograr incorporar esos datos a redes regionales, nacionales y supranacionales. Los modelos de intercambio de datos y la descripción normalizada se convierten en claves para ahorrar esfuerzos y diversificar la divulgación del patrimonio documental.

BIBLIOGRAFÍA

Artículos sobre el Censo de Archivos en España

- VV.AA. (1979), “El Censo-Guía de los Archivos de la Provincia de Sevilla, en *Archivo Hispalense*, Sevilla, 191, p. 1-45.
- RIVAS PALÁ, María (1984), “La recuperación del patrimonio documental en la provincia de Huesca”, en *Aragón Cultural*, Zaragoza, 2, p. 2-3.
- CONTINENTE FERRER, María Concepción Toledo (1985), “El Censo-Guía de archivos en la provincia de Toledo: una experiencia positiva”, en *Boletín de la Anabad*, Madrid, vol. XXXV, n. 4, p. 511-514.
- ÁLVAREZ GARCÍA, Carlos (1985), *Fuentes documentales para la historia de Soria: censo guía de archivos*, Soria: Ministerio de Cultura, Centro de Estudios Sorianos.
- VÁZQUEZ DE PARGA, Margarita (1986), “El Sistema Nacional de Información del Patrimonio Documental”, en *Boletín de Anabad*, Madrid: V, XXXVI, n. 1-2, p. 63-77.
- VV.AA. “Valoración del Censo-Guía de archivos de Navarra”, en *Congreso general de historia de Navarra* (12. 1986. Pamplona), Primer congreso...: 2. comunicaciones: Archivística, Prehistoria, Edad Antigua, Pamplona: Institución Príncipe de Viana, D.L., 1986, p. 23-33.
- TORNEL COBACHO, Cayetano (jul.-dic. 1989), “Censo-Guía de los archivos de Cartagena”, en *Cuadernos del Estero*, Cartagena: n. 2, p. 83-99.
- HEVIA BALLINA, Agustín (1990), “Las cofradías en la vida de la iglesia: un mundo de comunicación para la piedad y la caridad: hacia un censo de documentación de cofradías de la iglesia en España”, en *Memoria Ecclesiae I: los archivos de la iglesia: presente y futuro: actas del cursillo* (Madrid 12 al 15 de septiembre de 1988) y elenco de los archiveros de la iglesia, Barcelona: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, p. 77-108.
- OLLIVER MORAGUES, Manuel (1990), “Archivos familiares de la part forana: bases para su censo y protección”, en *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana. Revista d'estudis històrics*. Palma de Mallorca, n. 46, p. 253-265.
- GARCÍA VICTORIA, Jorge Ignacio. *Informe sobre edición del Censo-Guía de Archivos* [S.N.], [1991]. Inédito.
- Censo-Guía de archivos de la provincia de Lugo: informe tercera fase/[coordinador] Miguel Angel Jaramillo Guerreira. [S.l.: s.n.], [1992]. Inédito.

- RUFO CALVO, María Jesús (1992), “Aplicación del Proyecto de Recogida de Datos para el Censo de documentos en las consejerías: Consejería de Agricultura y Cooperación”, en *Actas de las Primeras Jornadas sobre metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones públicas* (1as. 1991. Madrid), Madrid: Dirección de los Archivos Estatales, p. 437-453.
- VÁZQUEZ DE PARGA, Margarita, CORRAL SACRISTÁN, María Aurelia y SIERRA BÁRCENA, Carmen (1992), “La documentación eclesiástica en el Censo-Guía de Archivos”, en *Memoria Ecclesiae III: Iglesia y cultura en las Edades Media y Moderna*, Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, p. 5-11.
- SIERRA BÁRCENA, Carmen (1995), “Censo-guía de Archivos Españoles (the survey-guide to Spanish Archives)”, en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, London: University, Institute of Historical Research, p. 86-90.
- CASTRO TOLEDO, Jonás (1996), *Censo-guía de los archivos parroquiales de la Diócesis de Valladolid*, Valladolid: [s.n.], Inédito.
- HEREDIA HERRERA, Antonia (1997), “Aproximación al patrimonio documental: el censo del sistema andaluz de archivos”, en *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, Año V, n. 19, p. 147-148.
- PÁEZ GARCÍA, Mateo Antonio (1997), “Los archivos autonómicos en el censo del sistema andaluz de archivos”, en *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, Año V, n. 20, p. 125-130.
- “Educación y Cultura impulsa la continuidad del censo-guía de archivos y fondos documentales”, en *Anaquel: boletín de libros, archivos y bibliotecas de Castilla-La Mancha*, Toledo: Servicio Regional del Libro, Archivos y Bibliotecas, n.º 18 (jun.-oct. 2002), p. 16.

Censos de Archivos Españoles Publicados

- Censo Guía de Archivos Españoles, Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972.
- Guía de los archivos y de las bibliotecas de la iglesia en España, León: Asociación Española de Archiveros Eclesiásticos, 1985.
- Censo-guía de archivos de la provincia de Valencia, Valencia: Conselleria de Cultura, Educacion i Ciencia [etc], 1986.
- Censo de archivos del País Vasco: Guipuzcoa/ Francisco Borja de Aguinagalde Olaizola, coord. Donostia: Eusko Ikaskuntza = Sociedad de Estudios Vascos, 1986.
- Censo de archivos del País Vasco: Álava/ Francisco Borja de Aguinagalde Olaizola, coord. Donostia: Eusko Ikaskuntza = Sociedad de Estudios Vascos, 1988.
- Censo de archivos del País Vasco: Bizkaia/ Francisco Borja de Aguinagalde Olaizola, coord. Donostia: Eusko Ikaskuntza = Sociedad de Estudios Vascos, 1988.
- Censo-guía de los archivos municipales de la provincia de Salamanca / José Antonio Bonilla Hernández (director); José María Calderón de la Barca Alonso... [et al.]. — Salamanca: Diputación Provincial, 1988.
- VICARIO SANTAMARÍA (1988), Matías, *Censo-guía de los archivos parroquiales de la diócesis de Burgos*, Burgos: Arzobispado.
- Censo del Sistema Andaluz de Archivos/ coordinación Antonia Heredia Herrera. Sevilla: Junta de Andalucía, 1997.
- Guía de los Archivos de la Iglesia en España [Recurso electrónico] / producción del Archivo Diocesano de Barcelona para la Asociación de Archiveros de la Iglesia en España; Josep M. Martí Bonet, dirección; Francesc Tena Juncosa, coordinación, diseño y realización; Pere-Jordi Figuerola Rotger, diseño de los contenidos, Barcelona: Archivo Diocesano de Barcelona: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, D. L. 2001.

- Censo de archivos municipales de la Comunidad Autónoma de Extremadura: avance parcial/dirección del proyecto M^a. Luz García García, M^a. Esperanza Díaz García, Mérida: Junta de Extremadura, 1999. Contiene: Vol. 1 y 2, Cáceres – Vol. 3. Badajoz.
- Censo de archivos municipales de Extremadura, Mérida: Consejería de Cultura, 2003. Contiene: Vol. 4: Cáceres – Vol. 5: Badajoz.
- Censo de archivos municipales de Extremadura [Recurso electrónico], Badajoz, Mérida: Consejería de Cultura, [2003]
- Censo de archivos municipales de Extremadura [Recurso electrónico], Cáceres, Mérida: Consejería de Cultura, [2003]

Censo de Archivos en otros países

AMÉRICA LATINA

- JÁUREGUI CORDERO, Juan Heriberto y PALIZZA LEDEZMA, Pedro Ramir (1984), “Breve análisis de los archivos provinciales: (el caso del departamento de la paz)”, en *Boletín del Archivo de la Paz*, La Paz. V. 8, 17-25.
- Primer censo de archivos de la administración pública de Lima y Callao 1983, Lima: Archivo General de la Nación, 1984.
- Seminario Censo-Guía de Archivos: relatoría: informes nacionales, en *ALA: Órgano de Comunicación de la Asociación Latinoamericana de Archivos*. N. 12 (1991), p. 29-70.
- Censo-Guía y estadística de los archivos colombianos, Bogotá: Archivo General de la Nación, 1991. 2 v.
- Censo-guía y estadística de los archivos de Antioquía, Santafé de Bogotá: Archivo General de la Nación, 1992.
- RIVAS FERNÁNDEZ, José Bernal (1994), Censo-Guía Archivos Municipales de Costa Rica. [San José]: Universidad, Centro de Investigaciones Históricas.
- Censo-guía de los archivos de Potosí”, en *Boletín del Archivo Histórico de Potosí*, Potosí. N. 8 (1994), p. 31.
- VALDA MARTÍNEZ, Edgar Armando (1994), “El censo guía de archivos de Potosí”, en *Casa de Moneda*, Potosí, n. 4, p. 29.
- GALEANA, PATRICIA (1996), “Mexico’s National Archives”, en *JANUS*, Paris, p. 76-83.
- Censo-guía y estadística de los archivos de Boyacá, Santafé de Bogotá: Archivo General de la Nación, 1996.
- “El Censo nacional de archivos y la política archivística”, en *Boletín Informativo del Sistema Nacional de Archivos*, Lima. N. 11 (1997), p. 3-4.
- SEIJAS RODRÍGUEZ, Belén (julio1997-junio 1998), “Censo-guía de archivos del Estado Mérida”, en *Boletín del Archivo General del Estado Mérida*, Mérida: Gobernación del Estado. Año 1, n. 2-3, p. 67-68.
- GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Sara (2000), “Censo guía de Archivos de Colombia”, en *ALA: Revista de la Asociación Latinoamericana de Archivos*, Santafé de Bogotá, n. 23, p. 80-81.
- Censo Guía de archivos en Colombia [Recurso electrónico] / Archivo General de la Nación: Bogotá: [Archivo General de la Nación], 2000.
- RODRÍGUEZ FRANCIA, Marlitt (mayo 2001), “Normatividad archivística: I Censo Nacional de Archivos”, en *Revista del Archivo General de La Nación*, Lima: AGN, vol. 22, p. 99-121.
- “Proyecto Censo Guía de los Archivos Nicaragüenses, ejecutado con la colaboración del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España”, en *Nuestro acontecer: boletín informativo*, Managua: Academia de Geografía e Historia de Nicaragua, Año I, n. 2 (ene.-mar. 2003), p. 3-4

AUSTRALIA

POWELL, Graeme (1995), "The exchange of archival information in Australia", en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 44-54

BÉLGICA

VANCOPPENOLLE, Chantal (1995), "L'enregistrement et le tri global des archives d'entreprises en Belgique", en *La gazette des archives*, Paris, n. 168, p. 187-195

CANADÁ

MARCOUX, Yves (1995), "A National Register of Archives in mosaic form: the Canadian example", en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 55-64.

ESTADOS UNIDOS

OSTROFF, Harriet (1995), "The National Union Catalog of manuscript collections", en *The National Register of Archives: an International Perspective: Essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 99-103

FRANCIA

LEMENOREL, Alain (1995), "Les archives du monde du travail: une affaire classée?", en *La Gazette des Archives*, Paris. N. 168, p. 74-87.

HOLANDA

BERVOETS, Jan (1986), "Private archives in the general state archives: the development of a standard practice in the netherlands", en *Janus*, n. 2, p. 7-12.

RUITENBERG, G. N. W (1995), "The Central Register of Private Archives (CRPA) and the policy in the Netherlands regarding private archives", en *The National Register of Archives an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 65-71

ITALIA

Guida generale degli archivi di stato italiani, Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1981. 4 v.

GUERCIO, Maria y MARTINI, Alfredo (1984), "Censimento e salvaguardia degli archivi industriali nel lazio: primi risultati", en *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma. V. 44, n. 2-3, p. 618-627.

BORGIA, Luigi. Individuazione degli archivi d'impresa in Toscana", en *Rassegna degli Archivi di Stato*. Roma. V.44 (1984), n.2-3, p. 593-598.

Riprogettare "Anagrafe" (2000), "Elementi per un nuovo sistema archivistico nazionale", en *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, V. LX, n. 2, p. 373-454.

SCHIAVINI TREZZI, Juanita (2001), "Censimenti e mezzi di corredo archivistici. Riflessioni in margine al censimento degli archivi parrocchiali della Diocesi di Bergamo", en *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, V. LXI, n. 1-2-3, p. 166-208.

- PASTURA, Maria Grazia (2001), "SIUSA, le ragioni di una scelta", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [9]-15.
- FREGNI, Euride (2001), "Il Sistema Informativo Unificato delle Soprintendenze Archivistiche (SIUSA) come strumento di tutela e di informazione", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [17]-22.
- VV.AA. Sistema informativo unificato delle Soprintendenze archivistiche e sistemi archivistici locali: un'intesa tra Coordinamento delle Regioni e Ministero per il patrimonio archivistico", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*. Pisa: Scuola Normale Superiore. V. XI, n. 2 (2001), p. [23]-41.
- BONDIELLI, Daniela (2001), "Il Sistema Informativo Unificato per le Soprintendenze Archivistiche: elaborazione, sviluppo, descrizione del progetto", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [43]-71.
- ROMANO, Giuseppe y RONCA, Antonio (2001), "SIUSA: il software", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [73]-76.
- MESORACA, Giuseppe (2001), "Recupero delle banche dati di Anagrafe in SIUSA", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [77]-86.
- TAGLIOLI, Maddalena (2001), "Sistema informativo unificato delle Soprintendenze Archivistiche: osservazioni sulla metodologia di recupero dei dati di Anagrafe", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [87]-90.
- CAVAZZANA ROMANELLI, Francesca (2001), "Il Sistema Informativo Unificato delle Soprintendenze Archivistiche: suggestioni e opportunità per il lavoro di descrizione archivistica / Francesca Cavazzana Romanelli", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [91]-99.
- MULÈ, Antonella (2001), "Per tracciare il viale di ingresso al sistema: primi spunti di riflessione in merito alla restituzione dei dati archivistici in SIUSA a partire dall'esperienza cartacea della Guida generale", en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d'informazioni*, Pisa: Scuola Normale Superiore, V. XI, n. 2, p. [101]-111.
- BONDIELLI, Daniela (2002), "I sistemi informativi archivistici in rapporto alle risorse telematiche: nuovi progetti a confronto", en *Archivi & computer: automazione e beni culturali*, Roma: Carocci editore, Año XII, fasc. 3, p. 48-57.

REINO UNIDO

- SARGENT, Dick (1995), "The National Register of Archives", en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, Londres: University, Institute of Historical Research, p. 1-35.
- BARNES, Ishbel (1995), "The National Register of Archives (Scotland)", en *The National Register of Archives: an International Perspective: Essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 72-75.
- MITCHELL, Laura M. (1997), "Scottish Record Office computerised records location system", en *Journal of the Society of Archivists*. Abingdon, vol. 18, n. 2, p. 189-203.
- RITCHIE, Alex (november 2000), "Business history and the National Register of Archives", en *Business Archives: sources and history*, Londres, n. 80, p. 55-56.

SUDÁFRICA

KIRKWOOD, Clive (1995), "Inter-institutional co-operation in the computer retrieval of information on private archives: the South African National Register of Manuscripts (NAREM)", en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 76-85.

SUECIA

BJESBY, Martín (1995), "The Swedish National Register of Private Archives", en *The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA*, edited by Dick Sargent, London: University, Institute of Historical Research, p. 91-98.

SUIZA

GRANGE, Didier (2000), *Les archives d'entreprises suisses révélées grâce au web*, Didier Grange", en *Imprese e storia*. ISSN 1590-6264, Bolonia: Il Mulino. N. 22, p. 389-396.

NOTAS

- ¹ Existen ya directrices para la publicación en la web dirigidas a los archiveros. Así, por ejemplo, "Writing Web Pages. Guidelines for Archivists", redactada por el Archives and Internet Group of the Society of Archivists (Reino Unido) <<http://www.archivesinfo.net/forum/web-guide.html>>, con una versión en español realizado por David Rodríguez, Crear páginas Web. Guía básica para archiveros <<http://rayuela.uc3m.es/~pirio/textos/archiweb.htm>>. En portugués: Conselho Nacional de Arquivos. CONARQ. "Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas", 2000 (accesible en la página web del Arquivo Nacional de Brasil: <http://www.arquivonacional.gov.br/>).
- ² Entre estos directorios, podemos citar *Áncora* (<http://www.uc3m.es/uc3m/serv/ARC/ancora/>), sobre archivos europeos, y *Archiespa* (<http://rayuela.uc3m.es/~pirio/archiespa/>), sobre archivos españoles, o el directorio de *Archivos Universitarios Españoles*, mantenido por el Archivo de la Universidad de Castilla La Mancha (<http://www.uclm.es/archivo/paginas/mapa/index.htm>) y, con una cobertura mundial, el Portal de Archivos de la UNESCO (http://www.unesco.org/webworld/portal_archives/pages/index.shtml), el directorio de la Escuela de Archivos de Marburgo (<http://www.uni-marburg.de/archivschule/fv63.html>), o el Repositories of Primary Sources, mantenido en el servidor de la Universidad de Idaho (<http://www.uidaho.edu/special-collections/Other.Repositories.html>).
- ³ Así lo reconoce Luis Sánchez Belda en el prólogo que dedica al Censo Guía de Archivos Españoles finalmente publicado: "*Al frente del equipo de archiveros colaboradores del "Censo" desde la iniciación de los trabajos y como verdadero motor e impulsor de los mismos ha estado el Inspector General de Archivos, D. Antonio Matilla Tascón, sin cuyo entusiasmo y dedicación no habría podido realizarse la obra*" (Censo Guía de Archivos Españoles / Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia. Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972).
- ⁴ Ob. cit.
- ⁵ Orden del 7 de agosto de 1978 del Ministerio de Cultura, sobre estructuración del Centro de Información Documental (BOE de 26 de agosto). El R.D. 2258/1977, de 27 de agosto, sobre estructura orgánica y funciones del Ministerio de Cultura había encuadrado al CIDA bajo la dependencia de la Dirección General del Patrimonio Artístico, Archivos y Museos.
- ⁶ En el apartado dedicado a la bibliografía se relacionan artículos que describen algunas de las experiencias en el desarrollo del proyecto.

- Catálogo de los archivos municipales turolenses. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, Diputación Provincial, 1982-1984. 4v. Álvarez García, Carlos. Fuentes documentales para la historia de Soria: censo guía de archivos. Soria: Ministerio de Cultura, Centro de Estudios Sorianos, 1985.
- 7 Vázquez de Parga, Margarita. El Sistema Nacional de Información del Patrimonio Documental”, en Boletín de Anabad. Madrid. V. XXXVI (1986), n. 1-2, p. 63-77.
- 8 Real Decreto 111/1986, de 10 de enero, de desarrollo parcial de la Ley 16/1985 (modificado por el R.D. 64/1994, de 21 de enero), arts. 35-39.
- 9 Censo de archivos del País Vasco: Guipuzcoa. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1986. Censo de archivos del País Vasco: Álava. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1988. Censo de archivos del País Vasco: Bizkaia. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1988.
Un comentario crítico sobre los resultados de este proyecto en la recensión que suscribe José Ramón Urquijo y Goitia, en: Revista de Historia Contemporánea. Bilbao. N. 1 (1988), p. 247-252.
- 10 Censo-guía de archivos de la provincia de Valencia. Valencia: Conselleria de Cultura, Educacion i Ciencia [etc], 1986.
- 11 Censo del Sistema Andaluz de Archivos/ coordinación Antonia Heredia Herrera. Sevilla: Junta de Andalucía, 1997.
- 12 Orden de 6 de marzo de 2001, de la Consejería de Cultura de Andalucía, por la que se aprueba el Plan para la elaboración del Censo de Archivos Andaluces y Censo de Fondos y Colecciones del Patrimonio Documental Andaluz (BOJA 17 de abril).
- 13 Censo de archivos municipales de Extremadura. Mérida: Consejería de Cultura, 1999-2003. 5 v. Censo de archivos municipales de Extremadura [Recurso electrónico]. Mérida: Consejería de Cultura, [2003]. 2 CD's.
- 14 ANDALUCÍA: Ley 3/1984, de 9 de enero, de Archivos, art. 17. ARAGÓN: Ley 6/1986, de 28 de noviembre, de Archivos de Aragón, art.23. CASTILLA-LA MANCHA: Ley 19/2002, de 24 de octubre 2002, de Archivos Públicos de Castilla – La Mancha, art. 44. CANARIAS: Ley 3/1990, de 22 de febrero, de Patrimonio documental y Archivos de Canarias, aArt. 20.. LA RIOJA: Ley 4/1994, de 24 de mayo, por la que se regulan los archivos y el patrimonio documental de La Rioja, art. 24. MURCIA: Ley 6/1990, de 11 de abril, de Archivos y Patrimonio Documental de la Región de Murcia, art. 19.
- 15 ASTURIAS: Ley del Principado de Asturias 1/2001, de 6 de marzo, de Patrimonio Cultural, art. 91. VALENCIA: Ley 4/1988, de 11 de junio, del Patrimonio Cultural Valenciano, art. 78.
- 16 PAÍS VASCO: Ley 7/1990, de 3 de julio, de Patrimonio Cultural Vasco, art. 55. CATALUÑA: Ley de archivos y documentos (2001). Art. 24.
- 17 CASTILLA Y LEÓN: Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León, art. 19. CANTABRIA: Ley 3/2002, de 28 de junio, de Archivos de Cantabria, art.19.
- 18 Censo-guía de los archivos municipales de la provincia de Salamanca / José Antonio Bonilla Hernández (director); José María Calderón de la Barca Alonso... [et al.]. Salamanca: Diputación Provincial, 1988.
- 19 El Servei Comarcal d'Arxius de La Safor. Gandia-València: Generalitat Valenciana i Mancomunitat de Municipis de la Safor, 2003. Incluye 29 archivos municipales de dicha comarca, de los que se indican sus datos de contacto y descripción de sus fondos documentales.
- 20 Guía de los archivos y de las bibliotecas de la iglesia en España. León: Asociación Española de Archiveros Eclesiásticos, 1985. Además, el Arzobispado de Burgos publicó un censo sobre sus archivos parroquiales en 1988.
- 21 Guía de los Archivos de la Iglesia en España [Recurso electrónico] / producción del Archivo Diocesano de Barcelona para la Asociación de Archiveros de la Iglesia en España; Josep M. Martí Bonet, dirección; Francesc Tena Juncosa, coordinación, diseño y realización; Pere-

- Jordi Figuerola Rotger, diseño de los contenidos. Barcelona: Archivo Diocesano de Barcelona: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, D. L. 2001.
- 22 Lemenorel, Alain. Les archives du monde du travail: une affaire classée?”, en *La Gazette des Archives*. Paris. N. 168 (1995), p. 74-87.
- 23 Paletta, Giuseppe. L’attività del Centro per la cultura d’impresa”, en *Rassegna degli Archivi di Stato*. Roma. Anno LX, n. 2 (mag.-ago. 2000), p. [455]-473.
- 24 Los modelos de Registro de Archivos Privados en Reino Unido, Escocia, Suecia, Australia, Sudáfrica y Holanda se exponen en la obra publicada con motivo del 50.º aniversario del National Register of Archives: The National Register of Archives: an international perspective: essays in celebration of the fiftieth anniversary of the NRA / edited by Dick Sargent. University of London, Institute of Historical Research, 1995.
- 25 Sobre este proyecto: Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d’informazioni. Pisa: Scuola Normale Superiore. V. XI, n. 2 (2001).
- 26 Existían no obstante registros atípicos, de forma que, por ejemplo, las Secciones de los Archivos Estatales más grandes figuraban como registros individualizados y había casos en los que figuraban como Archivos, lo que eran en realidad fondos documentales custodiados en otros centros, de forma que se estaba poniendo en un mismo plano *Archivo-Institución* y *Archivo Documental*.
- 27 Lodolini, Elio. Archivo un concetto controverso nella dottrina e nelle leggi”, en *Rassegna degli Archivi di Stato*. Roma. V. XL (1980), p. 9-45
- 28 Bonal Zazo, José Luis. La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón (Asturias: Ediciones Trea, S. L., 2001. P. 186.
- 29 Santos Canalejo, Elisa Carolina de y Desantes Fernández, Blanca. The AER Project: (spanish archives on the net)”, en *DigiCULT.Info: a newsletter on digital culture*. ISSN 1609-3941. — Glasgow: University of Glasgow, Humanities Advanced Technology and Information Institute. — N. 7 (apr. 2004), p. 24-28.
- 30 Alvermann, Dirk; Block, Stephan y Weidauer, Alexander. Archive Mecklemburg-Vorpommerns online”, en *Zeitgeschichte Regional*, 7 (2003), Heft 2.
- 31 Respecto a las unidades de descripción inferiores al nivel de Fondo, se presentan de forma diferenciada los registros pertenecientes a los Archivos Generales del Estado, de los del resto. El *Censo Guía de Archivos* llega hasta el nivel descriptivo de serie, compartiendo registros con la plataforma del AER para los Archivos Estatales hasta dicho nivel. La cifra que se aporta relativa a los Archivos Estatales se refiere al total de los registros en la plataforma AER, incluyendo las descripciones de unidades documentales.
- 32 Santamaría Gallo, Abelardo. Nuestras normas nacionales de Descripción Archivística en el Marco Internacional”, en *Archivamos: Boletín Acal*, n.º 47-48 (2003), p. 5-14.
- 33 Fregni, Euride. Il Sistema Informativo Unificato delle Soprintendenze Archivistiche (SIUSA) come strumento di tutela e di informazione”, en *Centro di ricerche informatiche per i beni culturali: bollettino d’informazioni*. Pisa: Scuola Normale Superiore. V. XI, n. 2 (2001), p. [17]-22.
- 34 Un equipo coordinado por Blanca Desantes, Jefa del Área de Coordinación y Normalización, con la participación de Abelardo Santamaría, ha diseñado la DTD EAG (Encoded Archival Guide), que se encuentra en su versión Alfa 0.2.

EL ARCHIVO GENERAL GESTOR DEL PATRIMONIO DOCUMENTAL DE CASTILLA Y LEÓN

Carlos Travesí de Diego

INTRODUCCIÓN: MARCO ACTUAL

Tradicionalmente la imagen de los archivos ha estado relacionada con la investigación histórica y la erudición. Para muchos archiveros y personas de la calle, incluso para las propias administraciones públicas, continúan ligados al mundo de lo cultural, sin tener en cuenta que desde hace más de cincuenta años los archivos tienen la obligación de recoger la documentación producida por las diferentes administraciones, cuando apenas han pasado unos pocos años desde la finalización de su tramitación.

En un cambio de orientación progresivo y continuado, los archivos han dejado de ser, en mayor o menor medida, lugares exclusivos de historiadores y curiosos, para convertirse en auténticos centros de gestión de información al servicio de los ciudadanos y de la propia administración a la que sirven y de la que son parte inherente. Las cifras muestran a las claras este cambio. El año 2002, el 60% de las solicitudes de documentos (más de 30.000) en los Archivos Históricos Provinciales de la Comunidad Autónoma de Castilla y León tenían relación con los derechos y deberes de los ciudadanos o con la solicitud de antecedentes por parte de diferentes oficinas y servicios, y sólo el resto con la investigación o la cultura. De la misma forma, la documentación ingresada en esos mismos archivos durante los tres últimos años, es en su mayor parte (cerca del 80% del volumen total) documentación producida entre 1960 y 1998. Por si estos datos no fuesen de por sí muestra de la afirmación anterior, valga el hecho de que de las más de 800.000 unidades de instalación (cajas, legajos, libros, planeros, rollos de microfilms, álbumes fotográficos, cintas, disquetes, CDs, etc.), que suman cerca de 83 Km. de estanterías, y varios millones de documentos, el 75% de todas ellas son de 1950 a nuestros días.

La variedad de fondos acumulados es inmensa y abarca desde la documentación de la planta judicial provincial (juzgados de Primera Instancia e Instrucción, Audiencias Provinciales, Juzgados de lo Social, ...), hasta la autonómica (Delegaciones y Servicios Territoriales), pasando por la de la Administración General del Estado (Hacienda, Catastro, INEM, Salud o Educación) o la de diferentes personas físicas o jurídicas (empresas, colegios de arquitectos, abogados, ingenieros, etc.). Toda esta acumulación material de nuestros archivos no es caprichosa, ni

fruto del gusto del archivero por el papel en todas sus formas, presentaciones, edades o colores. Tampoco obedece al antojo o satisfacción personal, ni, evidentemente, a criterios eruditos. Responde a razones científicas y técnicas que vienen desarrollándose desde hace varias décadas (hay quien lo alarga hasta una centuria o varias¹) en el ámbito del mundo archivístico nacional e internacional.

Estos criterios han tenido su plasmación en las diferentes legislaciones archivísticas o de patrimonio documental que se han venido promulgando desde la aprobación de la Constitución y el desarrollo del mapa autonómico. Son estas las que asientan el actual Sistema Archivístico Español y el de cada Comunidad Autónoma, con dos antecedentes para la cuestión que nos ocupa:

- el Decreto de creación del *Archivo General de la Administración* de 1969, por el cual se confirió a los Archivos Históricos Provinciales la tarea de recoger la documentación de la Administración Periférica del Estado en cada provincia, cuando hubieran pasado quince años desde su tramitación final²;
- y la Ley de Patrimonio Histórico Español de 1985, que establecía claramente la inclusión de la documentación producida por la administración del Estado en el Patrimonio Documental³.

Por lo que respecta a Castilla y León, su sistema archivístico y las funciones de sus archivos han quedado reguladas por la Ley 6/1991 de Archivos y Patrimonio Documental de Castilla y León y su posterior desarrollo reglamentario.

Así pues, son las leyes, las normas de que se dota la propia administración, las que han configurado el actual volumen de nuestros archivos y sus deberes. No podía ser de otra forma, pues, como veremos más adelante, los archivos no son sino el lugar donde realmente finiquitan los procedimientos administrativos y donde, si se saben usar, está la salvaguarda de los derechos y obligaciones de, en nuestro caso, la Junta de Castilla y León. Este mismo cuerpo legal orienta los archivos al servicio de los ciudadanos, de la administración autonómica y la cultura, convirtiéndolos en auténticos garantes de la transparencia administrativa y del Estado de Derecho, sin por ello perder sus funciones tradicionales.

Incluso es la propia legislación de Castilla y León en materia de archivos la que impulsa la concepción del Sistema como un sistema de gestión que abarca desde los primeros estadios documentales hasta su definitivo depósito en un archivo. Sólo si somos capaces de gestionar correctamente el volumen de información del que disponen nuestros archivos, seremos capaces de gestionar adecuadamente nuestro Patrimonio Documental.

EL MARCO ORGANIZATIVO: EL SISTEMA DE ARCHIVOS DE CASTILLA Y LEÓN

Como hemos mencionado, los archivos se integran en un Sistema que determina y dirige muchas de sus funciones. Mediante esta integración se pre-

tende que el conjunto funcione como tal y predomine la coordinación y normalización de las tareas, sobre las actuaciones personalistas. Para ello, el Sistema de Archivos de Castilla y León se ha dotado de una serie de órganos, centros y servicios que planifican y ejecutan las políticas archivísticas. Estos son:

- un órgano decisorio que es el responsable de la administración del Sistema, la Consejería de Cultura y Turismo,
- dos órganos consultivos que asesoran al anterior, el Consejo de Archivos de Castilla y León, y la Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León⁴,
- un conjunto de centros archivísticos configurados en una red central y nueve redes provinciales, que veremos más detalladamente a continuación,
- una serie de servicios técnicos⁵,
- la normativa, tanto legal⁶ como técnica⁷,
- una planificación con rango normativo⁸, y
- los recursos económicos, humanos, tecnológicos y de infraestructuras que permitan el desarrollo del sistema y su funcionamiento, generalmente escasos.

Configuración esquemática del Sistema



Dentro de este esquema organizativo, los centros archivísticos son la base del Sistema y su propia razón de ser. Sus funciones básicas se pueden resumir en un cuarteto clásico, que para los archiveros es casi de cartilla escolar: los archivos deben recoger, custodiar, describir y difundir la documentación. Como hemos dicho anteriormente, los archivos dependientes de la Junta de Castilla y León se constituyen en redes, una central y nueve provinciales, cada una de las cuales está formada por diferentes tipos de archivos. Cada red provincial está compuesta por:

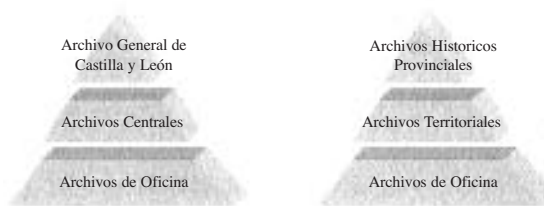
- los distintos archivos de oficina de cada Servicio Territorial y los de las Delegaciones, que son los Servicios y secciones que tramitan y gestionan diferentes asuntos que acaban plasmándose en documentos;

- un Archivo Territorial que actúa a modo de archivo central de la Junta en cada provincia y que se encarga de recoger la documentación de los archivos de oficina, y
- un Archivo Histórico Provincial que actúa como archivo final de esa documentación y es la cabecera de la red provincial, lo que implica la coordinación y asesoramiento del resto de archivos.

La red central la forman:

- los archivos de oficina de cada Servicio o Dirección General de cada Consejería;
- un Archivo Central por Consejería, que centraliza la recogida de la documentación de las anteriores, y
- el Archivo General de Castilla y León, que actúa como archivo “histórico” de la Junta para los servicios centrales de la misma y como cabecera no sólo de la red central, sino de todo el Sistema archivístico, coordinando y normalizando los diferentes procedimientos y tareas técnicas que se desarrollan en el mismo.

Centros de la Administración Autonómica



A partir de este tráfico documental de las unidades gestoras administrativas hacia los archivos, se produce una acumulación cuantitativa de documentos e información que convierten al Sistema de Archivos de Castilla y León en un auténtico arsenal de información. Tanto por su volumen como por su importancia, esta información es esencial tanto para la Administración Autonómica como para la ciudadanía de nuestra Comunidad.

La racionalización de esta catarata informativa es posible gracias a las técnicas archivísticas relacionadas con la descripción documental y la identificación de fondos o series, así como su difusión en el entorno, especialmente el de las propias Instituciones productoras de documentos. Pero es la visión finalista e integradora de las funciones y procedimientos, y su plasmación documental, la que aporta al archivo su verdadero “salto de calidad” en la función informadora, como veremos al final.

Sin embargo, para poder explotar estas potencialidades latentes y evidentes, existen una serie de problemas:

- La casi total ausencia de sistemas de medición que nos permitan saber qué hacemos bien y qué debemos mejorar, según unos parámetros establecidos y acordados entre todos los miembros del Sistema.
- El aislamiento de cada centro. La tradicional argumentación sobre la “unicidad” de los fondos archivísticos, ha tenido como consecuencia un cierto aislamiento de los archiveros con respecto a sus colegas. A ello, una vez que esta consideración empieza a desmoronarse, se unen las dificultades administrativas para la interconexión de las bases de datos de los archivos y los escasos recursos económicos, tecnológicos y humanos que la Administración dedica a la informatización del Sistema de archivos.
- La falta de normalización descriptiva, cuyas consecuencias son la ausencia de formatos de intercambio y la falta de homogeneidad en la comunicación.
- La infrautilización de las nuevas tecnologías, por falta de medios, de atención de las administraciones, de “pericia” de los archiveros, de tiempo, de personal, etc., lo cual incide muy negativamente en las posibilidades reales de poner los archivos al servicio público en un mundo volátil.
- El retraso de la implantación de un programa de gestión documental que funcione (y han pasado siete años desde la creación de la Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León⁹), con el peligro que conlleva tanto la acumulación absurda de material inservible, como la saturación de los depósitos archivísticos y la imposibilidad de gestionar esa masa documental en condiciones de servicio al público.
- La inclusión de los archivos en el ámbito de lo “cultural”, que implica competir presupuestariamente con los teatros, el arte, los museos, las bibliotecas, la arqueología, la restauración de monumentos, etc., además de entrañar la incompreensión de las administraciones que depositan sus documentos en los archivos de cara a cuestiones como la gestión documental, el análisis de los procesos y procedimientos administrativos, etc.
- El general desfase entre los objetivos propuestos y expuestos en la legislación y planificación, las obligaciones que esto conlleva y los recursos disponibles para llevarlos a efecto.
- La “pereza” política en la aplicación de la legislación, basada en la falta de presupuesto y en la poca importancia de los réditos políticos que se obtienen de los archivos.
- La falta de visión de los responsables políticos del Sistema como un conjunto, pues al encontrarse adscrito al área de cultura, sólo se atienden las necesidades de los centros dependientes de ésta y no el resto del Sistema.
- El desconocimiento de sus funciones y posibilidades para la Administración Autonómica y para los ciudadanos.

EL ARCHIVO GENERAL DE CASTILLA Y LEÓN

Dentro de este panorama, forzosamente breve, del Sistema de Archivos de Castilla y León y de sus tráficos documentales e informativos, ocupa un lugar central el ya mencionado Archivo General¹⁰, como cabecera del Sistema, tanto en las tareas de coordinación del mismo, como en las de normalización. Le compete, en este sentido el ejercicio de las funciones de liderazgo dentro del Sistema y por ello es el responsable de cambiar la dinámica arriba presentada.

Para conseguirlo, desde el Archivo General se está llevando a cabo una planificación cuyos objetivos, a corto, medio y largo plazo, son:

- Cumplir la legislación.
- Potenciar las tareas de coordinación, normalización y formación.
- Impulsar, como eje vertebrador del Sistema, la gestión documental.
- Aprovechar las oportunidades.
- Impulsar la concepción del Sistema como un sistema de información, a través de las políticas de Calidad en relación con las demandas de información de los ciudadanos y la Administración Autonómica.
- Convencer a la Administración que somos mucho más que tipos y centros exóticos.

En definitiva, conseguir que el Sistema de Archivos de Castilla y León sea un Sistema.

TAREAS

1) Cumplir la legislación

En primer lugar hay que procurar, con todos los medios a nuestro alcance, que la Junta de Castilla y León garantice el cumplimiento de su propia legislación archivística, pues de lograrse el Sistema de Archivos se convertiría en la fuente más importante de nuestra región en materia de información documental y fuente imprescindible tanto para la conservación de la memoria histórica de nuestra Instituciones, como para la salvaguarda de los derechos y obligaciones de la propia Administración y de los ciudadanos a los que ésta sirve.

2) Potenciar las tareas de coordinación y normalización

En segundo lugar, sabiendo la importancia de la acumulación documental e informativa de nuestros archivos y que esta se encuentra aislada en cada centro, habría que conseguir que la información fluya por el Sistema, de forma que se eviten los silencios o los ruidos. Para ello debemos conocer el tráfico de información y documentos, saber dónde está la documentación, cuánta hay, quién es su responsable, cómo está organizada, cuánto uso tiene, si es accesi-

ble, cuánto y cómo crece, si está bien conservada, si los locales son los adecuados, si están dotados de las oportunas medidas de seguridad, qué servicios prestan, de qué personal disponen, etc.

Algunas cosas ya se han iniciado:

- Se está procediendo a la elaboración de los mapas de recursos del Sistema, humanos, informáticos o económicos.
- Igualmente, se ha establecido un modelo tipo de memoria anual para los Archivos Centrales de las Consejerías y los Archivos Territoriales de las Delegaciones de la Junta en cada provincia, siguiendo el modelo del que ya se implantó hace unos años para los Archivos Históricos Provinciales y que sirve para conocer la situación tanto coyuntural como estructural de los mencionados archivos.

Para potenciar la coordinación del Sistema, se ha establecido un calendario de reuniones con los distintos archivos centrales y territoriales cuyos objetivos son múltiples. Entre otros cabe destacar:

- Editar el *Manual de gestión documental*¹¹
- La elaboración de una Instrucción única para las Secretarías Generales y Territoriales sobre el funcionamiento de los archivos de oficina en relación con las transferencias documentales a los archivos correspondientes.

Es también necesario el aprovechamiento de las nuevas tecnologías (ya no tan nuevas) para conseguir dar respuestas ágiles a las demandas de información que se nos hagan. Para ello, se ha propuesto la centralización de las bases de datos de que disponemos, y las futuras que puedan elaborarse, en el Archivo General, para facilitar el intercambio de información, normalizarla y optimizar los recursos disponibles. Asegurar la presencia del Sistema de Archivos de Castilla y León en Internet, establecer programas de digitalización que permitan hacer exposiciones virtuales o la posibilidad de realizar consultas remotas, son metas que deben conseguirse en un plazo no muy largo si se pretende que los archivos tengan presencia en la sociedad del conocimiento.

En el plano de la normalización descriptiva, Castilla y León fue pionera en el intento de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística¹² a través del *Manual de Descripción Multinivel*¹³, pero en la actualidad este tipo de trabajos están prácticamente parados. La recuperación de la iniciativa mediante el establecimiento de un grupo de trabajo de la Junta sobre *Normas de Descripción*, especialmente en lo tocante a la creación de convenciones sobre fondos, series, documentos especiales o cuadros de clasificación, sería un paso decisivo para ello. La reciente publicación del inventario sobre el Consejo General de Castilla y León¹⁴ es un buen ejemplo de lo que podría hacerse en esta dirección.

Es también imprescindible la creación de una base de datos de Autoridades

común para las Instituciones Autonómicas, tanto de productores como de personas o lugares de nuestra Comunidad. Aprovechando la edición del mencionado Inventario sobre el Consejo General de Castilla y León, se ha elaborado la lista de Instituciones y personas del Ente Preautonómico.

Por último, en lo referido a la coordinación y normalización, se van a continuar y potenciar las tareas de formación en torno al Sistema de Archivos, tanto en el ámbito de la propia Administración (cursos de *Formación Continua*), como profesional (*Cursos y Jornadas Técnicas*) y de proyección pública (cursos de *Introducción a la Archivística* del Fondo Social Europeo).

3) *Establecer un programa de gestión documental*

Toda nuestra política archivística gira en torno a la implantación y desarrollo de un programa de gestión documental, en cuyo eje está la progresiva aprobación de los Calendarios de Conservación de las diferentes series documentales producidas por la Administración Autonómica.

Esto permitirá canalizar adecuadamente el tráfico de información y documentos, optimizar los recursos de espacio disponibles, asegurar la conservación y uso de lo necesario, eliminando lo accesorio y tendrá sobre el Sistema y la propia Administración productora de documentos, un efecto normalizador de primer orden.

Después de un tiempo de espera inexplicable, se han dado los primeros pasos con la constitución el pasado 3 de mayo de 2004 de la Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León, que en esa primera reunión aprobó los criterios y procedimientos para la elaboración de los Calendarios de Conservación y el modelo de propuesta, así como las instrucciones para su cumplimiento. Estos criterios e instrucciones siguen su curso burocrático para poder ser aprobadas y esperamos que en el 2005 tengan rango legal de decreto para hacer más efectivo su cumplimiento.

En el orden práctico, se ha procedido a la revisión de todos los trabajos realizados en los años precedentes, con vistas a su actualización y puesta al día y se ha revitalizado el grupo de trabajo tendente a la identificación de las series documentales producidas por los órganos comunes de la Junta de Castilla y León.

Del mismo modo, y buscando una eficacia mayor en el corto plazo, se ha comenzado la eliminación de las series duplicadas entre los niveles centrales y territoriales de la Administración¹⁵, lo que evitará la ocupación de un espacio vital para las unidades gestoras.

Finalmente, se han iniciado los contactos con la Consejería de Presidencia y Administración Territorial, que es la responsable de la regulación de los procedimientos administrativos y la encargada de difundir y supervisar los temas relacionados con el aseguramiento de la calidad, de cara a que el Sistema de Archivos sea visto como lo que es, un activo miembro de la Administración, de cuyas potencialidades, conocimientos, técnicas y acumulación informativa se pueden obtener rendimientos que ayuden en diferentes aspectos, como pueden ser:

- La definición de los procedimientos administrativos mediante los procesos de identificación de series y la implantación de los Calendarios de Conservación, o
- La fijación de los criterios de accesibilidad de los documentos plasmación de cada procedimiento.

Buscando también un mayor cumplimiento de la legislación archivística, estamos intentando conseguir la inclusión de los Calendarios de Conservación de cada serie documental como parte de la definición del procedimiento que la regula.

4) Aprovechar las oportunidades

Todo este proceso de coordinación y normalización no implica la “clonación” de los centros archivísticos, ni por supuesto ahogar sus iniciativas y distinguos. Se han de aprovechar las oportunidades que surjan, pues toda actividad pública es poca en la puesta en valor y difusión de los archivos.

El reciente Premio a la Excelencia (2003), máxima distinción que otorga la Junta de Castilla y León a las iniciativas relacionadas con la gestión de calidad en el ámbito de nuestra Región, concedido al Archivo Histórico Provincial de León es el mejor ejemplo de lo que digo. La idea, su puesta en marcha y el empuje para llevar a cabo el proyecto y hacerlo realidad partieron en exclusiva del Archivo, su dirección y personal, y sólo a ellos corresponde el mérito de tal logro. Pero el esquema de funcionamiento puede ser exportado a los otros Archivos Históricos Provinciales y al Archivo General, así como ha de servir de base para la elaboración del Plan de Calidad de los archivos, contemplado en el II Plan de Intervención en el Patrimonio Documental de Castilla y León¹⁶.

Hay más ejemplos de estas iniciativas individuales, algunos tan brillantes como el *proyecto didáctico* del Archivo Histórico Provincial de Burgos, y otros más modestos, pero no por ello menos meritorios, como puede ser la publicación de fotografías en la prensa local de Soria, la microfilmación de los fondos más antiguos de los archivos municipales de Palencia, la próxima exposición sobre el Consejo General de Castilla y León en el Archivo General o el proyecto de elaboración de una Carta de Servicios desde el Archivo Central de la Consejería de Familia e Igualdad de Oportunidades.

Todos estos proyectos evidencian la enorme dinámica y ganas de “hacer cosas” que existe en el Sistema de Archivos.

5) Impulsar las políticas de información.

Lo hemos dicho con anterioridad, uno de los objetivos básicos de la planificación de actuaciones sobre el Sistema es conseguir que sea visto como un Sistema de Información. Para ello es imprescindible:

1. Proceder a la identificación de los procesos informativos:
 - Internos del Sistema (archivo – archivo)
 - Administrativos (archivo – administración)
 - Públicos
 - Los de atención al ciudadano
 - Los de difusión general

2. Adquirir compromisos relacionados con el aseguramiento de la gestión de calidad dentro del modelo EFQM, que es el utilizado por la Junta de Castilla y León:
 - Estableciendo indicadores de rendimiento estandarizados
 - Realizando los esfuerzos de mejora continua

3. Difundir nuestras actividades:
 - Uno de los principales defectos del Sistema de Archivos de Castilla y León es el desconocimiento público y generalizado de las actividades que realiza. En este sentido cobra fuerza la edición y distribución de una *Hoja Informativa* sobre las actividades del Sistema a imitación de las que ya realizan otros organismos como el Ministerio de Cultura o diferentes Comunidades autónomas.

Esta tríada de actuaciones ayudarán a mejorar la explotación de los recursos informativos del Sistema, garantizando su acertada gestión y la posibilidad de adelantarnos a las propias demandas informativas de nuestros usuarios. Es posible, que en un futuro no muy lejano, se puedan establecer protocolos de actuación en materia de información que orienten al ciudadano y la Administración a través del entramado de procedimientos de los que los archivos tienen casi todas las claves.

Si estas propuestas, algunas ya iniciadas, otras en el buen camino y otras poco más que esbozadas, son aceptadas y llevadas a cabo, contribuirán decisivamente a la configuración del Sistema de Archivos, a su percepción como Sistema de Información general y a la valoración social y política de sus actividades como custodio del Patrimonio Documental y elemento fundamental del Estado de Derecho.

NOTAS

- ¹ No hay espacio en este artículo para detenernos en la visión y concepto de los archivos a lo largo de la historia, pero baste decir que la creación del Archivo General de Simancas por Felipe II en 1561 se hizo con la intención manifiesta de usarlo para servir de sustento a su política y la dirección de su gobierno. (Véase en este sentido el artículo *Archivos del Poder, archivos de la Administración, archivos de la Historia* (s. XVI-XVII), de José Luis Rodríguez de Diego, en *Historia de los Archivos y de la Archivística en España*.)
- ² El Decreto 914/1969, de 8 de mayo, por el que se crea el Archivo General de la Administración supuso la continuación de las transferencias de documentación interrumpidas en el

año 1939 por la desaparición del Archivo General Central de Alcalá de Henares. Con este Decreto se regularon y fijaron los plazos de transferencias entre los diferentes archivos de la Administración Estatal, tanto entre los Archivos Centrales de los Ministerios al Archivo General de la Administración, como desde las Delegaciones Provinciales de los mencionados Ministerios a los Archivos Históricos Provinciales.

- ³ La Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español, en su artículo 49.2 dice: "Forman parte del patrimonio documental los documentos de cualquier época generados, conservados o reunidos en el ejercicio de su función por cualquier organismo o entidad de carácter público, por las personas jurídicas en cuyo capital participe mayoritariamente el Estado u otras Entidades públicas y por las personas privadas, físicas o jurídicas, gestoras de servicios públicos en lo relacionado con la gestión de dichos servicios."
- ⁴ El Consejo de Archivos de Castilla y León es creado en virtud de los artículos 44 a 46 de la Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León. Se le define como el órgano consultivo y asesor de la Administración Autonómica en materia de archivos y patrimonio documental. Su composición y funciones fueron desarrolladas por el Decreto 309/1993, de 23 de diciembre, estando entre las principales la emisión de informes sobre: planificación y programación, sobre el desarrollo reglamentario del Sistema, de la determinación de los ciclos documentales, de la declaración como históricos de ciertos documentos que no cumplan los 40 años prescritos por la Ley, etc. La Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León, fue creada por Orden de 28 de enero de 1997. En esa misma Orden se regulaba su composición y funcionamiento, que han sido modificadas por Orden EYC/411/2003, de 12 de marzo. Sus funciones atañen a la determinación de los criterios de valoración y selección documental, la fijación de los criterios de eliminación de documentos, la validación y revisión de los Calendarios de Conservación, el estudio y elección de alternativas a la eliminación, etc.
- ⁵ Los futuros centros de Información de Archivos, de Microfilmación y Reprografía, y de Conservación y Restauración de Documentos, todos ellos adscritos al Archivo General de Castilla y León, en virtud de los artículos 9 a 11 del Reglamento de Archivos de Castilla y León (Decreto 115/1996, de 2 de mayo). El Centro de Información de Archivos tiene como objetivo posibilitar el acceso a la información documental y bibliográfica archivística. El Centro de Microfilmación y Reprografía tiene como funciones planificar, coordinar y llevar a cabo la política reprográfica del Patrimonio Documental de Castilla y León. Por último, el Centro de Conservación y Restauración de Documentos, planificará las actuaciones en esta materia, coordinará los diferentes talleres, dará asesoramiento técnico y procederá a la restauración de bienes integrantes del Patrimonio Documental de nuestra Comunidad. Ninguno de los tres está aún en funcionamiento.
- ⁶ Las bases legales del Sistema son:
- Ley 6/1991, de 19 de abril, de Archivos y Patrimonio Documental de Castilla y León.
 - Decreto 115/1996, de 2 de mayo, por el que se aprueba el Reglamento del Sistema de Archivos de Castilla y León.
 - Decreto 221/1994, de 6 de octubre, por el que se establece la estructura y funciones del Archivo General de Castilla y León.
 - Decreto 309/1993, de 23 de diciembre, por el que se regula la composición, funciones y organización del Consejo de Archivos de Castilla y León.
 - Orden de 28 de enero de 1997, de la Consejería de Educación y Cultura, por la que se crea la Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León y se regula su composición y funcionamiento.
 - Orden EYC/411/2003, de 12 de marzo, por la que se modifica la Orden de 28 de enero de 1997, por la que se crea la Comisión Calificadora de Documentos de Castilla y León y se regula su composición y funcionamiento.
 - Acuerdo 46/2003, de 3 de abril, de la Junta de Castilla y León, por el que se aprueba el II Plan de Intervención en el Patrimonio Documental de Castilla y León.

- ⁷ Proyecto de *Manual de Gestión Documental* (véase nota 11); *Manual de Descripción Multinivel* (véase nota 13).
- ⁸ Acuerdo 46/2003, de 3 de abril, de la Junta de Castilla y León, por el que se aprueba el II Plan de Intervención en el Patrimonio Documental de Castilla y León. Este Plan abarca el periodo 2003-2008 para su realización.
- ⁹ Véase nota 4.
- ¹⁰ Decreto 221/1994, de 6 de octubre, por el que se establece la estructura y funciones del Archivo General de Castilla y León.
- ¹¹ Existe un borrador del *Manual* desde hace más de cinco años que funciona como guía de los cursos que se imparten a las oficinas sobre la organización y gestión de sus propios archivos, pero la legislación indica claramente que será dicho *Manual* el que establezca las disposiciones que regulen la organización y conservación de la documentación en las oficinas productoras (art. 37.3, del Decreto 115/1996). El mismo artículo dice que “La elaboración de dichos manuales corresponderá a cada Archivo Central juntamente con el Archivo General de Castilla y León, y deberán ser aprobados por la Consejería de Educación y Cultura, previo informe del Consejo de Archivos”.
- ¹² *Norma Internacional General de Descripción Archivística*, ó ISAD (G), cuya versión definitiva fue presentada en el XIV Congreso Internacional de Archivos, celebrado en Sevilla en septiembre de 2000; e *Norma Internacional sobre Registros de Autoridad de Archivos relativos a Instituciones, Personas o Familias*, ó ISAAR (CPF), cuya versión definitiva ha sido presentada en el XV Congreso Internacional de Archivos, celebrado en Viena en agosto de 2004.
- ¹³ Bonal Zazo, J.L.; Generelo Lanaspá, J.J.; Travesí de Diego, C.: *Manual de Descripción Multinivel. Propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivísticas*. Salamanca. 2ª reimpresión: noviembre 2002. Junta de Castilla y León.
- ¹⁴ *El Consejo General de Castilla y León (1978-1983): Inventario*. Valladolid. Octubre 2004. Junta de Castilla y León. Fundación Villalar.
- ¹⁵ En concreto en lo referido a los denominados expedientes PAC (que son los referidos a las Ayudas de la UE para la Política Agraria Común), se han destruido todos aquellos con una antigüedad superior a los 5 años que se encontraban duplicados en los Servicios Territoriales de Agricultura y en los Servicios Agrarios Comarcales (SAC), con un volumen total superior a las 4.000 unidades de instalación y cercano a las 20 Tm. de papel. Se han conservado los duplicados (todos ellos eran originales múltiples) de la Consejería de Agricultura y Ganadería, en su Archivo Central.
- ¹⁶ El II Plan de Intervención en el Patrimonio Documental de Castilla y León (véase nota 8), contempla el desarrollo de varios planes sectoriales, el primero de los cuales es el denominado Plan de Calidad en Archivos. Su objetivo se centra en normalizar e integrar todas las actuaciones del Sistema de Archivos y garantizar la calidad e innovación en el acceso y la prestación de servicios. Para ello se establece un programa basado en dos puntos: el primero es la progresiva incorporación de los archivos de la Junta de Castilla y León a las técnicas de calidad implantadas por la propia Administración Autonómica. El segundo, es la publicación del Plan en el plazo de un año, que ya acumula cierto retraso.

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO

Os investigadores luso-espanhóis reunidos em Bragança, no Seminário intitulado *O Património Histórico-Cultural da região de Bragança/Zamora*, chegaram às seguintes conclusões:

- a necessidade de se constituírem equipas conjuntas, de portugueses e espanhóis, para o estudo e a compreensão do património cultural do Norte de Portugal e de Castela e Leão, de forma a ter-se uma visão de conjunto da realidade patrimonial das duas regiões, que sempre mantiveram relações estreitas e de mais diversa natureza; quando desaparecerem as barreiras físicas e mentais que ainda existem entre portugueses e espanhóis e quando se desenvolverem projectos conjuntos de investigadores de ambos os países, estamos certos de que irá emergir um património comum bem mais amplo do que aquele que hoje conhecemos;
- a melhor forma de protecção do património histórico é a sua inventariação e divulgação, sobretudo no que diz respeito aos fundos documentais que, devido à sua dispersão e fragilidade, correm o risco de desaparecer, nomeadamente na província de Zamora, onde os municípios são numerosos e de dimensão muito reduzida;
- a urgência de se construírem portais temáticos rigorosos, elaborados por especialistas, enquanto instrumentos fundamentais de salvaguarda, divulgação e valorização do património, assim como de promoção do turismo cultural, de forma a estarem *online*, à disposição dos públicos;
- a valorização do património cultural enquanto elemento fundamental da preservação da identidade regional e da memória histórica;
- a importância da educação cívica e da sensibilização das populações na preservação e valorização do património;
- a necessidade, no que diz respeito ao património arqueológico e arquitectónico, de os bens que o integram contarem “uma história”, a exigir a compreensão das suas origens, cronologia e funções sociais que desempenharam, de forma a estabelecerem-se circuitos temáticos ou percursos de figuras históricas, sob pena de perderem expressão ou significado;

- a consciencialização de que a fruição do património passa, obrigatoriamente, pelo fácil acesso aos bens culturais, através da melhoria das condições de acessibilidade, da elaboração de itinerários histórico-patrimoniais, de “caminhos” e da sinalética, assim como de outros elementos informativos (prospectos, painéis, etc.) que permitam ao visitante uma melhor compreensão desse património;
- a necessidade das entidades regionais e as autarquias disporem de equipas de historiadores, historiadores de arte e arqueólogos que, estudando o património edificado, estejam em condições de aconselhar um melhor planeamento urbano e regional, assim como de se pronunciarem sobre a pertinência das intervenções que se pretendam fazer.

SEMINAR CONCLUSIONS

The Portuguese and Spanish researchers gathered in Bragança, in the scope of the Seminar *O Património Histórico-Cultural da região de Bragança/Zamora* (*The Historical-Cultural Heritage from the Region of Bragança/Zamora*) reached the following conclusions:

- the need for the constitution of joint teams of Portuguese and Spanish experts for the study and comprehension of the cultural heritage of the North of Portugal and Castilla and León, as a way of granting a common vision of the heritage reality of both regions, which always had close relations regarding the most diverse natures; when the physical and mental barriers between Portuguese and Spanish people, which are still present, finally disappear, and when joint projects with researchers from both countries are achieved, we are certain that a common heritage wider than the one currently known will emerge;
- the best way to protect the historical heritage is its inventorying and divulging, particularly in what concerns to documental funds that, due to their dispersion and fragility, are in danger of disappearing, namely in the province of Zamora, where municipalities are numerous and of small dimensions;
- the urgency of the construction of accurate thematic web portals, executed by experts, as fundamental instruments for the safeguard, divulging and valorisation of the heritage, as well as for the promotion of cultural tourism, in order for the contents to be online and available to everyone interested;
- the valorisation of cultural heritage as a fundamental element for the preservation of regional identity and historical memory;
- the importance of civic education and the instruction of the populations for the preservation and valorisation of their heritage;
- the need, regarding archaeological and architectonic heritage, for the assets that integrate it to “tell a story”, demanding the understanding of their origins, chronology and social functions they had, in order to establish thematic circuits or routes regarding historical figures, under the penalty of losing expression or significance;

- the consciousness that the fruition of the heritage must include an easy access to cultural assets, through the improvement of accessibility conditions, elaboration of historical-heritage itineraries, courses and signs, as well as other informative elements (brochures, panels, etc), allowing the visitor to better understand that same heritage;
- the need for regional entities and municipalities to have teams composed of historians, art historians and archaeologists that, by studying the erected heritage, are in conditions to advise a better urban and regional planning, as well as to pronounce about the pertinence of the intended interventions.

SOBRE OS AUTORES

FERNANDO ALBERTO PEREIRA DE SOUSA

Percursos académico e profissional

Professor catedrático da Universidade do Porto (1984).

Presidente da direcção do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Universidade do Porto, e director da sua Revista *População e Sociedade*.

Vice-Presidente da *Fundação Rei Afonso Henriques* desde 1993.

Presidente da *Assembleia Geral do Centro Português Para a Cooperação* (CPPC), desde 1995.

Membro de diversos centros de investigação e sociedades científicas nacionais e estrangeiras e director de duas revistas científicas.

Coordena a equipa de investigação que se encontra a realizar o inventário do Arquivo da Real Companhia Velha.

Principais trabalhos publicados

– *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em Fins do Século XVIII, Princípios do Século XIX*, 2 volumes, Porto, 1973 (tese de licenciatura).

– *A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, Porto, 1974 (separata da *Revista da Faculdade de Letras do Porto, História*, volume IV, 1974).

– *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos Fins do Século XVIII*, Braga, 1976 (separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXX, Braga, 1976).

– *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, Porto, 1977.

– *O Porto e a Revolta de 31 de Janeiro*, Porto, 1977.

– *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Vila Real, 1977.

– *Influência de Herculano no Republicanismo Português*, Porto, 1978.

– *A Salamancada e a Crise Bancária do Porto*, Porto 1978 (separata da revista *Nummus*, 2.^a série, volume I, 1978).

– *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1780-1812)*, Lisboa, 1978 (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume II, Lisboa, 1978).

– *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, II, Vila Real, 1979.

– *O Clero da Diocese do Porto ao Tempo das Cortes Constituintes*, Porto, 1979 (separata da *Revista de História*, volume II, do Centro de História da Universidade do Porto).

– *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, 2 volumes, Porto, 1980 (tese de doutoramento).

– *Aspectos Sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos Finais do Século XVIII, Análise Social*, 2.^a série, volume XVII, 1981, 2.^o, p.315-412 (em colaboração com o Prof. Doutor Manuel Nazareth).

– *O Rendimento das Ordens Religiosas nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, 1981 (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume VII, Lisboa, 1981).

– *O Arquivo Municipal de Moncorvo*, Porto, 1982.

– *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, III, Vila Real, 1983 (colaboração do doutor Silva Gonçalves).

– *População e Economia do Distrito de Vila Real em Meados do Século XIX* (separata da revista *Estudos Transmontanos*, n.º 1), Vila Real, 1983.

– *Banco Borges & Irmão. Cem Anos de Actividade (1884-1984)*, Porto, 1984.

– *Memórias de Vila Real*, 2 volumes, Vila Real, 1987 (colaboração do doutor Silva Gonçalves).

- *O Arquivo do Governo Civil do Porto*, Porto 1988 (colaboração dos doutores Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).
- *Alto Douro. Douro Superior*, Lisboa, 1988 (em colaboração com o doutor Gaspar Martins Pereira).
- *Jornal de Notícias. A Memória de uma Século (1888-1988)*, Porto, 1989.
- *Cartas de Basílio Teles no Exílio (1891-1893)*, Porto, 1991 (separata da revista *Nova Renascença*, vol. X, Porto, 1991).
- *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1992)*. Porto, 1993.
- *História da Estatística em Portugal*. Lisboa, 1995.
- *Dois Empresários do Norte. Os Irmãos Borges*. Lisboa, 1995.
- *O Levantamento Absolutista de Vila Real em 1823* (separata da Revista *Estudos Transmontanos*, n.º 6), Vila Real, 1995.
- *A População Portuguesa em finais do Século XVIII* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 1, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família). Porto, 1995.
- *Aliança UAP. Uma História de Seguros*, Porto, 1995 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).
- *A População Portuguesa nos inícios do Século XIX* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 2, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família). Porto, 1996.
- *A Associação Industrial Portuense*, Porto, 1997 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).
- *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*, Lisboa, 1997 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).
- *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 3, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família), Porto, 1997-1998.
- *Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII* (separata de revista *População e Sociedade* n.º 4, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família), Porto, 1999.
- *As Relações Norte de Portugal com a região de Castela e Leão* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 6, do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Porto, 2000.
- *Os Transportes Colectivos do Porto. Perspectiva histórica*, Porto, 2001 (em colaboração com Jorge Fernandes Alves).
- *Leixões – Uma história portuária*, Matosinhos, APDL, 2001 (em colaboração com Jorge Fernandes Alves).
- *A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.
- *A revolta de 31 de Janeiro de 1891*, in *Biblioteca. Revista das revistas municipais de Lisboa*, n.º 7/8, Lisboa, 2001.
- *Os Governadores Cívicos de Vila Real*, Vila Real, 2002.
- *Bragança e a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, in *A Construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro*, Bragança, 2002.
- *A Fábrica das Sedas de Chacim e a Família Arnaud (1786-1790)*, in *Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, 2002.
- *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756–1978)*, in *População e Sociedade*, n.º 10, Porto, CEPESE, 2003.
- *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756–1978) in Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro – Livro de Actas*, Porto, CEPESE, 2003.
- *A Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1852)*, in *População e Sociedade*, n.º 10, Porto, CEPESE, 2003 (em colaboração com Joana Dias e Francisco Vieira).
- *A Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756–1852)*, in *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro – Livro de Actas*, 2003 (em colaboração com Joana Dias e Francisco Vieira).

- *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Porto, CEPESE, 2003.*
- *O Marquês de Pombal e as Conturbadas Origens da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756–1757), in Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Marquês de Pombal, n.º 15-16, Janeiro-Junho 2004.*
- *Portugal, Brasil e União Europeia, in Mundo Latino e Globalização, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2004.*
- *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes, sob a Égide dos Arnauds (1790–1820), in Brigantia, Revista de Cultura, n.º 1/2, Janeiro-Junho 2004.*
- *A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, FACM, Porto, 2004.*
- *Vila Real no século XVIII, in Estudos Transmontanos e Durienses, n.º 11, Vila Real, 2004.*
- *As Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição em S. João da Madeira, São João da Madeira, 2004.*
- *Nas origens da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (1870-1873), Porto, 2004.*
- *O Inquérito à indústria das sedas em Trás-os-Montes (1869), in Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira, Revista Portuguesa de História, n.º 36, vol. 2, Coimbra, 2004.*
- *A cobrança de impostos régios pela Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1772-1832), in Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, 2004 (em colaboração com Joana Dias e Francisco Vieira).*

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

Percurso académico e profissional

Licenciatura em História e Curso de Ciências Pedagógicas, FLUP (1972); Doutoramento em Letras, especialidade de História da Arte, Universidade do Porto (1987); Agregação, FLUP (1995).

Assistente Eventual (1974-76), Assistente (1976-87), Professora Auxiliar (1987-90), Professora Associada (1990-95); Professora Associada com Agregação (1995-96); Professora Associada de nomeação definitiva (1996-2002); Professora Catedrática de nomeação definitiva desde 2002.

Presidente do Instituto de História da Arte, FLUP (1994-96); Coordenadora do Mestrado de História da Arte em Portugal, FLUP (1996-98; 1998-2000); Membro da Comissão Coordenadora, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, FLUP (1998-99; 2004-2006); Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, FLUP (1999-2002); Presidente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, FLUP (2002-2004); Membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, FLUP (1999-2004); Presidente da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte (1994-96); Secretária da Secção Portuguesa do Comité Internacional de História da Arte (1994-2002); Académica Correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes; Académica Correspondente da Real Academia de Bellas Artes de Santa Isabel de Hungria (Sevilha); Membro da Royal Society of Arts (England); Membro do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira; Membro do CEPESE.

Trabalhos publicados

– *A Arte da talha no Porto na época barroca: artistas e clientela, materiais e técnica* (dissertação de doutoramento). Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal, 1989. (Documentos e Memórias para a História do Porto; 47). 2 vol.

– *O Santuário do Senhor de Perafita: aspectos da mentalidade religiosa popular na segunda metade do século XVIII* (dissertação complementar). Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Instituto Português do Património Cultural, 1987.

– *A presença de Miguel Francisco da Silva na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, in Actas do Colóquio Cister: Espaços, Territórios, Paisagens, vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, P. 465-472

– *Robert C. Smith e a Talha do Reino*, in “Robert C. Smith. 1912-1975. A investigação na História da Arte”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 146-161

– *Acerca da Talha Dourada no Norte de Portugal – do século XVII ao Advento do Neoclássico*, in “Portugal/Brasil – Brasil/Portugal. Duas faces de uma realidade artística”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 12-17 e p. 304-319.

– *A Casa do Cabido e a sua Talha: algumas reflexões* in “Monumentos” n.º 14, Lisboa, 2001, p. 20-25.

– *A escola da talha portuense e a sua influência no Norte de Portugal*, Edições INAPA, Coleção *Portucale*, Lisboa, 2001, 136 p.

– *O Tempo de Deus e o Tempo dos Homens: o destino da talha da Sé do Porto*, in Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória, vol. I, Porto/ Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão/ Faculdade de Letras da Univ. do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património/ Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, 2002, p. 107-123 (separata, Porto/ Arouca, 2002, p. 107-123).

– *Os retábulos em andares na escola portuense e seu estudo tipológico*, in Actas do II Congresso Internacional do Barroco, Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 605-616.

Pintura, talha e escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal, in Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património, n.º 2, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 735-755.

– *O douramento e a policromia no Norte de Portugal à luz da documentação dos séculos XVII e XVIII*, in Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património, n.º 3, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 85-93.

– *O Barroco no Norte de Portugal* (trabalho em fase de conclusão, inserido no projecto Museu sem Fronteiras – Programa de Incremento do Turismo Cultural).

JOSÉ MARIA AMADO MENDES

Percurso académico e profissional

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1972). Obtenção do “Master’s Degree in Sciences of Education”, na Universidade do Texas, em Austin (1974).

Doutoramento em História, especialidade de História Moderna e Contemporânea, na Universidade de Coimbra (1985).

Obteve o título de agregado (1991) e prestou provas para professor catedrático (1993).

Membro de várias associações científicas, nacionais e estrangeiras, e coordena o Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural.

É investigador e orienta um grupo de investigação, no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20. Faz parte de um grupo internacional, dedicado à investigação da História Empresarial e integra a Comissão Científica da *Revista Portuguesa de História* e tem sido coordenador da revista *Gestão e Desenvolvimento*.

É *Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*.

Trabalhos publicados

– *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII* (1995).

– *História do Vidro e do Cristal em Portugal* (2002).

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

Percursos académico e profissional

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1980).

Mestrado em História de Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996).

Doutoramento em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2002).

Trabalhos publicados

- *A cultura das máscaras*, in *Anuário do Nordeste*. Bragança, 1993.
- *Algumas notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na região de Bragança*, in *Separata de Brigantia*. Bragança, vol. XIV, n.ºs 1/2, 1994.
- *A festa como exaltação da cidade*, in *Actas do Congresso A festa em Trás-os-Montes*. Bragança, 1995.
- *O decoro e a representação à luz das Constituições Sinodais da Diocese de Miranda do Douro. O inventário dos bens móveis da igreja de Santa Maria de Bragança*, in *Separata de Brigantia*. Bragança, vol. XV, n.º 1, 1995.
- *Imagens do Menino Jesus*, in *Anuário do Nordeste*. Bragança, 1995.
- *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às Memórias Paroquiais de 1758*, in *Amigos de Bragança*, 9ª Série, n.ºs. 2, 3, 4. Bragança, 1995.
- *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, vol. I. Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997; vol. II, Bragança: Junta de Freguesia da Sé, Abril, 1997.
- *A reforma iconográfica e o apelo aos sentidos. A talha em Bragança: reflexões sobre alguns exemplares maneiristas e de estilo nacional (1657-1728)*, in *Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda/Congresso Histórico / Actas do congresso*. Bragança, 1997.
- *O convento de Santa Escolástica em Bragança. Atitudes artísticas no contexto local*, in *Actas do VIII Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte* (No prelo).
- *A obra do frontispício do palácio dos Távoras em Mirandela*, in *Separata de MUSEV*, IV Série, n.º 6, Porto, 1997.
- *O Engenheiro-mor do reino Manuel de Azevedo Fortes. Retrato desfocado dos seus relacionamentos e casa da rua das Gaivotas da Boavista*, in *Separata de Brigantia*, n.º 3-4. Bragança, 1997.
- *A Sé de Miranda. O inventário da sua fábrica no primeiro quartel do século XVIII*, in *Separata de MVSEU*, IV Série, n.º 7. Porto, 1998.
- *De Miranda a Freixo de Espada à Cinta: alguns artistas e manifestações da arte da talha no período moderno*, in *Entre Duas Margens – Douro Internacional*. Mirandela: João de Azevedo Editor, 1998.
- *A transferência de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques para a diocese do Porto e o fracasso do projecto arquitectónico da Sé de Bragança*, de António Stoppani Romano, in *Separata de Actas I Congresso sobre a diocese do Porto – Tempos e lugares de memória*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão / Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Universidade Católica Portuguesa, Porto, 1998.
- *A igreja da vila de Frechas. Obras de alvenaria e madeira*, in *Separata de Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, in *Memoriam*, vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.
- *A cidade de Bragança na época moderna: planos defensivos e constrangimentos sobre o tecido urbano*, in *Separata de Universo Urbanístico Português 1415-1822. Actas*. (Coimbra, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999).
- *A igreja matriz de S. Frutuoso de Argoselo: algumas notas sobre a sua configuração arquitectónica no século XVIII*, in *ILGVSELO*. Argoselo: Boletim da Associação Cultural, 1999.
- *O Distrito de Bragança nos séculos XVII e XVIII: arquitectura religiosa de função paroquial*, in *Portugal-Brasil / Brasil-Portugal. Duas faces duma realidade artística*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- *O entalhador António André Robles: notícia de algumas obras executadas no século XVI*

para a capela-mor da Sé de Miranda, in *Separata de Brigantia*, vol. XX, nº 3-4, Julho/Dezembro, Bragança, 2000.

– *A vila de Izeda em meados do século XVIII. Notícias da construção da nova matriz*, in *Homenagem ao Dr. Belarmino Afonso*. Bragança, 2001.

– *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*. Bragança / Porto, 2002, (Tese de Doutoramento, Policopiado, 3 vols.).

– *Notas para o estudo da arquitectura civil transmontana: residências paroquiais no século XVIII*, in *Actas do II Congresso Internacional de História de Arte*. Organização da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte. Porto, Novembro, 2001. (No prelo).

– *Subsídios para o estudo da arquitectura civil transmontana no período moderno*, in *Separata da Revista Brigantia*, vol. 12, nº1/2. Bragança, 2002.

– *Quadros arquitectónicos relativos à antiga vila de Algosó*. (No prelo).

– *Formulários arquitectónicos na diocese de Bragança e Miranda*, in *A construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro*. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2002.

– *A Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança. 100 anos*. Bragança, 2002.

– *A igreja da Lavandeira: elementos para a sua história artística*, in *Separata da Revista Brigantia*, vol. XXIII, nº -. Bragança, 2003.

– *A José, meu filho, deixo todos os livros e trastes de pintura. Uma linhagem de pintores transmontanos*, in *Separata da Revista Brigantia*, vol. XXIII, nº 3 e 4. Bragança, 2003.

– *O monóptero de S. Gonçalo (Mogadouro). Uma proposta de leitura*, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto, 2003.

– *A capela do Morgado e a igreja de Santa Águeda em Carrazeda de Ansiães*, in *Separata da Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto*. Porto, 2004.

– *o maneirismo na arquitectura religiosa do Distrito de Bragança*, in *Liceu. 150 anos. Comemorações dos 150 anos do Liceu de Bragança*. Bragança, 2004.

– *Monografia das freguesias de Bragança*, Edição da Câmara Municipal de Bragança, Bragança, 2005. Esta obra contou com a colaboração de Armando Fernandes

– *Presidentes da Câmara de Bragança. Da República aos nossos dias*, Edição da Câmara Municipal de Bragança, Bragança, 2005. Com a nossa coordenação, esta obra contou com a colaboração de Alda Berenguel e Fernando Freixo.

– *A arte da talha dourada e policromada no Distrito de Bragança. Documentos (séculos XVII e XVIII)*, prefácio da Professora Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves, João de Azevedo Editor, Terra Transmontana. (No prelo).

– *Os poderes em presença. A entrada pública de D. Diogo Marques Mourato em Miranda do Douro*, in *Separata da Brigantia*, vol. XXIV, nº 1/2 e 3/4. Bragança, 2005.

– *Subsídios iconográficos para a cultura de massas no século de seiscentos. As festas realizadas em Bragança pela Companhia de Jesus na sequência das canonizações de Santo Inácio de Loiola e de S. Francisco Xavier*, in *Brigantia*, vol. XXV. Bragança, 2005. (No prelo).

– *O santuário transmontano do Santo Cristo de Outeiro: obras e artistas*, in *Artis. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 4. Lisboa, 2005. (No prelo).

– *O programa arquitectónico da matriz de Moncorvo e a demorada afirmação da arte barroca no Distrito de Bragança*, in *Actas. O património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora*. Porto: CEPES, 2005. (No prelo).

– *Mestres de obras de arquitectura e sociedades que empreitaram a construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII*, in *Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. (No prelo).

HORTÊNSIA LARRÉN IZQUIERDO

Percurso académico e profissional

Licenciada em Filosofia e Letras, especialidade em História Antiga e Medieval, pela Universidade Autónoma de Madrid.

Desde 1987 desempenha as funções de Arqueóloga Territorial no Serviço T. de Cultura da Junta de Castela e Leão em Zamora.

Membro Correspondente da Real Academia da História; Vogal de Arqueologia no Instituto de Estudos Zamoranos “Florián de Ocampo” e membro da Instituição “Gran Duque de Alba” de Ávila.

LUÍS PICHEL RAMOS

Percurso académico e profissional

Licenciado em Arquitectura pela Universidade de Valladolid.

Desde 2002 desempenha as funções de Arquitecto do Património no Serviço T. de Cultura da Junta de Castela e Leão em Zamora.

Colaborador em diversos concursos de ideias nacionais e provinciais, nomeadamente no Museu Etnográfico de Castela e Leão; nos concursos *Ideas sobre el Campus de Zamora* (primeiro prémio), *Edificio de oficinas para la Excm. Diputación de Zamora. Intervención en el entorno de las murallas de Zamora* (primeiro prémio).

Obteve também o Prémio especial de Meio Ambiente no *Concurso de Jóvenes Ideas del Duero*, Fundación Rey Alfonso Henriques, 1999.

ANA MARIA AFONSO

Percurso académico e profissional

Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pós-graduação em Ciências Documentais – Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mestrado em História e Cultura Medievais pela Universidade do Minho.

Foi professora de História do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Técnica Superior de Arquivo no Arquivo Distrital de Bragança, entre 1989 e 2000.

Directora do Arquivo Distrital de Bragança.

Directora da revista *Brigantia – Revista de Cultura*, da Assembleia Distrital de Bragança.

Coordenadora e formadora de Pós-Graduação em Ciências Documentais.

Integrou o projecto *Inventário do Património Cultural Móvel*, 1993-1996.

Integra a equipa do projecto *Douro/Duero Virtual* relativa ao levantamento do património cultural de Bragança-Zamora.

Trabalhos publicados

Publicou diversas obras no campo da História e Arquivística.

ENRIQUE SAIZ MARTIN

Percorso académico e profissional

Arquitecto na especialidade de Urbanismo pela Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Valladolid.

Realiza os seus primeiros trabalhos de planeamento no departamento de Urbanismo da referida Escola, formando parte da equipa redactora dos 12 planos especiais do Centro Histórico de Segóvia.

Em 1990 abre o seu gabinete em Valladolid, onde realiza projectos de arquitectura e planeamento urbanístico.

Desde 1993 desenvolve a sua actividade profissional em Burgos, onde, além das já referidas actividades, trabalha no âmbito da reabilitação do património.

Arquitecto assessor municipal em vários municípios, onde dirige programas de recuperação de edifícios e lugares históricos.

Redigiu o programa do Plano Director de Protecção e Reabilitação das Salinas em Poza de la Sal.

Responsável pelo Plano de Protecção do Conjunto Histórico de Astudillo (Palencia).

Membro do Instituto de Urbanística da Universidade de Valladolid.

Membro das Comissões de Cultura e de Urbanismo da Demarcação de Burgos do Colégio Oficial de Arquitectos de Castela e León-Este.

Foi *Concejal* do *Ayuntamiento de Burgos* desde Junho de 1999 até Maio de 2003.

Representou o seu grupo político na Comissão Gestora e no Comité Directivo da *Asociación Plan Estratégico de Burgos*.

Em 2003, foi nomeado Director Geral de Património e Bens Culturais da Junta de Castela e León pelo Governo Regional da Comunidade.

É vice-presidente da Fundação do Património Histórico de Castela e León e membro do Conselho de Património Histórico Espanhol.

FLORIÁN FERRERO FERRERO

Percorso académico e profissional

Director do Arquivo Histórico Provincial de Zamora

Integra a equipa do Projecto Douro/Duero Virtual.

Coordenou o projecto *online* Cofradía de la Virgen de La Concha.

Trabalhos publicados

– *Nuevos apuntes sobre la Virgen de la Concha y su cofradía*, Zamora, 1991.

– Coordenação da obra *Geografía de Zamora*, 1991.

– *VII Siglos de Romería la Hiniesta*, Zamora, 1992.

– *Leyendas Zamoranas*, Zamora, 1997.

– *Guía de la Semana Santa de Zamora*.

RUI MANUEL SOBRAL CENTENO

Percorso académico e profissional

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975) e doutorado em Letras pela mesma Faculdade (1988).

Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi Assistente Eventual (1975-1977); Assistente (1977-1988); Professor Auxiliar (1988-1991) e Professor Associado (1991-1996). É

professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 1996 e membro do Departamento de Ciências e Técnicas do Património desta Faculdade.

Foi Auditor de Defesa Nacional, no Instituto de Defesa Nacional (2004).

Actualmente, entre outros cargos e funções, é Director do Curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto, Coordenador Científico do Centro de Estudos em Tecnologias, Artes e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto e Membro do Conselho Geral do Instituto Arquitecto José Marques da Silva da Universidade do Porto. É também director do jornal digital *JornalismoPortoNet*.

No âmbito da gestão universitária ocupou vários cargos como: Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para o qual foi eleito em três mandatos sucessivos, entre 1996 e 2003, Membro da Assembleia e do Senado da Universidade do Porto e, no âmbito da sua actividade em Museologia, foi Membro da Comissão do Curso de Pós-graduação em Museologia da Universidade do Porto (desde 1991-97) e Director do Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP (1997-2001).

Em termos de projectos de investigação e actividades afins, destacamos:

- Investigador responsável do projecto PRAXIS XXI, *Santuários e Itinerários de Santidade no Norte de Portugal (Património, ecologia, arte, bibliotecas e arquivos)*

- Elaboração de projectos de valorização de estações arqueológicas: Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Citânia de Briteiros (Guimarães), Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), Monte Mozinho (Penafiel) (colab.).

- Na área da comunicação em museus coordenou e elaborou, em colaboração, diversos programas-base e projectos: Museu Municipal de Caminha, Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim (Área de Arqueologia), Museu da Citânia de Briteiros (Guimarães), Museu Municipal de Santa Maria da Feira, Museu Municipal de Mesão Frio, reformulação do Museu de Martins Sarmento (Guimarães), Museu da Região Flaviense (Chaves), Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, do Museu Rural de Boticas, Exposição *Uma Lulik Timur/Casa Sagrada de Oriente* (Alfândega do Porto, Dezembro 2001-Janeiro 2002) e Museu Judaico de Belmonte.

- Concepção, coordenação e execução do programa *Patrimonium*, de inventário, informatização e divulgação do Património Cultural das Terras de Sousa (concelhos de Felgueiras, Louzada e Paços de Ferreira) (colab.).

Entre a sua vasta bibliografia, podemos destacar:

- *O tesouro denarii do Alto do Corgo (concelho de Valença)*, 1977;
- *Sondagem arqueológica na Citânia de Briteiros*, 1978;
- *Algumas moedas do tesouro de Paredes do Alvão*, 1979;
- *Escavações arqueológicas da Citânia de Sanfins: Paços de Ferreira 1977-1978*, 1980;
- *A circulação dos «Divo Claudio» na Península Ibérica: notas sobre um tesouro do concelho de Amarante*, 1982;
- *Sondagem arqueológica no Castro de Sabrosa*, 1982;
- *Um tesouro de Aurei Romanos da antiga Índia Portuguesa*, 1986;
- *Tesouro monetário da região de Chaves*, 1988;
- *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, 1989;
- *Arqueologia clássica*, 1996;
- *Museu da Região Flaviense*, Porto, 1997 (co-autor);
- *Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim*, Porto, 1997 (co-autor);
- *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, Porto, 1998/ Madrid, 1999 ;
- *Museu Rural de Boticas. Catálogo*, Boticas, 2000 (co-autor);
- *Uma Lulik Timur/Casa Sagrada de Oriente*, Porto, 2001 (com Ivo Carneiro de Sousa);

- *Cooperação Científica com Timor Leste*, Lisboa, 2002 (com A. Marques Guedes, F.T. Pedrosa, I. Carneiro de Sousa, L. Aires-Barros, M. Alkatiri);
- *Museu Judaico de Belmonte*, Belmonte, 2005 (co-autor);
- *Da crise asiática (1997-1998) à independência de Timor Leste* (2002) (a publicar).

FAUSTO SANCHES MARTINS

Percurso académico e profissional

- Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1980).
Doutoramento em Letras, especialidade de História de Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1995).
Professor associado com agregação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Trabalhos publicados

- *Subsídios para a história da fábrica de cerâmicas do Carvalinho*. *Gaya*. Vila Nova de Gaia: 2, 1984.
- *Estudo iconográfico do retábulo-sacrário da Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Caminha*, in *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: 2.ª série. 5, 1988, pp. 337-364.
- *O Trono Eucarístico do retábulo barroco português: formas e simbolismo*, in *Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Reitoria da Universidade e Governo Civil do Porto, 1991.
- *Colunas Triunfais da Igreja de S. Gonçalo de Amarante: interpretação simbólica, iconográfica e iconológica*, in *Actas*. Amarante: 2000.
- *Azulejaria Portuense*, in *Colecção Portucale*. Lisboa: Edições INAPA, 2001 (136 p.).
- *Aspectos polémicos dos painéis de S. Vicente: Ritual e iconografia*, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. II. Porto, 2001, 24 pp., 267-290.
- *Speculum Humanae Salvationis – Estudo Iconográfico e iconológico do sacrário de prata da Sé do Porto*, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Universidade do Porto, 2002.
- *Estatutos da Congregação de Santo Inácio de Loiola do Colégio de Santo Antão em Lisboa*, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média – Livros de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização, 2001, vol. III, pp. 1389-1400, (separata, Porto, 2003, 12pp.).
- *O conceito de «Nihil Inhonestum» nos Tratados Artísticos prós-tridentinos*, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, vol. II, pp. 713-726, (separata, Porto, 2004, 13 pp.).

MARIA DA CONCEIÇÃO COELHO MEIRELES PEREIRA

Percurso académico e profissional

- Licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1982).
Mestrado em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1987).
Doutoramento subordinado ao tema: *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870)*, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996).
Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Trabalhos publicados

- *O Porto no Tempo de Garrett*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.
- *Relações entre Portugal e Espanha no 3º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico*, in *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, 2000 (pp. 101-111).
- *Relações entre Portugal e Espanha na época contemporânea. Ponto da situação historiográfica*, in *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003 (pp. 85-100).
- *Caridade versus Filantropia – sentimento e ideologia a propósito dos terremotos da Andaluzia (1885)*, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol.3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (pp. 831-841).
- *A pena em vez da espada – Teatro e questão ibérica*, in *Actas do Congresso Internacional Literatura e História, 13 a 15 de Novembro de 2003*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, 2004 (pp. 71-101).
- *Relações entre Portugal e Espanha na Época Contemporânea. Ponto da situação historiográfica*, in *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3ª série, vol. 4, 2003 [2004] (pp. 85-100).
- *Ocidente – Imagens e Fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental (1938-1948)*, in *Actas do Curso Intensivo/ IP – Programa Sócrates «Ideias de Europa: que Fronteiras?»*, (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro). Coimbra: Quarteto Editora, col. Estudos sobre a Europa, 2004 (pp. 329-356).
- *Caridade versus Filantropia – Sentimento e Ideologia a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)*, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (pp. 831-841).

JAVIER FITO MANTECA

Percurso académico e profissional

Licenciado em Geografia e História.
 Diplomado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Salamanca.
 Desde 1998, pertence ao Corpo Facultativo de Arquivistas, Bibliotecários e Arqueólogos.
 Em 2000, foi colocado na Subdirecção Geral dos Arquivos Estatais.

Trabalhos publicados

- *El movimiento e intercambio de fondos documentales en Alemania*, in *Boletín Acal. Revista Trimestral de la Asociación de Archiveros de Castilla y León*, 1998.

CARLOS TRAVESÍ DE DIEGO

Percurso académico e profissional

Director do Arquivo Geral de Castela e Leão (Junta de Castela e Leão).
 Responsável pela acção de formação *La práctica de la descripción de archivos con ISAD(G)*.

Trabalhos publicados

- *¿Para qué sirve un manual de descripción? El proyecto MDM*.
- *La descripción normalizada en una aplicación de gestión integral de archivos: el proyecto AIGEA/ALBALÁ*.
- *La Normalización Antes De La Norma: Los Estados Unidos, Canadá y Gran Bretaña*, 1999.

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

FERNANDO DE SOUSA

A identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia

O património cultural constitui, ao presente, uma importante fonte de riqueza e factor de desenvolvimento, a exigir por parte das entidades públicas e privadas, aos mais diversos níveis, uma política concertada, que saiba aproveitar os recursos e as potencialidades de cada região, “vendendo” o que há de original e identitário em cada uma.

A economia, a cultura, o património, o turismo e o desenvolvimento são faces da mesma realidade, que têm de ser compreendidos de uma forma integrada. Basta dizer, para se ver a importância que a cultura e o património têm no bem-estar das populações, que o turismo cultural, segundo a Organização Mundial do Turismo, representa 35 a 40% de todo o turismo mundial, segundo alguns, a indústria por excelência do século XXI.

É à luz desta realidade, demasiado evidente para sobre ela nos debruçarmos com mais profundidade, que iremos analisar a identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia, não sendo pertinente, para este trabalho, delimitarmos o espaço do vale, corredor, e muito menos da bacia do rio Douro, mas importando reforçar a nossa concepção do Vale do Douro no seu conjunto, como um todo, luso-espanhol ou hispano-luso, assim, em toda a sua identidade, autenticidade e pujança, como berço de um grande rio ibérico que, visto sob o ponto de vista geográfico ou sob o ponto de vista cultural, só tem como fronteira, desde a sua nascente, o Oceano Atlântico.

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

O que é o Património Cultural?

Ao tentarmos definir *Património Cultural* somos confrontados com uma variedade de bens que nos foram legados pelo passado colectivo e que nos ligam às nossas raízes mais profundas. Esse legado passa pelos testemunhos materiais e imateriais mais diversificados, desde o edifício que nos revela as cicatrizes do tempo, às histórias prestes a desaparecer com o último velho da aldeia, às tradições rejeitadas pelos mais novos. Hoje, e segundo uma perspectiva mais abrangente, património cultural é tudo isso, abarcando também a paisagem natural, sendo uma peça fundamental para a preservação da identidade e da memória de um povo.

JOSÉ AMADO MENDES

Requalificação e preservação do património arquitectónico: factor de identidade, em prol do desenvolvimento

As questões relacionadas com o património — no sentido de *património cultural*, como aqui será usado — continuam a merecer reflexão e estudo, por vários motivos. Em primeiro lugar, pela abrangência que o conceito tem vindo a adquirir, a qual aconselha que, em vez de património, se fale de patrimónios (artístico, literário, arqueológico, histórico, gastronómico, folclórico, industrial, científico, tecnológico, etc.). Em segundo, pelas estreitas relações daquele com aspectos que dizem muito a todos nós, desde as raízes à identidade, da memória à história, da cultura à tradição. Finalmente, pelo valor do próprio património, o qual não se restringe ao cultural e à evocação histórica, podendo tornar-se inclusive instrumental, como factor de desenvolvimento, ao serviço do homem e da sociedade.

Segundo esta perspectiva, o património não constituirá um encargo, a suportar penosamente, mas sim um recurso que, por isso mesmo, deve merecer redobrada atenção.

Como exemplos podem apontar-se os museus, lugares privilegiados de salvaguarda, estudo e divulgação do património, os diversos tipos dos chamados “lugares de memória” e o turismo cultural, alicerçado no dito património.

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

O programa arquitectónico da matriz de Moncorvo e a demorada afirmação da arte barroca no Distrito de Bragança.

A igreja manuelina de S. Miguel, em Freixo de Espada à Cinta, remete-nos para um ambiente artístico caracterizado pelo recurso a elementos do repertório medieval. Inicialmente marcada por idênticos valores, a paroquial de Moncorvo, acusaria a incorporação de vocabulário de extracção clássica principalmente nos portais laterais. Nas Misericórdias de Freixo de Espada à Cinta e de Moncorvo e ainda na igreja dos padres da Companhia de Jesus, em Bragança, consolidar-se-ia este desenvolvimento estético. A Sé de Miranda do Douro traduz o rigorismo que se seguiu ao Concílio de Trento. Porém, nesta catedral como na matriz de Moncorvo interessa-nos a configuração das frontarias, o modo de implantação das torres e a organização interior. Geralmente de uma só nave, a maioria das igrejas paroquiais prolongam modelos morfológicamente vernáculos, especialmente na articulação dos vários planos, nos portais e nas sineiras.

O santuário de Santo Cristo de Outeiro, obra lançada na transição do século XVII para o século XVIII, mostra as dificuldades da plena assumpção da linguagem barroca na arquitectura. Seria nas frontarias de Santa Maria de Bragança, de S. Pedro, em Santa Comba da Vilarça, e, já muito mais tarde, na matriz de Sambade que a arquitectura barroca enunciou alguns dos seus principais postulados.

HORTENSIA LARRÉN IZQUIERDO / LUIS PICHEL RAMOS**El patrimonio cultural de zamora: algunos ejemplos de intervención arquitectónica para su conservación**

Una de las responsabilidades de la sociedad actual en relación con la conservación del Patrimonio histórico y monumental es su mantenimiento y salvación para las generaciones futuras. Para ello es necesario llevar a cabo tareas de restauración y conservación con criterios técnicos, a veces no aceptados por todos. En este trabajo se presenta la actuación realizada dentro de la provincia de Zamora en distintos monumentos, declarados Bien de Interés Cultural con categoría y cronología diversa, así como singulares ejemplos de carácter etnográfico, fiel reflejo de la conocida como arquitectura popular. Los casos elegidos son el “Puente de Sogo”, en Sogo y la “Fuente Nueva” en Carbellino de Sayago, como representaciones de los ambientes rurales, el “Campamento romano de Petavonium”, en Rosinos de Vidriales, fiel exponente de una ruina arqueológica, la iglesia de “Nuestra Señora de la Asunción”, en Villamor de los Escuderos y el “Palacio del Cordón” en Zamora, sede del Museo de Zamora, ejemplos de monumentos religioso y civil, respectivamente.

ANA MARIA AFONSO

Património Arquivístico: preservação de informação e construção de identidade

Um dos aspectos surpreendentes desta era da informação é que os arquivos – essa informação única pertinente para qualquer povo – é o menos conhecido e o menos compreendido e, por consequência, o menos bem utilizado de todos os recursos informativos. Os arquivos constituíram sempre os instrumentos de base da administração, por consequência, eles testemunham políticas, decisões, procedimentos, funções e actividades. Em virtude do seu carácter oficial e do seu estatuto jurídico, eles representam as fontes de informação mais seguras e mais completas relativas às instituições e ao seu papel na sociedade.

Actualmente, o alargamento das administrações públicas e de outras instituições, contribuiu não só para o crescimento exponencial da quantidade dos documentos de arquivo, como foi também acompanhado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e da sua aplicação para criar e utilizar arquivos. Novos suportes de informação integram a herança documental, mas estas invenções criaram problemas de acesso, de conservação, de controlo material e intelectual particulares, em virtude da fragilidade de suportes. Além disso, a introdução progressiva da tecnologia electrónica obriga os arquivistas a trabalhar com o menos permanente dos suportes e transforma o modo como as instituições funcionam relativamente aos métodos de criação, de recepção, de utilização, de conservação, de orientação e de eliminação da informação dos documentos de arquivo.

ENRIQUE SAIZ MARTIN

Castilla y León: una excelente realidad patrimonial

El abundante y excelente patrimonio histórico de la Comunidad de Castilla y León se asienta en un marco geográfico singular que, a pesar de su pujanza económica actual, le caracteriza como una región de escasos recursos poblacionales y estructurales en relación a la riqueza y dispersión de su territorio.

Ello plantea la necesidad de una peculiar estrategia en relación a la gestión del Patrimonio que proponga en términos de sostenibilidad todas las actuaciones. En este sentido, la vinculación con el rico medio natural en que se inserta, la oportunidad de constituir sistemas de vertebración territorial basados en los bienes patrimoniales relacionados entre sí aunque de distintas tipologías (materiales o inmateriales), la posibilidad de poner en valor nuevas categorías patrimoniales menos consideradas... todo ello constituye no sólo una respuesta necesaria al reto planteado sino también una fuente de grandes oportunidades para un desarrollo socio-económico del mismo territorio basado en la gestión, intervención y difusión del patrimonio histórico.

Por otra parte, este enfoque permite sistematizar desde visiones globales e integradoras la gestión de aquellas categorías patrimoniales hasta ahora más dispersas, como la de la Arqueología o la de los bienes muebles y documentales; así como ofrecer un marco más sólido, atractivo y coherente a las tareas de mecenazgo y de formación, y las de divulgación y turística.

FLORIÁN FERRERO FERRERO

El patrimonio documental de la provincia de Zamora

Se hace, en primer lugar, un breve análisis de los conceptos *documento*, *patrimonio documental* y *archivo*, de acuerdo con lo que establecen la Ley del Patrimonio Histórico Español y la Ley de Archivos y del Patrimonio Documental de Castilla y León; para, a continuación, examinar la funcionalidad de los Sistemas de Archivos y de la Red Provincial de Archivos de Zamora. Por último, se profundiza en los tipos de archivos existentes en la provincia de Zamora, su situación jurídica, los servicios que prestan y en la documentación que custodian.

RUI M. S. CENTENO

Para uma valorização do património arqueológico do distrito de Bragança. Algumas reflexões

A riqueza e a diversidade do património arqueológico do distrito de Bragança está bem patente na bibliografia da especialidade que vem sendo publicada nomeadamente desde os finais do século XIX, fruto do labor de alguns estudiosos interessados pela investigação e salvaguarda destes testemunhos da história desta região.

Sem a pretensão de apresentar uma enumeração exaustiva de todos os que se dedicaram ao estudo deste património, por não se enquadrar no âmbito deste trabalho, iremos realçar, no entanto, alguns nomes que pela actividade desenvolvida são uma referência em qualquer investigação arqueológica que se queira realizar no distrito.

FAUSTO SANCHES MARTINS

Legado patrimonial, cultural e religioso da Companhia de Jesus à cidade de Bragança – séculos XVI-XVIII

Apesar das dificuldades iniciais, a Companhia de Jesus, ao longo da permanência de dois séculos na cidade de Bragança, deixou uma marca relevante no âmbito patrimonial, cultural e religioso. Quanto ao Património, merecem particular destaque as pinturas e talha da sacristia. No

plano cultural, tiveram influência decisiva na formação da juventude durante duzentos anos. No campo religioso, promoveram o culto dos santos da Companhia, das relíquias e implantaram em toda a região nortenha o culto e devoção de Santa Bárbara.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Imprensa e Regionalismo em Bragança. Do Liberalismo aos alvares do Estado Novo

Este estudo toma como fonte a imprensa de Bragança, do liberalismo aos alvares do Estado Novo, focalizando a sua análise na dimensão e preocupação de natureza regionalista.

FRANCISCO JAVIER FITO MANTECA

El Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica: una herramienta de difusión del Patrimonio Documental Hispánico.

Los manuales españoles de Archivística que circulaban en la última década el siglo XX solían dedicar alguno de sus capítulos a exponer la situación de la informatización de los archivos, concluyendo normalmente con un pequeño tirón de orejas a unos archiveros que habían ido, en ese aspecto, a la zaga de otros profesionales (en especial atendiendo a lo ocurrido en las bibliotecas), pero advertían ya un cambio en la tendencia y auguraban, como así ha sido, un imparable avance de las nuevas tecnologías en el quehacer archivístico.

En la actualidad cada vez es mayor la literatura archivística dedicada a estudios de diferente carácter sobre la aplicación de las nuevas tecnologías, vistas bien como herramientas en las que el profesional de los archivos debe apoyarse en sus tareas diarias, bien como elemento perturbador de la práctica tradicional archivística al provocar la aparición de un nuevo tipo de documento, el documento electrónico, en un soporte nuevo, más volátil e inasible que el papel, y al que el archivero debe dar respuesta en un futuro incierto pero muy cercano.

CARLOS TRAVESÍ DE DIEGO

El archivo general gestor del patrimonio documental de Castilla y León

El Archivo General de Castilla y León es la institución superior de la comunidad autónoma en materia de archivos y, por tanto, la responsable de la coordinación y dirección técnica del Sistema de Archivos de Castilla y León.

Tradicionalmente la imagen de los archivos ha estado relacionada con la investigación histórica y la erudición. Para muchos archiveros y personas de la calle, incluso para las propias administraciones públicas, continúan ligados al mundo de lo cultural, sin tener en cuenta que desde hace más de cincuenta años los archivos tienen la obligación de recoger la documentación producida por las diferentes administraciones, cuando apenas han pasado unos pocos años desde la finalización de su tramitación.

ABSTRACTS

FERNANDO DE SOUSA

A identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia

Nowadays, cultural heritage is an important source of wealth and a factor of development, demanding from public and private entities a harmonized policy able to benefit from the resources and potential from each region, “selling” what each region has to offer in terms of originality and identity.

Economy, culture, heritage, tourism and development are all sides of the same reality and have to be understood in an integrated manner. According to the World Tourism Organization, cultural tourism already represents 35 to 40% of all world tourism, the most important industry for the 21st century.

In view of this reality, we will analyse the cultural identity of Douro Valley in the scope of the European Union, without limiting ourselves to the valley, corridor or even less to the basin of the river Douro, but instead considering Douro Valley as a whole, be it Portuguese-Spanish or Spanish-Portuguese, in all its identity, authenticity and vitality, as the cradle of a great Iberian river that, under a geographic or cultural point of view, from its spring only knows one border, the Atlantic Ocean.

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

O que é o Património Cultural?

When we try to define *Cultural Heritage* we are confronted with a variety of assets legated by our collective past and that link us to our deepest roots. This legacy is composed of the most diverse material and immaterial evidences, from the building revealing the scars of time to the histories about to disappear with last old man from the village, to the traditions rejected by younger ones. Today, and according to a wider perspective, cultural heritage is all that, also including the natural landscape, being fundamental for the preservation of the identity and the memory of a people.

JOSÉ AMADO MENDES

Requalificação e preservação do património arquitectónico: factor de identidade, em prol do desenvolvimento

The questions referring to cultural heritage must still be studied and pondered, due to several reasons. In the first place, for the extension the concept is acquiring, advising instead the use of the expression *heritages* (artistic, literary, archaeological, historical, gastronomic, folkloric, industrial, scientific, technological, etc). In the second place, for the close relation between heri-

tage and some aspects that are intimately related to every one of us, from roots to identity, from memory to history, from culture to tradition. Lastly, for the value of the heritage itself, which is not confined to cultural or historical aspects, being able to become an instrumental factor of development, serving men and society.

According to this perspective, heritage is not an expense to be painfully supported, but instead a precious resource that, precisely because of that, should deserve a greater attention. Some examples of this reality are museums – privileged places for the safeguard, study and divulging of the heritage –, the several kinds of the so-called “places of memory” and cultural tourism, based on that same heritage.

LUÍS ALEXANDRE RODRIGUES

O programa arquitectónico da matriz de Moncorvo e a demorada afirmação da arte barroca no Distrito de Bragança.

The Manueline church of S. Miguel, in Freixo de Espada à Cinta, appeals to an artistic ambiance characterized by the resort to Medieval elements. Initially marked by similar values, the parochial church of Moncorvo reveals the incorporation of Classic vocabulary, particularly in the lateral portals. This aesthetic development would be consolidated in the *Misericórdias* of Freixo de Espada a Cinta and Moncorvo and also in the church of the Company of Jesus in Bragança. The See from Miranda do Douro translates the rigorism following the Council of Trent. However, in this cathedral as in the mother church of Moncorvo, the most interesting point is the configuration of the frontispiece, the way the towers were implemented and its inner organization. Usually with one nave only, most parochial churches extended morphologically vernacular models, especially in the articulation of the several plans, at the portals and bell towers.

The sanctuary of Santo Cristo de Outeiro, a work launched during the transition from the 17th century to the 18th century, shows the difficulties for the full assumption of the Baroque speech in architecture. It would be in the frontispiece of the church of Santa Maria de Bragança, in Santa Comba da Vilarça and, later on, in the mother church of Sambade, that Baroque architecture would enunciate some of its main postulates.

HORTENSIA LARRÉN IZQUIERDO / LUIS PICHEL RAMOS.

El patrimonio cultural de Zamora: algunos ejemplos de intervención arquitectónica para su conservación

One of the responsibilities of the current society regarding the conservation of the Historical and Monumental Heritage is its maintenance and preservation for future generations. For this, it is necessary to undertake some restoration and conservation tasks with technical criteria, which sometimes are not accepted by everyone. In this paper, we present the work achieved in the province of Zamora on different monuments, declared Assets of Cultural Interest, with diverse categories and chronologies, as well as singular examples of ethnographic character, reflecting what is known as popular architecture. The chosen cases are «Sogo’s Bridge», in Sogo and the «New Fountain» in Carbellino de Sayago, as representations of rural environments, «Petavonium’s Roman Camp», in Rosinos de Vidriales, a faithful exponent of an archaeological ruin, and the church of «Our Lady of the Asuncion», in Villamor de los Escuderos and the «Palace of the Cord» in Zamora, where the Museum of Zamora is situated, examples of religious and civil monuments, respectively.

ANA MARIA AFONSO

Património Arquivístico: preservação de informação e construção de identidade

One of the most surprising aspects of the information age is the fact that archives is the least known and understood and, consequently, the least used of all informative resources. Archives always were base instruments for the administration and, therefore, they witness policies, decisions, proceedings, functions and actions. Due to their official character and legal statute, they represent the safest and most complete information sources referring to institution and their role in society.

Currently, the enlargement of public administrations and other institutions contributes for the exponential growth of archive documents, together with the development and use of new technologies. New information supports integrate documental heritage, but these inventions also created problems regarding the access, preservation and material intellectual control, due to their fragility.

ENRIQUE SAIZ MARTIN

Castilla y León: una excelente realidad patrimonial

The abundant and excellent historical heritage from the Community of Castilla and León is based on a singular geographic mark that, despite its current economic strength, is characterized as a region with scarce demographical and structural resources regarding the wealth and dispersion of its territory.

These conditions justify the need for a specific strategy for the management of its heritage, bearing in mind sustainability criteria for each action. This way, the relation with the surrounding environment, the opportunity to establish territorial systems based on heritage assets related between them, although with different typologies (material or immaterial), the possibility to promote new and until now less considered heritage categories, all this constitutes not only an answer needed for the afore-mentioned challenge, but also a source of great opportunities for the socioeconomic development of that same territory, based on the management, intervention and diffusion of the historical heritage.

On the other hand, this perspective allows systematizing global visions that integrate the management of those heritage categories more dispersed until now, such as archaeology or mobile and documental assets. At the same time, this perspective also offers a more solid, attractive and coherent mark to the tasks related with training and patronage, and also tourism and divulgation.

FLORIÁN FERRERO FERRERO

El patrimonio documental de la provincia de Zamora

In the first place, it is achieved a brief analysis of the concepts *document*, *documental heritage* and *archive*, according to the established by the Spanish Law for the Historic Heritage and the Law for the Archives and Documental Heritage from Castilla and León, followed by the examination of the functionality of the Archive Systems and the Provincial Archive Network of Zamora. Last, we study the types of Archives existing in the province of Zamora, their juridical situation, the services rendered by them and the documents they shelter.

RUI M. S. CENTENO

Para uma valorização do património arqueológico do distrito de Bragança. Algumas reflexões

The profusion and diversity of the archaeological heritage from the district of Bragança is clearly manifested on specialized bibliography being published since the late 19th century, resulting from the work produced by some experts interested in the research and safeguard of this evidences regarding the region's history.

With no intentions of presenting an exhaustive list with all those who dedicated themselves to the study of this heritage, since it is outside the extent of this work, we will highlight some of the names that, due to the activities developed, are a referen

FAUSTO SANCHES MARTINS

Legado patrimonial, cultural e religioso da Companhia de Jesus à cidade de Bragança – séculos XVI-XVIII

Although the initial difficulties, the Company of Jesus, during its two-century permanence in the city of Bragança, left a relevant legacy in the heritage, cultural and religious ambit. As for the heritage, the most important aspects were the paintings and sacristy carvings. At the cultural level, they had a decisive influence on the youth education for two hundred years. Finally, in the religious field, they promoted the cult to the Company's saints and relics and implemented across the region the cult and devotion to Saint Barbara.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Imprensa e Regionalismo em Bragança. Do Liberalismo aos alvares do Estado Novo

This paper approaches the press of Bragança, from the period of liberalism to the beginnings of the "Estado Novo" (New State), focusing on the analysis of its scope and concerns of regionalist nature.

FRANCISCO JAVIER FITO MANTECA

El Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica: una herramienta de difusión del Patrimonio Documental Hispánico.

Spanish handbooks concerning Archives issued in the last decade of the 20th century always devoted some chapters to the situation of archives computing, criticizing the current state of affairs but already anticipating a change of attitude and foreboding the unstoppable advance of new technologies in the field of archives.

Currently, there are more and more archive-related literature devoted to the use of new technologies, seen as tools to be used by archivists in their daily tasks, as well as a disturbing element affecting traditional archivist practice, by provoking the emergence of a new kind of document, the electronic document, in a new support, more volatile and intangible than paper, to which archivist must give an answer.

CARLOS TRAVESÍ DE DIEGO

El archivo general gestor del patrimonio documental de Castilla y León

The *Archivo General de Castilla y León* is the main institution for the autonomous community regarding archives and, therefore, responsible for the coordination and technical direction of the Archive System from Castilla and León.

Traditionally, the images of archives are associated with historical research and erudition. For many archivists and even public administrations, they are exclusively related with the cultural world, without considering that archives are obliged to gather the documentation produced by the different administrations, when only a few years have passed since they were processed.

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

REVISTA POPULAÇÃO E SOCIEDADE



Revista do CEPESE

Fundada por:
Fernando de Sousa
Manuel Nazareth
Jorge Arroitea

Preços:
Instituições € 10
Individuais € 12,5
Estudantes € 7,5

LIVROS DE ACTAS



*Relações Portugal-Espanha
Cooperação e Identidade
I Encontro Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Relações Portugal-Espanha
Uma História paralela,
um destino comum?
II Encontro Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto*

CEPESE
2000



*Os Arquivos da Vinha e do
Vinho no Douro*

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



*O Vinho do Porto em Gaia
& Companhia*

CEPESE
Edições Afrontamento
2005

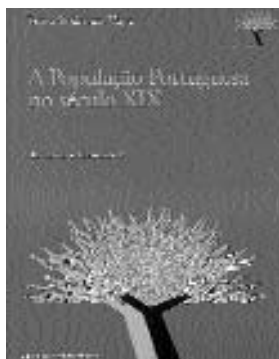
COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)

CEPESE
Ed. COSMOS
2001

Preços:
Instituições € 16,76
Individuais € 16,76
Estudantes € 16,76



A População Portuguesa no Século XIX

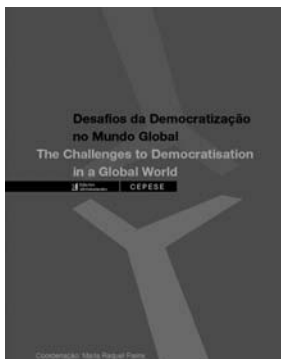
CEPESE
Edições Afrontamento
2004

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha

CEPESE
2003



Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
2004



Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
2005

ÍNDICE

INTRODUÇÃO / INTRODUCTION	7
<i>Fernando de Sousa</i>	

ARTIGOS

A IDENTIDADE CULTURAL DO VALE DO DOURO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA	15
<i>Fernando de Sousa</i>	
O QUE É O PATRIMÓNIO CULTURAL?	21
<i>Natália Marinho Ferreira-Alves</i>	
REQUALIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO: FACTOR DE IDENTIDADE, EM PROL DO DESENVOLVIMENTO	27
<i>José Amado Mendes</i>	
O PROGRAMA ARQUITECTÓNICO DA MATRIZ DE MONCORVO E A DEMORA DA AFIRMAÇÃO DA ARTE BARROCA NO DISTRITO DE BRAGANÇA	39
<i>Luís Alexandre Rodrigues</i>	
EL PATRIMONIO CULTURAL DE ZAMORA: ALGUNOS EJEMPLOS DE INTERVENCIÓN ARQUITECTÓNICA PARA SU CONSERVACIÓN	67
<i>Hortensia Larrén Izquierdo, Luis Pichel Ramos</i>	
PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO: PRESERVAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE	89
<i>Ana Maria Afonso</i>	
CASTILLA Y LEÓN: UNA EXCELENTE REALIDAD PATRIMONIAL	107
<i>Enrique Saiz Martin</i>	
EL PATRIMONIO DOCUMENTAL DE LA PROVINCIA DE ZAMORA	115
<i>Florián Ferrero Ferrero</i>	
PARA UMA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO DISTRITO DE BRAGANÇA. ALGUMAS REFLEXÕES	139
<i>Rui M. S. Centeno</i>	
LEGADO PATRIMONIAL, CULTURAL E RELIGIOSO DA COMPANHIA DE JESUS À CIDADE DE BRAGANÇA – SÉCULOS XVI-XVIII	145
<i>Fausto Sanches Martins</i>	
IMPrensa e REGIONALISMO EM BRAGANÇA. DO LIBERALISMO AOS ALVORES DO ESTADO NOVO	165
<i>Maria da Conceição Meireles Pereira</i>	
EL CENSO GUÍA DE ARCHIVOS DE ESPAÑA E IBEROAMÉRICA: UNA HERRAMIENTA DE DIFUSIÓN DEL PATRIMONIO DOCUMENTAL HISPÁNICO	177
<i>Francisco Javier Fito Manteca</i>	
EL ARCHIVO GENERAL GESTOR DEL PATRIMONIO DOCUMENTAL DE CASTILLA Y LEÓN	199
<i>Carlos Travesí de Diego</i>	

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO	211
<i>SEMINAR CONCLUSIONS</i>	213
NOTA SOBRE OS AUTORES	215
RESUMOS / ABSTRACTS	229
CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPES	243



CEPESE

CCDRn
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE



associação de municípios



da terra fria do nordeste transmontano



Diputación Provincial de Zamora
Ministerio de Hacienda

Portugal-Espanha
Cooperação Transfronteiriça
INTERREG III A
SUBPROGRAMA NORTE DE PORTUGAL- CASTILLA Y LEÓN

INTERREG III A

Cooperação Transfronteiriça
Espanha-Portugal



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DE COÍMBA, INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

POCTI

Programa Operacional
Ciência Tecnologia Inovação
UNIVERSIDADE DE COÍMBA, INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA



Fundación
Rei Afonso Henriques